



3- AQUI NÃO É MEU LAR

Depoimentos:

trinta anos de pesquisas feministas
brasileiras sobre violência

Organização:
Miriam Pillar Grossi
Luzinete Simões Minella
Rozeli Porto



Este livro inaugura a série Gênero e Violência, organizada pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina sobre violência contra as mulheres. Publicamos nele parte dos resultados do projeto intitulado Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violência contra as Mulheres, que recebeu o apoio institucional da Fundação Ford e contou com o suporte de várias pesquisadoras de todas as regiões do Brasil. Reunimos aqui depoimentos de dezessete pesquisador@s feministas que, ao longo dos últimos 30 anos, têm trabalhado sobre o tema das violências contra as mulheres no Brasil. Seus depoimentos ilustram o desenvolvimento desta área de pesquisa e são uma rica fonte de conhecimento sobre os estudos feministas e de gênero.

Esperamos que este livro possa servir como uma importante fonte de informação e estímulo para tod@s aquel@s que militam neste campo de conhecimento.



DEPOIMENTOS:

Trinta anos de pesquisas feministas
brasileiras sobre violência

DEPOIMENTOS:
Trinta anos de pesquisas feministas
brasileiras sobre violência

Organização

Miriam Pillar Grossi
Luzinete Simões Minella
Rozeli Porto

Ilha de Santa Catarina, 2006


EDITORA MULHERES

© 2006, Editora Mulheres

Série Gênero e Violência

Coordenação editorial

Zahidé Lupinacci Muzart

Revisão

Maria Tereza Villanova

Luzinete Simões Minella

Projeto gráfico e diagramação

Studio S • Diagramação & Arte Visual

studios@studios.com.br

Capa

Louise Lazzari

Sobre "Música 5. Reconstrução do Mundo. Aqui não é meu lar",

de Ana Maria Alves de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Leny Helena Brunel CRB 14/540

D422 Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras
sobre violência / organizadoras, Miriam Pillar Grossi,
Luzinete Simões Minella, Rozeli Porto. –
Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.
384 p.

ISBN: 85-86501-54-9

1. Violência contra a mulher – Brasil. 2. Feministas –
Depoimentos. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Minella,
Luzinete Simões. III. Porto, Rozeli Maria.

CDU 396(81)

APOIO

DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
NIGS - NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES
FUNDAÇÃO FORD

EDITORA MULHERES
CNPJ 014 790 49/0001-31
Caixa Postal 5031
88040-970 - Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 3233 2164
editoramulheres@floripa.com.br
www.editoramulheres.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	9
Ana Flávia d'Oliveira e Lilia Blima Schraiber [Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]	15
Claudia Fonseca [Flávia Motta, Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]	43
Debora Diniz [Rozeli Porto]	67
Estela M. L. Aquino [Karla Galvão Adrião]	73
Eva Blay [Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]	95
Guita Debert [Flávia de Mattos Motta e Rozeli Porto]	111
Heleieth Saffioti [Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]	135
Lia Zanotta Machado [Rozeli Porto]	169

Lourdes Bandeira [Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]	213
Lucila Scavone [Rozeli Porto]	249
Maria Filomena Gregori [Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]	257
Normélia Maria Freire Diniz, Regina Lúcia Mendonça Lopes, Climene Laura de Camargo e Maria do Rosário de Menezes [Karla Galvão Adrião]	275
Russel Parry Scott [Karla Galvão Adrião]	289
Silvia Ramos e Bárbara Musumeci Soares [Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]	311
Simone Diniz [Karla Galvão Adrião & Simone Becker]	341
Notas biográficas	369

APRESENTAÇÃO

Este livro faz parte da série *Gênero e Violência*¹ que reúne os resultados do projeto intitulado *Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violências contra Mulheres*, financiado pela Fundação Ford e desenvolvido em 2004 e 2005 por uma equipe de pesquisadoras vinculadas ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (NIGS/UFSC) e teve como objetivo a realização de um levantamento das monografias, dissertações e teses sobre violências contra as mulheres, defendidas entre 1975 e 2005 no âmbito da Graduação e dos Programas de Pós-Graduação situados nas diferentes regiões do Brasil. Este projeto permitiu ampliar o acervo bibliográfico desse Núcleo e estruturar um banco de dados eletrônico que possa ser acessado pelo pesquisador@s interessad@s no tema.²

¹ Os outros dois livros da coleção intitulam-se *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)* e *Violências contra mulheres: pesquisas acadêmicas brasileiras em exame (1975-2005)* que estão sendo publicados pela Editora Mulheres. (www.editoramulheres.com.br).

² Dentre outros trabalhos realizados pela equipe do NIGS, destaca-se o livro *Histórias para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal* escrito e organizado por Miriam Pillar Grossi e Analba Brazão Teixeira, em parceria com a Casa Renascer de Natal e com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Inicialmente, a pesquisa foi realizada mediante consulta às bibliotecas universitárias. A realização desse levantamento implicou, dentre outras coisas, na realização de entrevistas com pesquisador@s de diferentes gerações, que lideraram núcleos de pesquisa responsáveis por uma parte significativa da produção e da intervenção na área. Quando a pesquisa foi iniciada, não prevíamos a publicação desse livro. No entanto, após a transcrição das fitas, a equipe se deu conta da sua importância no sentido de evidenciar várias informações relevantes sobre a trajetória d@s pesquisador@s abordad@s, capazes de estimular particularmente as novas gerações de estudios@s do tema.

À exceção da entrevista realizada com Lucila Scavone por via eletrônica, todas as demais foram feitas presencialmente. Duas entrevistas foram realizadas em diálogo com duas pesquisadoras da mesma equipe: Ana Flávia d'Oliveira e Lília Blima Schraiber em São Paulo e Silvia Ramos e Bárbara Musumeci no Rio de Janeiro. Uma delas, feita com Normélia Freire Diniz em Salvador, inclui comentários e adendos esclarecedores de outras pesquisadoras presentes no momento da entrevista: Regina Lúcia Mendonça Lopes, Climene Laura de Camargo e Maria do Rosário de Menezes. As demais foram realizadas individualmente com cada entrevistada, no local de trabalho ou em suas residências.

Após uma revisão preliminar das entrevistas, a equipe encaminhou as transcrições para @s entrevistad@s, solicitando a revisão do seu conteúdo e a permissão para publicação, dada a sua riqueza em idéias, informações e reflexões sobre a temática das violências contra as mulheres e também sobre o feminismo brasileiro e suas conexões intelectuais com outros temas no campo de suas disciplinas. Felizmente para nós e também para o público, el@s também se deram conta de que este material não poderia ficar restrito apenas à leitura da nossa equipe, pois recupera e sintetiza boa parte da memória

e dos avanços dos estudos feministas sobre a temática das violências contra as mulheres no Brasil. Descobrimos ao longo deste ano de trabalho o quanto as histórias de vida destas pesquisadoras são ilustrativas das trajetórias de algumas gerações de pesquisadoras que ajudaram a construir a história recente do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil.

Apesar de termos dialogado com pesquisador@s em algumas das cidades onde realizamos esta pesquisa (Brasília, Campinas, Natal, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro) nem sempre foi possível encontrar todas as pessoas que desejávamos entrevistar.³ Buscávamos em cada lugar ouvir pesquisadoras seniores, previamente listad@s, responsáveis por núcleos de pesquisa sobre mulher e gênero ou que tivessem uma sólida experiência de pesquisa consolidada em publicações reconhecidas na área e/ou um número significativo de orientações. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, fomos descobrindo que o universo de orientadoras e pesquisadoras responsáveis por núcleos de pesquisa que têm desenvolvido investigações sobre este tema é inúmeras vezes maior do que imaginávamos inicialmente.

Dois foram os principais campos onde encontramos pesquisador@s com este perfil: nas ciências sociais, em alguns casos, na interface com saúde (Bárbara Musumeci Soares, Claudia Fonseca, Débora Diniz, Eva Blay, Guita Debert, Heleieth Saffioti, Lia Zanotta Machado, Lucila Scavone, Maria de Lourdes Bandeira, Maria Filomena Gregori, Russel Parry Scott e Silvia Ramos) e no campo da saúde coletiva (Ana Flávia d'Oliveira, Lília Schraiber, Estela Aquino, Normélia Freire Diniz e Simone Diniz).

³ Infelizmente não pudemos entrevistar algumas pesquisadoras de referência nestes lugares, pois elas se encontravam ausentes no momento da pesquisa. Também não foi possível fazer entrevistas em Belém, Manaus, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Campina Grande, São Luiz, Vitória, Goiânia, Campo Grande, Uberlândia, Curitiba e Chapecó, cidades também visitadas pela nossa equipe.

Conforme pode ser verificado no capítulo I do livro *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*, nestes dois campos é que encontramos o maior número de trabalhos defendidos, pois de um total de 286 realizados em diferentes níveis (graduação, mestrado e doutorado), 83 são da área da saúde e 69 das ciências sociais. Sabemos hoje, ao finalizar o detalhado levantamento de trabalhos acadêmicos defendidos sobre o tema, que haveria um número muito maior de pessoas a serem entrevistadas, mas isto só descobrimos – como em todo o trabalho de pesquisa – no final. Esperamos poder dar continuidade a este projeto, ampliando o número de entrevistas com pesquisador@s de referência no tema das violências contra as mulheres.

Analba Brazão Teixeira, Flávia de Mattos Motta, Juliana Cavilha Mendes Losso, Karla Galvão Adrião, Rozeli Porto e Simone Becker foram as pesquisadoras-entrevistadoras desta etapa do projeto e os depoimentos aqui publicados são fruto dos diálogos estabelecidos entre elas e @s entrevistadas. As reflexões que fazemos no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, já há vários anos, em torno do gênero, da violência, da subjetividade, estão presentes de forma estruturante em todas as entrevistas.

De modo geral, as entrevistas foram realizadas a partir de um mesmo roteiro que incluiu inicialmente questões mais pessoais sobre a formação profissional e as razões da identificação com o tema, seguidas de uma série de perguntas a respeito do surgimento e da expansão dos núcleos de pesquisa, parcerias, influências teóricas, publicações, orientações, projetos em andamento, fontes de financiamento, etc.

Mesmo partindo de um mesmo roteiro, é possível perceber nos depoimentos aqui publicados que as inquietações teóricas de cada pesquisador@ acabam imprimindo uma marca original aos relatos da trajetória intelectual no campo do feminismo e dos estudos sobre gênero e violência, nos permitindo

vislumbrar as múltiplas facetas deste complexo campo de pesquisa no Brasil. O grau de detalhamento dos argumentos, bem como a inserção de novas questões, dependeu da disponibilidade de tempo para as respostas e para a revisão do texto.

Não obstante as nuances encontradas, alguns comentários gerais podem ser antecipados: primeiro, três parecem ser os principais caminhos que levaram tod@s est@s pesquisador@s a escolherem este campo de estudos. Por um lado temos aquel@s que foram inicialmente militantes feministas e depois buscaram entender academicamente aquilo que os discursos militantes não davam conta. De outro lado, temos aquel@s que iniciaram suas reflexões na academia, realizando pesquisas ou em cursos de graduação ou de pós-graduação nos quais foram despertad@s para o tema por professoras feministas. E finalmente temos pesquisador@s que chegam ao tema por vias mais próximas do Estado, através de práticas profissionais em serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência tanto no sistema de saúde, quanto nos atendimentos dados em delegacias, casas abrigo e ainda, através do sistema judiciário. Militância, pesquisa e Estado parecem ser os três eixos que têm problematizado, sustentado e abalado este campo político.

Segundo, de um modo ou de outro, @s entrevistad@s mostraram que são capazes de desenvolver estratégias eficazes para consolidar suas áreas de pesquisa e de ação, driblando as instabilidades institucionais para poder transformar idéias em projetos e/ou em ações concretas para combater as violências contra as mulheres. Isso se torna visível no relato das batalhas institucionais travadas por vári@s del@s a fim de garantir o respeito à determinados temas no campo dos estudos de gênero vistos como marginais em algumas disciplinas.

Terceiro, percebe-se também a forte influência do movimento feminista no desenvolvimento das pesquisas, confirmando uma das nossas hipóteses de que o campo das pesquisas so-

bre gênero e violência no Brasil tem a marca do diálogo, debate e colaboração entre grupos feministas autônomos, organizações não governamentais feministas e mais recentemente o Estado.

Quarto, constatamos que é nos anos noventa que o tema passa a ter significativa visibilidade e isto se dá particularmente no campo da saúde coletiva, uma vez que os trabalhos pioneiros desenvolvidos nas décadas anteriores tinham a marca das ciências sociais, em particular da antropologia.

Esperamos que as entrevistas aqui publicadas possam vir a contribuir para um maior conhecimento do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil. Agradecemos ao apoio e incentivo de Denise Dora, da Fundação Ford, sem os quais esta pesquisa não teria sido realizada. Nossos agradecimentos se estendem à toda a equipe do NIGS que colaborou neste projeto, em particular às entrevistadoras citadas acima por terem vencido as consideráveis distâncias desse país, para rastrear os estudos acadêmicos, mantendo o diálogo com @s pesquisador@s aqui reunido@s. Além das entrevistadoras, Carmen Vera Ramos, Silvia dos Santos Fernandes e Fernanda Cardozo merecem os nossos agradecimentos por terem desenvolvido várias tarefas ligadas ao controle orçamentário do projeto, à transcrição das fitas e ao apoio técnico da pesquisa. Agradecemos ainda especialmente às pessoas entrevistadas, às quais se dispuseram tanto a receber gentilmente as pesquisadoras do NIGS, para falar sobre suas trajetórias e projetos quanto a revisar cuidadosamente os textos transcritos, autorizando sua divulgação. Ao empenho de todas essas pessoas no sentido de enfrentar as violências contra as mulheres, estimulando novas gerações de estudos@s do tema, dedicamos esse trabalho.

Em 2 de fevereiro de 2006

*Miriam Pillar Grossi
Luzinete Simões Minella
Rozeli Porto*

ANA FLÁVIA D'OLIVEIRA E LILIA BLIMA SCHRAIBER¹

[Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]

SB e JC: Vocês poderiam falar inicialmente sobre suas trajetórias profissionais e sobre o interesse pela questão da violência?

Ana Flávia: Sou médica, formada em Porto Alegre, vim para São Paulo em 1987 para fazer residência em Medicina Preventiva. Comecei a trabalhar como residente aqui neste Departamento, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), no Centro Saúde-Escola Samuel B. Pessoa. No final da residência fui contratada por esse Centro como médica do serviço e esse contrato exigia a continuidade da carreira acadêmica, através da realização de mestrado e doutorado. Tive que trabalhar com alunos e logo que fui contratada já lidava com saúde da mulher. Comecei a coordenar o setor de saúde da mulher do Centro de Saúde-Escola do Butantã onde desenvolvi atividades de ensino, pesquisa e extensão até o ano passado (2003), quando fui contratada como docente no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. Comecei a trabalhar com a ques-

¹ Entrevista realizada por Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker no dia 22 de julho de 2004, no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo.

tão da violência em 1994 durante a realização do mestrado, sob orientação da Prof.^a. Lilia Schraiber.

Lilia Schraiber: Sou médica e trabalhei em clínica médica, depois saúde pública, como médica sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Fiz minha carreira de docente aqui no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP e me dediquei à montagem de uma linha de pesquisa e de intervenção social ligada à Atenção Primária em Saúde, que é a organização dos serviços e a assistência que ocorre em uma Unidade Básica de Saúde. Esse tipo de atenção é hoje uma questão muito importante na medicina, mas há mais de vinte anos atrás não era. Eu tinha um interesse particular porque, primeiro, essa era uma área que permitia uma discussão mais profunda, no âmbito da Medicina, sobre as questões sócio-culturais e seus condicionantes no adoecimento, permitindo pensar a medicina curativa e a prevenção e promoção da saúde; segundo, porque esse é o momento da assistência que está mais perto do cotidiano usual da vida das pessoas. Não é o hospital, não é uma unidade especializada, ao contrário, é uma unidade que se propõe atender às demandas mais simples, mais corriqueiras das pessoas, e depois do atendimento, elas voltam para casa. Então era um espaço de atenção muito instigante para levar em conta os aspectos sociais e culturais que sempre me interessaram. A organização dessa linha de pesquisa e de intervenção faz parte da minha vida: venho trabalhando no tema por mais de 20 anos. Faz parte também do nosso campo da Saúde Coletiva e inclui vários programas de intervenção: saúde do adolescente, da mulher, do idoso, clínica geral, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, saúde comunitária. São vários recortes que estão dentro dessa atenção primária. Acabei lidando com a área da saúde da mulher mais especificamente, quando apareceu o tema da violência.

JC: *Como vocês acham que se dá a participação dos médicos nesse nível de atenção?*

Lilia Schraiber: Este é um tema que estudei antes da violência, na vertente de pesquisa "Trabalho médico, trabalho em equipe de saúde", o que é uma questão interna à atenção primária. No interior da organização da assistência à saúde é possível pensar como prover cuidados às pessoas e quais são os profissionais adequados para esse tipo de assistência primária, que é um cuidado mais integral conectado às ações programáticas em saúde, que o grupo de pesquisa do qual fiz parte e depois coordenei, estudou e propôs para a atenção primária em saúde. Na ocasião, segunda metade dos anos 80, esta proposta foi criada e desenvolvida no Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa, que é o serviço de atenção primária ligado à Faculdade de Medicina da USP e no qual até hoje desenvolvemos ações de assistência a mulheres em situação de violência e estamos, agora, iniciando um estudo sobre as relações dos homens com a saúde, da perspectiva de gênero. Então dessa dinâmica entre montar ações de assistência e definir profissionais apropriados, acabei, pessoalmente, estudando de modo mais sistemático e aprofundado a relação dos profissionais com sua prática, e menos outros aspectos da organização dos serviços.

O tema da violência apareceu no meio dessa minha trajetória e, tanto Ana Flávia, quanto uma outra aluna minha, Simone Diniz, do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, trabalharam muito para isso. Em 1994 elas propuseram que eu inserisse a violência como parte das pesquisas e das ações programáticas da atenção primária, o que resultou na criação da Linha de Pesquisa Violência e Gênero nas Práticas de Saúde, como parte do trabalho do grupo de pesquisa que coordeno.²

² Criada em 1996 esta Linha tem por objetivos estudar as relações entre saúde e as questões de gênero, incluindo em particular a violência contra a mulher e a

Passamos, assim, a considerar a violência como parte da temática da saúde da mulher, não como uma questão separada, isto é, estudamos e propomos ações na saúde da mulher como um todo, desenvolvendo a integralidade das ações nos programas de intervenção, nas equipes, nos recursos humanos, nos profissionais, no modo como são estruturados os serviços. Trata-se de uma Linha de Pesquisa que produz - como toda linha - conhecimentos e conceitos teóricos, mas que também tem um lado de pesquisa aplicada: uma aplicação muito voltada para a atenção primária, como seu recorte mais acentuado. Assim, temos publicações acerca da atenção primária: das ações que a compõem, da integralidade em saúde, da interdisciplinaridade e do trabalho em equipe multiprofissional, mas também implantamos e avaliamos programas e protocolos de assistência específicos, junto ao Centro de Saúde.

Ana Flávia: Ela nasceu disso, desde o começo nos preocupamos com a atenção primária às mulheres. Na Coordenação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher fizemos um projeto de coleta de *papanicolau* com auto-exame e houve um problema na condução dos grupos pelas profissionais. Fiz uma reunião para discutir estes problemas e as auxiliares de enfermagem me contaram muitos casos de violência vividos por elas próprias, fiquei muito impressionada, porque não tinha noção de que esse fosse um problema tão grande. Compreendi então que, quando as pacientes diziam não poder discutir questões sobre sua saúde reprodutiva e sexual com os companheiros porque não “tinham diálogo”, estavam querendo dizer coisa bem mais compli-

violência doméstica ou conjugal. Desenvolve tanto estudos epidemiológicos de prevalência, seja em populações, seja nos serviços de saúde, quanto estudos de avaliação da assistência, suas rotas, o desenvolvimento de protocolos de atenção integral e a organização de redes intersetoriais de apoio. Recentemente incorpora estudos com homens na mesma perspectiva de gênero.

cada do que eu pensava, provavelmente uma parte estava referindo-se a vivência de violência.

Em 1993, a convite de Simone Diniz fui para a Second World Conference on Injury Control, em Atlanta a fim de falar sobre a questão da mulher, violência e saúde. Na ocasião, eu trabalhava com saúde da mulher, não tinha experiência em violência, aceitei o convite e fui ler, estudar para apresentar lá. Fiquei impressionada, pois juntei o que estava lendo com a experiência concreta da condição do Programa. Começamos então a trabalhar em um primeiro projeto através de uma parceria do departamento de Medicina Preventiva com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Esse projeto tinha três eixos: primeiro, o curso de capacitação. Segundo, a identificação dos serviços que existiam no município de São Paulo e que atendiam às mulheres. Nós convidávamos os profissionais desses serviços para os cursos, reconhecê-los era parte do convite. A partir do reconhecimento mudou a estratégia de identificação, avaliação e diagnóstico do seu funcionamento e montamos um *Guia de Serviços* cuja primeira edição ocorreu em 1996, a segunda foi publicada em 1999 e a terceira em 2002. Por fim, voltando ao nosso projeto, seu terceiro eixo foi uma pesquisa nas duas unidades assistenciais envolvidas, no Coletivo e no Centro de Saúde, sobre a situação das pessoas que sofreram violência: quem eram elas, quantas eram, como se caracterizavam. Esse projeto³ foi a

³ Projeto: “Projeto integrado de capacitação e pesquisa de tecnologias para atendimento a mulheres em situação de violência”, 1994-1996. Alguns resultados podem ser encontrados em D'OLIVEIRA, Ana Flávia L.P.; SCHRAIBER, Lilia Blima. *Violência de gênero, Saúde Reprodutiva e Serviços*. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs) *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Ed. FioCruz, 1999. p.337-355; D'OLIVEIRA, Ana Flávia L.P.; SCHRAIBER, Lilia Blima. *Violence against women: a physician's concern?* In: OTTESEN, B.; TABOR, A. (Eds) *New Insights in GYNECOLOGY & OBSTETRICS. Research and Practice*. Londres: The Parthenon Publishing Group, 1997, pp. 157-163; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia L.P. *O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência domé-*

primeira oportunidade que tivemos de trabalhar com a questão, sempre aliando uma discussão teórica com uma aplicação prática para pensar modelos de atendimento e de capacitação de pessoal de uma forma articulada. Essas intenções foram ganhando peso conforme íamos percebendo as necessidades da área da saúde. Esse foi um bom tema para a continuação de uma trajetória de trabalho com as questões sócio-culturais na atenção primária que Lilia já tinha implantado.

JC: Como se deu o diálogo entre esse enfoque da atenção primária e as disciplinas médicas?

Lilia Schraiber: Primeiro, vamos esclarecer que a Medicina Preventiva é um departamento da escola médica que traz as questões sociais, políticas, filosóficas para dialogar com a medicina, em diversos recortes disciplinares. Existem as disciplinas que focalizam mais a economia da saúde, outras a história da saúde, outras a sociologia da saúde, a psicologia médica, etc. As temáticas podem ser variadas, mas os departamentos, de Medicina Preventiva ou Medicina Social, têm essa função, ou seja, eles surgem na década de 60 para fazer a interface da medicina - que estuda doenças, basicamente - com a saúde e as questões sociais que envolvem a saúde. Assim, nesses departamentos encontramos disciplinas que são muito mais próximas da medicina, outras, mais distantes, pelo menos da ótica da tradição do ensino médico, por exemplo, o planejamento, as políticas de saúde, avaliação de programas, rendimentos, otimização de recursos, ou mesmo disciplinas que tratam de questões éticas da medicina ou da saúde.

tica. 2ª. Ed. C FSS/ FMUSP/ CREMESP, 2003 (36 páginas); *GUIA Prático de Serviços. Município de São Paulo. Mulheres em Situação de Violência*, 3ª edição (ampliada Grande SP). F M USP CSE S B.P. /CFSS/ CREMESP, São Paulo, 2002 (1996, 1ª ed.; 1999 2ªed.); D'OLIVEIRA, Ana Flávia P.L. Violência de Gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2000.

Portanto, nós, docentes e pesquisadores desses locais, temos sempre a intenção de trabalhar o adoecimento como parte da vida social, do contexto, da cultura, das regras da sociedade, de entender o adoecimento das populações, o que não é exatamente visto como uma questão "própria", isto é, pertencente à medicina, porque esta se preocupa clinicamente com o indivíduo, que adoeceu. É difícil para a medicina pensar a partir de uma perspectiva social e de forma muito ampliada. Então os nossos enfoques são um pouco diferentes. No tema da violência essa distância parece aumentar ainda mais, porque essa parece ser apenas uma questão do social e não também da saúde e da medicina.

Mas tem sido interessante o que vem acontecendo após termos desenvolvido essa linha de pesquisa, porque somos sempre chamadas para participar das disciplinas de Urgências no Pronto Socorro, de Obstetria, de Clínica Médica para falar sobre as pesquisas de violência e das propostas que temos. A rigor o tema da atenção primária, por exemplo, teria muita interface com a clínica pediátrica e obstétrica, permitindo a promoção da saúde e também a assistência das pessoas individualmente.

Quando os departamentos se aproximam de temáticas com interface sociais, existe a possibilidade de um contato mais interessante conosco. Por exemplo, com a pediatria é muito fácil o diálogo. Também com a clínica médica na sua área mais geral; na sua área de pronto-socorro, de traumas, o contato pode aparecer eventualmente. Recentemente a ortopedia teve interesse (no trabalho com a violência), depois a medicina legal e a área das moléstias infecciosas por causa do HIV/AIDS e das DSTs. Mas, a forma como cada uma destas disciplinas reflete sobre o tema da violência é muito diferente, porque os nossos estudos são sempre populacionais, temos essa cara de saúde coletiva, não temos exatamente a perspectiva apenas do atendimento individual. No geral, a medicina se volta mais para o atendimento individual, para o caso clínico, cirúrgico, traumático. Nos, não!

A entrada desse tema na Faculdade foi difícil, assim como foi difícil o começo da discussão sobre a dimensão social da saúde. Houve períodos melhores e outros piores. Temos dado aula para turmas de residência médica e palestras em vários departamentos. Creio que a entrada do tema foi facilitada na medida em que a própria sociedade começou a discuti-lo. No ano passado implementamos um curso de pós-graduação na Medicina Preventiva intitulado "Saúde, família e violência: uma abordagem de gênero", e desde então temos recebido alunos da pediatria, ortopedia, saúde pública. Incluímos também no curso de graduação da Medicina essa temática violência, tanto contra a mulher e mais recentemente contra os homens, da perspectiva de gênero, inclusive abordando os homicídios enquanto relacionados aos exercícios das masculinidades na vida social. Estes temas estão numa disciplina chamada Introdução à Medicina Preventiva na qual trabalhamos o diagnóstico de saúde, seus indicadores e o sistema de saúde. A violência pertence ao bloco Temas Emergentes de Saúde e notamos que os alunos ficam bastante instigados pela apresentação. Discutir a violência parece fazer eco entre eles.

JC: Violência de gênero?

Lilia Schraiber: Também. Ainda que, na minha percepção, o que mais chama a atenção é a violência. Ao abordarmos o tema, o fazemos dentro da saúde da mulher e o apresentamos como uma questão das relações, das desigualdades de gênero. Mas a temática da violência, como problema genérico, é o que primeiro surge no interesse dos alunos, e também, creio, é a perspectiva que tem ganhado mais espaço nos debates e na produção científica na saúde. Ou seja: a violência contra a mulher parece, à primeira vista, uma das violências possíveis que existem na sociedade e a tendência de fato é a de diminuir muito a presença específica da questão de gênero porque ela se perde no meio desse marco geral. Prova disso é que, ao nos convidarem para falar, as pessoas pensam

que vamos abordar a violência em geral e não a violência contra a mulher a partir de uma perspectiva de gênero, imaginam que vamos falar dos homicídios em geral, de homens e mulheres, das pessoas jovens, da morte violenta no trânsito.

Ana Flávia: Então, essa violência (de gênero) é vista ainda como se fosse um tema secundário.

Lilia Schraiber: É mais difícil de ser aceita como referência para a explicação ou a compreensão da própria, principalmente se contrastada com a pobreza ou a baixa escolaridade como fatores responsáveis pela violência. No começo havia muita resistência, os alunos brincavam muito, as pessoas achavam esquisito e perguntavam: "que história é essa!!!" Isso porque em 1994 o tema da violência ainda não era focado como questão de saúde pública. Esse enfoque vai ocorrer praticamente entre 1999 e 2000, quando aparece com muita ênfase, através, inclusive, do próprio Ministério da Saúde. Antes disso havia vários grupos de pesquisa trabalhando com violência em geral e violência de gênero em particular, mas não aqui dentro da Faculdade. Agora passou a ser política de governo.

Ana Flávia: Havia muita brincadeira sobre o tema. Promovemos vários cursos de capacitação, muita gente veio, mas faziam muitas piadinhas, gozação mesmo...

Lilia Schraiber: Promovemos oito cursos de capacitação para o atendimento a mulheres em situação de violência, de 1995 a 2000, muitas pessoas participaram (mais de 200 alunos). Depois de vários cursos básicos, realizamos também um curso avançado, com uma carga horária maior e concentração nas áreas de saúde reprodutiva e saúde mental. Faz algum tempo, porém, que não proporcionamos esses cursos porque de certa forma temos a impressão que se esgotou uma certa clientela. É possível que agora se abra novamente, porque esses eram cursos muito voltados para pessoas que tinham interesse em atender e aprofundar um pouco o entendimen-

to da questão, a partir já de suas experiências de atendimento. Não eram cursos de pós-graduação, eram de aperfeiçoamento. A primeira turma foi para o pessoal que já trabalhava com o tema nos serviços que atendem.

SB: Participavam desses cursos apenas médicos ou qualquer profissional?

Lilia Schraiber: Qualquer profissional podia se inscrever, e nos cursos básicos, mesmo quem não tivesse nível superior.

Ana Flávia: Os profissionais vinham da rede municipal e estadual de saúde, organizações não governamentais, Delegacias de Defesa da Mulher, etc. Posteriormente oferecemos alguns cursos para municípios da Grande São Paulo, como Santo André e Jacareí.

SB: Como é que surgiu a idéia da escuta dos homens que praticam a violência? Quando emergiu a temática dos homens no debate sobre a violência contra a mulher?

Lilia Schraiber: Este tema surgiu com o interesse de Márcia Thereza Couto,⁴ que veio fazer um pós-doutoramento aqui no grupo de pesquisa. Nós vínhamos na perspectiva dos estudos das mulheres. Inicialmente montamos o projeto, juntamente com o Coletivo feminista e depois seguiram-se outros quatro projetos, todos eles realizados na perspectiva dos estudos de mulheres. Entre 2001 e 2003, realizamos um grande projeto em dezenove serviços da Grande São Paulo, ainda sobre mulheres, com o apoio de uma linha muito especial em políticas públicas que a Fundação de Amparo à Pesquisa do

⁴ Márcia Couto é cientista social, fez mestrado em Antropologia e doutorado em Sociologia, na Universidade Federal de Pernambuco com o Prof. Parry Scott. Quando veio a São Paulo terminou integrando o grupo e propusemos um estudo com homens sobre a violência contra a mulher, financiado pela FAPESP, que foi seu projeto de pós-doutoramento na USP. Atualmente ela é contratada pelo programa PRO DOC da CAPES como professora da nossa pós-graduação.

Estado de São Paulo (FAPESP) tinha lançado. Nessa ocasião, o governador Mario Covas questionava o quanto essa Fundação rendia ou não para o governo. A FAPESP se propôs então a lançar uma linha muito aplicada chamada Linha de Políticas Públicas e a idéia era que a academia estabelecesse parcerias, ou com ONGs ou com o próprio setor público de saúde, para fazer pesquisa e ao mesmo tempo transferir tecnologias nessa parceria.

Nós inscrevemos uma pesquisa propondo uma parceria com a rede estadual de centros de saúde, a fim de realizar estudos de violência contra a mulher, aplicando questionários às mulheres usuárias desses serviços, analisando os registros nos prontuários médicos para ver se havia ou não registros de violência, e estudando a atitude dos profissionais diante dessa questão e, mesmo, das mulheres quanto a seu entendimento da violência como um problema de saúde. Na parceria que estabelecemos com os serviços, aproveitamos os próprios profissionais como membros da equipe, no sentido de aprenderem, através da pesquisa, a lidar com o tema, reconhecê-lo e se disporem a lidar com ele no atendimento, porque a partir dos resultados foi desenvolvida, com eles, uma tecnologia de atendimento para os casos⁵. Muitos desses profissionais continuaram a estudar o tema e procuraram se inserir em cursos de especialização ou mestrados. Muitos serviços aproveitaram a pesquisa para melhorar a qualidade de seus registros em prontuários e implantar a

⁵ Projeto: "Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para o programa de saúde da mulher". 1999-2002 Primeiros resultados publicados In: SCHRAIBER, Lilia; FALCÃO, Márcia Thereza C.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia; PINHO, Adriana A.; HANADA, Heloísa; FELICÍSSIMO, André F.; KISS, Lígia B.; PUCCIA, Maria Inês R.; ANDRADE, Marta C. e BATISTA, Karina B. *Características da violência física e/ou sexual entre mulheres usuárias de serviços de saúde da Grande São Paulo*. Brasília DF, *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, suplemento 1, p. 149-149, 2003.

tecnologia de atendimento, como em Santo André, que já tinha outros setores interessados, e acabou construindo uma rede de atendimento própria. Outros apenas iniciaram essas atividades, mas ficaram muito motivados.

Márcia participou dessa pesquisa e se interessou em investigar a situação dos homens, e pensamos que de fato seria muito produtivo fazer uma pesquisa num formato que chamamos "em espelho", ou seja, com desenho de investigação e instrumentos de coleta dos dados similares, fazendo as adaptações necessárias e permitindo interpretar a percepção dos homens sobre questões que já vínhamos tratando com as mulheres. Buscamos ampliar nosso conhecimento, pois já partíamos do enfoque de tomar as mulheres como agredidas ou agressoras, então aplicamos aos homens a mesma aproximação. Nossa referência aos agressores ou agredidos pautava-se nas desigualdades de gênero, no caso das mulheres, e então passou a pautar também no recorte homens. E fizemos de fato uma pesquisa bem "em espelho", estudando, inclusive, duas das unidades básicas de saúde ou centros de saúde que já haviam sido alvo dos estudos com as mulheres e tomamos os homens que estavam ali presentes como usuários dos serviços, porque isso também é uma questão importante na saúde: a mulher, a criança e o idoso são alvos usuais de programas, são alvos de políticas específicas, enquanto os homens, não. Eles são alvo de atendimentos segmentados pelas patologias: câncer de próstata, doenças do trabalho, doenças ocupacionais. Mas não existem programas, como há para mulheres, em que prevalece a idéia de atenção integral, que reflita também sobre a dimensão sócio-cultural do adoecimento. Nasceu então a idéia de estudar os homens, sua relação com a saúde e as masculinidades, no sentido de pensar como o processo sócio-cultural pode influenciar o seu adoecimento e a questão da violência, porque para nós a violência é sempre

uma questão ligada à saúde. Foi desse modo que surgiu esse interesse. Concluimos a pesquisa recentemente, em 2004.⁶ Paralelamente, outro orientando meu, de doutorado, o Wagner Figueiredo, começou a desenvolver também no próprio Centro de Saúde Escola, enquanto médico sanitário, um projeto de pesquisa para a implantação de um programa de atenção integral aos homens de forma articulada com o das mulheres. Não queremos e questionamos a idéia de programas apenas para homens e apenas para mulheres.

Ana Flávia: Estamos agora com um grupo de residentes, eles fazem um trabalho de pesquisa, nesse ano nós propusemos como tema as percepções dos agentes comunitários sobre questões de gênero e saúde. Eles fizeram um grupo focal sobre as percepções acerca de homem e mulher, um pouco inspirados numa consultoria que a Lilia fez para a Prefeitura de Recife, a convite da Coordenadoria da Mulher, sobre a equidade de gênero no Programa Saúde da Família.⁷ A partir dessa pesquisa, um deles também optou como tema para o segundo ano de residência por trabalhar na montagem do programa dos homens, que por falta de nome melhor ainda chamamos assim. Essa é uma questão que entusiasma os residentes a ponto de quererem comprometer o segundo ano nesse tipo de trabalho. Isso mostra a receptividade do tema.

⁶ Projeto "Homens, violência e saúde: uma contribuição para o campo de pesquisa e intervenção em gênero, violência doméstica e saúde. 2002- 2004". Primeiros resultados publicados In: SCHRAIBER, Lilia; GOMES, Romeu e FALCÃO, Márcia Thereza Couto. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

⁷ Projeto: "Como estão as desigualdades em gênero no Programa Saúde da Família?", Março a Dezembro de 2003. Primeiros resultados publicados In: SCHRAIBER, Lilia B. Equidade de Gênero e Saúde: o cotidiano das práticas no Programa de Saúde da Família do Recife. In: VILLELA, Wilza e MONTEIRO, Simone. *Gênero e Saúde. Programa Saúde da Família em questão*. RJ: ABRASCO/UNFPA, 2005. p. 39-61.

JC: E a parceria com os movimentos sociais que é tão presente no trabalho de vocês?

Lilia Schraiber: Bom, creio que está ligada a uma característica geral da nossa Linha, do nosso trabalho. Primeiro não temos essa idéia de pesquisa estrita de Academia, isto é, sempre fomos a favor, compondo com grande parte da Saúde Coletiva, de realizar parcerias entre a universidade e os serviços de saúde. A nossa pesquisa prestigia esta relação; não perde de vista esta interface. Temos uma grande produção em pesquisa aplicada constituída por esses programas de atenção primária. Mas temos também, na equipe, professores e pesquisadores de nomes consagrados no campo, ligados a uma densidade teórica muito importante, e nós fazemos questão de manter estes dois braços e tentar articulá-los da melhor maneira possível. Quando o Coletivo Feminista nos fez, em 1994, a proposta de realizarmos uma parceria num programa oficial de pesquisa achamos muito interessante porque não lembro de nenhuma universidade brasileira, naquela ocasião, que tenha feito parceria com alguma ONG, em pesquisa. Para nós foi uma experiência muito diferente, porque as ONGs trabalham de uma forma bastante diversa de uma instituição acadêmica e a USP é uma academia muito tradicional, tem uma certa forma de funcionar que é muito característica dela.

Os nossos aprendizados incluíram a lida com os expedientes burocráticos, o modo como estabelecer convênios. A Fundação Ford, por exemplo, não firmava convênios diretamente conosco, nós nos integrávamos através do Coletivo. Aprendemos detalhes de funcionamento que foram importantes e por outro lado aprendemos também sobre a tradição de temas, o modo de investigá-los, compartilhando experiências, pois as ONGs agem de uma maneira e nós de outra. Chamo a atenção para uma coisa muito curiosa: os departamentos de medicina preventiva, as escolas de saúde pú-

blica que compõem o campo de saúde coletiva no Brasil (departamentos de medicina social, departamentos de medicina comunitária, os nomes variam), em geral estão nas escolas médicas, nas escolas de saúde pública que são instâncias acadêmicas com forte militância nos movimentos de saúde, ou seja, são instâncias que nasceram ligadas ao movimento social de saúde. Nesses locais, as alianças com ONGs e movimentos sociais de várias origens são bem-vistas, logo nós não tivemos problemas internos no departamento porque essa é uma questão quase que natural. Esse vínculo parece estranho para a Faculdade de Medicina e para a Universidade porque realmente não há uma tradição de aliar-se a movimento social. Houve também estranhamento em relação ao tipo de tema, o tipo de perspectiva. As pessoas perguntavam: "Gênero, o que é isso?". Essa era uma questão muito nova e elas estranhavam.

Até no campo da Saúde Coletiva, em que algumas pessoas já eram militantes do movimento feminista, a montagem inicial do Programa de Saúde da Mulher se baseou muito mais na perspectiva materno-infantil, do que na assistência integral. Ou seja, passar da perspectiva materno-infantil para o PAISM representou uma mudança no modo como trabalhar a saúde da mulher e da criança, que não foi muito simples, mesmo estando o campo repleto de médicas mulheres, sendo que várias delas militavam nos movimentos de saúde, nos movimentos sociais.

Ana Flávia: Eu era militante, já fui mais militante do que sou hoje, acho que a minha militância foi se "academicizando" mais. Ainda participo, faço palestras para o movimento de mulheres da zona Leste, de Sapopemba, São Miguel, etc. No início, não sabia para onde ir, se para o terceiro setor ou para a carreira acadêmica, mas quando começaram os projetos da linha de pesquisa voltados para violência, gênero e saúde, eu decidi seguir a academia.

Lilia Schraiber: Além de Ana Flávia, Simone também entrou para a Universidade e outras pessoas que participavam como militantes feministas fizeram Residência Médica aqui, cursos de Especialização. Muitas pessoas passaram por aqui, acho que o Departamento tinha abertura para essas pessoas. No campo da Saúde Coletiva acho que nós somos um dos Departamentos mais antigos.

Ana Flávia: Esse é um departamento acolhedor para as idéias feministas, tinha espaço, não só espaço, mas um tipo de conhecimento, de teoria produzida que também rendia nessa direção, havia ali um casamento possível. Permitiam certas ousadias que iam sendo transformadas e transformando a instituição.

Lilia Schraiber: Depois desta primeira parceria com o Coletivo, estabelecemos outras com ONGs, porque participamos de um projeto internacional financiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) representando o Brasil, juntamente com outros dez países.⁸

Esse foi um projeto que pressupunha parcerias com ONGs. Tratava-se de um estudo de prevalência de violência contra a mulher, com inquérito domiciliar, tipo *survey*, bastante clássico, quanto ao inquérito, mas muito inovador quer no desenho das questões e referências na literatura, quer na metodologia, implicando um formato que aliou técnicas de pesquisa qualitativa com técnicas de pesquisa quantitativa. Além disso, havia uma preocupação ética muito importante, razão inclusive

⁸ Projeto: "WHO Multicountry Study on women's health and domestic violence". Coordenação Internacional: OMS. Investigadores principais no Brasil: Lilia Blima Schraiber e Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira, 1998-2002. Alguns resultados estão publicados in: SCHRAIBER, Lilia B; D'OLIVEIRA, Ana Flávia; FRANÇA JUNIOR, Ivan; DINIZ, Carmen Simone; PORTELLA, Ana Paula; LUDEMIR, Ana Bernarda; FALCÃO, Márcia Thereza C. VALENÇA, O. Visibilidade/Invisibilidade no estudo epidemiológico da violência sexual contra a mulher. Curitiba, *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 1, suplemento especial, p. 36-36, março de 2002.

das parcerias com as ONGs, no sentido de acolher as mulheres entrevistadas e de apoiar esses grupos de ação social.

Iniciamos nessa ocasião, uma parceria com o SOS Corpo de Recife, com quem mantivemos várias outras parcerias em pesquisas posteriores. Realizamos um projeto com a Prefeitura de Recife, que já mencionamos e atualmente estamos realizando dois outros projetos de pesquisa. Um deles sobre Redes intersetoriais de serviços em três capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo e Recife), também em parceria com a THEMIS, em Porto Alegre. Inscrevemos o projeto no concurso do Ministério da Justiça, junto com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no programa de redução da violência, e fomos aprovados. Ganhamos o concurso nacional. Esse projeto objetiva visitar todos os serviços que fazem parte do Guia de Serviços que atendem a mulher vítima de violência, analisando como tais serviços se comunicam entre si, se eles se reconhecem mutuamente, se tem mecanismos de referência e contra referência, se fazem reuniões, se existem mecanismos de supervisão, o que eles imaginam que os outros fazem, e o que pensam que os demais serviços esperam deles.⁹

Outro projeto atual, estudando prevalência de violência contra mulheres em PS ginecológico, entre mulheres puérperas para investigação da relação entre violência e gestação, e, ainda, na atenção primária, também está sendo realizado em parceria com o SOS Corpo, comparando a realidades de SP e Recife.¹⁰

Ana Flávia: Na verdade nós fomos convidadas para participar da pesquisa da OMS porque nos encaixávamos exatamente nos critérios, que eram: países sem dados de prevalên-

⁹ Projeto: "Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo em três capitais brasileiras".

¹⁰ Projeto: "Violência contra a mulher e saúde entre usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais - Recife e São Paulo".

cia e onde existisse uma parceria consolidada entre universidade e movimento social, porque queriam aliar compromisso social com a capacidade de fazer pesquisa. Fomos convidados porque tínhamos estas condições. E estávamos, na época, pensando em fazer o estudo em serviços de saúde, porque até ali tínhamos uma tradição de pesquisa em serviços. Também eram pesquisas mais qualitativas e não inquéritos populacionais com grandes amostras, como foi esse da OMS. **Lília Schraiber:** Tínhamos também feito um estudo apoiado pelo CNPq.

Ana Flávia: Fizemos um estudo qualitativo no Centro Saúde-Escola, apoiado pelo CNPq, para ver como a violência aparecia espontaneamente, como os funcionários viam, respondiam, registravam, etc. E a partir disso realizamos um estudo quantitativo pequeno numa amostra de 322 mulheres, para saber sobre a violência, para comparar as prevalências.¹¹ Planejamos ampliar esse projeto do CNPq para várias unidades de saúde e o fizemos através do estudo financiado pela FAPESP. Mas, paralelamente, realizamos estudo da OMS utilizando um questionário padronizado através de inquérito populacional. O processo de construção do questionário do estudo coordenado pela OMS foi interessante, resgatamos o aspecto transcultural da violência e levamos para esse fórum internacional a questão das mulheres como agressoras e agredidas, que era como trabalhávamos. De início, essa situação era pensada numa perspectiva vitimizadora da mulher, a partir da idéia da violência contra a mulher.

¹¹ Projeto: "Violência, gênero e saúde: organização de serviço e tecnologia em atenção integral à mulher, 1997-98". Resultados desse estudo estão em: SCHRAIBER, LÍLIA B., D'OLIVEIRA ANA FLÁVIA P.L.; FRANÇA-JÚNIOR, IVAN, PINHO, ADRIANA DE ARAÚJO. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde *Revista de Saúde Pública*, no prelo, 2002; SCHRAIBER Lília B. D'OLIVEIRA Ana Flávia P.L. HANADA, Heloísa; FIGUEIREDO W; COUTO Maria Thereza; KISS, Lígia B.; DURAND, J; PINHO, Adriana de A. Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 7, n.12 p.41-54, 2003.

Lília Schraiber: Os países da América Latina eram Brasil e Peru. Além disso, participaram dessa pesquisa o Japão, Bangladesh, Tailândia, Namíbia, Tanzânia, Samoa, Etiópia, Sérvia - Montenegro e Nova Zelândia. Outros países adaptaram e usaram partes do questionário: Chile, China, Indonésia e Vietnã.

Ana Flávia: Era uma pesquisa transcultural com três objetivos: estimar a prevalência da violência contra a mulher, as conseqüências para a saúde e as formas de enfrentamento.

Lília Schraiber: Fizemos uma versão pequena do Guia, adaptado para distribuir às mulheres, apenas com os endereços dos serviços – todos os países adotaram a idéia.¹² Este material foi distribuído para todas as entrevistadas que o quisessem, como forma de garantia de informação sobre serviços existentes para o atendimento aos casos.

Ana Flávia: O campo ocorreu em 2000 e 2001, o convite em 1997, as reuniões se deram em 1998. O Brasil foi o primeiro país a fazer o campo, o estudo foi concluído em 2002. O levantamento se realizou em uma cidade e em uma região semi-rural de cada país. Aqui no Brasil as áreas selecionadas foram São Paulo e a Zona da Mata em Pernambuco.

Lília Schraiber: Daí a parceria com o SOS Corpo. As enquetes domiciliares foram precedidas de grupos focais com homens e mulheres e entrevistas com mulheres que haviam sofrido violência. Foram ainda realizadas entrevistas com informantes-chave nos serviços que atendem mulheres em situações de violência, daí reunimos um material quantitativo e qualitativo muito bom.

Ana Flávia: Inclusive tem um material da OMS que estabelece normas éticas para a pesquisa sobre violência contra a mulher. Houve um cuidado ético muito grande, todos os pa-

¹² Trata-se da versão reduzida do *GUIA de SERVIÇOS* já citado. Estes Guias podem ser encontrados www.mulheres.org.br ou www.fm.usp.br/departamento/mpr assim como a cartilha para os profissionais de saúde.

ises davam um Guia de Referência para as mulheres que entrevistavam. Os entrevistadores tinham um mês de treinamento, havia acompanhamento e supervisão das entrevistadoras uma vez por semana devido aos problemas técnicos e emocionais que apareciam durante o campo. Também selecionamos alguns serviços que se comprometeram a atender as mulheres que encaminhássemos durante e após a pesquisa.

Lilia Schraiber: Para realizar as entrevistas, selecionamos não apenas pesquisadoras profissionais, mas fizemos também uma chamada geral nas escolas, recrutando os alunos que faziam pesquisa sobre o tema ou sobre saúde. Selecionamos ainda profissionais das ONGs, para treinar a equipe de Recife.

Ana Flávia: Incluímos também algumas integrantes do movimento de mulheres da Zona Leste, são as conexões que vão rendendo.

Lilia Schraiber: Depois boa parte da equipe foi para Recife a fim de treinar o pessoal de lá. Foram 2.136 domicílios sorteados do total dos 15 Municípios da Zona da Mata e 2.163 aqui em São Paulo. Mulheres na faixa esperada (15 a 49 anos) chegaram a 2.645 no total.

JC: Vocês montaram bancos de dados?

Ana Flávia: Sim, e além do estudo populacional, o estudo realizado nos serviços, financiado pela FAPESP e que foi realizado com 3.193 mulheres em 19 deles, também está em outro banco de dados, além de todos os prontuários contendo as queixas de violência feitas por essas mulheres, que foram lidos, verificando-se todos os usos de serviços por elas apontados, examinando-se em especial suas demandas e as respostas do serviço do último ano. Também já mencionamos o estudo com homens que originou outro banco também com cerca de 780 registros.

Lilia Schraiber: Na pesquisa da OMS atuaram 33 pesquisadoras só no campo, a equipe era bastante estruturada, o que não

é tão comum numa pesquisa desse tipo. Normalmente têm-se os entrevistadores e os supervisores. Nesse caso havia entrevistadoras, supervisores, codificadores no campo e aconselhadores, coordenador geral de campo, coordenador geral de escritório, codificador de escritório, digitadores. Portanto, era uma equipe muito grande envolvia quase 50, 60 pessoas para a dinâmica do campo e conformação dos bancos de dados.

Ana Flávia: Em Pernambuco pesquisamos em quinze municípios da Zona da Mata, e aqui em São Paulo, como a cidade é muito grande, tínhamos quatro camionetes equipadas com telefones celulares, e adaptadas para funcionarem como pequenas salas (com mesa e tudo) se necessário, para garantir a privacidade da entrevista.

Lilia Schraiber: Tinha toda uma estratégia de segurança para as mulheres e para as entrevistadoras, as camionetes foram adaptadas, os motoristas treinados e atentos às necessidades das pessoas, ao horário de encerramento das visitas e também às telefonias celulares, além do plantão de escritório. Ao final do dia todos voltavam ao escritório central instalado na Faculdade, para entrega de material, relatos de ocorrências, rápidas supervisões, lanche e aconselhamento privado individual se necessário, como apoio psicológico para a equipe de entrevistadoras.

JC: Como foi elaborada a amostragem?

Ana Flávia: Empregou-se a estratégia amostral por conglomerados em múltiplos estágios. A amostra era representativa da população de 15 a 49 anos. A entrevistadora recebia o endereço, era enviada uma carta, antes da ida da coordenadora de campo no escritório, para esse endereço avisando que ia ser feita uma entrevista. As entrevistadoras iam uniformizadas com crachá, tinham que encontrar a casa, entrar, aplicar o questionário, verificando antes se havia mulheres elegíveis, ou seja, entre 15 e 49 anos. Esta pesquisa

tinha a princípio, previsto uma amostra de homens, mas a coordenadora internacional - Cláudia Garcia Moreno - acabou por desistir da amostra de homens porque não haveria recursos para bancá-la e se essa amostra ficasse pequena, perderíamos a possibilidade de comparação, então trabalhamos apenas com as mulheres. Mas, ainda temos muitos dados que estamos devendo por um lado, para a área científica e por outro, para o movimento. Fizemos um folder muito simples com o apoio da FAPESP e da OMS, contendo os primeiros dados, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão. É muito bom fazer divulgação em parceria com o movimento que está acostumado a divulgar para a mídia, para o profissional de serviço e para a população em geral. Porque escrevemos academicamente, então todo o processo de fazer este folder com o Instituto foi muito positivo.

SB: Do meu ponto de vista, esta constante construção que passa pela reciprocidade, pela troca, resulta de uma concepção de conhecimento que inclui este constante diálogo dentro da unidade nos diferentes departamentos.

Ana Flávia: A nossa equipe aqui no Grupo de Pesquisa é multidisciplinar, eu e Lília somos médicas, Márcia Couto e Lígia Bittencourt são antropólogas, Julia Durand, Heloísa Hanada e Valéria Nanci da Silva são psicólogas, mestrandas e participaram da pesquisa. Diane de Cohen, embora seja enfermeira, atualmente é especialista na montagem dos bancos, codificação e digitação, além de participar dos treinamentos e Ricardo Góes que responde pela secretaria, é formado em Letras e atual aluno de jornalismo, é também responsável pelos GUIAS e participa muito das pesquisas da rede de serviços intersetorial. As entrevistadoras dessa pesquisa eram todas mulheres. Muitas delas foram fazer mestrado, projetos na área, receberam bolsas e foram trabalhar com violência contra a mulher. Esse trabalho teve muito

impacto sobre elas porque havia toda uma discussão conceitual e prática sobre a questão. O treinamento e o acompanhamento da pesquisa se baseou nessa parceria movimento social/universidade, falávamos para as entrevistadoras que nós tínhamos que fazer a melhor pesquisa possível do ponto de vista do rigor científico para que os dados tivessem validade e servissem para a construção de políticas públicas. Eu sabia que corríamos o risco de sermos criticadas, por isso mesmo havia um compromisso social com o rigor científico e a dimensão ética, uma consciência de que era importante deixar a mulher à vontade, não julgá-la, manter o sigilo e a confiabilidade. Muitas delas mantêm-se até hoje em nossas pesquisas e dado que no estudo com homens optamos por incorporar entrevistadores de mesmo sexo, trabalhamos com alunos da própria Faculdade de Medicina.

JC: Quanto tempo durava uma entrevista dessas?

Ana Flávia: O questionário do estudo da OMS durava 50 minutos se não havia relatos de violência, se houvesse, podia chegar a duas; houve até casos em que duraram mais que isso.

JC: Este questionário veio pronto para vocês?

Ana Flávia: O questionário foi construído pela equipe internacional com a participação dos diferentes países. Esse processo coletivo de construção foi riquíssimo: havia diversidades culturais, por exemplo, quanto ao entendimento da questão do uso de álcool e de drogas. Vários ajustes foram feitos no tocante a outros aspectos, por exemplo, no Brasil abrimos uma categoria "namorado com relação sexual" como equivalente de *partner*. Em Bangladesh era impossível falar dessa maneira. Ao fim, chegamos a um questionário único com algumas questões específicas de cada país.

JC: E sobre as outras pesquisas, intervenções...

Ana Flávia: Eu recebi uma bolsa da Fundação MacArthur, criamos um grupo de profissionais de saúde no distrito de Butantã, para trabalhar a questão da violência intrafamiliar e a rede intersetorial de atendimento. A partir desse grupo fizemos um concurso de redações que resultou no livro intitulado *Entre Tapas e Beijos*.¹³ Instituímos um prêmio de uma viagem para aqueles que elaborassem as redações e as poesias mais bonitas. Recebemos muitos materiais interessantes. Nós falamos de violência contra a mulher do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista do movimento social, mas a intenção era saber como é que as pessoas em geral, que não são do movimento, nem da academia percebem esse problema. Por isso o título era politicamente incorreto. Recebi críticas pelo título, porque ele é parte de uma música popular, mas a idéia era entrar em contato com a população em geral e o resultado chama a atenção, porque uma das pessoas que ganhou o concurso foi um rapaz do Instituto Pró-Mundo do Rio de Janeiro, que integrava um grupo de jovens homens discutindo violência contra a mulher. Ele ganhou e o grupo elaborou uma peça em cima do texto, então na solenidade de entrega dos prêmios, veio o grupo de 14 adolescentes meninos e eles se apresentaram aqui.

JC: Na peça eram feitos os relatos da vida deles?

Ana Flávia: Os relatos não precisavam ser sobre suas vidas necessariamente, mas as pessoas fizeram redações muito pessoais, participaram homens, mulheres, gente rica, gente pobre. Essa que é a riqueza. Houve uma divulgação ampla em toda a cidade.

Tivemos também um serviço de sensibilização para todos os profissionais de todas as Unidades de Saúde, que era um projeto da Prefeitura chamado "Resgate Cidadão". Nele foram envolvidas algumas ONGs e algumas universidades, incluindo nós e a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), cada uma dessas instituições ficou responsável por um distrito. E desde o trabalho do distrito parecia que essa questão da rede era muito importante na dimensão da assistência, e talvez um pouco também na possibilidade de promoção e prevenção, que parece tem uma resposta mais articulada de política pública, e aí se consegue, de alguma forma diminuir a banalização da violência e ao mesmo tempo, proporcionar sua visibilidade.

SB: E o Protocolo que tem esta proposta de agregar serviços e setores que convergem para o mesmo problema que é a violência, já foi implementado aqui?

Ana Flávia: Existe uma norma técnica do Ministério da Saúde sobre atenção à violência sexual, mas me parece que essa norma é bastante técnica (risos) e muito voltada para os procedimentos médicos, principalmente, de profilaxia, de DSTs, AIDS e gravidez indesejada. Essa norma aborda pouco a questão do acolhimento, e acho que nada ou quase nada o trabalho em rede, ou seja, como se fazem a denúncia na delegacia, o exame no IML, e o trabalho médico...

JC e SB: A mulher que foi agredida tem que percorrer todas essas instâncias...

Ana Flávia: Nesse percurso, ela fica muito à mercê, do meu ponto de vista, da consciência de cada profissional, de cada serviço, do quanto ele conhece ou do que ele acha importante e ainda, da possibilidade de informação que essa mulher teve, sabe-se lá onde... Observamos que muitas vezes a queixa na delegacia não reverte para o encaminhamento

¹³ D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. (org) *Entre tapas e beijos, o dia a dia em casa. Coletânea de textos*. Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2000.

ao hospital e que o trabalho no hospital não reverte para a delegacia. Junte-se a isso, como comprovamos na pesquisa da OMS, e já sabíamos através da literatura, que na maioria das vezes, a violência sexual é exercida pelo marido, e tal situação não se encaixa na norma técnica do Ministério da Saúde. Não faz sentido fazer exames de DST, HIV e gravidez indesejada e mandar a mulher de volta para casa para ser de novo violentada pelo marido.

Por isso mesmo, quando estávamos assessorando no distrito sanitário do Butantã o treinamento de profissionais para estabelecer serviços da saúde que atendessem violência, uma das coisas que tentamos fazer foi uma rede interna de saúde entre hospital e rede básica. Isto porque a violência sexual quando é crônica, doméstica e continuada, precisa de um vínculo mais próximo e de uma possibilidade de escuta da mulher e de orientação que é mais complexa do que apenas fazer a terapia medicamentosa e profilática de DST/Aids ou gravidez indesejada. Que na verdade, é o que todo mundo acaba fazendo. É o que galvaniza a atenção dos profissionais de saúde, parece que através da terapia se torna possível resolver o problema. Criamos então um processo em que a rede básica faria a escuta, orientação e eventual encaminhamento desta demanda mais doméstica, e a rede hospitalar faria o atendimento emergencial do estupro do desconhecido que acaba tendo mais visibilidade tanto na área da saúde como no âmbito da segurança pública.

Chamou minha atenção a dificuldade de incluir a violência sexual conjugal na pauta do treinamento dos profissionais da saúde, porque como se trata de algo bem mais complexo, a resposta das instituições é mais frágil nessa direção.

Lilia Schraiber: Novos empreendimentos? Agora, como grupo inteiro de pesquisa, vamos dividir mais as tarefas de forma a dar mais especificidade às diferentes vertentes dentro da linha: Ana está mais à frente do estudo da rede, dos servi-

ços; a linha de estudos sobre os homens ficará mais por conta de Márcia Couto e de Wagner dos Santos Figueiredo, em especial, para ele essa parte de implementar o serviço, como desenvolver o atendimento integral do homem na saúde; eu ficarei mais com as comparações e integrações necessárias, como por exemplo, os dados do estudo populacional e o dos serviços; a parte comparativa entre os homens e mulheres, a integração de gênero no atendimento. É claro que estas especificidades vão apenas no sentido de otimizar os trabalhos, mas como grupo temos que garantir nossa própria integração e olhar interdisciplinar, senão não adianta falar em atenção integral, não é mesmo? Outra vertente importante é a do ensino médico e da formação dos profissionais em saúde, estamos também interessadas em atuar nela. Nós estamos pretendendo abrir o leque, tanto para a rede de serviços, quanto para capacitações, formação de pessoal.

Ana Flávia: Há também uma entrada do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que soube desse trabalho todo e se interessou. O Conselho inclusive apoiou novas edições dos GUIAS e da Cartilha para os Profissionais, distribuindo o material por suas regionais em todo o Estado.

Lilia Schraiber: Eles estão nos devendo uma campanha dos médicos que íamos lançar ano passado.

Ana Flávia: Temos muito material, muitos dados para contribuir no sentido da não banalização da violência. Inclusive estamos publicando um livro para o grande público, chamado *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*, que deve ser lançado ainda em 2004¹⁴.

¹⁴ O livro já foi lançado: SCHRAIBER, Lilia; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P.L. e FALCÃO, Márcia Thereza Couto. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

CLAUDIA FONSECA¹

[Flávia Motta, Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]



FM: Iniciaremos essa entrevista perguntando como é que se deu a sua entrada no campo da violência e do gênero?

Claudia Fonseca: Comecei a atuar nesse campo através da etnografia, conhecendo as pessoas escutando as histórias, e observando. Já que eu trabalho etnograficamente, e com o cotidiano das pessoas, observo festas, aniversários, alegrias, tanto quanto brigas, conflitos, tragédias e violência. Então, considero que a violência é parte do cotidiano, e não simplesmente dos grupos populares. E certamente, onde há poderes desiguais, o problema da violência em potencial está colocado. No caso da minha aproximação com as relações entre violência e gênero, avalio que talvez a minha trajetória seja um pouco diferente de outras pessoas, por dois motivos. Primeiro, nunca tomei uma Casa Viva Maria (para mulheres vítimas de violência) ou uma Delegacia de Mulher como *locus* de pesquisa. Eu trabalhei nos bairros, no cotidiano, o que dá uma outra entrada às brigas conjugais, inteiramente. Segun-

¹ Entrevista realizada por Flávia Motta, Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira na Universidade Federal de Santa Catarina, durante o evento Fazendo Gênero 6, em 12 de agosto de 2004.

do, tenho uma memória curta. Dificilmente eu fico com uma idéia pré-estabelecida na cabeça, como norte de pesquisa, se essa idéia não se re-confirma diariamente no decorrer da pesquisa empírica. Portanto, a idéia de dominação masculina, ou de violência de gênero, não é uma coisa que mantenha sempre presente, norteando a pesquisa. Há momentos em que isso aparece, quando é altamente relevante, e há outros momentos nos quais não me parece tão relevante. Por isso a minha entrada e saída desse assunto que é a violência de gênero é episódica, exatamente como a experiência de campo coloca para mim esse problema.

FM: Voltando para a parte mais institucional da pergunta, como você interpreta seu interesse pelo gênero?

Claudia Fonseca: Isso é mais fácil. Como você sabe, nunca fui realmente feminista militante. Quase me dói dizer isto, mas nunca me considerei uma verdadeira política-estudantil-militante. Marchei nas ruas por muitas causas. Posso até ser uma simpatizante fanática, mas não sou o que considero militante. Tenho profunda admiração pelo árduo trabalho dos militantes, e acho que seria leviano confundir o meu apoio “dos bastidores” com aquele trabalho.

Do meu ponto de vista, passei a estudar as coisas de gênero por dois motivos: acho que sem dúvida nenhuma pelo fato de ser mulher. Em virtude das experiências pessoais, nos tornamos sensíveis a determinados problemas, e vivi aquela época (os anos 60 nos Estados Unidos), durante a adolescência, naquela fase da vida onde sentia que “nós mulheres” sofríamos discriminação. Fomos descobrindo as nossas restrições... que depois eu relativizei com o prisma de classe. Resolvi que as minhas restrições, no fundo, como mulher branca, de classe média, são muito menores do que as restrições, até de homens, ou de negros, de origem popular. Porém, vivi todo o início da minha carreira, e da minha vida, muito sensível a

essas coisas de gênero. Posteriormente até esquecemos o quanto essas coisas eram importantes num primeiro momento, em todas as negociações pessoais, do dia-a-dia. Então, sem dúvida nenhuma, tem o vetor pessoal.

E o outro vetor... que, não sei se estava tão consciente desde o início, é a riqueza do campo de estudos da mulher. Hoje estou convencida que o campo de estudos de gênero é um campo pioneiro, de um vanguardismo intelectual, absolutamente notável. Percebo que justamente tive um fascínio, por causa da riqueza e do desafio desse campo de estudos. Era fascinada pela originalidade e pelo espírito iconoclasta das pensadoras feministas. Comparativamente, os homens pareciam mais conservadores e quase pernósticos.

FM: Mais especificamente, como se deu sua entrada no campo da violência de gênero?

Claudia Fonseca: Me deixa só terminar o aspecto institucional, porque eu tenho que render homenagem, de forma muito cuidadosa. Antes de chegar aqui no Brasil fui com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a África, a fim de trabalhar em um projeto de desenvolvimento e alfabetização funcional de mulheres, em 1970. Em função do movimento feminista, e toda aquela discussão sobre os direitos da mulher, existia esse emprego e consegui entrar numa experiência que já estava sensibilizada e aberta para os problemas específicos da mulher. Mas essa experiência me fez relativizar muita coisa. Além de revelar sérios problemas políticos nesses programas multilaterais de “ajuda internacional”, minha pesquisa colocou em dúvida o próprio foco do programa na mulher: em uma população com 95% de analfabetismo, e com escolas primárias para apenas 5% das crianças, faz sentido centrar energias na alfabetização de mulheres adultas? Comecei a ver como certos lemas “da moda” estavam sendo apropriados por de-

terminados fins políticos sem realmente levar em consideração circunstâncias ou vozes "locais".

Chegando no Brasil, fui me adaptando à vida acadêmica, fiquei quieta no meu canto, até ser convocada pelas integrantes da equipe da Fundação Carlos Chagas (FCC) a participar da banca de um concurso de dotação de pesquisas sobre a mulher. Eu não lembro mais em que ano foi, penso que eu já tinha o doutorado... Deve ter sido em 1985 ou 1986, que elas me convidaram por causa de um artigo que apareceu na França sobre a violência e o "rumor" na Vila do Cachorro Sento.² Através desta relação, que se tornou uma espécie de parceria que durou anos, me senti absolutamente lisonjeada, honrada... «incluída». Nessa Fundação encontrei as primeiras pessoas no âmbito nacional que abriram as portas para mim. Até então, tinha me sentido absolutamente «interiorana», marginal, etc. e aquelas mulheres tinham uma maneira «antenada» de pensar a academia no Brasil, sempre procurando novas idéias e novas pessoas. Fui «pega na rede», e isso foi fundamental na minha carreira.

Finalmente, num momento posterior, mas de forma um pouco diferente, penso que depois que Miriam Grossi chegou na UFSC, ela teve, em termos institucionais, uma preocupação em colocar colegas em destaque. Eu, mais uma vez, fui eleita, e lucrei com essa política. Parece existir uma política estratégica dela e do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), muito semelhante à da FCC, de promover no cenário acadêmico nacional pessoas que estão contribuindo para a discussão sobre gênero. Então, fui sempre contemplada e lucrei com a dimensão institucional, sem ser exatamente militante.

² FONSECA, Claudia. "La violence et la rumeur: le code d'honneur dans un bidonville brésilien". *Les Temps Modernes*, 1984, n. 455, p. 2193 - 2235.

FM: Entrando na outra questão, qual seria a sua relação com o crescimento do campo de estudos sobre violência contra as mulheres e violência de gênero, no plano acadêmico?

Claudia Fonseca: Bom, tenho um problema - de certa forma - porque a Antropologia tem essa coisa da desconstrução, ou seja, é contra as narrativas hegemônicas. Então, se ninguém presta atenção a um determinado assunto, cabe a nós levantar esse assunto. E se todo mundo está prestando atenção, pensamos - não que a causa não seja justa - talvez nossas energias sejam melhor investidas em outro lugar. Quero dizer: quem foi a primeira pessoa a trabalhar, ou a pensar, de forma legítima e admirável nas Ciências Sociais, a violência contra a mulher? Foi Heleieth Saffioti, eu acho. Ela é uma pessoa maravilhosa, mas tem um "marco", que é a dominação masculina, pelo menos naquela época. Desde o início, eu achava simplista aquele papo sobre "dominação masculina". Não conseguia ver o mundo dividido em dois blocos, nem naquela época, porque havia muitas outras variáveis em jogo. De fato, o que eu enxergava nas relações de gênero entre as pessoas da Vila não era "abuso" de poder, mas negociações de poder. Havia tantos vetores possíveis de poder que era impossível imaginar sempre o mesmo lado (masculino) "prevalecendo" em relação ao outro. É que nem hoje, quando falamos que não somos apenas mulheres, mas somos também raça, classe, e todas essas outras coisas que se sobrepõem em momentos diferentes, que proporcionam um lugar diferente na conjuntura. Até nas vilas eu sentia isso. Às vezes tratava-se de uma mulher oprimida pelo marido, etc, mas em outros momentos ela era mãe (quase matriarca) de uma família extensa na Vila que estava "sacaneando" de certa forma o marido que acabava de perder o emprego, que estava na pior. Ele era o "feio, sujo e malvado" que ela tripudiava. Talvez isso também seja um pouco a questão do antropólogo que trabalha muito com os "nativos", porque os meus

interlocutores, normalmente, não pensavam em termos feministas. Eles podiam estar com muita raiva, falando mal de um homem por ter abusado de seus poderes, por ter surrado sua mulher. Mas por outro lado, podiam estar falando mal de certas mulheres, inclusive por causa de abusos físicos contra crianças ou vizinhos. Então, para mim era sempre uma questão de pensar a violência dentro de uma conjuntura complexa, onde as pessoas tinham diferentes posições políticas, conforme o status com o qual estavam jogando no momento. Agora, certamente o uso da força física era uma coisa muito presente. O que me impressionou mais, talvez tenha sido a presença em todos os cantos, da violência que consideramos física: as brigas de punho, as ameaças, as rixas entre as famílias, as batidas da polícia. Então para mim, a violência contra a mulher fazia parte dessa conjuntura. Quer dizer: não podia pensar a violência contra a mulher naquele contexto, separada de toda uma série de outras situações de violência.

FM: Acho que você vai tocando em vários pontos importantes de várias questões...

Claudia Fonseca: Outra coisa. Essa questão da violência contra a mulher: penso que se você trabalha num hospital, ou numa clínica, ou numa Delegacia da Mulher, você vê isso concentrado, certo? E, eu estava pensando, nos dois terrenos: na pesquisa de campo mais intensiva que fiz, os casos de violência contra a mulher existiam, mas não eram muitos. E quando ocorriam (eu acho que isso é muito importante) não é que as pessoas aceitem. Odeio isso de dizer: "ah, temos que" relativizar "porque nos grupos populares é normal a mulher apanhar". É normal coisa nenhuma! Infelizmente algumas pessoas lêem a Antropologia dessa forma. Mas, de fato, na Vila - muito pelo contrário - quando uma mulher é muito agredida, sempre alguém diria: "Cadê o irmão dela?" "Por que ele não está lá?" Ou seja: "aquele irmão não presta nem

mesmo para proteger a irmã que está apanhando do marido!" Sempre tem uma série de comentários que mostram, na verdade, uma condenação, ou pelo menos uma não-aprovação, do uso da violência excessiva. Isto está presente, sem dúvida nenhuma. Só que a maneira como as pessoas acionam isso e responsabilizam as diversas personagens é um pouco diferente do esperado (por nós) - não se concentra tudo em cima do homem, do homem que está batendo. Tem toda uma dinâmica social e se diz: "bom, por que ela se colocou nessa situação, cadê o irmão que devia estar lá? O que está acontecendo?". Quer dizer, essa era mais ou menos a atitude das pessoas com quem estava convivendo diante desses episódios. Era sempre uma não-aprovação, uma certa angústia, mas não era apenas a questão da dominação masculina, da violência do homem contra a mulher. E as pessoas não abstraíam de toda essa experiência necessariamente uma condenação global aos "Homens". Quando querem falar sobre pecados tipicamente masculinos, as mulheres destacam a infidelidade dos homens. Essa, sim, é uma queixa das mulheres, e não a violência física. Entrando na violência não-física, observamos muitas queixas: que elas se sentem vítimas dos homens, que os homens desperdiçam o dinheiro com "outras", em vez de sustentar bem a família, etc. O que é interessante não é nem que a mulher trabalhe demais e fique fechada em casa. É que ela faça isso enquanto ele nem cumpre com o contrato de fidelidade. É irônico ver a perspectiva masculina sobre tudo isso. Você fala com os homens, e ao entrar na questão de gênero, vai ver que os homens vivem o avesso desse fantasma: "Puxa vida, nós nos sacrificamos fazendo tudo pelas mulheres, botando 'tudo dentro de casa', e olha que elas botaram guampas³ na gente". Bom, o fato de eu

³ Sinônimo de "cornudo". Ver FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p.133.

acreditar mais no papo das mulheres (imagine se os homens gastam tudo só com as coisas da casa!), do que acreditar no papo dos homens são outros quinhentos. Mas, quanto à infidelidade - que parece tão importante para ambos lados - trabalho basicamente com acusações. Em geral não tenho como provar, não existe aquela "prova material" tal como no caso de quem trabalha com violência física. Não é como quem vê uma mulher que apanhou, que está na sua frente. Eu não encontrava esse último tipo de material no dia-a-dia.

FM: Vamos retomar alguns pontos aqui: você falou na Heleieth Saffioti... Como você reconstituiria a história desse campo da violência de gênero no Brasil, e quais seriam na sua opinião, os momentos que são marcos nessa discussão? E dentro disso ainda: quais as linhagens acadêmicas que você identifica como importantes nesse campo e quais seriam as suas principais referências?

RP: E os seus parceiros intelectuais, durante sua jornada.

Claudia Fonseca: Considero que nos construímos um pouco em oposição a Heleieth. Ela é maravilhosa, você só consegue se construir em oposição se você ama, de certa forma "aquela" figura. Nunca esquecerei que eu estava apresentando um *paper* num seminário da FCC, há uns 10, 15 anos atrás - esse *paper* foi publicado na coletânea "*Uma Questão de Gênero*" - Miriam (Grossi) estava lá, conversando, expondo idéias, e Heleieth, que também apresentou um trabalho, disse: "... vocês me desculpem, mas eu não entendo vocês antropólogas, não entendo a maneira como vocês trabalham, com homens e tal..." Ela não entendia por que não entrávamos naquela denúncia total do machismo, do patriarcado, etc. Seu tom foi respeitoso, não foi sem carinho, foi uma tentativa de diálogo. Mas responder a esse tipo de "acusação" é algo que constrói uma identidade.

Me sinto um pouco vigarista - estou fazendo o que as pessoas sempre fazem, desviam um pouco do assunto. Para ser honesta, não me sinto especialista no campo de violência de

gênero, e, portanto não vou fingir que sei tudo e correr o risco de pular por cima de marcos absolutamente importantes, mas posso falar das pessoas importantes para mim.

AB: Essa é a idéia. Nós achamos que você é uma especialista.

Claudia Fonseca: Vou falar de Antropologia e gênero. Para mim, basicamente, existem alguns centros no Brasil: a FCC em São Paulo, o Pagu em Campinas, e o NIGS em Florianópolis. E ainda o Parry Scott, com o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade, o FAGES em Recife e, claro que tem os centros do Rio: o grupo Corpo e Sexualidade, na Universidade Estadual e mais recentemente o Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Na verdade, todos são interlocutores. Mas, os regulares que me deram coragem para fazer o que eu faço - que é fundamental porque senão nos sentimos absolutamente loucas - têm sido esses 3 centros: a FCC, o Pagu e o NIGS. São com essas pessoas que eu pego dicas sobre leituras. Na FCC com Albertina de Oliveira Costa, e Cristina Bruschini. Foi lá também que encontrei Cynthia Sarti. Conheci e fiquei encantada por Mariza Corrêa bem antes de conhecer o Núcleo Pagu que concentrava pesquisadoras de peso, vindas da história, da antropologia e de outras áreas, todas falando de gênero - veio de brinde. E, certamente no NIGS, antes de tudo conheço Miriam e Pena com quem sempre trocava idéias. Agora tem toda uma equipe que vem trabalhando com ela nesses últimos anos: Rozeli Porto, Analba Brazão, etc. Uso as obras dessas pesquisadoras nas disciplinas que leciono, especialmente com os alunos da graduação, que adoram, querem pesquisar sobre violência. Mas, pessoalmente, tenho muita dificuldade em trabalhar violência. Talvez porque é tão fácil cair no lugar comum - quer dizer, na denúncia. Ou de cair no relativismo ridículo. É difícil escapar desses ardis, mas há pessoas que conseguem, produzem pesquisas realmente originais que "estendem os limites da imaginação ci-

entífica". Aqui no NIGS tem Flávia Motta (ainda com um pé no Pagu), Analba, Rozeli e outras pesquisadoras. E, no Pagu, principalmente e antes de tudo Mariza Corrêa, óbvio: "*Morte em Família*" ·, "*Crimes de Paixão*" ·. Nos últimos anos, temos Adriana Piscitelli que pesquisa sobre prostitutas, e Maria Filomena Gregori, que tem uma maneira muito desafiadora de focar o erotismo. Há também Guita Debert, que está analisando as Delegacias de Mulheres.

Na verdade, Flávia e Miriam, começaram suas carreiras acadêmicas na UFRGS. Pode ser até por causa da Miriam, e do grupo feminista do qual ela participava, que acabei ofertando uma disciplina sobre antropologia da mulher no início dos anos 80. As duas primeiras dissertações que orientei abordavam as relações entre "cotidiano e gênero": Carmen Silvia Rial com as práticas de gênero subjacentes à construção e estética das casas açorianas, e Flávia Motta com suas "velhas faceiras". Tinha também uma colega que me levava para esse lado - Maria Noemi Castilhos Brito - uma pensadora original, que vinha de uma família brizolista e soube misturar a política com o feminismo. No meu universo, foi ela que iniciou esse negócio de pesquisa feminista, acompanhando a primeira greve nacional - uma greve de mulheres, da indústria vestuária - depois da reabertura democrática. Quando faleceu, já tinha feito a metade de seu doutorado sobre dona Adélia, a mulher, fundadora do PTB, que a história oficial tinha esquecido.⁴ Graças em grande medida a ela, fizemos na UFRGS, durante uma época, um pequeno núcleo interdisciplinar de estudos feministas com Céli Pinto, Guaraci Louro, pessoas que viriam a ser reconhecidas como grandes especialistas na área. (Desculpe, eu esqueci de falar algumas das pessoas - tão perto de casa, a gente esquece.).

⁴ Ver Fonseca, Claudia. "*As múltiplas mulheres brasileiras*". Publicada no site, <http://www.antropologia.com.br/tribo/genero/>, 2004.

FM: *E sobre seus/as colaboradores/as?*

Claudia Fonseca: Certamente Maria Noemi, naquela época, é quem tinha maior influência sobre minha maneira de pensar as coisas. Mas acho que tive fantásticas colaborações (além de amizades duradouras) com minhas estudantes. Tive a sorte de ter estudantes questionador@s, irreverentes - e que não me tratavam como alguém que devia "saber tudo". Assim, fomos aprendendo muita coisa junt@s. Cada uma dessas pessoas trabalha de forma um pouco diferente de mim, mas o que acho super interessante é que nós mantemos um diálogo. Quando olho, me dou conta de que, especialmente no início, quase todas as dissertações defendidas sob minha orientação tinham esse viés iconoclasta da pesquisa feminista. Jurema Brites, que foi a primeira a defender o doutorado comigo, conseguiu incorporar o paradigma de gênero, com toda sua sofisticação, à análise da relação entre patroas e empregadas domésticas. Aqui a "dominação" é ligada à questão de classe e não a diferenças sexuais, só que não há nem carascos nem vítimas passivas. Ela mostra como as empregadas estão reagindo, pensando, negociando, como sujeitos. São mulheres interagindo com outras mulheres que em muitos aspectos parecem com elas, mas que gozam de *status* e poder radicalmente desiguais. O ângulo de análise tinha muito a ver com as novas idéias, saindo das "relações de gênero". Então chegamos na mudança de paradigma, que todo mundo conhece, da mulher para estudos de gênero. Obviamente tem toda a década de 80, tem Joan Scott. Nem lembro mais quem me recomendou a primeira vez a leitura dessa autora, mas foi Guacira Louro que traduziu e publicou um texto clássico dela,⁵ para podermos usar nas disciplinas na UFRGS. Era Joan Scott, Michelle Perrot, Arlette Farge... Eram aquelas

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Vol. 20, n. 2, 1995, p. 5-22.

maravilhosas historiadoras sociais - francesas ou, como Scott, norte-americana sob forte influência francesa - que para mim tinham uma atração intelectual enorme. Falavam de coisas de mulher - do cotidiano - sublinhando todas as implicações políticas e sociais. Fazia sentido. O feminismo entre as historiadoras era um pouco diferente do feminismo entre as sociólogas. Parecia ter mais nuances, mais contexto, mais heterogeneidade interna... Foi assim que cheguei a pensar o campo das relações de gênero. Nessa nova perspectiva, pensava-se a violência não simplesmente a partir de dois blocos: homens contra mulheres, opressão de mulheres por homens, mas como um processo interativo, envolvendo a negociação de diferentes posições de poder, dentro de um determinado contexto.

FM: Pensando naquilo que conheço do seu trabalho naquela época, acho que Foucault também influenciou...

Claudia Fonseca: Sim, a essas alturas sempre dizemos: Freud, Marx e Foucault. Se bem que Foucault viveu 100 anos depois dos outros. Foucault é uma descoberta. Fala num outro tipo de violência. Até lá, estávamos fissurad@s na violência de pessoa contra pessoa. Mas tenho muito medo dessa "pessoa contra pessoa". Parece muito com aquela acusação contra o indivíduo pobre - que é pobre porque quer - porque é "sujo, feio e malvado". É aquela acusação meio psicológica que ignora a violência estrutural. Depois de ter aprendido que não faz sentido "culpar a vítima" pela sua pobreza, ou seja, custou tanto para tirarmos isso da cabeça que agora não consigo dizer que "o homem ser do jeito que é" seja culpa só do homem. Será que o desemprego colossal, a humilhação dos baixos salários, o estigma do trabalho braçal, etc.etc. não tem nada a ver? Tudo isso não desculpa a violência da pessoa contra a pessoa, mas ajuda a espalhar um pouco da culpa até para nós. Claro, isso vem do marxismo, que vamos reelaborando. Hoje, existem determinadas vertentes que alguns autores chamam de "economia política" para se distanciar dos mar-

xistas "bestas", assim "porra louca". Acho evidente e concordo com aquilo que Alison M. Jaggar falava ontem na conferência de abertura do Fazendo Gênero VI: quando nós, mulheres dos países ou das classes ricas, nos preocupamos com a "opressão" de nossas "irmãs" por homens dos países ou das classes pobres, nos esquecemos de forma muito conveniente das causas estruturais, das enormes desigualdades socio-econômicas pelas quais nós também temos responsabilidade. Considero que esse é o lado estrutural "marxista", mas acredito que Foucault chamou a atenção para uma outra forma de violência estrutural, que de certo modo eu poderia estar descrevendo quando discuto o DNA. Certamente estou querendo falar de uma determinada violência nessa história. Regina Lisboa me fez a pergunta depois da minha apresentação sobre as relações entre o teste de DNA e a paternidade, sobre a questão da dominação masculina e não sei se ela ficou satisfeita com a resposta. Escrevi um primeiro artigo, inclusive para a FCC, que foi um pouco "oba-oba", argumentando que o teste de paternidade e DNA está sendo usado por homens dominadores, que vai se tornar um instrumento para reforçar a dominação masculina, para controlar a sexualidade das mulheres. Esse foi um pouco o meu primeiro viés.⁶ Depois de fazer pesquisa de campo, pesquisa etnográfica nas diferentes instâncias, de falar com os homens que estão envolvidos na situação, não consigo vê-los como carrascos - nem mesmo esses que estão entrando com contestação de paternidade. Os vejo mais como vítimas também, vítimas de determinadas conjunturas, idéias e circunstâncias. No segundo artigo que escrevi sobre isso,⁷ termino com o caso de um

⁶ FONSECA, Claudia. *A vingança de Capiçu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea*. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (Orgs.) *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo, Editora 34, 2002, p. 267-294.

⁷ FONSECA, Claudia. *DNA e paternidade: a certeza que pariu a dúvida*. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 12, n.2, p. 13-34, 2004.

pai que há 12 anos está criando (pelo menos, visitando regularmente) um filho que ele ama. Ele tenta renunciar à paternidade dessa criança porque o teste DNA deu negativo. É uma situação absurda também para ele que está sofrendo incrivelmente. Temos a impressão de um fato social coercitivo agindo sobre ele. Eu não digo que ele não tenha condição de resistir. É claro, ele poderia resistir, não estou tentando inocentá-lo, inteiramente. Mas quero dizer que há toda uma série de estruturas em cima dele, não somente os valores, digamos conservadores da sociedade brasileira, sobre a importância de não ser enganado pela mulher, mas inclusive as políticas públicas que estão pagando um teste de paternidade e DNA. Avalio que isto é uma violência estrutural, de certa forma. Essa é uma violência que, no sentido foucaultiano, pode ser usada tanto contra a mulher quanto contra o homem. Porque não são exatamente as estruturas econômicas que estão oprimindo as pessoas, são outras estruturas, dispositivos, que estão se impondo, sem que ninguém meça as consequências sobre isto ou questione. Tem diversas possibilidades nessa questão. Por um lado, os homens podem usar o DNA para contestar a paternidade contra suas companheiras que estão querendo fazer valer a paternidade. Por outro lado, tem um caso muito interessante, registrado por uma antropóloga argentina (Martinez, 2004), onde uma mulher, legalmente casada com o marido, acaba tendo filhos com seu amante. Aí, depois, ela se separa do marido e entra com o teste de DNA para mudar a paternidade dos filhos, para ficar no nome do amante - o "verdadeiro" pai. E o pai legal, só para azucrinar (imagino que é só para azucrinar, porque não temos acesso a ele) se nega a renunciar à paternidade dos filhos, que é uma paternidade legal.⁸ Então,

⁸ MARTINEZ, M.J. *Paternidades contenciosas: Un estudio sobre filiaciones, leyes e burocracias*. In: TISCORNIA, S. (ed) *Burocracias y violencia: Estudios de antropología jurídica*. Buenos Aires, Antropofagia, 2004, pp. 403-433.

nesse caso, você pode dizer que esse dispositivo, quer dizer, que o DNA poderia ajudar a liberar a mulher da autoridade patriarcal, para ela poder decidir livremente, quer dizer "livremente" - em função do afeto, das relações sexuais e tal - quem é o pai do filho dela. Mas, é isso que eu quero dizer: se observarmos um caso ou outro, o uso dessa nova tecnologia pode ser A ou B, pode ser uma violação total ou uma salvação total. É por isso que acho tão importante pensar: mas o que está acontecendo em maior escala? O que é que se repete aqui? Quais são as tendências? É impossível adivinhar a violência estrutural, tem que entender, fazer pesquisa.

RP: Na verdade esse seu argumento, de que o DNA não está sendo usado apenas pelas mulheres, mas também pelos homens, seja para afirmar seja para negar a paternidade, revela uma nova maneira de falar sobre violência estrutural.

Claudia Fonseca: Sim, porque estamos sempre procurando através das pesquisas levantar coisas que não são imediatamente evidentes. É por isso que vamos atrás da questão estrutural foucaultiana, porque é uma coisa menos facilmente imaginável, e onde o olhar do cientista social traz uma contribuição particular. Isso não quer dizer que não vale a pena aprofundar e reiterar coisas já conhecidas, mas gostamos do "novo" - daquela sensação de descoberta. Queremos contribuir com coisas originais, odiamos nos repetir! Falamos alguma coisa uma vez e não queremos repetir mais. Penso que, especialmente nos espaços extra-universitários, tem coisas que para nós são absolutamente banais, são tão banais que não precisamos nem reiterar entre nós. Já passamos adiante. Quando somos chamados a falar - enquanto universitários intervindo na sociedade civil - acho que esquecemos que temos que repetir determinadas coisas que já conquistamos. Para colegas, podem ser banalidades, mas para as pessoas, no geral, não são.

E uma dessas coisas, me parece, é a questão da família. Acho que “a família” é uma idéia que pode ser muito nociva. Claro, nós trabalhamos muito perto dos “atores”, dos informantes. Amamos eles e respeitamos a sua opinião e para eles a família é super importante. Quando falo dos efeitos nocivos, não estou falando deles, do uso dessa noção de família por meus informantes no dia-a-dia. Estou falando das políticas públicas, das delegacias, da insistência dessas instâncias. Creio que procurar uma solução para os problemas das pessoas, sempre apelando para a “família” - melhorar a família, construir a vida familiar - é uma coisa medieval, é uma omissão do Estado, é algo que perpetua uma violência incrível. Avalio que as relações familiares são fundamentais, são importantes, mas esse chavão “família”, essa idéia de “falta um homem para botar ordem nessa família”, “falta uma autoridade paterna para o filho não entrar na delinquência”, é uma coisa terrível. Temos que pensar de forma muito mais imaginativa.

Agora estou começando a entender por que Guita Debert tanto critica as Delegacias que “botam um band-aid e mandam a mulher de volta para a família”. Eu sempre argüía, “o que é que tem de errado se é isso que a mulher quer?” Mas agora estou vendo: o errado não é o que a mulher quer, o errado está na Delegacia, que não oferece outra alternativa, que não oferece opção. E tampouco é somente o abrigo para passar a noite. É a creche de qualidade para os filhos, é emprego decente para ela poder sobreviver sozinha. Aí estamos entrando em coisas que extrapolam a Delegacia, claro... mas temos que nos dar conta de que, nessas condições, a total dependência da mulher (ou do idoso...) em relação à família é consequência direta da omissão do Estado.

Por um lado, a eterna centralidade da família é um discurso que temos que combater! Aquela família conservadora, a panacéia de todos os problemas, “por causa da família”, é um álibi para ignorar as violências estruturais, etc... Por ou-

tro lado, não sou contra o homem de forma alguma. Acho o homem uma grande vítima hoje e sinto, instintivamente, uma simpatia tremenda por eles. Por isso, esse campo de pesquisa sobre masculinidade faz sentido. O homem que na atual conjuntura estrutural anda desempregado, ignorado pelas políticas públicas, culpado por tudo que não dá certo, está procurando um lugar no mundo atual. Isso não é motivo para bater na mulher, óbvio! Mas acredito que temos de pensar sobre masculinidade, sobre relações de gênero, dentro do contexto total. Quero deixar isso claro! Fico ralando contra as lamentações sobre o “homem ausente”, “a necessidade de fortalecer a família”, “saudades da paternidade responsável”. Acho esse discurso asqueroso! Mas não quer dizer que o homem não deva ter família. Acho ótimo para o homem ter família. Penso que os homens precisam mais da família do que as famílias precisam dos homens! (risos) Mas, parece que tem gente acreditando que a simples presença de um pai ou a estabilidade do casal – esse tipo de “família estruturada” – vai consertar tudo. Essa é uma idéia ridícula. Um homem que não consegue emprego (e são muitos) não vai ajudar a combater a miséria, nem necessariamente melhorar o clima afetivo da casa. Às vezes, uma avó pensionista faz mais para “estruturar” a família, para criar um ambiente legal para crianças, do que o pai. Óbvio que a família - relações familiares - fazem parte da nossa realidade, no Brasil. É quase impossível pensar sensibilidades, violências, sem essa dimensão das relações familiares atrás – mas essas relações são tão variadas, há tantas possibilidades de permuta e combinação, que seria absurdo ficarmos centrad@s naquele núcleo do casal e seus filhos... .

FM: Como V. analisa a influência dos eventos internacionais dentro desse campo de estudos?

Claudia Fonseca: Quando falamos em “influências internacionais” no movimento feminista, todo mundo pensa em Beijing, Cairo, Durban, nas grandes conferências. Nessas nunca fui.

Quanto às influências intelectuais diria que a minha influência, mesmo a francesa, aprendi a valorizar através da Antropologia brasileira. O meu apreço pelos estudos feministas passou pela Antropologia brasileira, pelas minhas interlocutoras daqui.

Quer dizer, tive a sorte na França de fazer amizade com Françoise Zonabend. Fui procurá-la depois de defender meu primeiro doutorado (em 1981) e criamos uma amizade que durou muito tempo. Foi ela que me contatou com Colette Petonner, com quem acabei fazendo meu Doutorado de Estado, foi ela também que me antenou na história social e que me direcionou para as historiadoras feministas na França (Michelle Perrot, Arlette Farge, etc.). Isso, sem que eu que nunca fosse "aluna" dela. A relação que tivemos me lembra muito a descrição que Mariza Côrrea faz em algum lugar do ambiente da pesquisa feminista: trocamos referências bibliográficas como nossas mães trocavam receitas de cozinha - num mesmo ambiente de fofoca e solidariedade.

Tive a mesma experiência agora, em 2005 - indo para uma conferência de antropólogas feministas em Ann Arbor Michigan e organizada pela futura presidente da Association of Medical Anthropology, Márcia Inhorn. Num pequeno evento que reuniu umas 300 pessoas, conseguiram pagar todas as despesas, fornecer todas as refeições (nem que o almoço fosse num saquinho de papel), e nem cobraram taxa de inscrição dos estrangeiros. Criou-se um clima de troca como nunca vi em outra conferência desse tamanho.

AB: Você poderia falar um pouco sobre as suas orientandas, o núcleo de pesquisa e os parceiros locais, da sua instituição?

Claudia Fonseca: Entre as orientandas, lembro que "Peninha" (Carmen Sílvia Rial) foi a primeira. Vejo gênero subjacente a todos os temas que ela descreve na tese (a evolução das relações de gênero acompanha a evolução da arquitetura das casas...), mas ela logo partiu para outros temas.

Então, não associo tanto o trabalho dela à linha de gênero. Foram Flávia Motta e Jurema Brites que mais me empurraram nessa direção. Fizemos isso juntas, naquela época, nos guiando, pensando, discutindo (jogando cartas e preparando jantares). Depois ela (Flávia) vai me lembrar: "Cláudia, fui eu que recomendei Joan Scott para você". (risos) Certamente, ela é quem mais levou adiante a concentração no gênero, e sempre de um ângulo original, iconoclasta: de "velhas faceiras" a homens apostando toda sua masculinidade no canto de um pássaro, e finalmente, a tragédia do estupro. Passou da UFRGS, para PAGU e agora está no NIGS. Outra orientanda foi Adriana Boff que fez sua tese, "O Namoro está no ar", sobre casais (muitas pessoas divorciadas e tal) se formando dentro da própria rádio Farroupilha. É ela que elaborou, junto com Ondina Fachel, um artigo sobre sexualidade para homens, gênero para mulheres.⁹ Tudo isso estava sendo discutido no nosso núcleo naquela época.

Preciso também mencionar os "fundadores" do NACI, entre os quais Alinne Bonetti (que começou com prostitutas, e logo passou para promotoras legais populares - a mulher na política) e Elisiane Pasini (que começou com infratores, passou e "casou" com prostitutas, como tema) - pessoas fundamentais na minha vida, em todos os sentidos. Mas, elas eram bolsistas de iniciação científica, não ficaram lá, levaram aquele gênio para outras universidades, e me esqueço de perguntar a elas, porque não fizeram tese comigo. Heloisa Paim (trabalhando sobre assuntos tais como gravidez na adolescência e mulheres de homens casados) também estava lá, desde o início, e Marta Jardim (que arraigou sua análise de relações de gênero numa colônia de mendigos). Agora que estou pensan-

⁹ LEAL, Ondina F. e BOFF, Adriana: "Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional". In Parker, R., Barbosa, R. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ: Relume-Dumará, 1996, p. 119-135.

do, elas inspiraram muito Simone Ritta dos Santos na elaboração de sua pesquisa sobre mulheres (mães, irmãs, esposas) de homens presos - em que também explora a temática de gênero. Enfim, a lista é longa e perdi conta, mas aquelas primeiras teses estavam muito voltadas para a questão de gênero. Estou tentando lembrar como é que demos uma guinada, com uma nova leva de orientand@s que estavam interessados mais por instituições, criança, esse tipo de coisa. Certamente ainda agora, Miriam Vieira (para muito orgulho meu) está trabalhando sobre estupro e violência, dentro de uma ótica de Antropologia do Direito. Mas, a maioria dos meus estudantes estão voltados, nesse momento, para pesquisas sobre políticas públicas e judiciário, em particular no campo da infância. O meu núcleo se chama Núcleo de Antropologia e Cidadania. Justamente estava pensando agora em como estou me afastando um pouco do tema de gênero. Na verdade, já vou voltar, estava pensando antes da entrevista, que a UFRGS vai fechar o Salão de Iniciação Científica no final do ano com os temas que escolheram, mas vou sugerir que os bolsistas futuramente participem do Fazendo Gênero porque acho que é um espaço imperdível para as pessoas - especialmente em Porto Alegre - terem interlocução em todos os sentidos. Mas em todo o caso, atualmente estou especificamente com o grupo de cidadania, lidando com abrigos e infratores, abordando a questão da infância e trabalhando muito com Antropologia do Direito.

RP: Você poderia falar um pouco sobre o seu interesse pelo tema prostituição?

Claudia Fonseca: Acho que o interesse nesse tema já tinha despertado um pouco durante a pesquisa de campo na Vila do Cachorro Sentado, com Eni, uma das mulheres mais respeitadas e mais prósperas da Vila, e uma das poucas que morava sozinha com seus filhos. Ora diziam que era prostituta, ora diziam que era sustentada pelo amante brigadiano. Mas

também tinha encontrado muitas referências a prostitutas na minha pesquisa nos arquivos históricos. Em Porto Alegre de cem anos atrás, parece que prostituição podia ser "bico" de boa parte das mulheres pobres. Aí, quando cheguei na Praça XV, hoje em Porto Alegre, não foi tanta surpresa encontrar um montão de mulheres, muitas acima de 35 anos, algumas mais "profissionais", algumas mais "donas de casa..." todas fazendo "ponto". Tenho que rir, porque as alunas de graduação embarcam nessa coisa de estudar prostituição por causa das grandes fantasias... e chegam no campo e levam um choque. Afinal, muitas das prostitutas são mulheres gloriosamente "banais" - no sentido positivo. Elas se preocupam com seus filhos, trocam receita de bolo, procuram cremes de beleza em liquidação... Não têm necessariamente aquele *glamour*.

Uma coisa muito positiva que saiu desse interesse foi a parceria com o Núcleo de Estudos de Prostituição (NEP) em Porto Alegre. Gosto muito desse Núcleo porque Tina Taborda, que iniciou esse núcleo, sempre tinha uma ótica bem relativizadora. Ela é muito próxima às "putas". Então não era nunca uma história miserabilista, vitimista, das "coitadas", "prostitutas", "dominadas". Por isso fui atraída pelo trabalho com o NEP e, na verdade, não faço assessoria para elas porque não precisam. Porque hoje elas têm a Lúcia, que é uma prostituta formada em Ciências Sociais, trabalhando muito bem, fazendo convênios internacionais, etc. Não precisam exatamente da gente, mas temos uma parceria. É mais do que isto: eu coloco os meus bolsistas da iniciação científica com elas. A Elisiane Pasini foi a primeira a realmente ficar muito tempo lá dentro. Brincando, Tina diz que ela acabou lucrando bastante com a prostituição, porque já fez Mestrado e Doutorado sobre diferentes locais de prostituição, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Atualmente tenho mais uma bolsista atuando no NEP, Letícia Tedesco. Estou querendo que ela trabalhe com tráfico de mulheres, mas a idéia é justamente desconstruir as idéias precon-

cebidas da legislação internacional, que não dá pra agüentar. As prostitutas viajam a serviço, tudo bem, e especialmente as travestis podem ter estado no exterior. Mas, se você fala de "tráfico de mulheres", pelo menos em Porto Alegre, ninguém tem a mínima idéia do que você está falando. A maioria das mulheres não consegue nem imaginar o que é, porque não se consideram vítimas desmioladas. E isso levanta a hipótese de que a enorme publicidade dada a esse tema (na mídia e nas organizações internacionais) tem a ver com uma "agenda oculta" dos países centrais que querem estancar a imigração ilegal, essa massa enorme de pessoas chegando de áreas pobres do globo.

E, em termos de parcerias, foi Alinne (Bonetti) quem firmou o convênio com outra ONG feminista — a THEMIS. Denise Dora, daquela maneira genial dela, teve a idéia inicial de convidar a equipe do NACI para fazer uma avaliação do Programa de Promotoras Legais Populares (PLP) dessa ONG, e foi longe. Mas na verdade tudo começou quando bisbilhotávamos a questão da prostituição, e soubemos que a THEMIS tinha um grupo com as prostitutas. Alinne - que estava no primeiro ano da graduação - foi lá investigar. O pessoal da THEMIS evidentemente gostou dela. Abriu as portas para a Antropologia e não demorou para nos procurar - os nossos primeiros clientes "pagos" - para uma pequena pesquisa sobre o que essas mulheres promotoras legais populares estavam pensando sobre os cursos de formação, sobre toda "lengalenga" sobre feminismo, sobre violência, sobre todas essas coisas.¹⁰ Alinne Bonetti fez tese de Mestrado na UFSC sobre isso, com orientação de Miriam Grossi, mas gosto de imaginar que ainda tenho uma parte no diálogo. Certamente continuou, sempre indiretamente, o diálogo com a THEMIS. Fiz parte do conselho diretor. Eu tenho muito respeito pelas abor-

¹⁰ Um olhar antropológico sobre o Projeto Themis: Promotoras Legais, Populares, 49 p., divulgado no site <http://www.themis.org.br/ProgramasIndex.htm>.

dagens delas, justamente porque sinto que fazem um trabalho autoquestionador sobre violência de gênero. Não ficam com idéias preconcebidas, mas escutam, repensam. Miriam Vieira recém trabalhou com Alinne na THEMIS e depois resolveu fazer Doutorado, sobre um tema ligado à violência e mulheres. Então, sempre tem um pé na porta. Mas estou me dando conta que tenho que fazer mais que manter um pé na porta.



DEBORA DINIZ¹

[Rozeli Porto]

RP: Você poderia falar sobre a sua trajetória acadêmica, relacionando-a com a questão da violência contra as mulheres?

Debora Diniz: Eu não me considero uma especialista no tema da violência. O único projeto que coordenei em parceria com Kátia Soares Braga sobre esse tema foi patrocinado pelo Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE), Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR). Foi um projeto conduzido pela ANIS em parceria com a Universidade de Brasília, e consistia, num primeiro momento, em um levantamento extenso de publicações sobre violência sexual contra a mulher,² abrangendo vários campos disciplinares no Brasil. Localizamos 1.170 referências e organizamos um livro que foi publicado recentemente pela editora da Universidade de Brasília (UNB) e pela LetrasLivres.³ Num segundo momento, tínhamos um grupo de consultoras

¹ Entrevista realizada por Rozeli Porto em Florianópolis, em 16 de fevereiro de 2004.

² *O Serviço Social e a Enfermagem Enfrentam a Violência Sexual Contra a Mulher: Um projeto de capacitação do ensino superior no Brasil*. ANIS/Universidade de Brasília, 2003.

³ BRAGA, Kátia Soares; NASCIMENTO, Elise e DINIZ, Debora (Orgs.) *Bibliografia Estudos sobre Violência Sexual contra a Mulher: 1984-2003*. Brasília: LetrasLivres, Editora da UnB, 2004.

especializadas no tema da violência que analisou o conjunto dessa bibliografia, selecionou uma média de 30 referências como básicas para o ensino do tema nas carreiras de Serviço Social e Enfermagem. O resultado foi que montamos dois programas de ensino e os distribuimos para todos os centros de ensino superior de Serviço Social e Enfermagem no país. Neste projeto, partíamos do pressuposto de que uma professora não necessitaria ser especialista no tema da violência contra a mulher para introduzir o programa de ensino em seu departamento ou partes dele em disciplinas afins. Nossa idéia era que, de posse do programa de ensino, professoras de áreas próximas – como de estudos de gênero ou teorias sobre a infância – poderiam ser sensibilizadas para o tema da violência, sentindo-se confortáveis para se aproximar do tema em sala de aula. Durante um semestre, realizamos um pré-teste do programa de ensino no Serviço Social e na Enfermagem na Universidade de Brasília. No Serviço Social, fui a responsável pela disciplina – era uma forma de testar como uma não especialista lidaria com o programa – e na Enfermagem, as responsáveis pelo pré-teste foram Dirce Guilhem e Silvéria dos Santos, ambas especialistas em gênero e nos estudos sobre mulheres. Essa foi a minha primeira grande experiência com o tema e me estimulou a realizar agora uma pesquisa nacional sobre todas as iniciativas do Serviço Social e da Enfermagem sobre violência sexual contra a mulher no Brasil. Quero, futuramente, escrever sobre tais iniciativas, e ainda sobre como essas disciplinas podem ser introduzidas e como o tema da violência sexual pode ser discutido nessas duas carreiras. Mas, esse tema acabou por me interessar sempre indiretamente, pois está diretamente relacionado ao do aborto. Portanto, muito embora a violência não tenha sido a minha questão central de pesquisa ou de intervenção, sempre tive que me aproximar dela para entender as demandas do aborto legal.

RP: Você já fez pesquisas para agências financiadoras, no caso essa que você acaba de mencionar foi uma delas?

Debora Diniz: Essa foi uma delas. O projeto *A Enfermagem e o Serviço Social enfrentam a Violência Sexual contra a Mulher* teve como meta a capacitação do ensino superior. O nosso objetivo era que essas duas carreiras conseguissem introduzir o ensino, a extensão, ou a pesquisa em violência sexual contra a mulher, então nós queríamos proporcionar mecanismos para facilitar essa inserção, através da bibliografia e dos programas de ensino.

RP: Quais foram @s autor@s nacionais e internacionais que você leu no decorrer dessas atividades e que v. considera importantes do ponto de vista do feminismo e da violência?

Debora Diniz: Tive que ler muito nesse campo agora, para poder dar aula. Durante um semestre ofereci um curso sobre violência sexual, portanto, as minhas leituras não foram feitas no sentido de escrever textos, logo, não criei nada nesse campo. No momento o que faço é avaliar as fontes. Creio que nós temos uma dificuldade muito grande dentro do campo no Brasil, de conseguir falar de violência sexual sem partirmos do marco teórico da violência de gênero... Temos carências de pesquisas empíricas cuidadosas. Estamos imersas em um campo ambigualmente tenso, enfrentam-se dificuldades com as categorias, não se quer falar de algoz e vítima, não se quer falar dessas dicotomias tradicionais, mas, por outro lado há armadilhas éticas. Uma delas é se deve ou não haver compromisso de intervenção das pesquisadoras de Ciências Sociais a partir de suas pesquisas. No pré-teste que aplicamos na Universidade de Brasília em que, por um lado, estávamos com duas carreiras de assistência e interventivas – Serviço Social e Enfermagem – mas, por outro lado, essencialmente com fontes bibliográficas das Ciências Sociais, este era um incômodo ético continuamente discutido em sala de aula.

Uma outra característica do campo, a partir desta análise das fontes, é a certeza de que temos estudos e pesquisas importantíssimos de organizações feministas, mas que se encontram perdidos no universo da comunicação não indexada. Este conjunto de informações foi particularmente difícil de ser recuperado por ocasião da bibliografia e consideramos que é uma ausência importante em nosso trabalho. Mas, infelizmente, não há como se propor estratégias seguras e representativas de recuperação desta informação, pois sua característica é a fragmentação total.

RP: Sobre suas parceiras de discussão, além daquelas que são coautoras do livro sobre bibliografias (Kátia Braga e Elise Nascimento) e Fabiana Paranhos, quem mais participou desse projeto sobre violência sexual? Com quem você discutiu esse projeto?

Debora Diniz: Nós tínhamos consultoras, além de colaboradoras. Uma pessoa que contribuiu neste processo foi Elcylene Leocádio, que na época trabalhava na Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Lourdes Bandeira foi outra pessoa-chave neste processo: não apenas pela proximidade institucional – estamos as duas na UnB – mas pela experiência que ela acumulou no trânsito entre as Ciências Sociais e a Biomedicina.

Nós tentamos referências da enfermagem e do serviço social que trabalhassem com o tema da violência, que foram os/as nossos/as consultores/as para verificar a adequação daquela bibliografia. Mas chama a atenção o fato de que encontramos muito mais referências na enfermagem do que na medicina mesmo, pois esse é um tema que preocupa particularmente as enfermeiras.

RP: Qual foi a dificuldade que vocês tiveram para montar uma disciplina sobre violência sexual contra a mulher?

Debora Diniz: Sem sombra de dúvida, a primeira dificuldade foi a ausência de bibliografia em língua portuguesa. Nos-

sa produção bibliográfica neste campo é em torno das mesmas temáticas, há pouquíssima diversidade analítica e teórica. Isso torna praticamente impossível sustentar um curso de 60 horas, por exemplo. Além disso, há poucas pesquisas empíricas originais: não temos análises da estrutura política, jurídica ou parlamentar sobre este tema. O que há de mais original – dissertações, teses e trabalhos acadêmicos formais – é de difícil recuperação e de difícil incorporação como bibliografia de referência para cursos de Graduação. Há poucos artigos em periódicos indexados, por exemplo.

RP: E no caso da bibliografia internacional, você acredita que haja diversificação?

Debora Diniz: Nos idiomas originais de publicação, sim. O problema é que não temos muitos estudos traduzidos. Isso é ainda um problema em grande parte dos cursos de Graduação. Sei que rapidamente está mudando – na Universidade de Brasília, por exemplo, cada vez mais se introduz bibliografia em língua inglesa. Mas é ainda um processo inicial. A alternativa é utilizar outros recursos: vídeos, documentários, matérias de jornais, projetos de lei, etc.

RP: Na sua opinião, qual seria o rumo dessas pesquisas empíricas, o que você acha que pode ser feito?

Debora Diniz: Acho que um primeiro problema que temos, que impede que consigamos dar passos diferentes, é que existem poucas referências teóricas sobre o tema da violência para essas jovens pesquisadoras se pautarem. Então se analisamos as referências bibliográficas das teses brasileiras sobre este tema, aposto que elas vão estar falando o mesmo, o que temos não é nem marco teórico, mas um marco conceitual ainda muito rudimentar. Há um desafio de criatividade.

Um segundo é que a pergunta se mantém a mesma nos últimos dez, quinze, ou vinte anos, ou seja, se violência sexu-

al é uma representação de desigualdade de gênero. Esta é uma afirmação correta, mas que deve ser entendida apenas como o passo inicial. É raro termos um estudo como o de Maria Filomena Gregori,⁴ original e desafiante como foi no momento de sua publicação.

Um terceiro ponto – mas não menos importante – é que não temos nenhum estudo brasileiro, sob nenhum formato, da violência contra meninas ou mulheres portadoras de deficiência. Não há nenhuma pesquisa, estudo teórico, análise de caso sobre as mulheres mais vulneráveis a todas as formas de violência, e em especial a violência sexual, que são as mulheres deficientes mentais. O que esse silêncio quer dizer?

RP: Como é que você interpreta o diálogo entre a academia e a militância?

Debora Diniz: Para o movimento feminista, não há dúvida que a violência é algo a ser combatido. Um mundo violento contra as mulheres é um mundo equivocados. Nenhuma feminista militante duvidaria desta afirmação. O mesmo já não posso dizer das acadêmicas que escrevem sobre violência. Não que elas considerem a violência algo bom, mas o princípio da neutralidade científica as distancia do compromisso ético com a intervenção. No meu entender não há como se trabalhar o tema da violência numa perspectiva feminista, sem partir do pressuposto moral de que o mundo com violência é um mundo no qual não queremos viver.

ESTELA M. L. AQUINO

[Karla Galvão Adrião]¹

KGA: Como se iniciou sua trajetória profissional e seu envolvimento com a Medicina?

Estela M. L. Aquino: Quando comecei a fazer medicina, em 1972, pensava em trabalhar com Psiquiatria, propósito que abandonei já no terceiro ano do curso. Naquela época, ficávamos muito empolgados com a proposta de médico generalista que eventualmente iria para o interior. Procurei então experimentar várias modalidades de prática no sentido de ter a formação mais integral possível. Fiz estágios em centro cirúrgico, UTI, e serviços de emergência, fiz partos e estágio em área rural, pois acreditava que isso era importante para a minha formação. Sempre tive uma boa relação médico-paciente, mas a clínica me causava muito mais sofrimento do que gratificação. Então, quando estava no 4º ano, duas coisas foram muito significativas para as minhas escolhas profissionais futuras. Em primeiro lugar, uma amiga que estudava psicologia (e hoje é psicanalista) me apresentou um texto do Lévi-Strauss sobre xamanismo e eficácia simbólica, me dizendo que não estava

⁴ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

¹ Entrevista realizada por Karla Galvão Adrião, nas dependências do MUSA – Programa de Estudos em Gênero e Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, em 03 de agosto de 2004.

agüentando minha arrogância médica. Eu fiquei muito instigada pelas idéias contidas no texto e este foi meu primeiro contato com a produção sócio-antropológica.

Nessa época também tínhamos uma boa professora de Semiologia e Clínica Médica, que atuava também na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A partir das minhas inquietações em conversas e das minhas intervenções em sala de aula, ela me dizia: "Você não tem nada a ver com a clínica. Precisa conhecer o pessoal da Medicina Social". Comecei a me informar a respeito e ao me formar, em 1977, concorri a uma vaga na Residência em Medicina Social da UERJ. Embora não tivesse grande clareza sobre o que esse campo me oferecia em termos profissionais, rapidamente me encantei com os professores e com o curso que incluía uma atuação na Baixada Fluminense em um projeto de Medicina Comunitária. Todos os dias, nós íamos para Austin (Nova Iguaçu) onde desenvolvíamos atividades clínicas de atenção primária e nos iniciávamos em saúde pública, com práticas de vigilância epidemiológica e educação em saúde. Nos fins de semana, parte de nós voltava ao bairro com uma proposta de Educação Popular para "conscientizar o povo" sobre os seus direitos à saúde e a melhores condições de vida. Lia avidamente as obras de Paulo Freire e me indignava com as injustiças sociais. Nesse período ainda vivíamos a repressão política da ditadura militar, embora a luta pela democratização do país ganhasse cada vez mais força e nos inspirasse cotidianamente. Posteriormente, já em 1982, iniciei o mestrado no mesmo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Esse curso foi ainda mais interessante, porque minha formação médica não incluía Ciências Sociais e pela primeira vez fui apresentada a vários autores clássicos, onde destaco Michel Foucault com suas obras "Microfísica do Poder" (Editora Graal) e "O Nascimento da Clínica" (Editora Forense Universitária). As aulas de Madel Luz, soció-

loga que investigava instituições médicas no Brasil e Hésio Cordeiro tratando do complexo médico-industrial foram espaços significativos de iniciação.

A constituição da área de Saúde Coletiva,² onde atuo hoje, fortalecia-se como campo de saber e de práticas, com grande inspiração da sociologia marxista e intenso engajamento na luta pela democratização do país, em um movimento pela Reforma Sanitária brasileira baseada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade da atenção à saúde e do direito à saúde como um bem a ser assegurado pelo Estado. A Antropologia tinha bem menos expressão e só foi se fortalecer nos anos 90, com o advento da AIDS e dos estudos sobre sexualidade. Mas já na primeira metade dos 80, a professora Maria Andréa Loyola, que retornava da França, nos ofereceu disciplinas e nelas fomos apresentados à literatura antropológica sobre saúde, em particular a Luc Boltanski – com "*As Classes Sociais e o corpo*" – e Claudine Herzlich – com "*Médecine, Maladie et Société*". O psicanalista Jurandir Freire Costa nos alimentava com sua obra "*Ordem médica e norma familiar*", de 1979. Éramos introduzidos à "*História social da criança e da família*" de Philippe Ariès. Também recebi os fundamentos da Epidemiologia - na América Latina fortemente influenciada pelo marxismo na chamada Epidemiologia Social, na qual se enfatizava a determinação social das doenças. Essa foi uma fase de intensas reflexões e debates. Comecei a descobrir que podia trabalhar com saúde

² A Saúde Coletiva constitui-se em um campo do conhecimento, de caráter interdisciplinar, que tem como especificidade, o fato de recuperar a natureza social da saúde e da doença, entendendo que essa problemática só tem sentido ao interior de uma polaridade maior, da vida humana e da morte, como processos igualmente sociais. Pode também ser compreendida como um campo de prática, tendo como marca a perspectiva de "entender para transformar" a realidade e as práticas sociais em saúde. No Brasil, a adoção do termo Saúde Coletiva buscou demarcar um novo campo frente à Saúde Pública tradicional, além de enfatizar a interdisciplinaridade, recusando a hegemonia médica implícita a outros termos como Medicina Comunitária, Medicina Preventiva e Medicina Social.

numa perspectiva diferente, porque as experiências anteriores me causavam muito sofrimento e insatisfação. A entrada nesse campo representou uma forma de lidar com a questão da saúde em uma perspectiva social e populacional, que conferia novo sentido à minha formação médica.

Fiz toda a minha formação na Saúde Coletiva. Sou representante de uma geração que teve uma formação mais holística, no sentido de articular teorias da saúde com teorias sociais, e em certo sentido o início da minha formação pós-graduada não correspondia propriamente a uma especialização, tal como a concebemos em um caráter de aprofundamento unidisciplinar. A especialização em Saúde Coletiva, ao contrário, correspondeu a uma inflexão interdisciplinar, que ampliava minha formação agregando conhecimentos de novos campos desconhecidos anteriormente. Essa inflexão instigava minha curiosidade e suscitava a vontade de me expor às várias possibilidades de inserção profissional e acadêmica da Saúde Coletiva, no Rio de Janeiro, representadas basicamente por dois pólos: o IMS/UERJ e a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), onde realizei dois cursos de pós-graduação lato senso, um deles em planejamento e saúde.

Minha experiência de Educação Popular, durante a Residência, havia motivado uma aproximação à obra de Paulo Freire e me inclinava a buscar uma formação em Educação em Saúde. Nessa época, ao terminar a Residência, pretendi fazer o Curso de especialização nesta temática, oferecido na ENSP, pelo professor Joaquim Cardoso de Melo, uma referência fundamental, que infelizmente já faleceu. Entretanto, naquele ano (1980), não foi oferecido este curso e, na minha busca de alternativas profissionais, acabei fazendo um curso de planificação em saúde e posteriormente trabalhando em um projeto de regionalização dos serviços de saúde do município do Rio de Janeiro, que foi minha primeira experiência profissional em Saúde Coletiva.

Era uma equipe com quatro pesquisadores, sendo três mais experientes que eu, entre os quais fiz uma grande amiga – Thelma Silveira – uma mulher interessantíssima, com quem aprendi muito sobre os impasses entre maternidade e carreira. Com ela compartilhei discussões muito interessantes sobre literatura, fazendo parte de um grupo de paulistas e cariocas que discutia o modernismo, a partir de uma edição fac-símile de um diário da *garçonnière* de Oswald de Andrade – *O Perfeito Cozinheiro das Almas desse Mundo* (Ed. Globo, 1992). A figura central do diário, única mulher que freqüentava o local era Daisy (ou Miss Ciclone), namorada de Oswald, que inspirava jovens pintores e escritores com suas atitudes modernas e livres, no final dos anos 10 do século XX. Foi através da Thelma que fui convidada a integrar a equipe de assessoria da superintendência da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, no Instituto Nacional do Câncer do Ministério da Saúde (INCa/MS) onde tive minha primeira experiência profissional significativa. Inicialmente, como planejadora e depois ajudando a criar a divisão de Epidemiologia do INCa.

KGA: Foi assim que se deu a sua entrada na epidemiologia?

Estela M. L. Aquino: Sim, minha entrada no INCa se deu em 1984, época em que se iniciava no Ministério da Saúde o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Eu tinha então uma participação no movimento feminista carioca, o que fez com que na equipe de assessoria que eu integrava passasse a responder por todos as iniciativas relativas ao controle de câncer no PAISM. Isso foi muito interessante porque esse Instituto Nacional do Câncer era referência nacional no Ministério da Saúde e me envolvi na elaboração de materiais, normas, treinamentos, integrando pela primeira vez minha experiência profissional com minha militância feminista, em um momento histórico para a luta feminista pela saúde no Brasil. Assim sendo, no I Encontro

Nacional de Saúde das Mulheres, em 1984, em Itapeverica da Serra, onde exercitávamos o auto-exame ginecológico e discutíamos a integralidade da atenção, fui como representante do INCa, um instituto de alta complexidade, onde menos se esperava encontrar este tipo de discussão. E como representante do INCa assinei a famosa “Carta de Itapeverica”, que incluía críticas contundentes à situação do país e ao mesmo tempo apresentava propostas avançadas para a saúde das mulheres.

KGA: Sua prática feminista era ligada a algum fórum de mulheres, alguma coisa desse tipo no Rio de Janeiro?

Estela M. L. Aquino: Sim, a minha geração foi muito influenciada pelo retorno das mulheres que tinham ido para o exílio durante a ditadura, especialmente daquelas que viveram na França e em outros países da Europa. Com a Lei da Anistia de 1979, a década de 80 foi marcada pelo retorno das exiladas e o movimento feminista que havia tido intensa participação na luta pela democracia e pela anistia, foi então fertilizado pela proposta de organização de coletivos feministas, pela reafirmação da idéia de que “nosso corpo nos pertence”, pelas práticas de auto-exame ginecológico e da realização de oficinas para o autoconhecimento, reapropriação do corpo e construção de identidade. Eu integrei um grupo de feministas que tinha uma grande articulação com a saúde. Uma iniciativa importante nessa época viabilizou-se em torno do mandato da deputada Lúcia Arruda, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), reunindo feministas na sua assessoria e apresentando projetos de lei do interesse das mulheres. Marcou minha experiência feminista e minha vida como mulher ter participado de um grande evento na ALERJ, onde se aplicou o método da “Linha da Vida”, desenvolvido por Marta Zanetti, terapeuta corporal, para sistematizar a experiência de 400 mulheres em torno da sexualidade e reprodução. A partir de pequenos grupos de 8

a 10 mulheres recuperaram-se as experiências de entrada na sexualidade, primeira menstruação, iniciação sexual, casamento, maternidade, contracepção e aborto, orgasmo e prazer sexual, menopausa e envelhecimento. Este evento é a perfeita ilustração da militância feminista na época, onde se enfatizava que “o privado é político”. Foi particularmente significativo ter sido realizado dentro da Assembléia, um re- duto masculino e conservador, onde até hoje as mulheres têm dificuldades para se fazer representar.

KGA: E o debate incluía o desejo de ser mãe...

Estela M. L. Aquino: Sim, é verdade. Mas onde se destacava a necessidade de separar a sexualidade da reprodução. Para uma geração de mulheres jovens de camadas médias cariocas que viveram a entrada na sexualidade com a possibilidade concreta de controlar sua reprodução pelo uso da pílula e antes do advento da AIDS, o exercício da sexualidade livre era uma utopia passível de concretização e nisso investimos nossas energias! Em relação à saúde, o ponto fundamental era a crítica à medicalização e à necessidade de re-apropriação do corpo pelas mulheres. Eu me lembro de um texto sobre auto-exame ginecológico de mulheres européias (acho que de Barcelona) que afirmava “nós não temos um ‘buraco negro’, nossa vagina é cor de rosa”. Um livro que marcou época “*Our bodies, ourselves*”³ [“Nossos corpos, nós mesmas”], produzido pelo Coletivo de Boston pela primeira vez na década de 70 e traduzido e adaptado em 18 idiomas em todo o mundo, trazia informações sobre saúde, sexualidade e reprodução. Também ocorreram inúmeros eventos promovidos pelo movimento feminista, tendo a saúde como tema central. Assim foram os anos 80, muito ricos e férteis em termos de reflexões feministas

³ A este respeito ver *Boston Women's Health Book Collective* no endereço <http://www.ourbodiesourselves.org/>

sobre a saúde e o PAISM, tanto em grupos e centenas de oficinas, como em grandes eventos.⁴ Esta é também a marca da relação entre feminismo e saúde no Brasil, ter se iniciado fora da academia, no movimento social e no âmbito das políticas públicas, ao contrário do que ocorreu nas ciências humanas. No âmbito das políticas públicas, as feministas já tinham influência na formulação de propostas de interesse das mulheres, tendo como seu exemplo mais ilustrativo o PAISM, em 1983. Essa é uma história muito bem contada pela Ana Costa, inclusive em artigo,⁵ do qual sou co-autora, que recupera a importância do PAISM na história da saúde brasileira. Desde o primeiro momento, esse Programa fez uma forte crítica à ação vertical, à separação entre o curativo e o preventivo, numa perspectiva da integralidade, defendendo a assistência em todos os ciclos da vida e trazendo toda uma série de novidades que, ao mesmo tempo, estava sendo alimentada e alimentava o debate que ocorria em torno da Reforma Sanitária Brasileira. Creio que isso confere ao movimento pela saúde com influência feminista no Brasil uma perspectiva muito avançada em relação à América Latina, e mesmo ao que se processou depois no âmbito internacional, nas conferências internacionais. Assim, algumas proposições inseridas nos consensos internacionais são importantes no sentido de legitimar a ação política nacional, mas a luta pela saúde no Brasil encontra-se muito mais avançada em termos da radicalidade das propostas.

⁴ Entre outros, o 1º Encontro Nacional sobre Saúde, Sexualidade e Aborto (1983), no Rio de Janeiro; o 1º Encontro Nacional de Saúde das Mulheres (1984), em Itapeverica da Serra; I Conferência Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos (1986); Encontro Nacional Saúde da Mulher: um Direito a ser Conquistado (1989), em Brasília.

⁵ COSTA, Ana Maria.; AQUINO, Estela M.L. Saúde da mulher na Reforma Sanitária Brasileira. In: COSTA, Ana Maria; MÉRCHAN-HAMANN, E.; TAJER, D. (Orgs.). *Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. 1ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 181-202.

KGA: E a questão da violência, você acha que surgiu também nessa época?

Estela M. L. Aquino: A violência é um tema muito caro ao movimento feminista e ao movimento sanitário. Sua inserção no movimento feminista foi bastante precoce e veio estreitamente ligada a consigna "nossos corpos nos pertencem", tornando a violência conjugal para desnaturalizá-la. Foi o movimento feminista que promoveu sua desnaturalização, ao afirmar "isso é violência" porque até então esta não era sequer assim considerada. Em contraposição ao ditado "briga de marido e mulher ninguém mete a colher" defendia-se que "o privado é político". Um marco importante da luta política contra a violência de gênero foi desencadeado com o julgamento de Doca Street pelo assassinato da socialite Ângela Diniz, em Búzios. Defendido pelo advogado Evandro Lins e Silva, que sustentou a tese da "legítima defesa da honra", Doca Street saiu do tribunal sob aplausos, tendo a vítima sido transformada em ré. Dois anos depois, ele foi levado a novo julgamento, tendo as feministas ganhado as ruas em protesto contra a tese da "legítima defesa da honra" e Doca Street foi finalmente condenado a 15 anos de prisão. A luta feminista contra a violência de gênero desdobrou-se em um conjunto de propostas, inicialmente o serviço de SOS, que oferecia por telefone apoio às mulheres em situação de violência conjugal; as delegacias de proteção à mulher e às casas abrigo, propostas estas que se articulavam a criação dos Conselhos de Direitos da Mulher. A violência contra a mulher ganhou não apenas visibilidade, mas passou a partir de então a ser objeto de políticas públicas. É interessante para pensar as relações entre feminismo e Estado, em um momento em que se lutava pela democracia e começava a se ampliar os espaços institucionais, tanto no parlamento como no executivo. Entretanto, durante os anos 80, este tema foi basicamente pensado no âmbito da justiça e da segurança pública. Na saúde, apesar da articulação que se

promovia entre os temas nas oficinas feministas, isso não ocorreu da mesma forma em termos das políticas setoriais e tampouco na produção acadêmica, o que só ocorrerá nos anos 90.

KGA: Foi a partir da década de 90 que a questão da violência começou a ser tratada nos cursos de saúde, não?

Estela M. L. Aquino: Sim, apesar do crescimento da violência em geral, foi somente na década de 90, que a violência passou a ser considerada um problema de saúde. Inicialmente, pela constatação do aumento da mortalidade por causas externas – termo que designa as mortes por causas violentas, sejam elas intencionais ou acidentais, o que ocorria desde a metade dos 80. A mortalidade por causas externas traduz a expressão mais grave e visível da violência, apresentando fortes diferenciais entre homens e mulheres, o que resulta inclusive na maior sobrevivência feminina. Por isso, acreditava-se que este problema de saúde incidiria mais sobre os homens, não dizia respeito às mulheres. Na segunda metade da década de 90, começa a ser criticada essa perspectiva empobrecida de tratamento do tema, trazendo-se aportes de outros campos disciplinares, para desnaturalizar o fenômeno. Era nesse contexto, que estavam sendo criadas as condições acadêmicas para impulsionar o debate sobre gênero e saúde. Não foi, portanto apenas a epidemia da AIDS que promoveu isso, mas também o tema da violência ao propiciar a incorporação das teorias sociais, justamente por ser complexo, por ser algo que dificilmente podia ser explicado pelas teorias biomédicas.

É interessante assinalar que, apesar da riqueza do que ocorria no movimento social e nas políticas públicas, a influência do feminismo na reflexão acadêmica sobre saúde só ocorreu de forma significativa nos anos 90. Acredito que em parte isso se deva a força do discurso biomédico na naturalização das diferenças sexuais e à grande influência do marxismo na constituição da área de Saúde Coletiva, que conferia prima-

ria à classe social na explicação das desigualdades sociais. Isso, provavelmente fez com que, a despeito da forte crítica à biomedicina e à medicalização da sociedade, existisse grande impermeabilidade na Saúde Coletiva à incorporação das teorias de gênero e às formulações feministas sobre desigualdades. Um outro ponto interessante diz respeito ao reconhecimento da legitimidade da ação política conjugada ao fazer científico, o que de certo modo, nos anos 90, favoreceu a ação feminista na nossa sociedade científica – a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO). Foi a partir dessa constatação, que em 1995 na preparação do III Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em Salvador, a articulação de 25 pesquisadoras com o apoio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos conseguiu imprimir uma marca no evento, propondo painéis, comunicações coordenadas, curso e oficina de trabalho sobre o tema, de onde saiu a proposição de criar um grupo de trabalho permanente na ABRASCO sobre Gênero e Saúde, que se mantém até hoje.

KGA: E tem um trabalho sobre violência também no GT?

Estela M. L. Aquino: Sim, os GTs na ABRASCO têm uma característica diferente dos GTs de outras associações, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), porque não se constituem em espaço de reflexão e produção de conhecimento. Eles são antes de tudo uma instância de assessoria política à direção da ABRASCO e acabam exercendo um papel importante ao influírem na organização dos eventos, e na composição das comissões científicas, mas a atuação do GT é fundamentalmente de assessoria à Direção no que diz respeito às estratégias e ações para consolidação de planos de ação. A violência tem sido um tema bastante caro a nós do GT Gênero e Saúde, motivando sua incorporação nos eventos, fortalecendo e dando visibilidade ao que é produzido.

Ao se desnaturalizar a violência como fenômeno social foi possível tazer emergir com mais força a violência de gênero e suas conseqüências para a saúde. Porque enquanto se trabalhava no marco das causas externas, a invisibilidade da violência contra as mulheres era absoluta. Durante a preparação para a Conferência Mundial de Beijing, na primeira metade dos anos 90, esse era um tema que ainda estávamos defendendo como fundamental, ainda estávamos insistindo sobre sua invisibilidade e sobre como era importante produzir conhecimento sobre isso. No final da década, essa discussão não só começou a ter uma possibilidade concreta de ganhar força no meio acadêmico como também foi possível diversificar as questões a serem abordadas. Por exemplo, a violência institucional, ou seja, aquela praticada nas instituições pelos profissionais de saúde contra usuárias, como expressão de relações de poder de classe e de gênero, começou a ser apontada, especialmente por Ana Flavia Lucas d'Oliveira e a Lilia Blima Schraiber, que chegaram a conquistar um espaço sobre o tema em um dos mais prestigiosos periódicos médicos – *The Lancet*.⁶ Isso vai se dar justamente na virada dos anos 90 para os anos 2000. É quando esse tema ganha força e aparece como objeto legítimo de investigação.

KGA: Você participou da Conferência de Beijing?

Estela M. L. Aquino: Eu não fui à Conferência. Na época, tinha duas crianças pequenas (uma com 1 e a outra com 4 anos) então ir para a China era uma coisa absolutamente impensável, ir para o outro lado do mundo, eu mal conseguia me afastar de Salvador, quanto mais ir até Pequim! Era uma coisa que estava fora de cogitação.

⁶ LUCAS D'OLIVEIRA, A.F.P.; DINIZ, Simone G; SCHRAIBER, Lilia B. Violence against women in health-care institutions: an emerging problem. *The Lancet*, 11 May 2002, 359 (9318): 1681-5.

KGA: Você participou de outras Conferências?

Estela M. L. Aquino: Exceto a Eco-92, no Rio de Janeiro, não participei das Conferências Internacionais promovidas pela ONU na década de 90, período em que a maternagem me manteve em Salvador, admitindo no máximo viagens de curta duração. Toda a minha atuação, portanto, se resumiu às etapas de preparação e avaliação de seus efeitos sobre as políticas públicas no Brasil.

KGA: E outras articulações fora do Brasil, dentro e fora do país?

Estela M. L. Aquino: Fora do Brasil os contatos que tenho são de caráter acadêmico. No Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBa), onde trabalho, existe um forte estímulo à cooperação internacional e o MUSA tem buscado a internacionalização de sua produção, entre outras estratégias, através da cooperação internacional e do intercâmbio de docentes e alunos. Temos recebido e orientado alunas estrangeiras do Canadá, EUA, Peru, França, Itália, Inglaterra, Bélgica, Espanha e Guiné-Bissau. Atualmente, temos no MUSA duas professoras estrangeiras, ambas antropólogas: uma inglesa – Cecília McCallum - e uma peruana – Luisa Elvira Belaunde.

KGA: Vocês têm parcerias fortes aqui no Brasil?

Estela M. L. Aquino: Temos nos empenhado em construir parcerias interinstitucionais como forma de potencializar nossos esforços na legitimação da temática de gênero e saúde. Apesar disso não ser muito fácil, pois é necessário acomodar diferentes interesses e culturas institucionais, os resultados compensam. Principalmente para a formação de novos quadros. Nossa experiência mais representativa e bem sucedida é o Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, criado em 1996 em uma parceria do MUSA (ISC/UFBa) com o IMS/UERJ, o NEPO/UNICAMP, a ENSP/

FIOCRUZ e o Instituto de Saúde de São Paulo, com o apoio da Fundação Ford. Através dessa iniciativa, que inclui a oferta de cursos regionalizados e programa de bolsas de pesquisa, já pudemos formar cerca de 200 alunos e acompanhar os projetos de quase 100 jovens pesquisadores, os quais são oriundos de pós-graduações, universidades, serviços de saúde e ONGs. Os melhores trabalhos dos bolsistas das sete primeiras turmas encontram-se em duas publicações: um livro publicado pela Editora Unicamp⁷ e um suplemento especial dos Cadernos de Saúde Pública⁸, um dos principais periódicos da nossa área.

KGA: Quem você diria que são instituições parceiras do seu trabalho e do MUSA, tanto na academia quanto na militância? Você poderia mencionar alguns nomes?

Estela M. L. Aquino: Nós temos parcerias acadêmicas de caráter mais permanente, e outras com finalidades mais específicas. Por exemplo, no âmbito acadêmico temos trabalhado muito com o grupo que atua com a temática de gênero e sexualidade do Instituto de Medicina Social do Rio de Janeiro, liderado por Maria Luiza Heilborn. Além do Programa de Treinamento, já mencionado, desenvolvemos a Pesquisa GRAVAD - *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil*, que envolveu também o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPACS/UFRGS). A colaboração com o Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), principalmente com Elza Berquó e Regina Barbosa, tem sido uma bela parceria,

⁷ BARBOSA, Regina Maria; AQUINO, Estela M.L.; HEILBORN, Maria Luiza; BERQUÓ, Elza (Orgs.). *Interfaces - Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. 444 p.

⁸ AQUINO, Estela M.L.; BARBOSA, Regina Maria; HEILBORN, Maria Luiza; BERQUÓ, Elza. Editorial: Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. Sup. 2, p. S198-S200, 2003.

formalizada em um convênio de cooperação técnico-científica entre UFBA e UNICAMP. Organizamos com Elza Berquó e Sonia Correa, na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), um seminário nacional de avaliação do impacto das resoluções da Conferência do Cairo que resultou em uma publicação.⁹ Na Região Nordeste, uma grande parceira, que fez doutorado conosco e com quem mantemos cooperação em um projeto sobre violência e gravidez é Thália Barreto da Universidade Federal de Pernambuco. Mas as nossas iniciativas igualmente envolvem ONGs e instâncias da sociedade civil. Por exemplo, com o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, uma ONG que trabalha com arte-educação com jovens e adolescentes, temos desenvolvido atividades para divulgação dos resultados da Pesquisa GRAVAD entre o segmento juvenil. Fizemos também algumas parcerias para realização de cursos de curta duração. Com a Rede Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, para promover o Curso Internacional Enfoques de Gênero em Saúde, com um módulo de 40 horas sobre violência de gênero e saúde. Este módulo foi ministrado por Lilia Blima Schraiber e Ana Flavia Oliveira. Você participou deste curso, não?

KGA: Sim, também fiz parte dele.

Estela M. L. Aquino: Esse curso é um bom exemplo da nossa preocupação em integrar nosso trabalho acadêmico com as instâncias do feminismo na sociedade civil. Isso tem pautado nossa atuação acadêmica e tem trazido bons resultados, inclusive no sentido de conferir visibilidade a uma produção que se dá fora da academia. No suplemento, que publicamos

⁹ BERQUÓ, Elza; AQUINO, Estela M. L.; MARINHO, Lílian Fátima B.; Estela M. L. Aquino; CORREA, Sonia (Orgs.) *Saúde e direitos reprodutivos no Brasil: impacto da Conferência do Cairo nas políticas públicas*. Salvador; Brasília: MUSA/CNPD, 2000. 102 p.

nos Cadernos de Saúde Pública, Maria Betânia Ávila do SOS Corpo escreveu um artigo sobre direitos sexuais e reprodutivos.¹⁰ Tem outros parceiros institucionais que buscamos construir, mas esses têm sido os principais. Entre as iniciativas relevantes, que resultaram desta articulação entre academia e sociedade civil, podem ser citados dois congressos internacionais: o VIII Encontro Internacional Mulher e Saúde, em 1997 e o II International Congress Women, Work, Health, em 1999.

*KGA: E a criação do MUSA, se deu depois de sua tese de Doutorado?*¹¹

Estela M. L. Aquino: Cheguei em Salvador no final de 1989, para fazer meu doutorado e ao mesmo tempo casando com Maurício Lima Barreto,¹² que é meu marido até hoje. Como atuava na área de saúde da mulher, busquei identificar pessoas que pesquisassem o mesmo tema. Greice Menezes, minha grande parceira até hoje, estava voltando da França, onde havia trabalhado em uma instituição controlada pelas feministas que prestava atenção ao aborto. Começamos a nos reunir com mais três mulheres - Terezinha de Lisieux, Éster Daltro, e Ceci Noronha - e dessas reuniões originou-se o MUSA, como um Núcleo de Estudos sobre Mulher e Saúde. Essa sigla tinha um especial significado para nós, pois ao mesmo tempo em que abreviava "mulher e saúde", aludia às musas figuras da mitologia grega, ligadas às ciências e às artes. O Núcleo tinha uma atuação relativamente informal e marginal no antigo Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina, que posteriormente originou o ISC.

¹⁰ Ávila, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 2003, vol.19, suplemento 2, p.465-469.

¹¹ Aquino, Estela M.L. *Gênero, trabalho e hipertensão arterial: um estudo de trabalhadoras de enfermagem em Salvador, Bahia*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, 1996.

¹² Médico, epidemiologista, professor titular do ISC/UFBA, membro titular da Academia Brasileira de Ciências.

Nós nos reuníamos, refletíamos, discutíamos nossos trabalhos. Começamos a agregar alunas de graduação e pós-graduação, porque naquela época não havia homens, só mais recentemente eles passaram a se integrar também. Começamos a investir na nossa formação teórica e metodológica, indo cursar duas disciplinas da pós-graduação na Faculdade de Ciências Humanas da UFBA, uma com Mary Castro e outra com Alda Britto da Motta. A disciplina de Alda era sobre a mulher e o feminismo nas teorias sociais, revendo desde os clássicos - Marx, Engels, Weber, Durkheim - até a produção sócio-antropológica recente, passando por Margareth Mead, Simone de Beauvoir, Juliet Mitchell, Sulamith Firestone, Gayle Rubin...

Essa foi uma disciplina muito importante para nossa formação porque nos forneceu uma base em teorias sociais que não dispúnhamos anteriormente com nossos cursos em saúde. Alda tinha muita paciência conosco e incentivava nossa curiosidade e avidez. Na disciplina de Mary Castro, fomos apresentadas à literatura feminista contemporânea, em suas distintas vertentes e matrizes, lendo autoras brasileiras e de outros países latino-americanos, norte-americanas e européias. Nessa disciplina fomos iniciadas nas teorias de gênero, incluindo o debate trazido pelas mulheres negras, indígenas e homossexuais. Mais do que nos apresentar esta literatura, Mary nos "contaminou" com uma nova perspectiva, com a transversalidade do gênero e sua articulação a outras categorias analíticas como raça/etnia, classe social e geração.

Em 1995 foi fundado o Instituto de Saúde Coletiva, que buscava superar a organização disciplinar e departamental. Experimentando uma estrutura matricial, o ISC passou a se constituir em programas integrados de ensino, pesquisa e extensão, de caráter temático e interdisciplinar. Nessa nova organização, o MUSA pelas suas características foi alçado de um núcleo relativamente marginal a um dos programas que

integram a estrutura do ISC.¹³ Somos atualmente reconhecidos como um dos programas mais atuantes, num rápido e permanente processo de institucionalização. São, portanto, dez anos de Instituto, e quinze anos de existência em 2005.

KGA: *E o seu trabalho de orientação de teses, dissertações e de iniciação científica ocorre através do MUSA também?*

Estela M. L. Aquino: Sim, a estrutura matricial do ISC integra as atividades de ensino da graduação e pós-graduação aos programas integrados que são temáticos: doenças infecciosas, problemas nutricionais, saúde do trabalhador, gênero e saúde etc. Nosso Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva é nível 6 na CAPES e situa-se entre os quatro melhores da área de Saúde Coletiva no Brasil. O Instituto não tem um curso de graduação própria, mas oferecemos disciplinas na graduação e sempre temos alunos envolvidos com nossos projetos de pesquisa através de bolsas de iniciação científica.

KGA: *Há uma orientanda sua, Ieda Franco, que fez a dissertação na área de violência...*

Estela M. L. Aquino: Sim, foi um estudo na Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador.¹⁴ Além dela, que vinha se mantendo na mesma temática, mas atualmente é Subsecretária de Saúde na Prefeitura de Lauro de Freitas, temos outra pesquisadora no MUSA - Acácia Dias, que trabalhou com a violência praticada por pais e padrastos em sua monografia de conclusão do Curso em Ciências Sociais,¹⁵ com orientação de Mary Castro. Foi uma dissertação muito difícil de ser

construída, pois a temática é extremamente sensível e dolorosa. Mais recentemente tenho uma outra orientanda que está fazendo um estudo sobre violência contra mulheres atendidas em um serviço de emergência de Salvador.

KGA: *Ela já terminou?*

Estela M. L. Aquino: Não, ela está ainda cursando o mestrado, mas anteriormente foi bolsista do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva e já tem um artigo publicado no suplemento que mencionei antes.¹⁶

KGA: *Conheço esse estudo.*

Estela M. L. Aquino: Ela entrevistou quase 800 mulheres usuárias de um grande serviço de emergência daqui de Salvador, utilizando o questionário curto para rastrear aquelas com história de violência psicológica, física e/ou sexual alguma vez na vida. Nessas situações, ela aplicou um segundo questionário para aprofundar as informações e coletou também dados dos registros médicos, podendo analisar se essas mulheres demandam atendimento, que tipo de queixa elas apresentam, como é que o serviço as trata, o que se diagnostica, etc...

KGA: *Você acha que no campo da discussão sobre violência esse seria então um caminho, uma nova perspectiva, um espaço para ampliar a discussão? Você vê outros caminhos também além desse de pensar mais essa relação entre violência e doença nos serviços de saúde?*

Estela M. L. Aquino: Penso que esta é uma grande lacuna ainda. A produção existente ainda se limita a conferir visibi-

¹³ Ver <http://www.isc.ufba.br>

¹⁴ FRANCO, Ieda Maria R. B. *Mulheres em situação de violência doméstica no âmbito conjugal: as denúncias na Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, 2000.

¹⁵ DIAS, Acácia B. *Violência sexual na família: cercando o tema (Estudo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes praticada por pais e padrastos)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 1996.

¹⁶ VITERBO, Iracema S. *Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil*. *Cad. Saúde Pública*, 2003, vol.19 supl.2, p.263-272.

lidade à violência, a evidenciar as experiências de violência das usuárias de serviços de saúde. É preciso destacar um único exemplo de grande inquérito populacional, coordenado por Lilia Schraiber (DMP/USP), em parceria com o SOS-Corpo de Recife, que entrevistou mulheres na cidade de São Paulo e na Zona da Mata em Pernambuco, como parte de um estudo multi-países promovido pela Organização Mundial de Saúde.¹⁷ Este estudo permitirá analisar distintos aspectos sobre o tema e já tem como mérito confirmar a alta frequência do problema em nosso meio. Mas na área de saúde, as lacunas são inúmeras e entre as prioridades pode-se destacar a relação entre violência e gravidez, os efeitos da violência de gênero sobre a saúde, os itinerários institucionais das mulheres em situação de violência, entre outras. Um dos grandes problemas em termos de políticas públicas para a questão da violência de gênero é a falta de redes de atenção e as experiências existentes têm se dado por força das lutas feministas, inclusive daquelas que se encontram em postos de gestão e prestação de serviços de saúde. As mulheres que chegam à delegacia são encaminhadas para exame no Instituto Médico Legal, passam pela atenção à saúde até a atenção psicológica e jurídica. Mas o que se sabe é que essas redes ainda são informais ou inexistentes. Há necessidade, portanto de se mapear demandas e itinerários. O conhecimento sobre o tema, especialmente quanto à avaliação de políticas públicas ainda é muito incipiente. Também é preciso ampliar a investigação sobre o tema para incorporar os homens e pensar a relação entre masculinidade, violência e saúde, mas isso é mais incipiente ainda.

KGA: Você acha que para o movimento feminista esse é um espaço de abertura? Às vezes ouvimos muito na militância que substi-

tuir a expressão "contra a mulher" pelo termo "de gênero" significa de alguma maneira, enfraquecer a luta.

Estela M. L. Aquino: No último Congresso Brasileiro de Epidemiologia, o GT Gênero e Saúde promoveu uma oficina sobre desafios epistemológicos e metodológicos da incorporação de gênero no campo da saúde coletiva. Uma das questões que discutimos era relativa a este ponto: a militância feminista tem distintas frentes de atuação entre as quais a academia. Dependendo da instância, é preciso avaliar quem são os aliados e as formas de luta. Se estamos no Conselho Nacional de Saúde lutando contra a violência de gênero e seus efeitos sobre a saúde, certamente estaremos falando de serviços para o atendimento às mulheres. Muitas reivindicações referem-se a ações e políticas voltadas às mulheres. Mas se estamos trabalhando na esfera da educação e lutando por uma educação não-sexista, combatendo as discriminações e as desigualdades, as estratégias são de outra natureza. Entretanto, é preciso que se diga que no que diz respeito à produção do conhecimento científico, gênero é uma categoria analítica da maior relevância. E embora tenha suas origens no feminismo, seu uso não se restringe às feministas. Se temos como perspectiva combater o sexismo da ciência, sua generalização é um avanço e não um prejuízo. É evidente que o processo de legitimação e de institucionalização dessa perspectiva esvazia em certo sentido sua força política, mas não perde seu poder heurístico.

KGA: Os financiamentos que vocês recebem são mais do CNPq, da CAPES ou existem outras fontes?

Estela M. L. Aquino: Temos recebido financiamentos do CNPq e da CAPES. No caso da CAPES basicamente em termos de bolsas de pós-graduação e de pesquisadores visitantes; as bolsas de iniciação científica vêm do CNPq, através do PIBIC. Temos ainda projetos de pesquisa financiados pelo

¹⁷ WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women (<http://www.who.int/gender/violence/multicountry/en/>)

CNPq, mas também de agências internacionais: Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), Fundação Ford, entre outras. Mas, apesar desses apoios, continua sendo um grande desafio fazer pesquisa nesse país, especialmente sobre temáticas que só recentemente vêm ganhando legitimidade como objetos de investigação.

EVA BLAY

[Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]¹

JC e SB: Gostaríamos de saber inicialmente, como é que você sintetizaria sua trajetória acadêmica desde a opção de entrada em curso de graduação, se fez mais de um curso, de que forma deu continuidade aos estudos...

Eva Blay: Eu me graduei em Ciências Sociais e me especializei na área de Sociologia. Passei por várias etapas: ênfase no marxismo, no estruturalismo, em pesquisa qualitativa, quantitativa. Acabei fazendo uma síntese de tudo isso. Sempre me interessei mais por pesquisa do que por teoria. Estudei muita teoria, mas meu propósito sempre foi o trabalho empírico. A questão da mulher entrou muito precocemente na minha trajetória. Quando tive de fazer uma escolha de tema para o mestrado, doutorado, não conseguia nunca me definir por um tema, não tinha um interesse muito específico, a não ser quando comecei a me interessar pela questão do trabalho feminino. Aí realmente me encontrei. E tinha vontade mesmo de entrar nesta questão. O primeiro projeto que fiz em 1963, foi sobre esse tema, quando comecei a pesquisar a questão a mulher trabalha-

¹ Entrevista realizada por Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker no dia 22 de julho de 2004, na residência da entrevistada em São Paulo.

dora. Fiz um grande projeto orientado pelo professor Azis Simão, que me dava uma força muito grande e era especialista em sindicato. Creio que foi o primeiro projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) nessa área. Eu sempre conto isso para as pessoas que me entrevistam: o Professor Warwick Kerr, que era o presidente ou diretor científico da FAPESP, me perguntou: "afinal, por que é que você quer estudar a mulher?" Ele achou estranhíssimo e tive que defender meu ponto de vista para conseguir o apoio para a pesquisa.

JC e SB: Nessa oportunidade, você já era graduada?

Eva Blay: Sim, já estava formada. Na verdade já estava até trabalhando na faculdade, mas sem remuneração, era "instrutora voluntária", a instituição não tinha verba para me contratar. O curioso é que eu dava aulas e respondia até pela chefia quando o chefe do departamento não estava. Então a solução foi elaborar um projeto de pesquisa para receber uma remuneração, continuar a dar aulas e fazer a pesquisa, que seria uma espécie de mestrado (na época se chamava especialização).

Me casei em 1964, meu filho nasceu em 65, e me lembro que estava amamentando e lendo a edição em francês do livro *Mística Feminina* de Betty Friedan. Aí realmente foi uma grande abertura. Penso que se tivesse ido para a Europa ou para os Estados Unidos, teria uma visão mais ampla do tema do que tive aqui. Depois fiz o mestrado, que não me agrada muito, quando analisei o Ginásio Industrial Feminino, que representava uma espécie de primeira etapa da profissionalização da mulher. Atualmente este tema está retornando.

JC e SB: Por que o mestrado não agradou?

Eva Blay: O trabalho era muito ingênuo. Não tem muita explicação teórica e se baseia numa grande pesquisa quantita-

tiva com todas as hipóteses possíveis e imagináveis. Eu transcrevi tudo aquilo. Quando a banca analisou, concluiu que eu poderia ter "peneirado" para publicar. Não precisava ter incluído todas as hipóteses que não foram confirmadas. Mas não fiz isso. Naquele momento trabalhávamos demais, fazíamos as disciplinas da pós-graduação e a tese sem parar de dar uma única aula. E dávamos aulas no diurno e no noturno. Atualmente, em geral, os pós-graduandos têm a oportunidade de só fazer a pesquisa. Mas, naquela ocasião, eu tinha de fazer a pesquisa e já orientava embora não fosse mestre, além de dar aulas. A família nem contava, realmente vocês podem imaginar a sobrecarga que era. Isso tudo foi muito penoso. Nós que fizemos carreira nesta época sabemos que apenas aquele@s que iam para o exterior é que tinham a chance de se dedicar exclusivamente ao mestrado ou ao doutorado. Essa foi uma opção que eu não tive.

JC e SB: Por que?

Eva Blay: Não sei bem por que... Sei que trabalhei dois anos sem ganhar nada, mas não tive opção, toda a minha carreira foi feita desse jeito. Até a livre docência foi feita dando aulas sem parar um minuto, corrigindo provas, orientando alunos, etc. Tinha uma certa inveja dos meus alunos que vinham do Norte e do Nordeste porque eles ficavam só estudando. Pensava: "mas, isso não é possível e ainda ganham para estudar...". Primeiro fiz o mestrado e depois realizei um estudo sobre a mulher na indústria paulista.

JC e SB: Quem foram seus/as orientadores?

Eva Blay: Há os orientadores formais e os informais.

JC e SB: Quem seriam os informais?

Eva Blay: Teve muita gente. Eu discutia com Azis Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Aparecida Joly Gouveia, eventual-

mente com Ruy Coelho. Mas o debate não era muito sistemático. O doutorado estava se estruturando naquela época. Então não havia diálogo permanente com o orientador. Na verdade, só na minha livre docência, em 1984, é que tive a oportunidade de conversar muito com Azis Simão e com Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nessa ocasião fiz um estudo sobre as Vilas Operárias. O livro chama-se *"Eu não tenho onde morar"*. Nele reconstruí, através das histórias de vida de velhas operárias e velhos operários a relação entre o trabalho e a casa.²

JC e SB: Essa abordagem tinha ligação com o urbanismo?

Eva Blay: Eu acho que sim, mas não acentuaria o urbanismo e sim a urbanização. Nunca tive muito interesse pelos problemas rurais em si, pesquisei sobre indústria, escola e como a mulher estava articulada a tudo isso.

JC e SB: Talvez porque os problemas urbanos perpassem as esferas da escola, da indústria, etc., os vemos em tudo.

Eva Blay: É, eu sempre tive essa mesma visão. Isso é algo que eu gosto. Nesse estudo sobre as vilas operárias, é claro que inclui, na abordagem sobre a trajetória dos operários, a fase da zona rural necessariamente para entender a migração para a cidade. O aspecto mais interessante é justamente quando buscam viver no meio urbano, encontrar uma casa e um trabalho. Acho esse livro muito bonito. Primeiro, porque ele discute com o marxismo, especialmente com Engels, a respeito da questão da habitação. Bom, resumindo, os marxistas diziam que o indivíduo, a família, o homem não tinha de se preocupar com a propriedade da casa, bastava uma de aluguel. Isto facilitaria o deslocamento em busca de salário ou melhores condições. Na verdade, quando você ouve @s trabalhado-

² BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar. Estudo sobre vilas operárias em São Paulo*. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.

r@s, entende que o teto é fundamental. Trabalho é uma coisa que vai e vem, mas quando se tem um teto, as pessoas se sentem garantidas. E a teoria marxista dizia o contrário. Havia na época uma celeuma teórica muito complicada sobre a questão do valor de uso, valor de troca, etc. Azis afirmava: "mas você não está analisando corretamente". E eu dizia: "professor, os dados me mostram isso!" Nós discutíamos muito, eu reescrevi o texto mostrando os argumentos d@s trabalhador@s e dos empregadores. Finalmente ele se convenceu e me disse: "você realmente está descobrindo uma outra vertente, vá em frente!" Aí ele me assumiu. Foi muito gratificante.

JC e SB: A orientação estava formalizada?

Eva Blay: Na livre docência a orientação não é necessária. Você precisa ter orientação até o doutorado. Na verdade, só estabeleci esse tipo de diálogo acadêmico durante a livre docência. Com isso vocês ficam sabendo a pré-história da formação da pós-graduação, creio que, no Brasil. Porque na verdade, quando a USP organizou a sua pós-graduação, não havia parâmetros.

JC e SB: E os estudos sobre violência, quando se iniciaram?

Eva Blay: Quando realmente comecei a pesquisar a questão da mulher no trabalho, em 1964, ocorreu a ditadura. Lembro como se fosse hoje de um grupo de meninas japonesas que vieram até minha casa pedir para eu fazer uma palestra. Elas eram estudantes e ligadas ao Centro Cultural Brasil-Japão. Elas me pediram para falar sobre a situação da mulher trabalhadora. Levei um susto mas, fui e falei. Foi muito bom. Tentei juntar as idéias, e a partir daí, quanto mais a ditadura apertava, mais os sindicatos e as mulheres dos sindicatos me chamavam para falar. E eu ia como professora universitária, mas naquele momento falar sobre os direitos trabalhistas, a intervenção nos sindicatos, era militância política. Por outro lado tinha o trabalho acadêmico. Eu era uma professora que

ia ao sindicato, ao salão da igreja, à rua, à Câmara Municipal, à Assembléia Legislativa, aos Congressos... Confesso tinha medo, nunca sabia se voltaria para minha casa.

JC e SB: Provavelmente você não sabia também se @s colegas militantes voltariam...

Eva Blay: Sumia gente todo dia. Diariamente desaparecia um professor, uma professora, um aluno. Aconteceram muitos fatos. Eles tentavam prender alunos no meio da aula. Me metia um pouco, mas não vou entrar nestes detalhes. Enfim, eu ia falar sempre nos sindicatos, porque as mulheres trabalhadoras pediam informação sobre suas próprias condições de trabalho. Elas não tinham essas informações. O sindicato, o jornal tudo estava sob intervenção. Além disso, eu já escrevia também.

Anos depois, em 1975, ocorreu o Dia Internacional da Mulher. Nesse momento, eu já fazia parte do movimento pela Anistia, que começou como Movimento Feminino pela Anistia, que não começou como movimento brasileiro. No Brasil, ele fazia parte de vários movimentos como a luta contra a "carestia", as passeatas pelas eleições diretas, etc, etc. Havia toda uma militância não partidária, feita nos movimentos sociais. Então era um misto das duas coisas, mas quando se é socióloga, se participa e ao mesmo tempo se reflete sobre os movimentos. Quando a academia começou a discutir o conceito de movimento social, nós, as mulheres já estávamos lá dentro, e refletindo. Então a coisa começou a se organizar. Em 1975, nós tomamos muito cuidado. Não se esqueçam que esse foi o ano em que Wladimir Herzog foi morto. Fizemos os eventos do Dia Internacional da Mulher na Câmara Municipal de São Paulo sob os auspícios da Cúria Metropolitana, da ONU. Fui para o Rio também falar na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Esse foi um momento muito duro e muito perigoso. Mas tínhamos de reagir, já havia muitos professores aposentados pela ditadura.

Nós tomamos uma decisão muito significativa, na qual Ruth Cardoso desempenhou um papel importante. Fizemos uma reunião na Faculdade de Filosofia e nela constatamos que tínhamos dois caminhos: ou nos aposentávamos, nos afastávamos da universidade e cedíamos nossos lugares para a direita, ou ficávamos lá e resistíamos. Nossa opção foi ficar e resistir. Não mudamos a bibliografia. Ficamos firmes ali, discutindo marxismo, classes sociais, relações de trabalho, etc. Ninguém mudou nada do conteúdo. Ficou tudo do mesmo jeito, no caso daqueles que conseguiram ficar trabalhando. Porque àquela altura, 20%, 30% dos professores já estavam aposentados.

JC e SB: Nesse contexto deu-se então sua entrada nos estudos da violência...

Eva Blay: Meu interesse pela violência começou quando ia falar para as mulheres trabalhadoras, como um todo, eu tinha um trabalho de contato direto com elas, não só com os sindicatos, mas com mulheres de periferia, com associações de donas de casa, nas filas para receber leite. Também comecei uma certa militância política no MDB. Quando eu chegava, a primeira coisa que a mulherada falava era: "quem é você?" A segunda pergunta era: "dona, como é que a gente faz para evitar filhos?" Esse era o grande tema. Então, eu começava a falar em planejamento familiar, pílula, camisinha, etc. Em terceiro lugar, meio escondida, sempre vinha a violência.

JC e SB: Nas entrelinhas...

Eva Blay: Sim, nas entrelinhas, mas sempre aparecia essa questão. Comecei a me perguntar como era possível sobreviver frente a tanta agressão. Principalmente quando não se tem esse problema, se leva um susto ao ver que as outras pessoas o tem. E eram problemas graves. Depois começaram a surgir novos estudos que comecei a ler. Acho que tem dois problemas aí: primeiro é a violência doméstica, conceito que

acho que usamos de uma maneira um pouco generalizada demais. E o outro problema é que os estudos em geral, não levam em conta a violência máxima que é o homicídio, o assassinato de mulheres. Essa é a pesquisa que faço agora. Considero que as pessoas foram caminhando, mas chega o momento em que você precisa juntar tudo, então estou fazendo isso, embora não tenha certeza. Penso que violência doméstica é um conceito super importante, mas você tem de explicar que esse tipo de violência não ocorre apenas dentro de casa, sucede também fora de casa. Primeiro, porque a mulher é perseguida no trabalho, no lazer, na rua, em qualquer lugar. Segundo, porque às vezes o agressor não é marido, nem companheiro, nem namorado ou ex-namorado, ou ex-qualquer coisa. Mas mesmo assim ele agride, mata, persegue, etc. Aí o conceito de violência doméstica deixa escapar toda esta realidade.

Então, quando utilizamos esse conceito de violência doméstica, excluimos a dimensão pública de todos esses outros casos os quais, na verdade, são tão importantes quanto ela. Tenho tomado conhecimento de muitas mulheres que foram assassinadas na rua ou no trabalho, ou porque foram dançar, ou estavam conversando com um colega. Às vezes são meninas adolescentes, pois agora são os adolescentes que as matam. As pessoas se perguntam: mas como? Ora como! Viu em casa. Aprendeu, estava na novela. Aprende, vai e faz. E isso não é apenas doméstico. Porque ao se falar na violência doméstica, tem-se uma questão importante: onde vamos colocar todos esses outros casos? Não sei ainda o nome que vou dar para isso, estou procurando. Às vezes encontro alguma coisa que me satisfaz um pouco mais como por exemplo, "violência interpessoal"... Quando você fala em violência contra a mulher, aborda tudo isso.

JCeSB: Então, trata-se de flexibilizar o próprio conceito, de ampliá-lo.

Eva Blay: É, ampliá-lo para mostrar tudo isso.

JCeSB: Como é que você avalia os estudos sobre o tema?

Eva Blay: Considero que eles são muito importantes, pontuais, eles se somam, mas sinto falta de uma síntese. Penso que tais estudos não mostram esse outro lado da realidade. Não tanto quanto eu gostaria que eles mostrassem. Por isso, ampliei o meu enfoque. As denúncias enfatizam a agressão física, o que é importante se não excluirmos a violência fatal. Tenho dado algumas palestras ultimamente, numa delas comentei a letra da música "Cabocla Teresa". O assassino "santamente", conta que ele fez de tudo para a moça que ele amava, construiu uma casa, uma casa isolada no alto da montanha. Mas um dia Teresa não quis mais ficar com ele. Ele quis lhe dar felicidade mas ela "não quis". Sendo assim ele a matou "justificadamente". Culturalmente, o que isso significa: é o modelo da submissão: "eu tenho o direito, eu fiz de tudo, ela não quis". Quer dizer, é um lado egoísta, parcial, a infeliz não tem o menor direito de desejar outra coisa, pois este desejo é considerado traição.

JCeSB: É o argumento da legítima defesa da honra, se duvidar, não?

Eva Blay: Nessa semana dei aula na Academia de Polícia, eram trinta homens delegados chegando ao auge da carreira e uma só mulher delegada. Falei sobre a violência contra a mulher e tive a sensação de que era um tema desinteressante para a maioria. Há uma noção de que esta é uma violência aceita, está implantada no imaginário brasileiro, e não só brasileiro. Será necessário um longo trabalho para inovar no campo dos valores que legitimam a dominação da mulher.

SB: Justamente, e é difícil por conta disso. Porque se trata de instaurar uma outra forma de pensar, seja no poder executivo, seja no legislativo, ou no judiciário, tentando desconstruir esse imaginário que está super consolidado.

Eva Blay: Está consolidadíssimo!!!

Eva Blay: Conteí na aula da Academia de Polícia que, no início do movimento feminista, uma das questões mais abordadas eram os estupros de mulheres e de prostitutas. Elas relatavam que quando iam à delegacia eram estupradas novamente. A reação dos ouvintes foi: "imagina, nunca ouvi falar uma coisa dessas". Tiveram a coragem de dizer isso na minha cara! "Isso jamais aconteceu!". E aí começaram a fazer gozação: "Imagina se a gente ia estuprar uma que tinha sido estuprada". Então, vocês imaginam quanto trabalho nós vamos ter pela frente.

JC e SB: *A sua atual pesquisa é especificamente sobre assassinato?*

Eva Blay: Sim, sobre tentativa e assassinato. Analisei a mídia, os boletins de ocorrência e os processos criminais no município de São Paulo. Na imprensa fiz o levantamento do começo até o final da década de noventa, a entrada do terceiro milênio. Já tinha algo coletado, daí juntei tudo. Fiz um levantamento dos boletins de ocorrência do ano de 1998.

JC e SB: *Isso em todas as delegacias?*

Eva Blay: Sim. O levantamento foi feito manualmente na Secretaria de Segurança. Nada está colocado em computador, e quando está não há registro sobre o sexo das vítimas. Então, nós tivemos que levantar milhares de casos. A minha sorte é que a equipe é ótima. Depois levei dois anos só para levantar os processos. Já tenho os resultados. No momento, recebo uma bolsa do CNPq e uma cota de iniciação científica, estou analisando os processos, já está tudo pronto, só falta sentar e escrever. Nesse meio tempo, tenho aproveitado as oportunidades para fazer algumas outras coisas. Realizei, há vinte anos atrás, entrevistas com as primeiras docentes da USP e da Faculdade de Filosofia. E agora a USP está fazendo 70 anos. Então escrevi um livro com uma colega, Maria Beatriz da Silva Gordo Lang. Esse livro está pron-

to, ficou lindo, ele registra a trajetória dessas mulheres, inclusive com fotos da época.³

JC e SB: *E a sua relação com o movimento social?*

Eva Blay: Depois que houve a renovação partidária, fiquei militando junto ao PMDB, ajudei a formar o Conselho Estadual da Condição Feminina que foi fundado em 1983, com a redemocratização, no Governo Montoro. Eu fui a primeira Presidenta deste Conselho.

JC e SB: *Você não pensou em acompanhar nessa pesquisa também, os tribunais de júri? Os julgamentos na decisão?*

Eva Blay: Sim, fiz o levantamento de todos os processos de 1999.

JC e SB: *V. fez também o acompanhamento das seções?*

Eva Blay: Isto também fiz. Acompanhei muitos casos nos tribunais do júri. Fui assistir pessoalmente o do Procurador do Estado Igor Ferreira. Aí é que vemos o que é impunidade... Ele matou a mulher grávida de oito meses. Nunca foi preso! E o defensor dele era Márcio Tomás Bastos, nosso Ministro da Justiça. No julgamento Marcio disse que o acusado ia se apresentar no dia seguinte. Foi condenado por unanimidade e fugiu. Estamos esperando há três, quatro anos. Não vai aparecer nunca mais, há uma conivência total em relação a ele.

JC e SB: *E o seu envolvimento com o movimento feminista?*

Eva Blay: Comecei a trabalhar no movimento feminista desde os anos 60. Participei do movimento pela redemocratização do país de modo articulado com o feminismo. Por isso, na campanha do Montoro propusemos a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, que foi o primeiro criado

³ BLAY, Eva Alterman e LANG, Maria Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo, Editora Humanitas, 2004.

no Brasil. Daí continuei essa campanha dentro do PMDB, começando a levar essa questão junto com a reorganização partidária. Essa ocasião foi muito ruim para o movimento feminista, porque houve, por exemplo, a divisão entre PMDB e PT. De repente, nós que sentávamos juntas na mesma mesa para discutir os mesmos problemas, começamos a ter confrontos. Eu senti este confronto quando fui convidada pela Irede Cardoso para uma sessão na Câmara Municipal. Até "anteontem" ela era minha colega do movimento feminista. Mas se elegeu vereadora pelo PT e eu presidentista do Conselho da Condição da Mulher (CECF), um órgão ligado ao governo, mas supra-partidário, com representantes da sociedade civil.

Não fazia nem um mês que o CECF começara, a Delegacia da Mulher nem tinha sido criada ainda, eu estava estruturando tudo, não tinha nem sede, nada. Era um movimento que estava se institucionalizando. Numa certa oportunidade, na Câmara, ela começou a me agredir perguntando o que eu e o governo tínhamos feito a favor das mulheres exploradas, daquelas que sofrem violências. Pena que ela não esteja viva para podermos dialogar. Mas eu tenho que contar isso, porque está registrado, está gravado. Ela começou a me atacar em plena Câmara Municipal. E eu olhava para ela pensando: "de onde está saindo isso?... Como eu posso dar respostas, se nós ainda não temos condições?" Naquela época não imaginava que o tema estava sendo tratado como um mero instrumento político de ataque. Foi uma coisa muito desagradável... Aí comecei a tomar um banho de realidade... Banho que estou tomando até hoje.

Começou a ter muito debate, e começou o estilo PT de atacar. Tinha até então, a maior simpatia não só pelas colegas, mas pelo próprio PT, e era um momento em que as divisões eram ainda muito embrionárias; mas, fui atirada para um canto o que implicava em dizer: "agora você assume essa posição porque você é isso ou aquilo", me vestiram uma fan-

tasia, e eu não tinha nada a ver com ela. Nunca entendi política dessa maneira. Acho que, quando se tem em comum os mesmos problemas, as mesmas soluções, se faz aliança. E essas alianças não são feitas quando existem divergências. Avalio que isso faz parte de uma política democrática.

Depois nós conseguimos 25 legendas para mulheres no PMDB; foi um grande salto! E eu não queria ser candidata a nada. Nunca tive muito espírito de buscar votos. Adoro buscar votos para os outros. Mas para mim mesma não (aliás, acho que este é um problema da socialização feminina). E aí falei: "o máximo que eu posso aceitar é ser suplente de alguém". Por isso fui suplente. Foi por isso que acabei sendo senadora. E gostei! Considero que foi possível fazer muita coisa.

Em seguida tentei ser candidata à deputada federal, mas com este meu comportamento de nem contar para as pessoas que eu era candidata, realmente... (risos) e sem nenhum tostão. Há pessoas que só ficaram sabendo depois. Foi uma coisa desagradável, uma experiência que me ensinou. É preciso mudar de temperamento e fazer autopromoção como faz Marta Suplicy. Se você não faz isso, não tem jeito. Daí eu perdi, o que foi ótimo: fui para a França, fiquei um ano em Paris, estudando loucamente, porque outro tema que investigo é a Imigração Judaica, tenho escrito alguma coisa, tenho inclusive um vídeo. Fico sempre balançando entre uma coisa e outra. Recentemente voltei de uma reunião na qual apresentei um trabalho sobre esse tema. Então observo que a questão acadêmica, não está separada da questão partidária e muita menos da questão política e do feminismo. Para mim essas coisas sobrepõem-se. Por exemplo, não deixo de dar entrevistas ou de responder mil e um e-mails que recebo, enviar coisas para jornais, etc. Faço muito isso e continuo fazendo, embora ocupe espaço e tempo.

JCeSB: V. não tem uma pessoa que colabore nesse trabalho, uma assistente?

Eva Blay: Não, não tenho ninguém. É muito complicado. A USP, infelizmente, não facilita essas coisas. É preciso obter verba fora. Quando você é chefe de departamento, aí você ganha uma secretária que ajuda muito, mas essa é uma estrutura do departamento. No tempo que fui chefe de departamento minha produção acadêmica baixou.

Falo em vários lugares, em Prefeituras, não me interessa se é PT, PMDB, etc... Eu vou, se convidam, vou pois temos que difundir nossos pontos de vista, socializar o trabalho de pesquisa, informar. Vou falar em Santo André agora, cuja Prefeitura é do PT, para pessoas comuns.

JC e SB: O que V. pensa da relação entre militância e academia?

Eva Blay: Acho que não existe mais. Você não consegue mais sentar numa mesa com pessoas de outros partidos, estabelecer um diálogo.

JC e SB: Mas mesmo o movimento social desvinculado dos partidos não existe?

Eva Blay: Não o vejo atuando mais. Agora está tudo partidário. Trabalhei durante seis meses na ONU, em Viena, antes de ir para o Senado. Trabalhei lá por causa de meu currículo. Então, realmente você tem que ter jogo de cintura, porque em cada país que você vai as coisas funcionam diferentemente. Se você vai a um país como a Turquia ou como a Tunísia, claro que não pode querer a mesma coisa que você quer na Bolívia ou no Brasil. Você tem que ir mais devagar, isso eu aprendi com nossa coordenadora. Ela dizia: "entre perder tudo e conseguir pelo menos uma perna, vamos ficar com a perna". Tudo bem, você aprende num país que tem uma democracia relativa que não se vai conseguir tudo, então vamos tentar conseguir o que é possível. É preciso ter uma visão muito clara do que as mulheres querem. Não se trata de dizer: "olha esse país está cumprindo, ou não está cumprindo os acordos assi-

nados". Infelizmente, acho que a partidarização, a não ser em raríssimos casos, dividiu o movimento.

Quanto ao movimento social é assim mesmo, temporário. Se não fosse não se chamaria movimento.

JC e SB: Quem são seus/as principais parceir@s hoje, que colaboram nessas pesquisas que V. está desenvolvendo?

Eva Blay: Além do Departamento de Sociologia, tem o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da USP, do qual sou uma das fundadoras junto com Ruth Cardoso e Carmem Barroso, e nele tenho bastante diálogo. Nesse Núcleo temos vários grupos, por exemplo, o grupo de trabalho multidisciplinar, que é coordenado pela Lia Fukui e se centraliza na questão da família. Nele funciona também a Oficina dos Direitos da Mulher que dá orientação jurídica. É uma ONG coordenada por Norma Kyriakos. Há um grupo de Terapia Comunitária. No NEMGE temos um certo diálogo, apresentamos trabalhos em andamento, ouvimos muito, aprendemos muito. Ele existe desde 1985. Saiu muita gente boa dali, a morte levou algumas de nosso grupo. A vida levou cada uma para seu canto, formamos muitos estudantes, mulheres e homens. Mantemos contato. Havia também Helena Hirata. Hoje por exemplo, temos muito contato com as Católicas pelo Direito de Decidir, com Maria José Rosado, com os grupos de mulheres negras. O diálogo depende das pesquisas, inclusive d@s alun@s. Tem muita troca. Aprendo muito com eles e elas, principalmente as novas tecnologias. Temos muito contato com os grupos de mulheres, com profissionais que foram minhas alunas... O novo superintendente, do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) da USP, Ari Plonski, é super feminista, a primeira coisa que ele fez quando tomou posse foi o 8 de março! Foi ótimo, proporcionou espaço para o grupo se formar e trabalhar. Recentemente acabaram de fazer um CD-Rom, inclusive de

um dos trabalhos que apresentei sobre a presença, por sexo, no corpo discente. O pessoal do IPT organizou uma semana inteira com exposições de arte, trouxeram artistas novas, fizeram um evento e publicaram um livro das mulheres na Escola Politécnica. São desdobramentos da questão de gênero na USP. Recentemente eles me convidaram para um debate via Internet, eu nunca tinha participado, foi muito interessante.

JC e SB: Para concluir, uma outra curiosidade: V. define o NEMGE como um núcleo de pesquisa acadêmico, mas ao navegar no site dele, é interessante ver a assistência gratuita, seja psicológica ou jurídica. Ele tem uma cara de ONG.

Eva Blay: O NEMGE essencialmente é uma entidade acadêmica. Mas a ele se juntaram parceiras que são ou ONGs, ou instituições. O NEMGE está aberto a qualquer intercâmbio sem esquecer que fica numa universidade e que, em essência, ele se dedica à pesquisa e divulgação sobre as relações sociais de gênero.

GUIA DEBERT

[Flávia de Mattos Motta e Rozeli Porto]¹

FM: Você poderia falar um pouco sobre sua formação e trajetória acadêmica?

Guita Debert: Fiz a graduação na Universidade de São Paulo (USP) e o mestrado e o doutorado na mesma instituição.

RP: Em Ciências Sociais?

Guita Debert: A graduação em Ciências Sociais, e o mestrado e o doutorado em Ciência Política. Quando terminei o Mestrado fui para a Inglaterra e comecei a fazer o doutorado, foi lá que me interessei pela questão do feminismo. Isso ocorreu entre 1977 e 1978, mas voltei para terminar o doutorado aqui no Brasil também na USP. Nessa ocasião, já estava envolvida com o feminismo, e considerava que essa perspectiva trazia uma renovação para o campo da antropologia, super interessante, porque apesar de ter feito o mestrado em Ciência Política, fui orientada por Ruth Cardoso, tanto no mestrado como no doutorado. Então a antropologia era central e no meio da minha tese de doutorado fiz uma pesquisa sobre as

¹ Entrevista realizada por Flávia de Mattos Motta e Rozeli Porto em São Paulo no dia 07 de dezembro de 2004.

mulheres velhas, buscando entender o que era o envelhecimento feminino para pensar questões do movimento feminista que estavam na ordem do dia.²

Embora o tema da tese não fosse ligado a essa questão, fiz uma ponte para fazer uma outra pesquisa sobre as mulheres velhas. Ao mesmo tempo quando voltei da Inglaterra, comecei a dar aula de antropologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Departamento de Antropologia, até 1984. Ainda fazendo doutorado, nesse mesmo ano, fui para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e defendi meu doutorado em 1986.³ Logo que terminei o doutorado, realizei uma pesquisa sobre os processos de homicídios, estupros e espancamento de mulheres que consta no livro *Quando a Vitima é Mulher*, que foi uma encomenda do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1985 quando Jaqueline Pitanguy era a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, (CNDM).⁴

RP: Esse livro, aliás, é uma referência em todos os estudos de violência e em vários outros trabalhos também.

Guita Debert: Sim, e é gozado porque foi uma trajetória significativa, de tal modo que tenho vontade de editá-lo outra vez, porque foram mais de 15 mil exemplares editados, enviados principalmente para as delegacias de polícia dos municípios brasileiros. Atualmente essa publicação desapareceu, já não sei onde anda. Certa vez estava em Curitiba e de re-

² Essa primeira pesquisa serviu de base para um primeiro artigo que fiz sobre o tema e que foi publicado como "História de Vida e Experiência de Envelhecimento para Mulheres de Classe Média no Estado de São Paulo". *Cadernos do CERU, Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, n.19, São Paulo, 1984:126-147.

³ Com a tese intitulada "A política do significado nos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)" defendida na FFLCH da Universidade de São Paulo em 1986.

⁴ ARDAILLON, Daniele e DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

rente vi que o livro estava sendo distribuído na rua, por uma candidata a deputada que estava fazendo sua campanha eleitoral. É incrível, até mesmo uma aluna minha, me dizia "pega um pouco" porque já não tinha mais exemplares, e ela sugeria que eu pegasse dois, três, para que pudesse ficar com um número maior. E no caso, se tratava de uma publicação que foi editada por conta da própria deputada.

RP: Essa iniciativa é boa porque divulga e reconhece o trabalho.

Guita Debert: É, reconhece o trabalho. Nesse livro, a linguagem é muito fácil, muito acessível, então não é uma coisa acadêmica, é algo para o público mais geral e neste sentido é bem interessante. Depois disso, passei a me interessar sempre pela questão de gênero relacionada com a questão da velhice, que foi digamos o meu projeto do Pós-Doutorado, e atualmente estou realizando uma pesquisa sobre violência de gênero e violência contra o idoso, porque acho que é necessário pensar a questão da violência doméstica sempre dos dois ângulos, ou seja, a violência entre casais, mas também entre gerações da família. A pesquisa atual de Maria Patrícia Corrêa Ferreira sobre os processos de homicídios é nessa área. No mestrado ela pesquisou homicídios entre casais⁵ e agora está ampliando para abordar a questão também entre gerações na família, principalmente dos filhos contra os pais e adultos.

RP: Você desenvolveu relações com a militância? Você participou de algum grupo feminista?

Guita Debert: Não, nunca tive uma relação com a militância. Mas, exerci uma militância acadêmica, na verdade não tão acadêmica assim porque assinei um monte de manifestos, por

⁵ FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. *Das "pequenas brigas entre casais" aos "dramas familiares": um estudo sobre a violência doméstica em Belém nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação defendida em novembro de 2002, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob a orientação de Heloisa Andre Pontes.

exemplo, mas nunca fiz parte de um grupo de militância. Participei das manifestações, e das campanhas, sem ter uma filiação política, e sempre que fui chamada para participar desse tipo de atividades, foi na condição acadêmica, de pesquisadora.

RP: Como você interpreta o crescimento do campo de estudos sobre violência contra a mulher no plano acadêmico?

Guita Debert: Acho que houve uma certa renovação no tipo de preocupação que geria esses trabalhos e eu vejo isso como um problema, que tem me preocupado. Não acho que as coisas estejam se repetindo muito. Penso que no seu início, esses trabalhos eram de feministas. Eu não estava numa organização, mas era e sou feminista e digo isso com muito orgulho. O que eu acho que é novo (e que é complicado), é que os trabalhos sobre violência não estão sendo feitos por feministas, eles não têm mais hoje o enfoque e a perspectiva feminista. As pesquisadoras são mais permeáveis ao ideário dos direitos humanos do que ao ideário feminista. Penso que existe uma contradição forte entre esses dois ideários. Portanto, avalio que, nesse sentido, perdemos muita coisa.

RP: Você poderia citar alguns trabalhos?

Guita Debert: Eu poderia citar o trabalho da Maria Patrícia Corrêa Ferreira, que está aqui conosco. Eu perguntei se ela se definia como feminista, e ela disse que não se define como tal, mas pesquisa esse tema. Existem muito trabalhos em que as pesquisadoras estão mais preocupadas com os direitos humanos. A idéia é conversar com os homens que agredem as mulheres, entender as razões que levam a agressão e propor formas de convencê-los de não serem violentos, então há uma certa tolerância. Considero que teve uma coisa muito importante no feminismo, que foi a luta contra a vitimização da mulher, então me lembro que, quando intitulamos o livro *Quando a vítima é mulher*, na realidade estávamos falando

em vítima muito mais no sentido de um ataque ao sistema de justiça, pois mesmo que a mulher ganhe um processo, o fato de nele ela ser vítima porque é mulher, faz com que esse processo seja conduzido de forma diferente em todas as instâncias do sistema de justiça. Nesse sentido ela é vítima independente do seu perfil social e do caráter da violência sofrida. É o reverso dessa idéia mais banal de vitimização. Criticar a vitimização foi muito importante porque mostra que há diferenças entre as mulheres e que elas têm um poder de agenciamento, mesmo em contextos muito machistas. No entanto, essa crítica, acabou levando a um excesso de relativismo e uma certa tolerância com o homem agressor. É como se na realidade tivéssemos que entender o ponto de vista do agressor, conversar com ele. É próprio do ideário dos direitos humanos essa tolerância em relação ao culpado, ao condenado, ao prisioneiro, particularmente nos contextos de ditaduras marcados pela tortura dos presos. Não quero falar como afirma a direita, que os direitos humanos defendem os bandidos, mas sem dúvida, como a tortura nas prisões foi uma coisa muito forte no Brasil, a luta contra a tortura e o sistema prisional dá uma das tônicas centrais do movimento dos direitos humanos, então considero que a perda do feminismo fez com que se embarcasse nisso de uma maneira muito tolerante com as agressões físicas contra a mulher.

Isso é uma coisa que choca nos trabalhos recentes. Nós tivemos recentemente uma reunião no Núcleo de Estudos de Gênero, no Pagu, sobre os crimes da honra e esse era o meu ponto de vista no trabalho que apresentei. A crítica ao sistema prisional e o interesse pelas formas de conciliação entre as partes, de modo a agilizar e desburocratizar o sistema de justiça são, certamente, posturas legítimas e louváveis, mas incidem de uma forma nefasta nos casos de violência de gênero e violência doméstica, particularmente no contexto em que a família tende a ser vista como a instituição capaz de

garantir a boa sociedade e os direitos da cidadania. As críticas que fazemos às delegacias da mulher acabam por gerar propostas de alternativas que sugerem a transformação dessas delegacias em instâncias do que venho chamando de judicialização de relações na família: um controle sobre como os maridos, as esposas, os pais, a mães e os filhos devem se comportar. Desse ponto de vista a resposta à violência é a psicoterapia dos agressores de modo a adaptá-los à convivência familiar. Eu acho isso um escândalo.

O feminismo sempre foi crítico à família e essa crítica se perdeu. É comum hoje, vemos jovens pesquisadores dizendo que a delegacia da mulher é muito boa porque ela opera a conciliação dos casais, a delegacia é muito boa porque ela abandona suas funções e atende à demanda de sua clientela que é a conciliação da mulher com o marido agressor. Nós nos cansamos de mostrar que o próprio das relações na família é a hierarquia, na família ninguém é igual ao outro, é uma instituição permeada de conflitos de gênero, de conflitos de gerações e de conflitos que envolvem a distribuição de recursos que sempre são limitados. Hoje, no entanto, a família aparece como a bóia de salvação: é a bolsa família, é a família e a escola, é a família para o cuidado dos idosos. É revoltante, o feminismo foi muito crítico a tudo isso, a essa visão da família como instituição capaz de criar uma harmonia social. Acho tudo isso um absurdo, fico revoltada com esse tipo de coisa, porque é de um anti-feminismo total, é uma despolitização, quero dizer que descaracteriza a instituição policial e a luta feminista que buscava transformar a mulher em um sujeito de direito. É uma certa ideologia caritativa, meio que religiosa, que se junta com os direitos humanos e dá um resultado que é muito discutível. É de fato um retrocesso lamentável.

RP: Eu já ouvi uma pessoa dizer que mesmo não sendo contra os direitos humanos, considera que esses direitos se tornaram uma espécie de "grande mala" onde "cabe de tudo".

Guita Debert: É, há o processo de despolitização de questões que eram centrais. Neste sentido avalio que as coisas são muito diferentes justamente por causa disso, porque quem está fazendo a pesquisa sobre violência lê de uma outra forma, pois não parte de uma abordagem feminista da questão. Observo que há dois processos que estão em jogo, e isso vemos também nos Juizados Especiais Criminais que é a pesquisa⁶ da qual estou falando, porque aconteceu uma mudança radical nas delegacias da mulher, ou seja, a lei 9.099, promulgada em 1995 cria esses Juizados nos quais a idéia central é a proposta de criar penas alternativas à prisão e ao mesmo tempo agilizar a justiça de modo a ampliar o acesso da população ao judiciário. São as duas coisas juntas, tem-se que fazer as coisas rapidamente, desformalizando a justiça e simultaneamente, promovendo a conciliação entre as partes. Essa foi uma coisa criada mais para acidentes de carro, nesse caso uma lei muito boa, mas basicamente eles passaram a tratar das penas que tem menos de um ano de reclusão. Nas delegacias da mulher a ameaça e a lesão corporal são os crimes mais frequentes e, com isso, as ocorrências acabam sendo encaminhadas para esses Juizados Especiais Criminais, e são apreciadas por juízes que na sua grande maioria não tem uma visão feminista. Eles querem conciliar o casal e acham que um casal tem que se conciliar, as feministas tem se posicionado contra os juizados, denunciando que, "Bom, mas agora se paga um buquê de flor, uma cesta básica e está tudo resolvido?". Os Juizados Especiais Criminais da Família foram criados aqui em São Paulo, para apreciar esses casos, os quais, portanto, não são juizados para a defesa da mulher, são da família, então a idéia da conciliação das partes em

⁶ Pesquisa "Gênero e Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça" desenvolvida no PAGU: Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP com o apoio da Fundação FORD e com Maria Filomena Gregori na Coordenação Executiva.

litígio acaba trazendo de volta a família como a grande solucionadora dos problemas sociais. Considero isso uma espécie de moda da valorização da conciliação e da valorização da família e nesse caso então fico bastante irritada com essa perda da própria idéia que era tão central ao feminismo: vamos politizar a justiça porque as pessoas não estão sendo tratadas como iguais. Era isso afinal que Mariza Côrrea⁷ defendia no livro dela, era o que eu argumentava no meu,⁸ então creio que na tentativa de combater a vitimização, se jogou fora a criança junto com a água do banho...

FM: Qual é a sua visão sobre a história desse campo de estudos da violência? Você já citou alguns marcos da vitimização, mas quais os marcos que você identifica na história desse campo, desde o seu início, com as primeiras batalhas das feministas, com os primeiros trabalhos acadêmicos, até hoje?

Guita Debert: Acho que nos primeiros trabalhos tinha esse viés da vitimização e a crítica a esse viés foi feita. Aquilo que aconteceu na seqüência foi que nessa crítica a dimensão feminista foi perdida e também a necessidade de se politizar esferas da vida social que eram vistas como privadas, de domínio privado. Claro, é fundamental ver que tem diferenças entre as mulheres, que pensar sobre o gênero é fundamental para se refletir sobre a questão do ponto de vista relacional, enfim, mas isso teve como contra partida essa perda. Logo, penso que o nosso desafio agora - falando como antropóloga - é partir de uma antropologia feminista, (porque na realidade você pode trabalhar com gênero sem ser feminista) uma antropologia que tenha um diálogo ativo com o movimento. O desmantelamento da categoria universal "mulher" e a dis-

solução de conceitos tais como a "universalidade da dominação masculina" não destrói o feminismo. Pelo contrário, é uma tarefa intimamente ligada ao alargamento dos seus efeitos políticos. Creio que o nosso papel é mostrar a diferença, mostrar enfim que as diferenças fazem a diferença política, pois afinal como é que nos damos conta das diversidades de situações que a mulher vive? Dar conta dessa diversidade é fundamental, então acredito que esse é o momento de voltarmos para a politização das nossas questões porque estamos num universo muito despolitizado.

RP: Você já realizou e/ou está realizando outras pesquisas com financiamento e por encomenda?

Guita Debert: Essa que foi publicada no livro *Quando a Vítima é Mulher* foi feita por encomenda do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual tinha uma questão muito importante que era saber o que acontecia depois que a pessoa denuncia a violência na delegacia. Por isso fui para o outro lado, saí da delegacia para ver o que acontecia nessa esfera do tribunal, então trabalhei com os processos no judiciário. Atualmente, recebemos no Núcleo Pagu um financiamento da Ford por dois anos para pesquisar as delegacias da mulher e por mais dois anos para pesquisar os Juizados Especiais Criminais e também retomar a questão dos homicídios.

Relacionando com a questão anterior, uma coisa que tinha esquecido de falar é que ao retomarmos o tema nos encontramos com novos enfoques e também com situações que foram radicalmente mudadas. Logo, as pesquisas não são mais as mesmas coisas, embora às vezes até fique impressionada porque vejo pesquisas sobre as delegacias da mulher em que não se dá a devida importância aos Juizados Especiais Criminais. Atualmente em São Paulo isso mudou, a dinâmica das delegacias é outra, pois os procedimentos adotados têm a ver com a política de segurança pública que mudam cons-

⁷ CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁸ ARDAILLON, Daniele e DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher*. Op. cit.

tantemente, então a situação pesquisada passa a ser outra, por isso também acho que as coisas não se repetem.

RP: Uma jovem pesquisadora do Rio de Janeiro, Carla Azevedo, ganhou uma bolsa do Instituto de Medicina Social para fazer o Curso de Introdução à Metodologia de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva e está trabalhando com esse tema.

Guita Debert: É uma dimensão super importante em termos de mudança da situação das delegacias, que acabaram ficando com um papel muito reduzido. É uma coisa que também está muito presente nas delegadas da polícia, ou seja, existem delegadas muito atuantes, mas que gostariam de mudar e chamá-las de delegacias de defesa da mulher ou de delegacias da família. Elas até justificam isso com base num sentimento que assimila algo de um ideário feminista, porque consideram que o homem que bate numa mulher bate também numa criança, etc, então a delegacia poderia juntar esses casos. Em São Paulo já houve um decreto nesse sentido. As Delegacias de Defesa da Mulher recebem ocorrências que envolvem violência contra crianças e adolescentes ocorridas no ambiente doméstico.

FM e RP: Muitas delegacias já são assim, da mulher, da criança e do adolescente. Em Santa Catarina muitas delas funcionam dessa maneira.

Guita Debert: Não são todas. Na Bahia, nós fizemos também uma pesquisa, comparamos e vimos que não é assim. Lá tem uma delegacia incrível (ou pelo menos era no momento em que fizemos a pesquisa, não sei como está agora), mas é uma delegacia modelo, é maravilhosa. Fizeram uma delegacia nova, a Secretaria de Segurança estava a cargo de uma mulher. Acho que foi a primeira vez que uma mulher ocupou essa posição e realmente a delegacia da mulher de Salvador é um modelo de atendimento para todas as polícias,

enfim um prédio maravilhoso, uma estrutura maravilhosa, que serve de exemplo altamente sofisticado.

FM: Ainda dentro dessa visão histórica, você identifica linhas acadêmicas dentro do campo? Quais seriam os seus referenciais nesse campo?

Guita Debert: Mariza Corrêa.

FM: E sobre os colaboradores, equipes, núcleos de pesquisa, orientandos?

Guita Debert: Para mim, Mariza Côrrea é realmente a referência fundamental em termos da violência de gênero. E, o lugar dos debates e da fundamentação teórica nas questões de gênero, de modo geral, que para mim são extremamente significativos é o *Pagu*, e principalmente as publicações desse Núcleo. Nele também são referências Maria Filomena Gregori e Heloisa Pontes, que trabalhou com o SOS Mulher no mestrado. Adriana Piscitelli, que atualmente coordena o PAGU, é uma interlocutora altamente sofisticada nessa área que poderíamos chamar de teoria de gênero. Da mesma forma, meus ex-orientandos Júlio Assis Simões, que é professor do Departamento de Antropologia da USP, é um interlocutor imprescindível na discussão sobre velhice, gênero e sexualidade e Heloisa Buarque de Almeida é uma interlocutora imprescindível na área de gênero e mídia. Ainda no que diz respeito aos orientandos que trabalham com gênero, eu ganhei dois presentes sensacionais da Claudia Fonseca, duas antropólogas de mão cheia que vieram fazer o doutorado na área de gênero na UNICAMP, Flávia Motta e Marta Jardim, que são interlocutoras que sempre enriquecem todos os debates. Além do mais, tem Regina Facchini que é uma espécie de interlocutora de terceira geração. Fez a iniciação científica com Julio Assis Simões, o mestrado comigo e com Maria Filomena Gregori e agora está fazendo o doutorado com Maria Filomena na área de gênero da UNICAMP.

FM: E os grupos de trabalho dos eventos, também teriam seu lado forte?

Guita Debert: Sim, são grupos fundamentais. Nunca estudei a violência, sempre estudei as instituições encarregadas de exercer o controle sobre ela. Penso que é importante ao estudar a delegacia da mulher, lembrar que ela está inserida num sistema de segurança pública que tem certas especificidades, que precisam ser reconhecidas. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) criou, sem dúvida, uma coisa muito interessante que é o grupo de violência, nele entramos em debate e colocamos as questões, tanto do ponto de vista da violência entre casais como da perspectiva do sistema de segurança como um todo. Considero importante nossa presença nesses grupos porque impressiona a ausência da esfera doméstica na pesquisa quantitativa, ou seja, esse tipo de violência se torna totalmente invisível nas pesquisas sobre violência urbana. Então, fazemos esse papel meio chato, mas mostramos dados que são impressionantes sobre a violência doméstica e sobre a violência entre vizinhos também.

Na realidade percebo que existe um empenho para criar uma imagem da violência urbana como algo que se dá entre desconhecidos e de uma certa forma encobrir o quanto são violentas as relações na família, não só entre casais, mas entre todos, e entre vizinhos. Logo, é de fato muito importante ter grupos de trabalho sobre violência na ANPOCS e nesse último ano teve uma abertura, principalmente através de Sergio Adorno, que convidou Maria Filomena Gregori para coordenar o grupo com ele. Essa questão passou a ser central nesses últimos três anos nesse grupo da ANPOCS, contrabalançando o modo como a violência na família é encoberta pelos estudos feitos na Ciência Política e na Sociologia de uma maneira geral, que não levantam essa questão, então creio que isso foi uma contribuição bastante importante.

FM: E a Fundação Carlos Chagas, teve alguma participação na trajetória desse campo?

Guita Debert: A Fundação Carlos Chagas estimulou muitas pesquisas sobre esse tema.

RP: Você teve orientand@s dessa Fundação?

Guita Debert: Nunca tive orientandos/as da Fundação Carlos Chagas, mas fiz pareceres e sempre acompanhei as suas publicações, então, por exemplo, uma tese de mestrado que acho muito interessante é a da Elaine Brandão,⁹ tive contato com a tese dela através da publicação numa das coletâneas da Fundação. Tive uma aluna, Tânia Fontolan que recebeu bolsa. Eu não era supervisora dela, mas vi o quanto para ela foi importante participar e ter esse acompanhamento na sua pesquisa sobre julgamentos de crimes de estupro.¹⁰ Avalio que foi estimulante em termos de informação, e também em termos de incrementar a pesquisa, ou seja, de estimular o campo e de enriquecê-lo através de debates promovidos pela Fundação em dois momentos, no momento do projeto e no momento do relatório e da análise de dados. Isso sem dúvida, ajudava a definir a problemática, funcionando como um espaço de apresentação e discussão dos dados que foi muito enriquecedor.

RP: Quem são os/as parceiros/as nessa discussão? Você falou das integrantes do Pagu...

Guita Debert: É, mas digamos assim no varejo da discussão semanal, quinzenal, é com esse grupo que costumo discutir,

⁹ BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina e BUARQUE de HOLLANDA, Heloísa. *Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 1998. p. 51-84.

¹⁰ FONTOLAN, Tânia. "Mulher e Representatividade no Espaço Público: A Participação Feminina no Tribunal do Júri". Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, defendida em 23 de junho de 1994, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

porque está mais perto, estamos convivendo, nos encontramos por várias razões, não só por causa desse tema. Em situações mais amplas participo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da ANPOCS, fui também uma vez no congresso da *International Association of Gerontology*, participei de um grupo sobre violência contra o idoso e na Associação Americana de Antropologia quando discutiram sobre violência no Brasil. Embora não tenha ficado bem impressionada, foi uma oportunidade de ver @s pouc@s pesquisador@s american@s sobre @s quais temos pouquíssima informação.

FM: Quais são as suas influências e referências internacionais, no caso de eventos?

Guita Debert: No âmbito internacional, tenho participado com mais frequência dos eventos promovidos pela Associação Americana de Antropologia que sempre no final de novembro de cada ano realiza um congresso. Em geral não compareço a todos, mas a cada dois, três anos gosto de participar, e às vezes me integro num tema mais relacionado com a velhice ou com a violência; também participei deste encontro da Associação Internacional de Gerontologia que faz um congresso a cada quatro anos e que tem um grupo de trabalho sobre violência contra os idosos.

RP: É difícil articular violência, geração e a questão de gênero?

Guita Debert: Penso que essa relação é fundamental, porque comecei com as delegacias da mulher, depois fui para as delegacias de idosos, e foi nessas últimas que considerei que não se deve olhar apenas para o que está acontecendo nas primeiras, e uma das coisas que tento mostrar (e que é um dos resultados da pesquisa que fiz), é analisar como a instituição cria um determinado tipo de demanda. Essa dimensão comparativa para nós antropólog@s é fundamental, porque entendemos melhor o que está acontecendo nas

delegacias quando temos essa dimensão comparativa. Quando a delegacia da mulher foi criada era óbvio que a queixa ia ser contra o marido, portanto, tratava-se de violência conjugal e entre casais.

O que acontece com a delegacia do idoso é que ela foi criada com outros fins. Se imaginava que as queixas seriam feitas contra as clínicas, os asilos, do modo como de vez em quando aparecem na mídia, ou por exemplo, contra as companhias de ônibus que não param para os idosos, mas o que apareceu foram as queixas contra a família e as esperanças de reconciliação. E não pode ser diferente se não se tem abrigo. Creio que deve haver avanços nessa área, não basta dizer que a delegacia está cumprindo um papel social porque essa é a demanda que se apresenta. Uma delegacia deve ter condições de abrigar as vítimas, e a do idoso também não tem abrigo. Às demandas das violências mais terríveis a delegacia não pode responder se não tiver uma forma de abrigar as vítimas, seja o velho, seja a mulher que está apresentando a ocorrência, que é a vítima da ocorrência. Por isso também a demanda fica restrita.

RP: Existem diferenças, ou seja, especificidades de gênero no caso da violência contra idosos?

Guita Debert: Os dados revelam que a mulher é mais vítima que o homem, mas a diferença não é expressiva, na medida em que os homens são vítimas também, tanto dos filhos como das filhas, e o que chama a atenção é o fato d@s filh@s morarem na mesma residência. Mais do que o gênero, portanto, o que pesa é a moradia é o arranjo doméstico, domiciliar. É claro que estou falando de ocorrências levadas às delegacias.

RP: Quais são as referências de leituras nacionais e internacionais principais nos seus trabalhos sobre violência?

Guita Debert: Tenho lido, atualmente, Zygmunt Bauman,¹¹ um autor que acho que é extremamente inspirador. As coisas que ele escreve estimulam a reflexão sobre as formas contemporâneas de exclusão. Ele discute de modo muito instigante com Anthony Giddens, Rorty e Foucault. Esses são autores que recentemente tem me inspirado muito. Creio que Foucault é sem dúvida uma influência super importante. Na questão de gênero, propriamente dita, gosto muito também da Marilyn Strathern e gosto de discutir com Judith Butler. Porque ora concordo, ora não concordo com ela. Então acho bem desafiador discutir com o pensamento dela, embora ela não trabalhe com a questão da violência propriamente dita, ou seja, violência em termos da agressão física. Há muitas referências nacionais, de autoras que estão pensando sobre diferentes temáticas, como Bila Sorj, que é minha irmã, Miriam Grossi que está sempre presente e Theophilos Rifiotis, com quem tenho coordenado um grupo sobre o tema nas Reuniões de Antropologia do Mercosul. Em alguns casos trata-se de amigas e amigos, por isso é mais fácil falar em termos de publicações do que propriamente de pessoas. Tem a *Revista Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, que eu leio assim que recebo e faço questão de ter a assinatura.

FM: Nós começamos falando sobre os efeitos da militância, dos movimentos sociais na produção acadêmica, nesse momento fazemos a pergunta oposta: como você avalia o impacto da produção acadêmica sobre o campo político social?

Guita Debert: A contribuição d@s antropólog@s é mostrar a diversidade da situação das mulheres, ou seja, levar isso em conta é fundamental. Não se faz política se não são contem-

pladas essas diversidades e se não forem criadas formas em que essas diversidades possam se revelar. Senão, como diriam as negras americanas, corre-se o risco de fazer aquela coisa branca, protestante, classe média e velha. E a nossa contribuição efetiva é mostrar essa diversidade, porque tal diversidade tem um potencial político muito importante, e é esse potencial que se perde quando a resposta política à diversidade passa a ser os direitos humanos.

FM: Seria necessário aprofundar essa reflexão...

Guita Debert: Sim, mas vou ganhar tantos inimigos...

RP: Mas vai ganhar muitos amigos também.

Guita Debert: Considero que houve uma separação extremamente grande entre o feminismo e as teorias de gênero. Foi preciso a criação de uma linguagem extremamente sofisticada teoricamente para mostrar certas dimensões que as feministas tinham dificuldade de ver. Nesse momento, precisamos mostrar que essa relação entre o movimento e a teoria tem um potencial muito grande para ambos os lados e que não pode ser perdido. Creio que num determinado momento, deu-se uma separação entre feministas e militantes, e agora nosso desafio é juntar essas forças.

Por isso penso que essas questões que vocês estão fazendo são fundamentais para problematizar porque a coisa acadêmica sem o feedback do feminismo perde muito em termos conceituais. Da mesma forma, em termos do potencial, se quisermos realizar esse potencial, ele tem de passar pelo feminismo. É nessa direção que acho que é meio igual o que todo mundo está falando. Tinha uma amiga que mudou para o Chile, ela é advogada fez estágio na USP em direito feminista. Fiquei pensando a respeito do trabalho dela, e perguntei: mas Patrícia o que faríamos com Fernandinho Beira Mar?

¹¹ Bauman, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

FM: Mas esse foi o conflito da minha tese também. O estupro era meu informante e, de repente, estava apanhando na delegacia, e eu tive que contribuir, de algum modo, para colocá-lo lá.

Guita Debert: Entendo que nesse caso, você não estava defendendo o agressor, dizendo ele vai ter que ser preso, mas não pode apanhar, porque você sabe que ninguém pode apanhar da polícia, pois já está prevista uma pena enorme. As instituições democráticas são fundamentais, no entanto creio que não se trata apenas de conversar com o agressor, de dizer que ele está errado, que precisa pagar uma cesta básica, fazer uma terapia. Pode até ser tudo isso, mas tem que haver punição. A postura abolicionista e a conciliação entre as partes estão no interesse de quem é culpado e podem levar a banalização da violência contra os fracos e oprimidos.

RP: De que modo você está vendo o desenvolvimento atual do campo da violência contra a mulher, seus limites e possibilidades? As suas pesquisas atuais contemplam essa temática? Você recebe financiamento para essas pesquisas? Em caso positivo, quais são as agências? As bolsas de Iniciação Científica são financiadas pelo CNPq?

Guita Debert: Acho que boa parte das minhas pesquisas eu devo aos bolsistas de iniciação científica, espero que também contribua com eles. É incrível como dependo desses bolsistas para fazer minhas pesquisas, gostaria de escrever sobre isso e ainda não sei como. Por exemplo, quando pesquiso numa delegacia da mulher, sei que é necessária a observação participante, pois ficar lendo apenas boletins de ocorrência é muito complicado, não? Temos que ir até lá, nós temos que ouvir e entrevistar as pessoas que chegam, na hora em que chegam, e também depois, em momentos diferentes, etc. Se eu chego na delegacia e digo: "sou Guita Grin Debert, professora titular da UNICAMP, posso ficar aqui observando?", as portas se fecham. Mas, quando as minhas alunas vão até lá, permitem que elas tenham acesso aos Boletins de Ocorrên-

cia, observem os atendimentos, entrevistem as mulheres que recorrem à delegacia. Elas têm o acesso total, quero dizer o tipo de pesquisa que estou fazendo seria impossível sem a participação dos alunos. Sem eles os dados seriam outros. Então observo que chegamos numa certa fase da vida acadêmica na qual os locais de observação participante, que definimos como fundamentais, ficam difíceis de acessar, mas são totalmente abertos para alun@s de iniciação científica. Mesmo para @s doutorand@s seria mais difícil esse acesso. Sempre trabalhei com alun@s de iniciação científica, principalmente nas temáticas que envolvem as instituições, a participação del@s é fundamental. Posso ir uma vez ou outra conhecer a delegacia, mas sempre faço isso quando a pesquisa já está em andamento, porque a minha entrada lá até atrapalha.

RP: Como é que você está vendo o desenvolvimento atual do campo da violência? Você ainda está pesquisando essa temática? Quando você se refere às pesquisas, está falando sobre pesquisas a respeito da violência contra o idoso ou sobre violências de gênero?

Guita Debert: Ambas. Recebo financiamento da Fundação Ford para pesquisar violência de gênero, e do CNPq para também investigar a violência contra o idoso. Trata-se, portanto, de fontes diferentes. No caso do CNPq recebo também cotas de iniciação científica. Dessa forma, avalio que os limites e as possibilidades se relacionam também com as chances de financiamento das pesquisas.

FM e RP: Quais as fontes que mantêm recursos e onde os recursos teriam se esgotado? A partir de sua experiência, quais os temas que deveriam ser pesquisados, quais as lacunas que podem ser preenchidas?

Guita Debert: Considero que há coisas muito importantes. A primeira diz respeito aos aspectos emergentes que necessitamos avaliar, por exemplo, precisamos analisar de uma

maneira mais efetiva o sistema de justiça como um todo, e o modo como ele está sendo usado, porque coisas novas estão sendo criadas e têm um impacto social, atingindo tanto os mais pobres como os mais ricos, tais como os ônibus que vão para a periferia, que registram desde queixas, desde questões que tem a ver com direito cíveis, direitos do consumidor, até esse tipo de violência. Me pergunto qual que é o impacto disso, então, as coisas emergentes tem que ser analisadas e vamos ver como repercutem.

Há coisas muito interessantes que tem que ser avaliadas com muito cuidado e com muito interesse, por exemplo, o modo como a mídia, principalmente, têm tratado dessa questão. Temos os programas dos "Ratinhos" nos quais um dos temas mais abordados é a violência doméstica; temos também o Linha Direta, programa da Rede Globo, no qual boa parte da criminalidade envolve relações entre vizinhos e relações conjugais. Tais programas precisam ser olhados com muito cuidado; além disso, temos ainda as novelas que estão apresentando as coisas de uma maneira muito interessante, inclusive escrevi um trabalho sobre isso que chamamos de pró-social, então analisei a questão do idoso, que foi abordada de modo interessante na novela *Mulheres Apaixonadas*.¹²

Acho que essa novela tratou a questão de um jeito mais sofisticado, muito mais avançado do que muitos gerontólogos, pois não colocou a solução na família, os velhinhos foram para um asilo capaz de abrigar os idosos de maneira digna. Sintetizando, quero falar sobre coisas emergentes no nível institucional e no nível das produções culturais e que estão tratando das questões da violência. É muito interessante nessa novela, como a mulher de repente decide denunciar o marido, como o amante dela faz com que ela volte na delega-

cia e retire a queixa, esse grau de complexidade está sendo tratado de modo muito mais avançado. Trata-se de uma complexidade que só pode ser entendida se levarmos em conta que há uma relação muito estreita dos produtores da novela com os movimentos sociais, como ocorreu no caso da velhice, quer dizer o autor da novela busca assessoria dos movimentos, não quer dizer que o autor vai reproduzir exatamente o que os assessores dizem, mas há uma assessoria dada pelos representantes dos movimentos aos autores da novela. Uma parte desse estudo foi publicada nos Cadernos Pagu, mas não tratei desse outro lado abordado na novela.¹³ Preciso escrever sobre isso, porque foi o contraponto, mostrei como na iniciativa da vacinação dos idosos se reproduz aquela idéia de que o velho é alguém que deve ser sempre jovem, enquanto que na novela a abordagem foi muito mais sensível.

A segunda coisa que falta em todos esses estudos sobre a violência, é uma visão mais ampla do que acontece em termos gerais, pois não dá para se estudar a delegacia da mulher como se ela não fizesse parte do sistema de segurança pública e do sistema de justiça. É preciso ver o que acontece nas outras delegacias, nos distritos policiais, de modo a não considerar próprio das delegacias da mulher e do machismo da sociedade coisas que também estão presentes nos outros distritos policiais. Ou seja, na delegacia da mulher o casal acaba fazendo a conciliação, mas a conciliação entre as partes também acontece em outros distritos policiais e é preciso observar o tipo de conciliação que é feita nas outras delegacias. Ou seja, promover a conciliação entre as partes é uma coisa de todas as delegacias, então você precisa relacionar isso com o sistema de justiça como um todo e opor uma conciliação

¹² Novela escrita por Manoel Carlos e exibida na rede Globo em 2004.

¹³ "O velho na propaganda". *Cadernos do PAGU – Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP*, n.21, 2003:133-156.

em que as partes são tratadas como sujeitos de direitos, a outros tipos de conciliação em que a hierarquia de papéis sociais é acionada em nome da preservação da família.

A mesma coisa no que diz respeito aos homicídios. Nos crimes da honra eu trabalhei de uma maneira, Mariza Côrrea trabalhou de outro, Maria Patrícia analisou ao seu modo. Ao tratar dos crimes entre os casais, é necessário inseri-los no contexto e verificar como eles são julgados, é preciso ter uma idéia do que acontece no tribunal do júri. Nós acompanhamos um ano no tribunal do júri, e foi impressionante a quantidade de absolvições. Cerca de setenta por cento dos casos resultam em absolvições dos acusados, não há investigação porque mais de quarenta por cento dos casos são presos em flagrante. Na maioria dos casos julgados, trata-se de homicídios entre vizinhos e familiares, desconhecidos quase não entram. É uma surpresa ver que o tribunal do júri na realidade se ocupa de homicídios envolvendo parentes e vizinhos e as figuras de legítima defesa da honra ou da violenta emoção servem de atenuante a outros tipos de crimes que não envolvem relações entre casais. Isso dá uma nova dimensão à pesquisa que fiz em *Quando a Vítima é Mulher*, porque nela selecionamos os homicídios entre casais.

Ou seja, eu acho que tem elementos que são muito importantes de renovação desse campo, e que precisamos de muita pesquisa para criar esse tipo de olhar, um olhar que relativiza muito das outras conclusões que consideravam como expressões de machismo, o que de fato é parte da dinâmica e do funcionamento do próprio sistema de justiça. É preciso entender como esse sistema funciona no todo, principalmente nesse contexto em que a tendência tem sido uma diminuição do argumento da legítima defesa da honra, e sua substituição pela "violenta emoção". Essa pesquisa na qual estou trabalhando com Renato Sérgio de Lima e com Maria

Patrícia Corrêa Ferreira é em parte financiada pela Fundação FORD e em parte pelo CNPq.¹⁴ Temos que nos inspirar mais, por isso que eu digo que é importante esse diálogo com outros pesquisadores que estão abordando a justiça de outros ângulos, não podemos nos transformar num gueto que apenas pesquisa a mulher.

¹⁴ Projeto intitulado "Gênero e Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça (2003-2005)", apoiado pela Fundação Ford e desenvolvido no Núcleo PAGU, e que tem Maria Filomena Gregori como Coordenadora Executiva; e projeto "Homicídio entre Casais e Gerações na Família" (2004-2006), recebeu Auxílio Financeiro à Pesquisa do CNPq.

HELEIETH SAFFIOTI

[Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]¹



JC: Ao iniciar essa entrevista, gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória educacional e sobre a relação dessa trajetória com o feminismo.

Heleieth Saffioti: Nunca identifiquei um momento, em minha vida, no qual eu pudesse dizer: “foi nesse, especificamente, que me tornei feminista”. Desde criança, fui muito rebelde. Tenho um irmão e minha mãe dizia: “nesta família, os sexos vieram trocados, seu irmão é caseiro, é obediente, quando vou bater nele, ele não corre! Agora, você não, você é rueira!” Gostava de andar a cavalo e, quando tinha seis anos, meus pais se mudaram para o sertão, levando meu irmão, que tinha quatro anos e meio. Foram para uma cidade que se chama Auriflama, no Estado de São Paulo. Eu já era alfabetizada e estava na escola, por isso fiquei com meus avós, em Ibirá, no interior do mesmo Estado. Em toda minha época de estudante - exceto quando fiz Direito, curso no qual me formei com quase 50 anos - a escola pública era excelente.

¹ Entrevista realizada por Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker, na residência da entrevistada, em São Paulo, nos dias 22 e 23 de julho de 2004. O texto é o resultado da síntese de doze horas de gravação.

Terminei o 4º ano primário e fui para o sertão, onde estavam meus pais. Lá havia apenas escola isolada até o terceiro ano, não havia grupo escolar, mas minha mãe, que tinha pouco estudo, sempre foi muito inteligente e perspicaz. Então, como era amiga de todas as professoras, solicitou que elas me permitissem atuar como monitora nas aulas, para que eu não me esquecesse do que havia aprendido. Não me esqueci de nada. Assim, neste importante "cargo", fiquei lá três anos, porque minha família não tinha condições financeiras para me mandar estudar, em outra cidade. Até que, com quase 13 anos, fui para a casa de uma tia, em Avaré, também no interior de São Paulo, que era casada, mas não tinha filhos. Acontece que ela ficou doente, um mês depois de eu ir morar com ela. Como não ficava bem permanecer sozinha com o marido dela, levaram-me para Itapetininga, onde eu tinha outro tio paterno, que era professor na Escola Agrícola.

Mais adiante, estudei o abuso incestuoso, tendo aprendido que, muitas vezes, "o inimigo mora em casa". Hoje, conhecendo este sério problema, vínculo a atitude de minhas tias paternas, de não me deixarem em Avaré, com o marido de minha tia, à maior experiência delas, se comparada à minha. Tão logo cheguei à fazenda em que ficava a escola em que meu tio paterno lecionava, a condução que fazia o trajeto fazenda-cidade foi desativada, não havendo, portanto, como morar lá e freqüentar o ginásio, na cidade. Afinal, como iria eu para a cidade, estudar? Então, fui para a casa dos sogros desse meu tio. Foi uma fase muito feliz de minha vida. Dona Henriqueta e o Sr. Frank que era alemão eram protestantes, tinham duas filhas, uma delas se chamava Iolanda e tinha quase a minha idade; a outra se convertera em minha tia, quando se casou com meu tio. Fiquei um ano em Itapetininga, cidade na qual realizei o primeiro ano do curso ginásial, entre os 13 e os 14 anos. Depois, vim para São Paulo, antes de completar 14 anos, morar com duas tias solteiras e mais dois

primos, irmãos entre si, a fim de estudar na famosa Escola Normal da Praça, ou seja, o Instituto de Educação "Caetano de Campos" que passara, a partir daquele ano, 1944, a oferecer aulas no período noturno. Eu fazia todo o trabalho da casa, estudava à noite, chegava de volta a casa, sozinha, após a meia noite. Tinha que descer uma ladeira, e quantas não foram as vezes em que a descia voando, porque me haviam assediado no ônibus. Uma moça de 14 anos, embora de uniforme, era considerada uma menina sozinha. Então, colocavam a mão na minha perna, simulavam esbarrar em meus seios. Era um "assédio sexual" bastante ameaçador para quem enfrentava, pela primeira vez, a grande cidade. Alguns desses homens chegavam a descer do ônibus e ir atrás de mim. Eu agüentei um ano. Enfim, este tipo de conduta não me agradava, tolhia minha liberdade e me infundia medo. Até hoje, não gosto de países muito machistas, como o México, tão lindo quanto sexista, cujos homens têm uma cantada grosseira, não porque não possa revidar a elas, mas porque isto tolhe minha liberdade. Tenho algumas experiências de países muçulmanos. No Marrocos, onde estive com meu marido, nada de desagradável ocorreu. Afinal, eu tinha um macho ao meu lado! E é isto que me deixa furiosa! Não poder exercer livremente meu direito de ir e vir. Mas, no Egito, país no qual estive sozinha, foi bem pior que no México. Basta ter a pele clara como a minha e usar roupas ocidentais, para se ter problema deste tipo, na rua. Disse que lá foi bem pior que no México, e foi mesmo, porque eles me tocavam. Havia desdobrado minha passagem para conhecer, pelo menos, um pouco de Istambul, que tanto me fascinava, e entrei em dúvida, ainda no Cairo, se deveria ou não ir. Pensava: os turcos não são árabes, mas são muçulmanos; logo, terei os mesmos problemas que enfrento aqui. Ocorre que tomo tudo como desafio, tendo decidido ir a Istambul. Foi maravilhoso! Nunca me aborreceram. De outra parte, sou vítima tanto do ra-

cismo francês contra negros, quanto desses últimos na medida em que me tomam por européia ou norte-americana, sempre procurando encrenca. Uma vez, desci as escadarias da Igreja du Sacré Coeur a galope, pois havia sido seguida por um imenso negro, durante todo meu passeio pela igreja e seus arredores, onde fica o tentador Marché Saint Pierre.

Meu pai tinha uma chácara, em Auriflana, que não soube administrar, tendo-a vendido a preço de banana a um de seus irmãos. Este era padrinho de meu irmão e o mandou estudar, na idade certa, num colégio com internato. Eu não tive um padrinho desses. Quando se havia passado um ano que eu estava com estas tias-bruxas, decidi sair. Minhas duas avós tiveram, cada uma, catorze filhos. Imaginem vocês como diminuí a fecundidade da mulher no espaço de duas gerações! Tinha um afeto muito profundo por minha avó materna e usufruía da condição de sua neta querida, com quem eu morara durante três anos e meio, tivera sete filhas e sete filhos. Destes últimos, só resta um, que é solitário há muitas décadas. Até uns quinze anos atrás, todas as mulheres estavam vivas. Deve mesmo ser verdade que o cromossomo Y já perdeu pedaços, já não guarda sua forma original nem seu poder. Anda bastante fraquinho e o prognóstico de alguns cientistas é de que ele venha a desaparecer. Felizmente, estes processos são muito lentos e nós não estaremos mais aqui, pois uma sociedade só de mulheres deve ser de uma chatice infinita!

Disse a minha mãe que não mais ficaria em casa daquelas tias-bruxas, mas já havia falado com uma de suas irmãs, tia Maria, e que ela me aceitara como mais um membro da família, vivendo naquele pequeno domicílio. Ela teve um casal de filhos: Wilson e Vilma, aos quais quero muito, tendo esta minha prima como a irmã que não tive. Somos, até hoje, muito amigas. Vivi três anos com tia Maria, tio Sebastião e meus primos. Isto é, dos 15 aos 18 anos, quando meus pais e meu irmão se mudaram para São Paulo.

Casei-me com 22 anos, em 1956, pois nasci em 1934. No ano passado, 2004, fiz 70 anos. Foi minha primeira festa de aniversário, depois de adulta. Minha mãe teve sua grande festa, em 2003, quando completou 90 anos. Fiz questão de lhe oferecer esta festa, convidando todos os membros da família, inclusive os mais longínquos, ou seja, aqueles que só encontramos em velórios e enterros. Acho que minha mãe, uma guerreira, nunca havia tido tão linda festa de aniversário! Transbordava de alegria e eu, ao vê-la, também. Ela sempre teve uma personalidade forte, nunca dependeu de meu pai, que era a pessoa que me fazia carinho, na medida em que trabalhava quando queria. Ao contrário dele, minha mãe era a provedora, era a disciplinadora. Provavelmente, eu a tomei como modelo. Acontece que sou dura apenas na aparência. É só tirar a casquinha e verão uma mulher ultra-sensível, uma mãezona, com aquele coração no qual sempre cabe mais um.

JC: E na continuidade, o que aconteceu? Quais as razões da escolha pelo curso de Ciências Sociais? Você já estava em São Paulo, quando fez esta escolha?

Heleieth Saffioti: Fiz o ginásio no Instituto de Educação "Caetano de Campos", este prédio aqui em frente do meu, no qual funciona, atualmente, a Secretaria da Educação. Este Instituto foi fundado em 1846 e, não se esqueçam que eu continuava pobre. Quando completei dezoito anos, meus pais vieram para cá, com meu irmão, eu já trabalhava durante o dia e estudava à noite; era, portanto, bastante independente, embora não o fosse totalmente do ângulo financeiro. Precisava me profissionalizar rapidamente, enquanto trabalhava como secretária. Houve ocasião em que cheguei a ter três empregos, simultaneamente. Pela manhã ia a um emprego, à tarde, a outro, à noite, estudava e, entre as 17:00, quando deixava o trabalho, e as 19:00, quando entrava na Escola Normal da Praça, dava aulas particulares. Começa-

va, sempre, ensinando português, sendo, até hoje, muito rigorosa com a escrita e a fala desta língua e de outras, mas acabava acompanhando os adolescentes ginásianos em praticamente todas as disciplinas.

Lembro-me do quão importante foi, para mim, uma família japonesa, cujas crianças/adolescentes foram meus aluninhos. Obviamente, falando só japonês, em família, as crianças iam mal na disciplina português, na escola. Rigorosamente, não sabendo a língua oficial da escola, não aprendiam nenhuma matéria. Acabei dando aulas a eles de todas as disciplinas. Ofereciam-me um lanche, que eu tomava, sem parar de ministrar minhas aulas. Este lanche tinha enorme importância, para mim, pois eu não podia comprar nada semelhante. Até hoje, adoro uns biscoitos japoneses, feitos de arroz, em virtude de ter-me habituado a comê-los naquela casa. Nesta época, eu fazia o Curso Normal, o que me permitiria mais rápida profissionalização. Quando o concluí, quis fazer o Curso de Aperfeiçoamento para Professores Primários, que funcionava no período matutino. Passei, então, a estudar pela manhã e trabalhar à tarde e à noite, sempre aproveitando o intervalo entre um e outro emprego para dar aulas particulares. Como secretária de um senhor que exportava lã uruguaia, tinha seu casal de filhos, Maria Olívia e Eduardo, como alunos quase permanentes. Nas noites em que não dava aulas particulares, estudava ora inglês, ora francês. No Yázigi, fiz dois estágios, ou seja, o total existente naquela época. Meu professor de inglês, nessa instituição, que era palestino, montou sua própria escola. Como suas aspirações extrapolavam o ensino apenas de inglês, pensou em oferecer o ensino do idioma português para estrangeiros. Solicitou-me, então, a criação de um método de ensino do português para estrangeiros. Não sei como consegui fazer, era muito jovem, tinha meus 19, 20 anos. Elaborei o método, que foi testado e aprovado por esse professor, cujo nome não me ocorre.

Concluí o Curso de Aperfeiçoamento, em 1954, tendo sido a primeira colocada na classificação geral. Esta posição deu-me cadeira-prêmio. Isto significava que eu passava na frente daquele imenso número de normalistas, que eram professoras-substitutas, às vezes por muitos anos, e haviam reunido, em função disto, um certo número de pontos com os quais disputavam uma cadeira no Magistério Primário, como efetivas. Havia, também, as que já gozavam deste status, mas não queriam mais permanecer numa pequena cidade do interior do Estado, preferindo lecionar na capital. Elas tinham muita prática e, também, alguns vícios. Eu, não obstante ser especializada e, deste ângulo, mais preparada que elas, nunca havia enfrentado uma classe no dia-a-dia. Como premiada por cadeira-prêmio, escolhi o Grupo Escolar "Paulo Setúbal", na capital. Escapei daquela peregrinação por fazendas, micro-vilas, cidadezinhas, cidades até chegar à capital. Trabalhei muito pouco como professora primária. No ano de 1955, fiquei trabalhando como secretária, preparando as aulas que daria no "Paulo Setúbal" e esperando sair minha nomeação, evento que só ocorreu em outubro. O ano estava praticamente findo e eu o havia perdido em termos de estudo. Prestei vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no início de 1956. Naquela época, a legislação era uma para quem fizesse o colegial, dividido em científico, que encaminhava para as chamadas ciências duras, e clássico, que dirigia os estudantes ao estudo de línguas e literaturas. O Curso Normal era regido por legislação especial. Só dava direito ao vestibular para os cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais. Tive o bom senso de escolher este último. Eram muito poucos os vestibulandos que conseguiam entrar na Faculdade. Em minha turma, entramos dezesseis. Eu, que não podia pagar cursinho e, para piorar as coisas, não havia feito o científico, consegui entrar e ser sempre uma das primeiras alunas. O Professor Florestan Fernandes,

meu grande mestre, desempenhou papel muito importante, posteriormente, em minha carreira. Sempre o tive como um grande intelectual e um ser humano de primeiríssima qualidade. Havia, contudo, naqueles tempos, uma enorme distância entre professores e estudantes. Até a última vez que conversei com ele, o tratei de professor e senhor, como faço até hoje com o Professor Antonio Candido, também este meu professor de Sociologia, antes de passar para Teoria da Literatura.

Em 1954, quando estudava pela manhã, fui à escola à noite, a fim de procurar um livro e uma sala de aula tranqüila, para lê-lo e fumar um cigarro. Ao procurar a sala, encontrei o Professor Waldemar Saffioti – ele era professor do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, já era doutor em Química e estava fazendo o curso de Física – sentado à mesa do professor, estudando. Fiquei atrapalhada, quando o vi lá, justamente porque ele era o professor e lhe pedi desculpas, fiz menção de sair, mas ele disse que eu ficasse, porque ele também estava estudando. Disse a ele que também queria fumar (estudantes eram proibidos de fumar no interior da escola). Ele me mostrou seu cigarro e me disse que poderia fumar à vontade. Começava, assim, nosso relacionamento, ele era o professor, embora eu não tenha sido sua aluna, e eu, a estudante.

Retomando minha entrada na USP, como perdi três anos, em Auriflama, e mais o ano de 1955, esperando minha nomeação, entrei na Faculdade com 22 anos. Comecei o Curso de Ciências Sociais, em 1956, junto com Eva Blay, com Carmuti e tantos outros. Como me casei em 1956 e fiquei, com meu marido, um ano nos Estados Unidos, atrasei-me um ano, o que me deu a oportunidade de pertencer a uma turma da qual resultaram excelentes intelectuais, como Michel Lövy, Roberto Schwarz, Gabriel Bolaffi, para citar apenas alguns. Tão logo me formei, inscrevi-me, com Octávio Ianni, para fazer curso de especialização, uma vez que a pós-graduação não estava ainda organizada, não existia. Naquela

época, a legislação permitia ao portador do diploma de normalista, fazer o curso de Pedagogia ou Ciências Sociais e, como sempre fui muito inconformada com as injustiças, caí no lugar certo. Entrei na Faculdade com quatro anos de atraso. E eu sabia que precisava me profissionalizar rapidamente, porque minha família precisava de minha contribuição. Finalmente, ganhava um salário bom, como professora da rede estadual, eu me havia tornado caloura – *bicho*, como se dizia na ocasião, ao ser aprovada no vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Os bailes dos bichos eram à tarde, pois mocinhas daquela idade não frequentavam bailes à noite. Como eu era bicho, fui ao baile com Ruth, uma amiga e vizinha. Novamente em virtude do vício do tabaco que, felizmente, abandonei, fui parar na mesa do Professor Saffioti. Acabamos por dançar a tarde toda. Com Ruth ocorreu o mesmo. Saímos, os dois casais, e fomos a um cinema. Começara, assim, meu curto namoro com Saffioti. Era 1º de maio e houve mais dois feriados naquele mês, no ano de 1956. Saímos mais duas vezes, então. Ele não me convidava para sair nos fins de semana, o que me parecia estranho. Muito mais tarde, fui saber que ele passava os fins de semana com sua mãe e uma irmã, em Campinas, onde elas residiam, porque seu pai havia ido à Itália. Ainda saímos, em junho, mais uma ou duas vezes, tendo ele partido para o Rio de Janeiro, já que havia ganhado uma bolsa do CNPq, para fazer pesquisa em Manguinhos. Foi marcado, entre nós, um encontro num sábado, depois de duas semanas. Mas, após uma só semana, Saffioti foi me encontrar na Faculdade, na qual eu fazia exame de Filosofia. Perguntou a que horas eu sairia e me anunciou que iria me apanhar por volta de 19:00h. Efetivamente, levou-me a um restaurante, no qual jantamos. Como havia saído sua bolsa para estudar energia nuclear nos Estados Unidos, pediu-me em casamento. No dia seguinte, ele teria que preencher um formulário para viajar, dizendo

se ia solteiro ou casado, já que o valor da bolsa variava em função deste dado. Passei a noite toda pensando: *caso ou não caso?* Consultei um tio, que me disse: “seus pais já viveram a vida deles, viva a sua!” No dia seguinte, eu disse: “mamãe, vou me casar”. Casei sem plano algum, sem enxoval algum, não tinha sequer um pano de prato, pois sempre dizia que não me casaria. Casei-me e, após quatro dias no Rio de Janeiro, viajamos para os Estados Unidos. Fui para lá, já falando inglês. Fiz também um curso de criminalidade numa universidade norte-americana, numa pequena cidade da Pensilvânia. Voltamos, terminei a Faculdade em 1960. Até há pouco tempo, eu me correspondia com as amizades feitas em 1956, nos Estados Unidos. Comecei minha carreira acadêmica com 27 anos, apenas um ano depois de haver terminado a graduação em Ciências Sociais. Aos 33 anos, graças à visão política do Professor Florestan Fernandes, já era livre docente, em Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FFCLA), da hoje UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”).

JC: E os estudos sobre a mulher, quando começaram?

Heleieth Saffioti: Isso começou em 1962. Em 1960, Saffioti trabalhava na Química da USP. Nós voltamos dos Estados Unidos para ele trabalhar no reator nuclear de pesquisa, da USP. Como ele era físico e químico, era o ideal para esta área. Entretanto, como discordava visceralmente da maneira como o Professor Marcelo Damy de Souza Santos coordenava as atividades do pessoal que trabalhava no reator, demitiu-se. Logo em seguida, foi convidado por um outro setor da Química, da USP, tendo conjugado o trabalho em cristalografia com o de docente do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, escola de muito prestígio. Em 1960, ele recebeu o convite para fundar o Curso de Química, na posteriormente chamada Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita

Filho” (UNESP), então denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Cumpriu a missão a ele atribuída pelo Professor Paulo Fonseca, docente da USP e primeiro diretor da FFCLA e, depois, organizou o Instituto de Química, da mesma instituição. Em 1961, ele viajava entre São Paulo e Araraquara, vindo nos fins de semana se reunir a mim. No final do ano, fizemos um balanço e achamos muito ruim aquela vida. Então, resolvemos constituir uma nova residência em Araraquara. Eu precisava ir, porque ele já tinha um emprego naquela cidade e eu necessitava também ter o meu. Como eu tinha ficado quatro anos comissionada na USP e um ano afastada sem vencimentos, quando fomos para os Estados Unidos, não tinha mais direito de pedir afastamento, porque tal benefício era concedido apenas uma vez. Então, solicitei um comissionamento para desempenhar qualquer função na FFCLA, tendo este sido negado, a meu ver, com toda razão. A única maneira de obrigar a Secretaria da Educação a me comissionar, naquele momento, era prestar vestibular, desta vez na UNESP, e ser aprovada em primeiro lugar, porque nesse caso, a lei a obrigaria a me comissionar. Fiz vestibular para Pedagogia e obtive a primeira colocação. Quando estava fazendo o último exame, o Professor Luiz Pereira, docente de Sociologia na FFCLA, convidou-me para trabalhar com ele e, então, fui dar aulas para os colegas que haviam prestado comigo o vestibular.² Luiz tinha grande capacidade e inteligência, pena que faleceu tão jovem, com menos de 51 anos. Já havia feito seu doutorado, quando me fez o convite para trabalhar com ele, tendo ficado apenas mais um ano em Araraquara, depois de minha contratação. Logo no início, ele me atribuiu a disciplina Introdução à Sociologia, do primeiro ano, e Metodologia, que

² Luiz Pereira é autor de várias contribuições pioneiras da área de Sociologia, dentre as quais cabe realçar o livro *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

era ofertada no terceiro ano. Eu queria morrer, porque, quando terminamos a faculdade tomamos consciência de nossa imensa ignorância. Trabalhei muito, fiz o que pude.

Em 1964, Luiz veio para São Paulo. Primeiro, para o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), depois, como docente da USP. Então, fiquei na UNESP, completamente sozinha, sem ter a quem recorrer, caso encontrasse um problema sério para cuja solução não estivesse preparada. Eu ministrava aulas de todas as disciplinas, cheguei a dar aulas inclusive aos domingos! Saffioti chegou a ministrar oito disciplinas, porque não havia mão-de-obra qualificada. Nesta época, havia uma norma extremamente injusta, a meu ver, pois, independentemente do momento em que o professor houvesse começado sua carreira acadêmica, tinha que apresentar sua tese de doutorado ou de livre docência, até dezembro de 1966, para o Conselho Estadual de Educação, ao qual éramos sujeitos. Eu achava muito injusta essa regra, mas pensava que, como mulher e marxista, deveria cumpri-la. Do contrário, não seria recontratada. Os preconceitos contra mulheres eram ainda muito mais numerosos e fortes, então, do que hoje. Ademais, esta mulher era (e é) marxista e o Brasil, a partir do golpe militar de 01/04/64, vivia sob um regime ditatorial, em certos períodos, terrivelmente sanguinário.

Devido a essa norma, não tive tempo de fazer especialização. Fiz minha inscrição no doutorado, na USP, com o Professor Florestan Fernandes. Escrevi e apresentei o trabalho a meu orientador, que o criticou duramente, dizendo-me, ao mesmo tempo, que não patrocinaria meu doutoramento, uma vez que desejava que eu fosse, diretamente, para a livre docência. Fiquei quase louca, porque se o trabalho merecia críticas tão sérias, não era de boa qualidade. Assim, como poderia eu enfrentar uma banca examinadora de cinco professores, altamente gabaritados? Durante umas duas semanas, eu pensava não ser capaz de realizar nada adequado

para obter o título de livre docente, como queria meu grande mestre. Depois de uns quinze dias em órbita, entrou, novamente, em minha vida, aquela atitude de tomar tudo como desafio. Decidi mostrar para ele que eu tinha fibra. Aceitei certas críticas, que me pareceram absolutamente pertinentes e reforcei aquilo que ele havia criticado e que não me parecia pertinente. Vejam que petulância! Será que ainda hoje a carrego? Naquela época, não havia xerox, havia muito pouca literatura específica e muitas aulas a dar. Não sei como dei conta de tudo! Atualmente, com o computador, tudo se resolve de forma mais rápida.

Na máquina de escrever manual, eu fazia as notas de rodapé e, não sei como, dava tudo certo. Nunca precisei sequer colar um pedaço de papel numa folha. A norma era a seguinte: primeiro o texto era datilografado, em seguida, era entregue para um especialista em datilografia em estêncil e, por último, ia para o mimeógrafo. O sistema de confecção das brochuras era extremamente frágil. Como minha tese tinha 520 páginas, não era possível fazê-la em um só volume. Se eu fizesse em dois volumes, como o livro é dividido em três partes, iria ficar um livro grosso e outro fino, parecendo apêndice. Resolvi, então, fazer em três volumes, acompanhando a divisão interna da tese. Depois que a entreguei, prontinha, para o Professor Florestan, e ele a leu, disse-me que eu deveria ter guardado o terceiro tomo para o concurso de cátedra, ainda existente, pois a reforma universitária só ocorreu em 1968. A propósito de minha tese, tivemos apenas um encontro, no qual ele criticou o trabalho. Eu não podia contrariá-lo, porque ele era "o papa" da Sociologia no Brasil, com muita justiça, pois já havia escrito muitos livros de grande valor. Eu tinha apenas duas opções: ou a livre docência ou a não-titulação, já que ele não patrocinaria meu doutorado. Fui para a livre docência, entrando pagã, sem o padrinho existente no doutorado, ou seja, o orientador. Entreguei a tese em dezem-

bro de 1966 e ela foi enviada para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Havia um conselheiro-padre, de cujo nome não me recordo. Ele adoeceu e teve a brilhante idéia de levar minha tese para leitura, durante sua convalescença, no hospital. Claro que ele deve ter piorado várias vezes. Quando melhorou, ele fez um discurso acalorado no CEE, dizendo que se tratava de uma candidata comunista (não se esqueçam de que o golpe militar tinha ocorrido em 1964), que só conhecia o *Manifesto do Partido Comunista* e que tinha a veleidade de criticar Weber. Então, armaram uma guerra psicológica, que durou aproximadamente três semanas, dizendo-se que substituiriam minha banca inteira, composta por Florestan Fernandes, Ruy de Andrada Coelho, Antonio Cândido, Gioconda Mussolini e Luiz Pereira. Ruy Coelho, que, aos dezoito anos, escrevera um ensaio sobre Proust, era inteligentíssimo e bem situado na vida, e Antonio Cândido, que havia afirmado que os sociólogos escreviam muito mal, disseram estar muito bem impressionados comigo, porque eu escrevia muito bem.³

JC: Em qual momento você começou a trabalhar com violência?

Heleieth Saffioti: Quando Luiz Pereira veio para São Paulo e fiquei sozinha, em Araraquara, dando numerosas aulas, eu dormia, no máximo, quatro horas por noite. Hoje, não agüentaria mais esse ritmo. Fui incorporando pessoas que poderiam me ajudar. Como não sou nenhuma salvadora do mundo, fui conseguindo alguns assistentes, mesmo em meio às dificuldades, seja pela falta de verba, seja pela falta de qualificação. O fato é que, durante anos de trabalho, lutei muito para criar uma pós-graduação, lecionando conteúdos

³ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Tese de Livre-Docência em Sociologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 1967. A primeira edição foi da Livraria 4 Artes Editora, em 1969; a segunda e a terceira (1976 e 1979) foram da Editora Vozes Ltda.

que não dominava senão com muito estudo pelas madrugadas, inclusive aos domingos. Como acredito que Universidade que se preze tem que oferecer uma pós-graduação que também se preze, eu sabia que, naquela altura, em 1978, poderia oferecer isso em Araraquara. Lutei durante cinco anos para criar a pós-graduação, que coordenei durante dois anos. Então, orientei Terezinha D'Aquino Ricci, cuja dissertação é digna de elogios, intitulada "*Trabalhadoras do Barro: Oleiras e Olheiras*", defendida em 1986. O Mestrado começou a funcionar em 1981. Na segunda turma, uma aluna manifestou interesse por estudar violência contra mulheres, escolhendo-me como orientadora. Essa era uma temática que me intrigava muito. Acontece que, logo em seguida, recebi um convite do Governo Francês, por intermédio e indicação de Maurice Godelier, que me telefonou, quando era diretor do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), me convidando para ser pesquisadora associada, durante o ano de 1984, em Paris. Eu não poderia aceitar o convite por todo este tempo, tendo-o aceito apenas por três meses. Permaneci ajudando o Professor Ignacy Sachs, na Maison des Sciences de L'Homme (MSH). Fiz o que me interessava: estudei, fiz seminários, pesquisei. Começara a estudar violência contra mulheres, no ano anterior, para orientar a estudante, cujo interesse era este. Assim, desde 1983, tenho me ocupado com esta temática. Fiz até uma pesquisa bem pesada sobre **abuso incestuoso**. Embora seja lamentável, o grande vilão, nesta história, é o pai biológico, cujo comparecimento foi de 71,5%, seguido, muito de longe, pelo padrasto, com 11,1%. O homem destrói seu próprio fruto.

JC: Na França, você trabalhou com a temática da violência?

Heleieth Saffioti: Eu li muito, fiquei amiga de Marie-Victoire Louis, que é a papisa da violência na França. Também desenvolvi relações de amizade com sociólogas como Helena Hirata, Danièle Kergoat, Hélène Le Doaré, que já havia co-

nhecido bem antes pelo fato de termos uma amiga comum, e outras. Aliás, conheci Hélène Le Doaré muitos anos atrás, uma vez que ela era amiga de outra amiga francesa, Jacqueline Weisslitz, também socióloga, com a qual assisti a seminários em 1970. Participei do colóquio de Simone de Beauvoir, em janeiro de 1999, em Paris, e, meu primeiro livro, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*,⁴ só não foi publicado na França, porque há nele críticas à prática psicanalítica. Não de toda a teoria psicanalítica, mas, sobretudo, da prática psicanalítica. Então, saiu em inglês, tendo sido muito resenhado na Europa, em vários países, em alguns dos quais se falam línguas que sequer leio. Esse livro foi minha livre docência. Continuo endossando a tese central desse livro e, às vezes, ela é contestada, porque as(os) leitoras(es) não percebem que trabalho sempre com o conceito de modo de produção capitalista (MPC), enquanto Cristina Bruschini, por exemplo, não cogita deste conceito. A tese central é a de que o modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente feminina. Algumas feministas, munidas das tabelas tão bem construídas por Bruschini, argumentam contra minha tese. Nunca se perguntam em que atividades trabalham mulheres. Mais de metade das trabalhadoras, no Brasil, estão em atividades pelas quais o MPC não tem o menor interesse. Como é público e notório, o MPC procura, sempre, os setores mais rentáveis da economia. As atividades que mais empregam mulheres não se encaixam nestes setores. Embora não se possa afirmar que estes últimos não tenham nenhuma ligação com o capitalismo, pode-se, sim, asseverar que tais atividades, cuja absorção da força de trabalho feminina é expressiva, não foram organizadas em moldes capitalistas,

⁴ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria 4 Artes Editora, 1969. Há duas edições da Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976 e 1979.

ou seja, segundo os requisitos do MPC. Por outro lado, escreveria de outra maneira aquele livro. Naquela época, era obrigatório usar uma linguagem hermética, que só era compreendida por iniciados. Hoje, eu o redigiria em linguagem simples, a fim de tornar o livro acessível a um segmento muito maior da população. Que ele fosse compreendido, pelo menos, por todas as mulheres.

JC: Na sua opinião, quem são as pessoas que estão produzindo sobre violência, hoje, no Brasil?

Heleieth Saffioti: O pessoal da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Eleonora Menicucci, por exemplo, participou de bancas de doutorandas minhas, a meu convite. Revela experiência na área e muita perspicácia. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, eu não oriento apenas sobre gênero. Tenho um orientando, Carlos Roberto Araújo, economista, no qual deposito uma enorme esperança e cuja tese intitula-se *Política e Economia na Globalização Hegemônica*. Já discuti com ele sobre a obra de Rosa Luxemburgo, à qual devoto profunda admiração, porque ela teve o topete de discutir o esquema da reprodução ampliada, de Marx, e mostrar que, de seu ângulo de visão, ele estava errado. Isto levou intelectuais a perceber diferenças entre conceitos, por exemplo, entre MPC e formação social capitalista (FSC). Não que ele estivesse errado, porque sabemos que ele trabalhava em um nível de abstração bem alto, ou seja, o do modo de produção capitalista, enquanto Rosa analisava a acumulação do capital num nível muito mais concreto, isto é, o da formação social, no qual estão presentes três contradições: a contradição entre capital e trabalho; nas relações de gênero, entre homens e mulheres; entre diferentes raças/etnias. Estas são as três contradições básicas, e, se não as levamos em consideração, podemos produzir obras, cujo conteúdo seria, pelo menos, insuficiente para explicar a realidade brasileira.

Como isolar o conceito de gênero? Não se deve isolá-lo de seu contexto econômico, social e político. Aliás, eu utilizo cada vez menos este conceito, porque gênero é um conceito a-político, a-histórico e bastante palatável. Tão palatável, que o Banco Mundial só financia projetos com recorte de gênero. Se fizermos referência à "ordem patriarcal de gênero", os projetos, certamente, não serão contemplados com as verbas solicitadas. Mas o patriarcado está aí, presente em todas as relações humanas. Chegamos ao paradoxo de os homens sustentarem a existência do patriarcado e a maioria das feministas mulheres a negarem. O espanhol Manuel Castells, meu amigo, publicou, há poucos anos, três livros⁵ sobre as sociedades em rede. No segundo, sobre identidade, Castells dedicou cento e tantas páginas ao exame da questão de gênero, apresentando dados de muitos países e, terminando este capítulo, dizendo: "... o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem, apesar dos sintomas de crise..." (p. 278). Allan Johnson e vários outros homens feministas afirmam que o patriarcado existe e está aí.⁶ As mulheres dizem que não, que é coisa de rinoceronte ou de dinossauro. Não se trata de todas, obviamente, mas creio que de sua maioria. Eu tenho muito orgulho de ser um desses dinossauros.

SB: Quais são as pesquisas que você está desenvolvendo atualmente?

Heleieth Saffioti: Tenho trabalhado com violência, mas sem desprezar os outros temas. A Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa sobre a mulher brasileira e o mercado de trabalho. Estava organizando uma coletânea com vários tex-

⁵ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999; *O poder da identidade*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; *O fim do Milênio e a Crise de Identidade*. Vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁶ JOHNSON, Allan G. *The Gender Knot. Unraveling Our Patriarchal Legacy*. Filadélfia: Temple University Press, 1997.

tos sobre esse tema e me pediu um artigo. Eu o escrevi, remetendo-o por e-mail, à EFPA (Editora Fundação Perseu Abramo). Dias pois, recebi um telefonema de uma representante da EFPA, dizendo-me que eu lhe havia enviado um livro e não um artigo, porque enviei 62 páginas em uma fonte pequena e em espaço simples. Então, ela me encaminhou para Flamarion Maués, chefe da editora, cuja sugestão a mim apresentada foi a de retomar a última parte do artigo e, reduzindo-a sobremaneira, transformá-la em um texto com 15 páginas, no máximo. Ele disse: "aquilo que a senhora considera um artigo é um livro e a editora tem interesse em publicá-lo". Esse é um livro sobre violência, sem tratar exclusivamente de violência. Fala sobre história, sobre provas arqueológicas e paleontológicas, sobre a maneira como eu concebo "gênero" e sobre a "ordem patriarcal de gênero", dentre outros temas.

JC/SB: Você poderia falar sobre a sua relação com a militância, com o movimento feminista? O que v. acha da relação entre academia e militância?

Heleieth Saffioti: Considero que há militantes que são exclusivamente militantes. Em geral, são pessoas que não lêem, não discutem. Mas, me identifico muito com alguns movimentos, me dou muito bem com as militantes do GELEDÉS e do Fala Preta, recebendo, muitas vezes, pedidos delas para eu escrever mais sobre racismo, porque dizem que sou a feminista que mais abordou este problema, desde o início, porque, no primeiro livro, eu já abordava essa questão⁷. De modo geral, tenho sido convidada para dialogar com os movimentos, embora não seja filiada a nenhum deles, porque isso me obrigaria a tomar posição. É óbvio que não existe ninguém que consiga ficar neutro diante de uma contenda. Tenho

⁷ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Op. cit.

minha posição, pública e notória, mas não tenho filiação, porque não quero perder minha liberdade de pensamento. Quando me convidam, seja qual for o movimento, mesmo que se trate de partidos políticos com os quais não me identifico, procuro participar. Em geral, me pedem para falar sobre a minha teoria das relações de gênero e sobre a história do feminismo, no Brasil ou no mundo. Já fiz, também, muitas palestras sobre violência e sobre várias outras temáticas direta ou indiretamente vinculadas ao gênero. Outros assuntos caem no âmbito de meus interesses, como as diferentes maneiras de abordar gênero, no fundo, métodos de interpretação; a quem serve a globalização; cursos monográficos, como, por exemplo, sobre Weber, sempre focalizado do ângulo metodológico, o mesmo podendo ser realizado com outros sociólogos clássicos.

SB: Quais são os temas que você acha importantes no momento?

Heleith Saffioti: Sempre me dei conta da importância das diferentes religiões, mas, ultimamente, considero imprescindível conhecê-las, pois elas penetram em todos os poros do indivíduo e do tecido social. As pessoas são cristãs, protestantes ou católicas, católicas ortodoxas ou católicas brasileiras, se curvam ou não se curvam aos princípios religiosos etc. Estamos entupidos de Cristianismo e isto representa uma face do fundamentalismo. Odeio fundamentalismos. Caso tivesse tempo, estudaria a obra de Weber sobre religião, desta perspectiva. Quando ministro cursos sobre Weber, não me preocupo em ensinar os tipos de dominação, porque isto qualquer pessoa medianamente inteligente é capaz de ler e de dar conta sozinha de aprendê-lo. Prefiro explorar Weber do ângulo metodológico, entro no universo que ele construiu, que é totalmente falso, porque, para ele, não há ontologia. Não há sequer uma totalidade social; mas tão-somente caos. Não gosto do pensamento pós-moderno, porque é fragmentário e projeta esta fragmentação na realidade, quando, para

mim, a sociedade é uma totalidade, e a crença nisso me fez progredir teoricamente. No Brasil, sou considerada a teórica feminista, o que não significa que não sei pensar em políticas públicas, nem tampouco que não existam outras estudiosas do tema, criando teorias. Estudo o tema violência com a finalidade de lançar políticas públicas para as mulheres, oferecendo-as aos governantes, cujos meios para sua implementação estão ao seu alcance. A homenagem que muitas mulheres receberam, dentre elas eu, em julho de 2004, em Brasília, foi exatamente na Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres. Logo, não sou apenas teórica, gosto também de pensar nas práticas, embora não me vincule a nenhum movimento, mantendo muito boas relações com todos eles. Não me agrada nada, nada, esta divisão: feminismo acadêmico *versus* feminismo militante. No Brasil, a academia abriu, sem resistência digna de nota, suas portas à temática de gênero e, ademais, há um trânsito fácil entre acadêmicas e militantes, sem contar o fato de que muitas militantes são também acadêmicas ou, pelo menos, lêem e discutem suas leituras, não sendo, por conseguinte, apenas militantes.

SB: Você tem ofertado cursos e publicado em parceria?

Heleith Saffioti: Sim, por exemplo, Suely Souza de Almeida e eu oferecemos um curso, no Rio, para a polícia militar. Lamentavelmente, foram escolhidos comandantes e sub-comandantes, quando nós preferíamos aqueles policiais que ficam nas ruas, a fim de prevenir violências. Dei a maior parte das sessões, mas Suely colaborou. Ela é da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e colaborou comigo, também, no livro *Violência de Gênero: Poder e Impotência*, tendo escrito alguns capítulos.⁸

⁸ SAFFIOTI, Heleith e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SB: Qual foi a temática do curso e como essa temática aparece na sua produção recente?

Heleieth Saffioti: A temática do curso foi a violência contra mulheres, sobretudo a violência doméstica. Há uma taxionomia por mim construída, publicada num artigo meu,⁹ e que retomei no livro já citado, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo (ver em nota 3). Boaventura de Souza Santos afirma que o espaço doméstico é o repouso do guerreiro, o espaço da privacidade, do feminino. O espaço doméstico é indiferenciado, para esse autor. Escrevi um primeiro artigo contra essa taxionomia, porque entendo que esse espaço não tem nada de indiferenciado. Ele é ultradiferenciado. Se eu recebo uma visita com a qual não tenho intimidade, a visita fica na sala; se é uma pessoa mais íntima, levo para a cozinha. Se eu quiser ter privacidade para conversar determinado assunto com ela, me tranco no meu quarto, com minha visita.

Nesse artigo, afirmo que prefiro pensar numa outra taxionomia. É claro que o espaço doméstico é eminentemente feminino, mas não é o espaço da privacidade. É o espaço do trabalho não-reconhecido, do trabalho não-pago, do trabalho doméstico. E por que razão não é o espaço da privacidade? Porque vige um regime social, político e econômico androcêntrico ou patriarcal ou viriarcal. Em outros termos, vivemos sob o patriarcado. No Código Civil, que vigorou de 01/01/1917 a 10/01/2003, havia o **débito conjugal** que, embora no Código fosse um direito/obrigação recíproco, na prática, só funcionava em mão única, isto é, contra a mulher. Se o marido desejasse ter uma relação sexual, e sua mulher não estivesse a fim disto, naquela noite, a relação aconteceria contra a vontade da esposa. Esta conduta se caracteriza como crime de estupro, art. 213, do Código Penal. Se tomarmos o

⁹ SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 13, nº 4, out-dez/1999, p. 82-91

artigo 213, do Código Penal, vamos observar que o estupro se enquadra nisso, pois se há na casa um lugar da intimidade, esse pode ser também o lugar do crime de estupro. Diante disso, eu pergunto: onde é que está a intimidade? A privacidade, para mulheres? Onde está a privacidade da mulher, se ela é confinada ao espaço doméstico, ou ainda que não seja confinada, que participe também do público, que espaço doméstico de privacidade é este, no qual a mulher não tem privacidade? Tem, alguma? Não tem, a maioria não tem. Nós, de classe média, classe média alta, temos. Por que? Porque nós nos casamos com pessoas do nosso nível. Lembro-me de que, em nossa casa em Araraquara, havia um casal de empregados. O homem cuidava da chácara, era caseiro, e a mulher era empregada doméstica. Quando ela se referia a relações sexuais com seu marido, sua linguagem relativa a seu marido era a seguinte: "quando ele quer me usar..." Era essa a linguagem utilizada, nunca me esqueci; e já ouvi essa expressão sendo utilizada por muitas mulheres do Nordeste, que moram aqui, em São Paulo, de paulistas e de mulheres de outros recantos do país. Ou seja, elas se consideram objetos para o uso e o abuso do seu amo e senhor.

SB: A própria legislação deixa claro, de algum modo, que o casamento pode gerar estupros. Basta relatar a maneira como ocorreu a relação sexual, contra a vontade da mulher, à autoridade policial e esta enquadrará, imediatamente o ato criminoso no artigo 213, do CP

Heleieth Saffioti: O Código Penal está cheio da expressão "mulher honesta". O casamento é um contrato, que dá ao homem o título de patriarca e o direito de exercer seu domínio. Há um livro estupendo, intitulado *O Contrato Sexual*, de Carole Pateman,¹⁰ uma cientista política feminista, que examina o contrato de casamento à luz das teorias do contrato,

¹⁰ PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

mostrando que esse tipo de contrato permite o estupro. O livro merece os mais exultantes encômios pela maneira como foi redigido e pelas evidências nele reveladas. Além disto, deve ser divulgada sua existência e excelente qualidade em virtude de a Ciência Política ser a área das Ciências Sociais mais refratária aos estudos de gênero.

SB: Você fez curso de Direito, mas sempre atuou como socióloga, não?

Heleieth Saffioti: Tinha uma ilusão de que me aposentando como socióloga, pudesse abrir um escritório de advocacia para defender mulheres. O meio jurídico em geral é muito conservador, rançoso, machista. Só que me dei conta disto à medida que fui estudando violência, que não consigo descascar da Sociologia. É claro que uma das funções do Direito é descobrir as brechas para escapar dessas coisas, mas um (a) sociólogo (a) certamente faria isto melhor do que um (a) jurista. O advogado pode ter uma visão ampliada do direito comparado, mas a visão da sociedade que o advogado tem é triste. Durante os anos de faculdade, me desentendia freqüentemente não com os promotores, mas com os juizes. As brigas eram, fundamentalmente, com dois juizes, um que ministrava direito constitucional e outro, direito civil. Entretanto, fiz bons amigos dentre os professores, mas briguei muito.

Quando terminei o curso, fiz exame para Ordem dos Advogados do Brasil, mas não tenho a carteira, porque perderam toda a documentação, em Araraquara. Não havia ainda me aposentado, legalmente da UNESP, e a OAB daqui não encontrava nenhum papel. Em São Paulo, é muito importante ter essa carteira, porque se um advogado ou advogada sofrerem um assalto, podem sacá-la e dar voz de prisão para o assaltante. Em várias situações, tal carteira funciona, amedrontando a parte agressiva.

SB/JC: Quem você acha que está produzindo teoricamente na área de gênero?

Heleieth Saffioti: Tem muita gente produzindo, mas, criando teoria, não conheço ninguém. Escrevi o artigo, intitulado *Rearticulando gênero e classe social*, publicado numa antologia organizada por Cristina Bruschini e Albertina de Oliveira Costa. Nele, faço um levantamento de tudo o que havia de ponta no feminismo, na época, fiz uma espécie de revisão bibliográfica,¹¹ de estado da arte da questão de gênero. Hoje, este artigo pede atualização.

Atualmente, Judith Butler tem-se sobressaído. Ela fala em matrizes de inteligibilidade cultural do gênero.¹² Gosto dessa idéia, mas não da conclusão a que ela chega. Na verdade, ela está trabalhando, não em termos de gênero, mas com matrizes de gênero, contratos sexuais. Porque se as estudiosas estiverem numa matriz subversiva, competitiva, de gênero, podem dar vários nomes para essas outras matrizes, que buscam hegemonia, sem, contudo, repetir Butler, cujo pensamento admite, explicitamente, que **mulheres podem estar dentro e fora do gênero**, (pensamento bastante defendido por Teresa de Lauretis, em seu livro *Technologies of Gender*.¹³) este último lugar representando, para ela, **a desordem de gênero**, fazendo-a cair na polaridade durkheimiana: o normal e o patológico. E as matrizes secundárias, onde estão? Não me agradam as categorias binárias, minha cabeça não funciona dessa maneira. Funciona com uma lógica contraditória, cuja existência descobri em 1985, quando também pensei no nó ou novelo ou, ainda, na simbiose, historicamente formada pelas contradições (pilares, antagonismos, eixos) fundantes da sociedade ocidental moderna. Este tripé, na verdade, existe

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

¹² BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

¹³ LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

em qualquer sociedade atual, mas a prudência recomenda, pelo menos, uma limitação às sociedades ocidentais de hoje.

JC/SB: Como tem sido sua experiência com outras Universidades?

Heleith Saffioti: Até recentemente, eu fazia parte do corpo de orientadores da UNESP, me convidavam para dar cursos de duas ou três semanas. Certa vez ofereci um sobre Weber, mas cursos regulares deixei de ofertar. Afastei-me, porque não era justo que eu constasse como orientadora, porque isso poderia interferir na relação professor/aluno e ser prejudicial ao programa. Sou constantemente convidada para fazer palestras lá. O prefeito de Araraquara criou um Centro de Referência da Mulher, ao qual atribuiu meu nome.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ministrei um curso para policiais militares, com Suely Souza de Almeida, sobre o qual já falei. Eles receberam muito bem o curso e tiveram uma boa participação. Deixei de trabalhar na UFRJ, porque o trabalho na PUC/SP aumentou muito. Ademais, esgotara a verba por mim conseguida, estando eu, naquela época, trabalhando graciosamente. Em São Paulo, a Dra. Maria Inês Valente, supervisora de todas as delegacias especiais de atendimento à mulher, me pediu para dar o curso para os policiais de São Paulo. Mas, eu estava muito ocupada, ela cansou-se de me esperar e pediu para Silvia Pimentel montar o curso. Silvia marcou uma reunião, convidando a mim, Valéria Panjardian e Flávia Piovesan, duas de suas ex-alunas, assim como a então presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Sra. Maria Aparecida de Laia. Esta se encarregou de conseguir, junto ao governo de seu partido (PSDB), verba para xerografar os textos que distribuimos às delegadas, para cobrir as despesas de viagem, hospedagem e alimentação destas profissionais, assim como um pró-labore para as professoras. As delegadas foram divididas em duas turmas, uma vez que eram numerosas, pois havia 121 delega-

cias de mulher no Estado de São Paulo. O programa que eu havia elaborado e ministrado no Rio de Janeiro foi a base, tendo sido incluídos alguns temas mais, como direitos humanos, a mulher e os meios de comunicação e um dia da programação para que a então presidente do Pró-Mulher, Malvina Muszkat, psicóloga, a fim de que ela mostrasse a perspectiva psicológica nos estudos sobre violência contra mulheres. Minha prática com estes cursos vai um pouco além. Uma desembargadora paulista, Dra. Shelma Lombardi de Kato, que fez carreira em Cuiabá, Mato Grosso, conseguiu uma verba do Banco Mundial, destinada a reciclar profissionais da Magistratura e do Ministério Público, ensinando-lhes gênero, marcadamente violência de gênero. A Dra. Shelma formou uma equipe, da qual fiz parte. Íamos a muitas cidades, em geral capitais de estados, a fim de dar aulas a operadores do Direito. Havia, além de Sílvia Pimentel e eu, dois homens fantasticamente bem qualificados, um juiz de Campinas, o Dr. José Henrique Torres, e um ginecologista obstetra, o Dr. Jefferson Drezett. Este último foi integrado na equipe já no final de nossos trabalhos, não porque já houvéssemos cumprido nossa missão, mas porque a verba terminara. Nestes cursos ou séries de seminários, algumas promotoras e/ou procuradoras haviam alcançado um bom nível de compreensão das questões de gênero, podendo auxiliar a Dra. Shelma. Foi o Dr. José Henrique Torres, que deu as primeiras sentenças favoráveis a pedidos de autorização para a realização de aborto em casos de fetos portadores de anomalias graves e irreversíveis. Hoje, já existe uma jurisprudência de cerca de mil e quinhentos casos. É, sem dúvida, importantíssima esta terceira permissiva penal para o aborto. Há muitas pessoas lutando para a aprovação da *súmula vinculante*, não apenas para poupar trabalho. O juiz de primeira instância é aquele que vai para o interior e não vê mais nada, não tem universidade na cidade onde atua, ele não dá aula, não estuda. Se há

um conflito entre um artigo de qualquer código comercial, tributário, penal, civil, ou qualquer outra lei isolada, de uma parte, e, de outra parte, a constituição, é obvio que prevalece a constituição, pois é a lei magna do país. Mas, os juízes não estudam mais, então não percebem que estamos em outro mundo, que a constituição acabou por derrubar vários artigos do Código Civil e eles não podem atuar segundo aqueles artigos.

JC: O que a senhora acha dos estudos sobre masculinidades?

Heleieth Saffioti: Oriento, no momento, uma doutoranda – Francineide Pires Pereira – que está fazendo uma tese lindíssima, estudando masculinidades, mas dentro desta lógica contraditória, porque ela adotou minha lógica, meu esquema teórico, e porque considero que se existem diferentes naturezas de gênero para as mulheres, elas existem para os homens também, é óbvio. Sempre dou exemplos para os meus alunos, dizendo: vocês estão na sala de visitas da sua casa e, ao mesmo tempo, estão lá seus pais, sogros, filhos, netos, os amigos dos filhos e vocês não se dirigem da mesma maneira a cada um desses segmentos, vocês ocupam uma determinada matriz de gênero para se dirigir aos netos, aos filhos, aos amigos. Penso que o tempo não existe, é uma convenção, nós usamos um calendário, existem outros calendários. Teresa de Lauretis fala em estágios, dentro e fora do tempo. Não concordo com isso, ela não soube lidar com tempo/espço, ou espaço/tempo, porque nós estamos simultaneamente dentro e fora. Porque se nós somos capazes de nos dirigirmos de maneiras inteiramente diversas às pessoas e de maneiras que se chocam frontalmente, num mesmo espaço, e no mesmo tempo, é porque nós podemos estar simultaneamente dentro e fora do gênero. Nós não temos como estar apenas fora do gênero, nem nós mulheres, nem os homens. Como ficar fora do gênero? Isto é impossível. O que nós podemos é lidar com todas as matrizes que nós conhecemos, simultaneamente.

Então, a minha maneira de criar, porque eu não sou nenhum gênio, é - eu leio um livro, absorvo aquilo que me parece interessante, e tento avançar. Tento avançar um pouco - a ciência avança milimetricamente. Uma grande descoberta é fruto do acaso, porque ninguém é tão inteligente para ter uma idéia brilhante por semana. Então, vou fazendo o que eu posso, que é caminhar assim na criação, milimetricamente.

JC: Continuando com o tema da masculinidade, está se falando muito agora no homem, e ao mesmo tempo, na bissexualidade. O que você acha disto?

Heleieth Saffioti: Sempre, desde o início, nunca deixei de falar no homem, porque se a sociedade castra mulheres, ela castra homens também, lógico! O saldo negativo é maior para a mulher, não tem dúvida nenhuma, mas o homem fica impedido de desenvolver sua sensibilidade, sua *anima*, e as mulheres são castradas em seu *animus*. Mas, há mulheres que foram obrigadas a desenvolver seu *animus*, como eu, por exemplo. Só que desenvolvi também minha *anima*. Mas não sou mandona, não sou prepotente, sei ser delicada, mas não considero isso atributo natural de mulheres. Eduardo Mascarenhas tem um pequeno livro que se chama *No divã do psicanalista*. Num certo momento, ele afirma que a Igreja Católica faz um tremendo terrorismo para enquadrar todo mundo, homens, mulheres no heterossexualismo. A sociedade, a família, todas as instituições fazem terrorismo, porque todo mundo tem que ser heterossexual. Mas, se as pessoas não nascessem bissexuais, não haveria necessidade de tanto terrorismo. Então, embora eu tenha muitas críticas com relação à teoria freudiana, acredito piamente que todo mundo é bissexual, pelo menos ao nascer, e que a sociedade consegue formatar alguns como se formata disquete, e não consegue formatar outros, que são mais rebeldes, mais subversivos em relação às matrizes ou contratos sociais. É aquela história, não jogar

o bebê fora com a água do banho, mas aproveitar o que se pode, e jogar fora o que considera descartável. Não li a obra inteira de Jung, até porque é uma imensa quantidade de livros, mas sei que ele trabalhou com as noções de *anima* e *animus*. Ele chamava de princípio, que é uma palavra que não é de meu agrado. Cada cidadão ou indivíduo teria o princípio de *anima* e o princípio de *animus*.

O princípio de *animus* é aquele que nos ativa, para arrombar portas e janelas, enfim, os obstáculos que se interpõem entre nós e os nossos objetivos. E *anima* seria o princípio da sensibilidade, da delicadeza. O que faz a sociedade? Considera que a mulher só pode desenvolver sua *anima*, quando todos os indivíduos possuem os dois, *anima* é o feminino e *animus*, o masculino. O ideal seria que homens e mulheres desenvolvessem equilibradamente ambos. Tanto um quanto o outro. Acho que o encontro amoroso acontece quando isso se dá. Do jeito como as sociedades se comportam, o desencontro amoroso já está marcado, é destino, porque há um desequilíbrio total, uma parte é *anima*, e a outra parte é *animus*. Então uma não pode usar a razão e o outro não pode sentir, imagina! Acho que não dá certo nem no momento do orgasmo, não sei, estou metendo minha colher de pau aqui em área alheia. Mas gosto muito de trabalhar com *anima* e *animus*. Considero que estes são conceitos heurísticos e, portanto, positivos. Nada é fácil: conseguir o equilíbrio entre *animus* e *anima* tampouco o é.

SB: Você poderia citar algum ou alguns momentos que representam marcos na sua trajetória?

Heleieth Saffioti: Houve um momento de minha vida, que foi de inflexão, um momento em que se descortinou uma nova dimensão da vida, para mim. Isso ocorreu em 1985, quando escrevi, pela primeira vez, sobre a lógica contraditória. Telefonei para um grande amigo muito inteligente e lhe disse: “acho que estou ficando louca, porque acabo de escrever que a lógi-

ca formal não resolve os problemas, e que nós só vamos conseguir avançar descobrindo, refletindo e usando a lógica contraditória. Eu acho que eu estou louca, você não acha?”. Ele respondeu: de jeito nenhum, que maravilha que você descobriu, acho que é por aí mesmo.” Ele me deu a maior força. Acho que nesse momento, sim, há um marco, ele é um marco em minha vida acadêmica. De produção científica, não de docência.

Há obras teatrais que também são referências. Recentemente vi uma peça, chama-se *Perdida*, interpretada, dentre outros, por um primo meu, Carlos Palma. Pelo título, logo se pensa numa prostituta, mas não tem nada a ver com isso, tem a ver com o modo como as pessoas lidam com o espaço/tempo.¹⁴ A outra é *Copenhagen*, a meu ver, simplesmente deslumbrante. É uma conversação, uma interlocução entre, de um lado, Niels Bohr, que era um físico dinamarquês quando a Dinamarca estava ocupada pelos nazistas, e, de outro lado, Werner Heisenberg, também físico, mas alemão, produzindo sob as barbas da Gestapo.¹⁵ Uma coisa é trabalhar num país política e militarmente ocupado, outra coisa é trabalhar ali, juntinho da Gestapo, acho que é muito pior. E o Heisenberg fica um tempo na Dinamarca, trabalhando com Bohr, porque ele era o físico mais famoso, e se tratava da corrida pela confecção da bomba atômica. A mulher do Bohr participa da interlocução, e se fala de física o tempo todo, mas a peça não é, propriamente, sobre esta ciência, não obstante os dois serem físicos. A peça trata da responsabilidade do cientista, pois, enquanto Bohr agilizava todos os processos para que se chegasse à construção da bomba atômica o mais depressa possível, Heisenberg

¹⁴ A entrevistada se refere à peça teatral *Perdida, uma comédia romântica*, encenada no Brasil em 2001 pelo Grupo Arte Ciência no Palco. Texto de José Sanches Sinisterra, dirigida por Marco Antônio Braz, com Oswaldo Mendes, Flávia Pucci e Carlos Palma.

¹⁵ A peça *Copenhagen* estreou em 2000, montada pelo Grupo Arte Ciência no Palco. Texto de Michael Frayn, dirigida por Marco Antonio Rodrigues, com Carlos Palma, Oswaldo Mendes e Selma Luchesi.

usava técnicas dilatórias para atrasar tal processo, porque quanto mais ele conseguisse adiar o momento da finalização da bomba, menos pessoas morreriam. Imaginem bombas atômicas nas mãos de Hitler ou nas mãos do exército nazista! A peça trata, por conseguinte, da ética científica.

Nós, cientistas sociais, temos muitas responsabilidades, porque criamos, sugerimos, participamos de políticas públicas, então, nossa responsabilidade é enorme. Gosto muito de Teresa de Lauretis, gosto muito de um conceito dela que é o de **sujeito múltiplo**, que me permite lidar com a noção de espaço/tempo de uma maneira gostosa, agradável, simples. Já que eu não tenho o que eu tanto desejava, o dom da **ubiquidade**, que significa estar em vários lugares ao mesmo tempo (dez, para mim, seriam suficientes), simultaneamente, o que é impossível, caminhei como se faz em *Perdida*, pelo espaço/tempo. Vamos tomar dois teóricos ou duas teóricas, que podem ser contemporâneos/as e não-coevos(as). Ou melhor, quando fiz o curso de Direito, era contemporânea daqueles juízes rançosos e machistas, o meu pensamento estava muito à frente do pensamento deles. E deve haver milhares de pessoas que estão muito à frente do meu pensamento, então somos contemporâneos e não-coevos.

JC e SB: Você poderia citar algumas referências atuais do campo de gênero que você considera importantes?

Heleieth Saffioti: Na Espanha conheço poucas pessoas. Existe um doutorado sobre gênero na Universidade Complutense, em Madri, eu conheço a estrutura do doutorado, sei quem são as docentes, os docentes, porque li textos de autoria de alguns deles. Há uma cientista espanhola de quem gosto, Célia Amorós, que elaborou e publicou *Crítica da ra-*

zão patriarcal.¹⁶ Não vai, todavia, até mais longe, como eu desejaria. Nem toca em ontologia.

Não tenho ido, recentemente, aos EUA, mas entrando, todos os meses na *Amazon*, vejo o que há de novo, pois já conheço as grandes autoras e os grandes autores. O livro, já citado, de Allan G. Johnson, vocês não podem perder, não encontrei em nenhuma outra língua, só em inglês. Alguns estudantes lêem capítulos, peço para resumirem para que os outros tenham uma idéia, dou aulas sobre as idéias de Johnson, mas eles não lêem todo o livro. Há outras autoras francesas das quais gosto. Gosto de Marie-Victoire Louis, que é a papisa da violência, na França, gosto de Colette Guillaumin, e também de Helena Hirata, mas ela é quase-brasileira, embora tenha nascido no Japão, e conhece as três línguas: português, japonês e francês, pois vive e trabalha, em Paris, há muitos anos, podendo fazer boas comparações entre os três países. Ela me enviou, recentemente, a seqüência do encontro em Toulouse, que vai ser no Canadá, em Ottawa. O grupo do antigo GEDISST, que atualmente publica *Cahiers du Genre*, antes *Cahiers du GEDISST*, com quem trabalha Helena é todo de alto gabarito. Para citar apenas algumas, das quais me lembro agora, menciono Danièle Kergoat, Hélène Le Doaré, Eleni Varikas, Françoise Collin, Geneviève Fraisse e tantas outras e outros, pois também há homens. Michelle Perrot e Georges Duby organizaram a coleção *História das Mulheres*, obra de consulta indispensável. Mais do que isto, eles fizeram uma seleção bastante rigorosa dos artigos contidos nesta obra em cinco volumes.

Em alguns círculos de nosso meio acadêmico, prevalece a divulgação de obras em francês. Por exemplo, quando houve o congresso sobre saúde e mulher no Hotel Glória, Women, Work, Health, 1999, tomaram a iniciativa de pedir para que todas as feministas enviassem previamente os seus programas de aulas (somente as que lecionassem em cursos de pós-graduação). Observei que apenas Miriam Adelman e eu tí-

¹⁶ AMORÓS, Célia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. 2ª. Ed. Barcelona, Anthropos. Editorial del Hombre, 1991.

nhamos bibliografias majoritariamente em inglês, todas as outras as tinham em francês. As francesas fazem excelentes pesquisas sobre o trabalho da mulher e sobre história, mas não sobre metodologia. Eu continuo interessada em epistemologia e fascinada por ontologia. Esta última não existe tampouco nos Estados Unidos. É muito raro, lá, encontrar intelectuais interessados nisto, o que se pode explicar pela ausência de tradição marxista. Com os interesses que alimento, talvez devesse estudar alemão. Mas, já comecei duas vezes e desisti. A primeira razão era mesmo falta de tempo. Mas, não posso descartar a interferência do inglês, quando abria a boca para pronunciar um daqueles palavrões (no tamanho) alemães. Como a Alemanha é o berço da Filosofia, não tenho dúvidas de que deveria estudar alemão e ler autores não traduzidos para idiomas que conheço. Este "projeto", todavia, ficará para uma outra existência, se isto for possível. Como não tenho esta crença, deixo a outras(os) esta tarefa. Que a cumpram muito bem. Estou certa de que a escolha da bibliografia não deriva apenas de o intelectual ter um domínio maior de um idioma que de outro. Obviamente, isto interfere no percentual de títulos de um certo idioma na totalidade das referências. O decisivo, contudo, é o assunto. Quando eu estudava **trabalho feminino**, usava muita bibliografia francesa, mas não deixava de utilizar, também, a de língua inglesa. Usei muitos dados estatísticos dos Estados Unidos, uma vez que eram bem coletados e bem apresentados, desagregados por sexo, portanto, muito superiores aos nossos. Isto não significa, porém, que não escondessem, na época, ou não ocultem, na atualidade, preconceitos de gênero. Está por nascer a sociedade que não os possua. Nossa luta, jovens, deverá construir logo este tipo de sociedade. Mãos à obra, então. Não acham que já falei demais? Falando ou escrevendo, sou sempre prolixa! Perdão, meninas. Mas, foram vocês que perguntaram. E se eu houvesse ficado calada? Talvez a decepção fosse maior, não é?

LIA ZANOTTA MACHADO

[Rozeli Porto]¹

Rozeli: Como se deu a sua entrada no campo de estudos sobre violência?

Lia: Em 1977 eu trabalhava na Universidade de Brasília, quando comecei, um ou dois anos depois, a participar de um movimento feminista que se chamava *Brasília Mulher*. Dele participavam outras professoras da universidade, como Mireya Suárez. Com ela conversando, decidi entrar no movimento. Do *Brasília Mulher* participavam também feministas fora da universidade, como, por exemplo, Elizabeth Barreiros e Marlene Libardoni. Com Marlene Libardoni e Mireya Suárez, companheiras destes primeiros momentos, atualmente, participamos de uma organização não governamental na área de gênero, a AGENDE, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. O início da minha reflexão sobre a violência foi assim na movimentação feminista. Eu comecei entre 1978 e 1979. Foi no *Brasília Mulher*: eram muitas mulheres companheiras, de diversas profissões, algumas delas advogadas. Havia também na época, uma certa movimentação da Federação de Mulheres Brasileiras, da União

¹ Entrevista realizada por Rozeli Porto em 20 de julho de 2004, na residência da entrevistada, em Brasília/DF.

Brasileira de Mulheres e das mulheres feministas de filiação comunista. Não posso falar em datas com precisão, mas essa história consta atualmente, nos arquivos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) da Universidade de Brasília. Ao mesmo tempo em que começamos o *Brasília Mulher*, havia vários grupos feministas que foram se articulando. Naquela época havia uma certa visibilidade dessa movimentação nos jornais. Então participei não só das reuniões desse grupo como também nos movimentávamos para falar em locais interessados em debater os direitos das mulheres e a violência contra as mulheres. Fui para Taguatinga², e fazia conferências em várias cidades do Distrito Federal. Enfim, mais tarde, estes grupos feministas ligados aos movimentos sociais, articularam um encontro e depois criaram o Fórum de Mulheres de Brasília em 1984.

A organização de um movimento feminista como esse grupo forte e pequeno do *Brasília Mulher*, articulado com outras feministas, deu certo aqui em Brasília. A movimentação política da cidade estava contida e estacionada, em função do autoritarismo vigente ainda que em fase de “abertura”. Então toda a organização das mulheres tinha mais visibilidade e agregava mais porque eram os movimentos sociais que alcançavam mais espaço na proposição de novas temáticas e da luta por direitos civis. Não havia então, na época, em 1978 e 1979, presença do feminismo nos partidos. Então as mulheres participavam de uma rede feminista. Com a extinção do bipartidarismo em dezembro de 1979, o incipiente pluripartidarismo passa a transformar a movimentação política partidária. Começamos a sentir na movimentação feminista brasiliense, a dupla militância feminista e partidária, em parte, como uma ampliação do movimento, mas em parte, como geradora de conflitos internos entre visões partidárias e não

partidárias. Creio que, em geral, nessa época, a partir do final dos anos setenta, tanto antes como depois da reforma partidária de 1979, grandes questões surgiram, pois os direitos das mulheres estavam em pauta no cenário nacional e local. Para mim, o debate em torno desses direitos era premente. Ao começar a discutir com outras pessoas, comecei a perceber melhor as diferenças entre questões individuais e questões coletivas e um dos temas principais, evidentemente, era o dos direitos em geral. Nesse âmbito, penso que uma questão importante era a da violência, para mim esse sempre foi um tema muito forte. Outra questão era a liberdade do acesso à contracepção. Lembro-me que nos anos oitenta publiquei artigos em jornal sobre violência e sobre planejamento familiar³. Naquele artigo me posicionava contra o enfoque do controle da natalidade, defendendo a informação e me manifestando contra a violência. Esses eram temas muito fortes, além é claro, da participação da mulher na política.

RP: Você já estava vinculada a algum grupo feminista?

Lia: Estava, ingressei na UnB em 1977, passei a dar aulas em 1977, e entrei no movimento entre 1978 e 1979, acho que foi uma época muito interessante.

RP: Quando e como você começou a trabalhar mais diretamente com violência contra as mulheres?

Lia: Não comecei imediatamente na vida universitária. Escrevi alguns artigos nos jornais e dei entrevistas para a imprensa, mais identificados com o ativismo do que com pesquisa, no final dos setenta e início dos oitenta. Entrei na Universidade de Brasília, com meus créditos de mestrado e dou-

² Taguatinga é uma cidade satélite de Brasília.

³ Os artigos referidos são: *Planejamento Familiar como Direito*. In: *Jornal de Brasília*, BSB, D.F. p.5-5,3 de fevereiro de 1984, e *Violência contra a Mulher: uma questão de poder*. In: *Jornal de Brasília*, BSB, DF, 18 de fevereiro de 1984.

torado completados na Universidade de São Paulo, e terminei minha tese de doutorado em 1980, quando já era professora de Antropologia na Universidade de Brasília. Foi nessa época quando estava terminando as redações da dissertação de mestrado em 1979 e da tese de doutorado em 1980, que estava entrando no ativismo feminista

RP: Qual é o tema de sua tese?

Lia: A minha tese é da área de sociologia sobre política educacional⁴. Sou paulistana, mas fui professora da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, de 1968 a 1969 e depois do final de 1970 a 1976. Em 1970 voltei a São Paulo e fui professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas. Fui novamente a Curitiba no final de 1970, retornando à Universidade Federal do Paraná e aí fiquei até 1976. Quando estive no Paraná, fiz pesquisas sobre a política educacional nacional e local, tendo em vista os cursos de mestrado e doutorado em Sociologia que fazia na Universidade de São Paulo. Em 1976 voltei para São Paulo e em 1977 vim para Brasília. É um pouco esse o meu percurso inicial: nele sempre trabalhei com pesquisa em política educacional e sociologia do desenvolvimento. Desde 1970, quando estava no Paraná como professora, até 1976 quando saí de lá, trabalhei com temáticas sociológicas. Quando fui para Brasília estava procurando modificar um pouco o rumo, estava interessada em também fazer curso de formação em psicanálise, e me aproximei da UNB na

⁴ MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, Escola e Ideologia*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia), Universidade de São Paulo, 1980. Orientador: Gabriel Cohn. A tese revista e com o mesmo título, foi publicada pela Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, 242 págs., com uma segunda edição em 1994. A Dissertação de Mestrado em Sociologia, relativa à primeira parte da pesquisa sobre política educacional, intitula-se: *Política Educacional e Ideologia. A Eternização do Presente na Ideologia dos Secretários de Educação*, Universidade de São Paulo, 1979. Orientador: Luiz Pereira.

área de Ciências Sociais. Naquele tempo, o Departamento de Ciências Sociais congregava as áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Serviço Social. Como estava querendo fazer esse caminho de combinar a visão sociológica com a dimensão mais psicológica, e mais voltada para as questões da subjetividade, fiquei encantada com a possibilidade de trabalhar na área de Antropologia na Universidade de Brasília. Foi crucial o estímulo do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira, além da acolhida generosa de todos os professores da área de Antropologia. Acabei desistindo da formação em psicanálise e fiquei com a antropologia e acho que fiz um bom investimento para o meu desejo de combinar uma análise social com maior enfoque na construção cultural das subjetividades.

Assim que terminei a tese de doutorado em 80, comecei a fazer pesquisa sobre família e gênero, identidades e individualismo, então a questão da violência apareceu. Não estava pensando em violência, mas ao fazer uma pesquisa em Brasília sobre gênero, as relações de poder aparecem muito, e com elas a questão da violência, não somente contra a mulher, mas também o castigo corporal, no âmbito da educação, por exemplo. Pesquisei os dramas das classes populares, a questão da correção e do castigo dos maridos contra as mulheres e dos pais contra os filhos apareceram, não que eu tivesse procurado. Na verdade estava buscando compreender as

⁵ Entre os artigos escritos à época, encontram-se: MACHADO, Lia Zanotta. *Identidade e Individualismo*. *Série Antropológica*, n°33, pp1-15, Brasília, UnB, 1982; MACHADO, Lia Z. *Identidade Feminina na Periferia de Brasília*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1983; MACHADO, Lia Z. *Família, Honra e Individualismo*. *Anuário Antropológico 1985*, Rio: Ed. Tempo Brasileiro, 1985; MACHADO, Lia Z. e Magalhães, Themis. *Imagens do Espaço, Imagens da Vida*. In: PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília Em Questão*, São Paulo: Ed. Projeto, 1987 e MACHADO, Lia Z. e Magalhães, Themis. Brasília, Espace, Utopie et Modes de Vies. In: *L'Architecture D'Aujourd'hui*, Paris, vol 251, 1987. Os dois primeiros artigos foram republicados como: MACHADO, Lia Z. *Identidade e Individualismo. Construção de Classe e Gênero nas camadas populares*. In: Woortmann, Ellen (org.) *Respeito à Diferença. Uma Introdução à Antropologia*, UnB, CESPE, 1999, pp2-50.

relações entre família, gênero, identidade e cidadania⁵. Esse era o meu caminho. Não trabalhei com a temática da violência, mas ela ficou como algo a ser resolvido, a ser posto em destaque. Tomei realmente a violência como objeto numa história posterior, mais tarde. Tomei esta decisão um pouco antes de ir para a França em dezembro de 1992. Antes de fazer o pós-doutorado em Paris, nosso Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM)⁶ que fora criado bem antes, em 1986, se propôs a fazer uma pesquisa conjunta sobre violência. Esta decisão foi no final de 1992, com início da pesquisa em 1993. Mas antes, voltemos ao momento da criação do Núcleo. No grupo feminista do *Brasília Mulher* havia professoras da Universidade. Faziam parte dele Miréya Suárez, professora de antropologia à qual já me referi, além de Lúcia Sanders e Ana Vicentini, da área de Literatura e Artes Cênicas. Nós quatro e Dóris Faria, também feminista e professora de Biologia, fundamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher na Universidade de Brasília em 1986. Esse Núcleo se reunia para pensar a questão da mulher e a questão de gênero. Ainda não se discutia violência, o debate girava em torno do gênero em geral, na literatura, na antropologia e na sociologia. E muitas vezes na história e na comunicação. Mais tarde, mas em diferentes momentos, incorporaram-se ao grupo de forma permanente, Lourdes Bandeira (sociologia), Tânia Montoro (comunicação) e Marlene Teixeira (serviço social). O Núcleo, até 1993, era um lugar muito mais de encontro entre as feministas pesquisadoras, de apresentação, discussão e debates sobre as pesquisas, de apresentações de textos literários sobre a questão da mulher, de reflexões sobre as pesquisas, de oferta de cursos de extensão e de cursos de "módulos livres", do que um lugar de realização de pesquisas conjuntas. Ao final de 1992 se iniciaram

⁶ NEPEM, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UnB.

as conversações entre a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, a UnB e o NEPeM. Em 1993, a Secretaria de Segurança do Distrito Federal solicitou uma pesquisa ao Núcleo sobre violência sexual. De fato, a pesquisa não só focou especificamente a violência sexual, mas incorporou também as questões sobre a violência em geral de homens contra as mulheres e a violência doméstica.

Quando aceitamos essa proposta, eu já estava pronta para ir para Paris, então fui, e a pesquisa começou a ser feita por Mireya Suárez, Lourdes Bandeira, Tânia Montoro e Rita Segato (antropologia). Ficou acertado que eu participaria assim que voltasse. Ao retornar, no segundo semestre de 1994, comecei a trabalhar nessa pesquisa, da qual resultou, mais tarde, um livro, que inclusive, na sua programação contava com um texto de Miriam Pillar Grossi, tendo em vista sua participação durante um semestre no NEPeM e no departamento de Antropologia da UnB como Professora Visitante.

RP: Trata-se do livro intitulado Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal?

Lia: Sim. Esse livro trata de uma pesquisa que foi feita, pelo grupo de professoras e pesquisadoras/es estudantes do NEPEM: em parte, na penitenciária do Distrito Federal, denominada Papuda, sobre a questão do estupro a partir do ponto de vista dos apenados por este crime e através de uma enquete realizada no espaço da rodoviária sobre a noção de crime sexual. Uma outra parte foi feita nas delegacias, incluindo a Delegacia Especializada da Mulher, observando como as delegacias e os agentes policiais atendem a questão da violência e escutando e analisando os discursos policiais sobre a violência e a criminalidade em geral, e, como no seu interior

⁷ SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15 e Editora Universidade de Brasília, 1999.

deste discurso se apresentam as representações policiais sobre a violência contra as mulheres. Esse estudo foi feito também junto às lideranças comunitárias, buscando compreender os sentimentos das comunidades em relação à violência em geral e à violência contra as mulheres. Ao mesmo tempo, a partir dos contatos com as delegacias e com as lideranças comunitárias, fizemos uma etnografia da violência, ou seja, a escuta das pessoas vítimas de violência (sexual e doméstica) e de pessoas apontadas como agressoras. Nas delegacias, ouvimos tanto as mulheres que levaram seus casos à delegacia, como os agressores que foram chamados. A pesquisa ainda realizou a análise das narrativas e da notícias da imprensa sobre a violência contra as mulheres, tentando observar o que era considerado ou não violência e se, nessas narrativas era ou não proposto discursivamente um "não a violência contra a mulher".

RP: O seu interesse pela mulher começou mais na militância, nos debates no Núcleo, pois neles já discutiam sobre gênero. No bojo dessas discussões vão surgindo as temáticas, uma delas é a violência contra a mulher e esse interesse tem uma continuidade dentro da academia, por exemplo, nessa pesquisa que você mencionou. Suas colegas de Núcleo também já estavam militando no movimento?

Lia: Lourdes Bandeira chega depois da criação do Núcleo, porque ela estava na Paraíba quando o NEPeM foi criado. Mas, quando começou a discussão sobre violência no Núcleo, estava aqui e já tinha trabalhado com esse tema, como pesquisa na Paraíba, assim como era já feminista. A temática da violência já era cara à Mireya, em função da militância feminista e a questão de gênero estava já incorporada às suas pesquisas. Do mesmo modo, Tânia Montoro. Rita Segato quando se integra à pesquisa sobre violência, também era já antropóloga que havia inserido a questão de gênero nas suas pesquisas sobre religião, era já feminista e militante dos direitos humanos. Acredito que, de modo geral, a militância vem

antes ou junto com a escolha e participação em estudos sobre gênero e sobre a violência contra as mulheres. Mas o envolvimento na militância tem diversas modalidades e graus diversos que variam entre nós e no tempo. À época da criação do Núcleo, o movimento Brasília Mulher tinha perdido já sua força, muito embora continuassem as reuniões do Fórum de Mulheres do D.F. Acredito que para todas nós pesquisadoras do Núcleo, a pesquisa representa em si um comprometimento muito grande com uma forma de reflexão que exige um imbricamento forte entre a análise teórica, as reflexões dos saberes disciplinares de cada uma, a escuta dos atores/sujeitos sociais e a politização das questões de gênero. Quando cheguei da França, incorporei-me à pesquisa. Continuava o convênio com a Secretaria de Segurança Pública Federal, para o projeto: "*Crimes contra a Liberdade Sexual das Mulheres*", mas a envergadura da pesquisa exigia que abrissemos outras fontes de financiamento para consolidarmos uma equipe de pesquisa. Por exemplo, obtivemos bolsas para estudantes de graduação através do Programa Institucional de Iniciação Científica. Aplicamos e conseguimos o apoio financeiro para a pesquisa pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), sob o projeto: *Violência e Cidadania no Distrito Federal* e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da apresentação de Projeto Integrado de Pesquisa: *Relações de Gênero e Raça: Hierarquias, Poderes e Violências*. Desse modo, consolidamos uma equipe de pesquisa. O Núcleo funciona até o momento, pode-se consultar o acervo e o Banco de Dados Mídia e Violência. Pretendemos colocar à disposição do público os artigos das integrantes da equipe, já consegui inclusive colocar alguns dos meus no "site" da Internet. Tínhamos uma funcionária que atuava no Núcleo por conta deste convênio com a Secretaria de Segurança. Além de algum financiamento para pesquisa, garantido no primeiro

ano, esse convênio proporcionou essa funcionária administrativa que era da própria polícia. Ela trabalhava como secretária do núcleo, e por causa disso tivemos durante um certo tempo, uma melhor organização. Atualmente, estamos funcionando sem apoio administrativo, então o acervo não está organizado como deveria.

Mas a contrapartida principal desse convênio com a Secretaria era apenas a disponibilidade desta funcionária. Contudo, o que era para nós extremamente gratificante e estimulante eram os Seminários realizados na UnB para os Policiais, onde uma reflexão conjunta se tornava possível, e o que nos fazia sentir contribuindo para pensarmos as políticas públicas na área de segurança relativas à violência contra as mulheres. Nosso comprometimento era ainda com a publicação de um livro com os resultados da pesquisa. A Editora da UnB e a Editora Paralelo 15 possibilitaram a publicação do livro em 1999⁸. Depois, continuamos a pesquisa, mesmo sem o convênio.

RP: Na sua opinião, quais foram os marcos principais no Brasil do salto nas pesquisas sobre violência contra a mulher e também na militância, em direção ao gênero e às questões da família? Ou seja, do ponto de vista teórico e político o que é que marcou essa evolução?

Lia: A questão da violência sempre esteve presente no movimento feminista brasileiro. Desde a criação dos SOS, no final dos anos 70, em São Paulo, Minas e Rio. Desde os julgamentos de homicídios de mulheres por seus maridos, que tiveram muita repercussão, possivelmente por terem tido lugar em pleno âmbito das classes alta e média. Aqui em Brasília nós nunca tivemos grupos SOS violência, mas a violência era sempre levada ao debate público por nós. Nos anos 80, em termos de política pública, fizemos a proposta de criação da Delegacia Especializada da Mulher no D.F., que foi criada

em 1984. Esse foi um grande marco. Em vários estados e cidades brasileiras, os anos oitenta foram marcados pela criação dos Conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres e pela criação das delegacias especializadas das mulheres.

RP: Você acha que a criação das Delegacias foi a mais marcante?

Lia: Em termos políticos, ela foi a mais marcante, pois propunha uma transformação na política pública que trata de um dos temas mais agregadores do movimento feminista brasileiro: a violência contra as mulheres.

RP: E teoricamente?

Lia: Antes de apontar as mudanças e avanços nas questões teóricas, queria dizer que a questão da violência foi sempre um dos principais focos políticos da movimentação feminista. Hoje, enquanto proponente executiva, a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPM) tem desenvolvido ações que propõem uma política transversal de gênero, articulações e diálogos com os ministérios de educação, planejamento, relações raciais, trabalho, desenvolvimento agrário, etc. para fazer propostas. Mas o tema da violência está no centro das ações específicas da SEPM, através da capacitação de agentes, das casas abrigo, dos centros de referências. O movimento feminista brasileiro no seu início dá destaque à questão da violência. Os homicídios contra as mulheres e a absolvição dos agressores são duramente combatidos. Tornam-se um grande tema articulador dos momentos iniciais, além da importância que as feministas dão para a abertura democrática e o fim do autoritarismo. No Brasil, o grande tema específico agregador em torno dos direitos das mulheres, é a violência. Não foram os direitos individuais e direitos sexuais propriamente ditos como ocorreu na França. Nem foi o direito ao aborto, embora este tivesse estado sempre em pauta de uma forma secundária. Fala-se e falou-se muito mais de direito às informações sobre a contracepção, e

⁸ SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs), op.cit. 1999.

à oferta de métodos contraceptivos. Fala-se em direitos à liberdade sexual, mas o foco, desde os anos setenta é o direito das mulheres à vida, o direito de denunciar a violência e ter instituições policiais públicas capazes de escutar e atender as mulheres e não de reproduzir a violência contra a mulher ao não escutá-la. As campanhas contínuas desde 1991, no Brasil, em torno do dia da não violência contra as mulheres, 28 de novembro, apontam para a atualidade da questão no Brasil. As pesadas críticas à inserção da questão da violência contra as mulheres, junto aos Juizados Especiais, desde a sua criação, são um outro elemento indicador da alta relevância da questão da violência para a movimentação feminista.

Eu diria que esses são os grandes temas que congregam as mulheres, um deles é "mulheres na política, mulheres organizadas, mulheres pela democracia e igualdade" e o outro é a "luta contra a violência". Estes temas se mantiveram constantes, enquanto os demais tiveram altos e baixos. Por exemplo, a questão do aborto foi importante e deixou de sê-lo, sendo agora retomada. A Igreja Católica quase que impediu a discussão durante muito tempo. Na última Conferência Mundial pelos Direitos das Mulheres em Beijing, conseguimos que ela "recomendasse" (digamos assim) as descriminalizações do aborto face aos efeitos nefastos para a saúde das mulheres. A legalização do aborto é uma demanda antiga do movimento feminista, mas o movimento feminista depende também de sua articulação com uma mais ampla movimentação que congrega movimentos sociais de mulheres e as organizações de mulheres nos sindicatos e partidos. A articulação em torno da legalização do aborto tem aí sido mais difícil, especialmente porque existe a resistência da Igreja. A temática da violência foi assim especialmente o que marcou uma possibilidade de articulação entre o movimento feminista e o movimento social de mulheres. A outra temática foi a luta pela entrada das mulheres na política e a luta por con-

dições de trabalho sem discriminação. Nesses casos, ao contrário do aborto, não houve dificuldades de sermos ouvidas pela sociedade brasileira. Talvez uma das especificidades do movimento feminista brasileiro seja a permanência da questão da violência na pauta política e, por outro lado, ao contrário, a continuação do exercício da violência na pauta cotidiana brasileira, ou seja, a violência continua arraigada na cultura brasileira. Bem depois de criadas as Delegacias Especializadas, e recentemente, o movimento feminista propõe a mudança na escuta judiciária: novos procedimentos, mais proteção à mulher vítima e a criação de varas especializadas para a violência doméstica contra as mulheres.

Vamos às questões sobre as diferenças teóricas e sobre as mudanças teóricas em torno da temática da violência. Primeiro prevalecia a idéia da violência contra a mulher, e, logo, o agressor era o homem. É uma afirmação concisa e precisa, capaz de dar visibilidade a um tipo de violência que sequer era conceituado como tal dados os poderes tradicionais diferenciais entre homens e mulheres na família e na conjugalidade. Então tínhamos uma definição do como dizer um não, de como dizer da urgência da interrupção da violência, mas não se dispunha de uma definição teórica de como ela se estabelecia. Isso aparece na própria denominação "violência contra a mulher", como se aí houvesse uma essência de um tipo de violência e de um tipo de poder, dos homens contra as mulheres.

Esse foi um primeiro aspecto. Do meu ponto de vista, o uso

⁹ Tenho publicado artigos que procuram refletir sobre o uso e o entendimento do conceito de gênero. Entre eles: MACHADO, Lia Z. *Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade*. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: E. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-37. MACHADO, Lia Z. *Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas*. In: SCHPUN, Mônica (org.) *Gênero sem Fronteiras*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p.93-139; MACHADO, Lia Z. *Enfoques de Gênero e Enfoques Feministas: Desafios Metodológicos*. *Boletim da ANPOLL*, Rio, 1998 e MACHADO, Lia Z. *Gênero: um novo paradigma*. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, p.107-125, 1998.

do conceito de gênero⁹ é que faz a diferença, porque aí começa a se perceber como as relações são estabelecidas: não são os homens contra as mulheres, mas muito mais a constituição cultural do masculino e do feminino, o modo como as relações são enredadas e a maneira como o poder fica do lado do masculino. Logo, já não se está mais naturalizando a questão do sexo, mas se evidencia com mais clareza do que nos anos 70, que a violência não se limita à condição da mulher. As reflexões sobre as relações de gênero, proporcionam um suporte importante porque desmistificam a situação e permitem a verificação do como a violência funciona para além de questões que para mim, embora importantes porque são pontos de partida fundamentais, não são reveladoras da sistemática da violência. Por exemplo, a noção do patriarcado, como noção explicativa, coloca a questão do poder, mas tende a fixar e enrijecer a categoria do poder e da violência dos homens. Faz supor que se existe o patriarcado, existe o poder e logo, há violência, como se fosse uma linha direta. Por outro lado, essa noção do poder patriarcal é extraordinariamente importante porque aponta uma questão de poder, mas é preciso flexibilizá-la e combiná-la com o uso metodológico do conceito de gênero nas suas múltiplas dimensões, para enfatizarmos que se trata de uma relação historicamente fundada e transformável e não adstrita apenas a uma exclusiva atuação de poder¹⁰. As relações de gênero devem ser pensadas em articulação com as relações de poder, mas não como se fossem apenas poder ou a instrumentalização do poder. Temos condições, do meu ponto de vista, com o uso do conceito de gênero de ampliar o espaço da análise da violência, porque fica claro que há um enredamento

nas relações subjetivas de gênero, que tais relações estão fundadas cultural, simbólica e historicamente, em dimensões identitárias que longe estão de serem diretamente vivenciadas como poder ou reconhecidas analiticamente como poder e que longe estão de afetarem em lugares fixos, homens e mulheres. Logo, não se trata simplesmente de pessoas em situação de violência, mas de pessoas em situação de relações de gênero, onde a violência se desenvolve como violência de gênero. Isso certamente implica no risco de um certo enfraquecimento da noção de poder, porque começamos a colocar na mesma situação os homens e as mulheres envolvidos, então você retira a posição exclusiva de vítima da mulher e considera que ela é também sujeito na situação de violência. Entendo que todos são sujeitos e que homens e mulheres se enredam subjetivamente nas situações de violência, porque estão enredados nas dimensões subjetivas de gênero, mas há posições diferenciadas na violência. A construção cultural do masculino tende a colocar os homens na posição de poder. Eles se colocam no lugar da lei e a sua vontade é a lei, porque cabe a eles proteger e controlar, ou controlar e proteger, ou controlar e castigar, tal é o modo com a construção cultural das relações de poder patriarcais e históricas se instituem como dimensões subjetivas para a masculinidade. Já no feminino, a tendência é se colocar, não no lugar da lei, mas, em nome da lei, exigir, queixar-se, advertir, controlar verbalmente, mas não se instituir no lugar da lei e no lugar de poder exercer diretamente o castigo diante de um homem. Ela é somente um dos sujeitos da situação de violência na posição em que ela mesma se torna a provável vítima. Quando agressora, ela geralmente está na posição de resistir a uma agressão masculina, mas não na de exercer diretamente a posição social de controle e do exercício "legítimo tradicional de castigar e controlar". Ao incluir as dimensões subjetivas e as diferentes formas de ser sujeito numa situação de violên-

¹⁰ Trabalhei sobre esta temática, em MACHADO, Lia Z. *Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo. Série Antropológica*, Brasília, DF. v. 284, p.1-19, 2000.

cia de gênero, levo em conta as posições subjetivas diferenciadas em relação ao poder. O conceito de gênero permite a articulação com o poder, mas não faz das relações de gênero, sinônimos das relações de poder, nem coloca em linha direta as relações entre poder e violência.

Há alguns trabalhos sobre violência marcadamente como uma questão de poder, por exemplo, os de Heleieth Saffioti, a primeira teórica brasileira pioneira que trabalha com a questão das mulheres e que se torna depois uma das especialistas na questão da violência¹¹. Ela chama a atenção para a explicação da violência como uma questão de poder e aponta e denuncia o lugar ativo dos homens como sujeitos da violência. Violência de gênero e violência patriarcal passam, no entanto, a serem quase sinônimos e o lugar ativo das mulheres na situação de violência não fica claro, no meu entender. Na contrapartida existe o estudo de Maria Filomena Gregori¹² que critica os estudos que enfatizam a vitimização das mulheres e aponta a importância dos vínculos afetivo-emocionais, tal como o fazem alguns trabalhos especialmente na área da psicologia nos Estados Unidos. Aponta a circulação de poder na relação conjugal e o círculo vicioso da violência, como forma de reinstaurar o equilíbrio da ordem inicialmente perdida. Miriam Grossi¹³ por sua vez, analisou o problema primeiramente enfatizando as relações de poder, depois

¹¹ SAFFIOTTI, Heleieth. *Violência de gênero no Brasil atual. Revista Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, p. 443-461, 1994 e SAFFIOTTI, Heleieth & ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

¹² GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

¹³ GROSSI, Miriam *Discours sur les Femmes Battues: Représentations de la Violence sur les Femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Paris, Université de ParisV, 1988, 432 p.; GROSSI, Miriam. *Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal*. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. *Masculino, Feminino, Plural*, Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-313.

também adentrou nesse segundo paradigma, buscando apontar a oscilação na conjugalidade entre amor e dor e as dificuldades de compreensão derivadas da comunicação de 'duplo vínculo', que fazem os cônjuges repetirem continuamente textos socializados de violência.

Considero que, no campo de estudos de violência, a discussão tende a aprofundar o entendimento das relações de poder, articulando-as com as dimensões subjetivas das relações de gênero, abrindo-se maior espaço para se entender de forma mais articuladas as dimensões culturais e subjetivas e as formas diferentes de se estabelecerem as relações de poder. Os/as pesquisadoras/es se situam concorrentemente num lugar ou noutro, mas todos estão impelidos a complexificarem as interpretações. Minha tentativa é ficar nos dois lugares porque uma coisa que não podemos esquecer é que mesmo que as mulheres estejam sujeitas a diversas situações de violências, elas são sujeitos psicológicos que estão numa relação cultural que é de poder. Afinal, desde a época colonial existem manuais de confissões que afirmam que cabe aos maridos corrigir as suas mulheres e corrigir fisicamente, ou seja, através do castigo físico. Então essas palavras que foram escritas na época colonial são as mesmas que encontro atualmente na minha pesquisa. Então, quando as mulheres se envolvem com a violência, penso que não se envolvem na mesma posição dos homens.

Concordo com a afirmação de Maria Filomena referida aos casos de sua etnografia, e que é muito interessante: as mulheres entram em situações desse tipo de violência e ficam enredadas nela; agridem verbalmente os maridos dizendo que eles não são capazes disso ou daquilo quando elas já de alguma forma sabem que vão ter uma reação agressiva; e aponta como depois de uma briga há uma nova relação sexual desejada, etc. Contudo, as posições e os investimentos dos sujeitos diante da violência não são as mesmas.

Tais coisas ocorrem sempre numa relação desigual em que

ela não só agride para receber a violência, mas ela agride porque quer dar um basta na violência. Não se trata de um jogo comum para restabelecer a mesma ordem inicial do poder masculino. Elas falam um duplo discurso. Numa análise psicológica o duplo discurso é algo comum, não apenas nesse tipo de situação. Conseqüentemente, não se pode esquecer que ao agredir verbalmente ela está querendo ver se tem uma posição de mando e não estão simplesmente esperando ser espancadas. Elas supõem que o contrato conjugal não se está fazendo como esperava. Elas disputam também sobre o que se esperar da conjugalidade e não apenas pela circulação de poder e restauração do equilíbrio. Tudo isso está enredado numa relação culturalmente definida de um poder que é outorgado ao masculino e não ao feminino: as mulheres revidam, mas não castigam, então são eles que se colocam na posição da lei e do castigo, e elas querem dizer que desejariam uma outra ordem e uma outra lei, um espaço para decidirem o que dizer sobre a conjugalidade¹⁴.

RP: Do ângulo teórico, Saffioti representa uma linhagem e parece que Gregori exemplifica outra. Poderíamos dizer que no Brasil a mulher também está envolvida nessas relações de violência, afinal de contas não existe apenas a violência do homem contra a mulher. E você está me dizendo que procura não ser injusta nem com um argumento, nem com o outro.

Lia: Exatamente. Concordamos com a primeira linhagem na importância das posições diferenciais frente ao poder e à violência na constituição do masculino e do feminino. Mas concordo com a segunda linhagem no foco sobre os enredamentos subjetivos nas dimensões de gênero que não são imediata-

mente poder, como as relações afetivas. No meu entender reconstruo, analiticamente, a complexidade das posições de sujeitos na situação de violência. Considero que não se pode dizer que a mulher não é vítima, pois diante da lei ela é sim. E é seu corpo que é o objeto principal da violência física e é a sua posição de sujeito que é o objeto principal dos "assaltos identitários" da violência simbólica que é constitutiva da violência física. Diante da questão física é ela quem tem, em geral e na absoluta maioria dos casos, o machado sobre a cabeça. Ela pode ficar silenciosa, não revidar, pode agredir verbalmente, mas ela pode revidar a pancada física, arranhar e bater, e quando o faz (eu mostro isso¹⁵), ela não se põe num lugar que é masculino, pois para ela, é o homem que se coloca no lugar de poder bater, de poder castigar. Nesse entendimento de que o exercício do poder é dele, é que ela sempre se pergunta: "mas por que ele me bateu, se eu não fiz nada de errado?". Quer dizer, essa pergunta: "eu não fiz nada de errado e ele me bateu" supõe que se ela tivesse feito algo errado: ele poderia bater. Então há uma visão desigual do poder, há uma relação vincular, enredada, complicada em que os dois são sujeitos da ação, e que cada um, de alguma forma, sabe quando está pisando no "calcanhar de Aquiles" do outro. Mas tal relação desigual de poder foi definida previamente, culturalmente, ancestralmente, tem uma longa duração: ele representa o lugar do exercício do poder e ela o lugar de quem deve obedecer. Então esse ponto não há como você pensar e explicar: seriam as mulheres por natureza boas? Não são. Elas estão cultural e historicamente colocadas fora do lugar primordial do masculino que confunde poder, lei e violência. Mas, quem são os homens que batem? Quem são os homens que matam? São homens, no geral, que batem e matam. O número de homicídios realizados por mulheres no Brasil, por mais que tenha

¹⁴ Ver referências aos trabalhos de Saffioti e Gregori em MACHADO, Lia Z. e MAGALHÃES, Maria Tereza: *Violência Conjugal: os espelhos e as marcas*. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*, op.cit, pp 173-237, 1999.

¹⁵ Ver MACHADO e MAGALHÃES, 1999, op.cit.

aumentado, chega a mais ou menos 3% do total de homicídios¹⁶. Logo, esse é um índice baixo, não igualitário, que revela relações estruturadas de poder e de configuração de gênero. Nesse “vai e volta” das questões teóricas, Heleieth Saffioti que sempre trabalhou com as relações de poder patriarcais e de gênero e que sempre procurou combinar, dentro de sua teoria, os conceitos de patriarcado e de gênero e os de violência contra as mulheres e de violência de gênero, na última reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) quando recebeu um prêmio a ela dedicado, afirmou no seu discurso: “esse negócio de gênero atrapalhou tudo”. Para mim, foi uma surpresa, pois ela é uma das teóricas mais reconhecidas dos estudos de gênero.

RP: Ela falou isso?

Lia: Sim, falou. Avalio que teoricamente o conceito de gênero foi fundamental, mas sem dúvida, entendo que ela estivesse respondendo aos usos políticos do conceito. Qualquer palavra, qualquer conceito são complicados. Ela tem razão em se preocupar com os usos do conceito de gênero, pois o conceito de gênero foi muito dissolvido nos últimos anos: no uso das organizações internacionais, dos movimentos sociais, etc. De repente se naturalizou, se substituiu sexo por gênero e já não se sabe mais do que se está falando. Por outro lado, quando falamos de uma violência de gênero supomos que há violência dos homens contra as mulheres, das mulheres contra os homens, das mulheres contra as mulheres, dos homens contra os homens. E é isso mesmo, o conceito de gênero permite pensar teoricamente que todo tipo de violência tem um sentido cultural de gênero, então ele dilui um pouco a dimensão política para pensar exclusivamente a domina-

ção masculina. Mas ganha, no meu entender por levar em conta as dimensões culturais e subjetivas e permitir que não se pense o poder de gênero como eternizado e fixo, presente no conceito de patriarcado e por permitir pensar as idéias de transformação das configurações culturais dos gêneros... Saffioti parece estar indo para o caminho de reenfatizar a denúncia das relações de poder, e assim preferindo os conceitos de violência contra a mulher e poder patriarcal, e rejeitando o conceito de gênero...

Os índices estimativos brasileiros¹⁷ indicam a ênfase na violência contra a mulher: são as mulheres que são vítimas crônicas das agressões cotidianas dos seus parceiros e ex-parceiros homens. É também em suas mãos e não na de desconhecidos que 60% das mulheres vítimas de homicídio morrem. Levando-se em conta a globalidade dos casos de homicídios contra homens e mulheres, 97% dos agressores são homens e 90% das vítimas também são homens. Há uma constituição cultural fortíssima que tem que ser analisada, que não pode ficar despercebida. Politicamente, creio que a vida política brasileira dá visibilidade especialmente à violência contra a mulher, enquanto nós empregamos mais conceitualmente do que politicamente, o termo violência de gênero porque gênero é o que permite a articulação daquilo que se chamava de poder com o que estou chamando de relações emocionais. Todos eles são sujeitos da situação de violência. Gênero, portanto, permite pensar que não existe apenas homem que bate em mulher e mulher que é vítima. Refletir em termos de violência contra a mulher é algo que limita, mas se você usa politicamente violência de gênero não tem problema, então diferencio muito isso. Penso que não podemos confundir os

¹⁶ Ver MACHADO, Lia Z. Matar e Morrer no masculino e no feminino. In: OLIVEIRA, Djaci e GERALDES, Elen (orgs.) *Primavera já Partiu. Retrato dos Homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes e MNDH, 1998. p.96-121.

¹⁷ Tratam-se de dados obtidos pelo banco de dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, MNDH, a partir dos dados e notícias divulgados na imprensa entre 1995 e 1996. Ver OLIVEIRA, Djaci e outros (orgs.), 1998, op. cit.

parâmetros, os conceitos teóricos e temos que pensar na sua profundidade e complexidade. Todos são sujeitos, mas há posições diferenciadas na violência que é o que eu tento mostrar.

RP: Pensando ainda em linhagens, quem foram teus parceiros principais?

Lia: A reflexão sobre a violência sexual e sobre a violência doméstica foi construída ao longo da pesquisa com as companheiras do NEPeM, com as leituras das duas formas de tratar da violência no Brasil e com base em muita literatura francesa e anglo-saxônica antropológica e sociológica sobre gênero, e não somente violência. Devo muito também a leituras psicanalíticas e a discussões sobre violência sexual que pude realizar, em Brasília, de forma muito informal com o grupo Percurso de Psicanálise, embora tenham sido muito próprias as formas pelas quais incorporei discussões, conferências e textos. Devo muito também às pesquisadoras estudantes que participaram do NEPeM, com as quais além de orientar ou co-orientar, pude discutir as entrevistas realizadas com agredidas e agressores. Com Maria Tereza Magalhães, então orientanda, por exemplo, pudemos construir conjuntamente o texto analítico sobre violência conjugal, pesquisadora que atualmente trabalha em comunicação.

RP: Você foi orientadora dela? A equipe do Núcleo se integra nas pesquisas, vocês publicam juntas?

Lia: Sim. A idéia do núcleo é que essa pesquisa conjunta sobre violência que se dá entre 1993 e 1999,¹⁸ deveria dar lugar a que professoras e estudantes escrevessem artigos, às vezes em autoria, às vezes em co-autoria, ou então pudessem dar

¹⁸ Trata-se da pesquisa referida nascida em resposta a uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do D.F. e que teve todos os desdobramentos em um Projeto Integrado no CNPq e em um projeto apoiado pela FAP/DF, como referido anteriormente.

lugar à redação de monografias de graduação. Tod@s @s estudantes fizeram entrevistas, e muitas participaram do livro, em torno de nove pesquisadores. Partimos da idéia de que tanto estudantes quanto pesquisador@s mais experientes participam. Quando pensamos o livro o diálogo se deu especialmente entre Miréya Suárez, Lourdes Bandeira, Tânia Montoro e eu. Rita Segato também participou, mas depois, num determinado momento, se desvinculou da prática cotidiana do núcleo. A organização do livro foi de responsabilidade de Mireya e Lourdes.

RP: Em termos de linhagens há autor@s que você costuma ler regularmente? Quais as leituras que você costuma fazer?

Lia: Leio muitas autoras francesas, inclusive porque estive por um tempo em Paris, vinculada ao Groupe d'Etudes sur la Divison Sociale et Sexuelle du Travail (GEDISST) do Institut des Recherches sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO) que pesquisa as relações sociais de sexo no trabalho e na família, como Dominique Fougeyrollas, Helena Hirata e Eleni Varikas. Aproximei-me também do Laboratoire d'Anthropologie Sociale da Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, aprofundando os contatos e as leituras de Françoise Héritier, Nicole-Claude Mathieu e Marie-Elizabeth Handman, que elaborou um trabalho interessante sobre a violência na Grécia¹⁹. Vinculei-me ainda ao Centre de Sociologie de l'Education et de la Culture da Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales com Monique Saint-Martin, cujos trabalhos são referências constantes. Faço uso contínuo das interpretações de Dumont sobre a modernidade e o individualismo e, com certeza, suas concepções sobre hierarquia são extremamente úteis para se entender o padrão mediterrâneo tradicional do código relacional da honra que ainda orienta as relações de gênero no

¹⁹ HANDMAN, Marie-Elizabeth. *La Violence et la Ruse*, Aix-en-Provence, Édisud, 1983.

Brasil e explica muita das suas formas de violência. Gosto muito das análises de Daniel Welzer-Lang sobre violência sexual, dos trabalhos de Françoise Collin, Michelle Perrot e Geneviève Fraisse, entre outras. Procuro acompanhar a literatura anglo-saxônica sobre gênero. Leio muito Marilyn Strathern, antropóloga inglesa, cujas reflexões são essenciais para pensar a construção cultural do gênero. Leituras tão diferenciadas como Sherry Ortner, Harriet Whitehead, Carol MacCormack, Lorraine Code, Judith Butler, Peggy Reeves Sanday e Tereza de Lauretis, são para mim obrigatórias. Faço leituras que são interdisciplinares, ou seja, leituras antropológicas, sociológicas, históricas e feministas.

RP: O que você acha da relação entre academia e militância.

Lia: Atualmente a militância feminista está organizada em torno das organizações não governamentais (ONGs) dedicadas a temáticas diferentes dos direitos das mulheres e em torno das redes que articulam estas ONGs, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), e a Rede Feminista de Saúde. Entre as ONGs, por exemplo, que se especializam na questão da violência estão o CEPIA (coordenado por Jaqueline Pitanguy) no Rio, e a THEMIS que atua com as promotoras legais no Rio Grande do Sul. A AGENDE no Distrito federal atualmente também participa da oferta de cursos de capacitação para as policiais das Delegacias Especializadas da Mulher e conta com uma forte parceria de pesquisadoras do NEPeM. Há núcleos nas Universidades também, como, por exemplo, o NEIM na Bahia que trabalha sobre a violência e fazem cursos de capacitação. O NEPeM da UnB também já realizou, entre setembro de 1998 e julho de 1999 várias sessões do *Seminário de Informação e Análise Sobre Violência Interpessoal e Segurança Pública*, visando novas posturas e procedimentos no entendimento e trato da violência contra as mulheres. Na área de violência atuam em grande parte ONGs

e núcleos universitários que participam da capacitação de policiais, e que às vezes oferecem cursos de direitos humanos e de gênero para policiais, na própria academia de polícia ou então para as pessoas que estão trabalhando nas delegacias. Não tenho a menor dúvida de que essas iniciativas das ONGs têm forte respaldo na análise teórica e em resultados de pesquisas acadêmicas. Hoje a militância das ongs exige uma organização profissional do trabalho e a pesquisa é um dos seus instrumentos para desenhar os serviços que pode prestar para novos formatos de políticas públicas. Assim, de uma forma direta ou indireta muitas das pesquisadoras acadêmicas participam de uma militância especializada, ou seus trabalhos informam parcialmente os serviços das ONGs. Acredito que estas ações das ONGs na reflexão e capacitação dos agentes institucionais têm um impacto nos procedimentos das delegacias e na cultura policial, mas é preciso relativizar tais impactos diante da força da inércia institucional. Os cursos de capacitação que foram sendo feitos nos últimos anos, especialmente no governo Fernando Henrique e no governo Lula, estão baseados no diálogo com a produção acadêmica. Assim a pesquisa acadêmica sobre violência torna-se conhecimento capaz de produzir um impacto nas políticas públicas. Muitas das relações e negociações das ONGs com o sistema público da segurança e da justiça se fazem intermediadas pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. O grande problema é que no Brasil, nas delegacias, quase não há protocolização de procedimentos. Cabe a cada delegado ou agente policial seguir sua descrição, assim como, radicalmente, cabe a cada juiz fazer o seu procedimento e a sua sentença. Ou seja, não há uma certa consensualidade sobre como trabalhar com a questão da violência.

Penso que o maior desafio atual para mudar os procedimentos institucionais sobre a violência, "a coisa mais difícil", é mexer no sistema judicial. Na pesquisa sobre violência con-

tra a mulher que Sérgio Carrara, Adriana Vianna e Anna Lucia Enne fizeram no Rio de Janeiro, foram rastreados todos os casos de uma central de inquéritos que recebia os casos vindos das Delegacias Especializadas das Mulheres, e fazia uma primeira triagem para depois distribuir para as diversas varas. Os autores puderam acompanhar tais casos num determinado período e concluíram que apenas 3% dos casos eram punidos.²⁰ Ou seja, mudar a cabeça da justiça é muito complicado porque o valor principal dos agentes é defender a estabilidade da família, então o que se fala hoje dos Juizados Especiais Criminais é algo que se estende à justiça comum: é a defesa da família e não dos direitos individuais.

A justiça ainda não conseguiu entender que existem realmente direitos individuais no interior da família. Em nome da família, em nome da sua estabilidade, nada se pune. Essa é a idéia. Avalio que nem o movimento feminista, nem talvez o conjunto de pesquisas tenham se aprofundado nessa área. Não é bem somente pesquisas que faltam, o que há é a dificuldade que a sociedade civil tem de dialogar com o sistema judicial, com o saber jurídico, dada a constituição, a idéia mesma da autoridade do juiz. É preciso pensar no que acontece nesses Juizados e nas delegacias. Considero que pesquisas na área dos Juizados Especiais e na Justiça comum são absolutamente importantes para poder pensar numa nova forma de modificar, de entender e dialogar com o sistema de justiça. Esta sendo proposta uma nova lei, que se quer muito bem balizada, mas para mim, é preciso mudar não só a lei, mas de fato, também precisam ser modificadas as práticas judiciárias e a cultura política do entendimento do que são direitos individuais nos arranjos familiares, deixando-se de pensar a família como uma entidade abstrata com direitos concretos que

²⁰ Ver CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana e ENNE, Ana Lúcia. *Crimes de bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro*. In: CÔRREA, Mariza (org.) *Gênero e Cidadania*, Campinas, PAGU/Unicamp, 2002.

se podem sobrepujar aos direitos individuais de seus membros... Afinal, não se trata apenas de punir os agressores, mas de encontrar uma nova forma de ordenação da sociedade na qual a idéia de família não seja prioritária em relação aos direitos individuais. Esse é realmente um dos grandes desafios. Recentemente escrevi sobre isso num projeto que estou fazendo para dar continuidade a uma pesquisa financiada pelo CNPq²¹ e em dois ensaios sobre a situação de violência na América Latina que escrevi em consultoria para o UNIFEM²². Até o momento trabalhei com a questão da violência não só nas delegacias, como nos hospitais públicos do sistema de saúde, onde se supõe que a violência deveria ser somente tratada na ordem do segredo, e no âmbito da confidencialidade médica, e assim facilmente se tornar invisível no âmbito hospitalar. É o que a minha pesquisa tem mostrado; a dificuldade institucional de lidar com os casos de violência como agravos à saúde. Sem descartar o mérito da confidencialidade médica sobre a violência, os casos de entrada por agravos decorrentes de violência, segundo recente portaria do Ministério de Saúde devem agora ser notificados. Continuarão anônimas as suas vítimas, mas se passa a ter a notificação dos casos, e se estimula a oferta de serviços especializados no atendimento à violência. Essa idéia é resultado das pesquisas e do movimento feminista: a da notificação dos casos da violência. Há pesquisadoras sobre violência na área da saúde e no movimento feminista que ocupam cargos no próprio Ministério da

²¹ O projeto vigente junto ao CNPq é *Olhares institucionais sobre as Violências e Conflitos Interpessoais e Intrafamiliares: uma perspectiva comparada entre o Sistema de Saúde e o Sistema Policial*. O novo projeto apresentado é *Conflitualidades e Violências: Olhares Institucionais e Representações Sociais. Uma perspectiva comparada entre as práticas de saúde e as práticas judiciárias*.

²² O primeiro ensaio é MACHADO, Lia Z. *Causas de la Violencia contra las Mujeres en America Latina*. UNIFEM, 2002 e o segundo é MACHADO, Lia Z. *Desafios Institucionais do Combate à violência contra as mulheres na América latina e no Caribe espanhol*. UNIFEM, 2004.

Saúde, e que suas posições de saber, ademais das posições políticas, foram levadas em conta nesta escolha. Esta é uma outra forma em que saber teórico e militância feminista aparecem articuladas no esforço de transformar as políticas públicas.

Mesmo com todo esse esforço, vê-se que o número de hospitais que atendem a violência sexual é baixíssimo ainda, e ao mesmo tempo, o que tem visibilidade é a violência sexual, enquanto a violência doméstica continua sem visibilidade nenhuma. Recentemente foram divulgadas as notificações sobre os casos da violência doméstica no sistema de saúde, mas na verdade, nas pesquisas que nós fizemos entram casos de violência, mulheres com braços quebrados, arranhados, com joelhos machucados, olhos machucados e isso não é tratado como caso de violência, não é notificado para ninguém, nem para o próprio médico, nem para o serviço social. Logo, os casos de entrada de violência nos hospitais são muitos, mas eles não aparecem, não existem, não há estatísticas de violência doméstica, só de violência sexual e poucos.

RP: Nesse momento você está pesquisando sobre essa invisibilidade?

Lia: Desde o ano 2000, estou trabalhando prioritariamente com o sistema de saúde, os direitos das mulheres à saúde, a conflitualidade no atendimento e a problemática da violência junto ao sistema de saúde. No novo projeto apresentado ao CNPq, vou começar a investigar também a questão da violência contra as mulheres na defensoria pública, especialmente para tratar do atendimento dado às mulheres.

RP: No momento você tem bolsistas?

Lia: Depois da pesquisa sobre violência, em convênio com a Secretaria de Segurança Pública, embora continuássemos dando seqüência às análises do material de pesquisas sobre violência junto às delegacias, passamos a realizar uma pesquisa apoiada pela Fundação Ford intitulada: "A Resolução

Institucional de Conflitos-Acesso aos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil", 1999-2002. Nela entravam a área de segurança, que ficou sob a responsabilidade da Mireya Suárez, a de saúde que ficou comigo e a de trabalho com Lourdes Bandeira, embora tanto Lourdes quanto eu continuássemos a concluir a pesquisa nas delegacias. Passamos a contar com bolsistas da Fundação Ford, mas este financiamento já acabou em 2002. Junto ao CNPq, o meu projeto individual passa a ser desde 1999, "*Olhares institucionais sobre as Violências e Conflitos Interpessoais e Intrafamiliares: uma perspectiva comparada entre o Sistema de Saúde e o Sistema Policial*". Atualmente estou apenas com bolsistas do CNPq e bolsistas PIBIC.

No segundo semestre de 1999 e primeiro semestre de 2000 coordenei a coleta de dados e a realização de entrevistas e a observação de campo junto ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT) e ao Centro de Desenvolvimento Social do Distrito Federal em Taguatinga. Ao lado da análise dos casos de violência interpessoal que os pacientes levam ao Hospital, e o modo como se dá o seu atendimento, diferenciado quando se trata de adultos ou crianças e homens ou mulheres, incorporei o enfoque sobre os eixos da conflitualidade entre agentes de saúde e pacientes, objetivando caracterizar as expectativas recíprocas da população demandante e dos profissionais de saúde e a inserção da perspectiva de gênero nestas relações. No Centro de Desenvolvimento Social de Taguatinga, foi realizada pesquisa relativa ao Programa de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato infracional sob o Regime de Semiliberdade. Esta pesquisa visou ampliar a análise interacional entre agentes institucionais, e a população envolvida em relações de violência, buscando focar uma instituição pública diretamente chamada para uma atenção e reabilitação de agentes de violência, que, teoricamente, posiciona-se a "meio caminho" entre a instituição "repressiva" policial e a instituição "do cuidado e tratamento" da saúde.

de. Ao mesmo tempo, o objetivo era focalizar o segmento jovem. Participou desta pesquisa a estudante Lucélia Luiz Pereira, bolsista do PIBIC, e estudante de Serviço Social. No segundo semestre de 2000 e primeiro semestre de 2001, minhas atividades e do meu grupo de pesquisa se centraram exclusivamente no HRT, continuando a pesquisa nos setores da pediatria, ginecologia, maternidade e centro obstétrico e iniciando a pesquisa junto ao Programa de Saúde Integral dos Adolescentes (PRAIA). Hoje a pesquisa sobre o PRAIA está terminada e continuam as pesquisas nos diversos setores especializados assim como no Pronto Socorro, focando as relações entre agentes profissionais de saúde e os usuários pacientes.

RP: E sobre as orientações de mestrado e doutorado?

Lia: Tenho no doutorado uma orientanda, Maria del Carmen Valderruten que está fazendo uma comparação entre as políticas públicas na Colômbia e no Brasil, para a juventude, para a adolescência e para a criança. A violência entra aí, como temática, mas não é o foco principal. Esse estudo tem revelado várias questões de identidades, diferentes modos de classificações e preconceitos e diferentes modos institucionais de lidar com essas crianças e jovens. Janaina Carvalho, também orientanda de doutorado, realiza pesquisa comparada em Brasília e na Cidade do México sobre as sensibilidades jurídicas e médicas que são acionadas nos casos das emergências psiquiátricas. Leila Bijos compara os programas de micro-crédito para as mulheres dos setores informais na Bolívia e Brasil. Carlos Emanuel Sautchuk, também orientando do doutorado realiza pesquisa sobre a construção da idéia de pessoa, corpo e masculinidade comparada em comunidade amazônica pesqueira que se divide entre o arpão (pesca do Lago) e o anzol (pesca do Mar).

No mestrado, Marcus Cardoso realiza pesquisa sobre as relações entre polícia comunitária, tráfico e população favelada

no Rio de Janeiro. Frederico Barbosa de Oliviera realiza ensaio teórico sobre a figura de Carlos Castañeda nas margens da antropologia e da alteridade.

Todas estas temáticas, de uma forma ou outra se relacionam com minhas temáticas e são altamente estimulantes.

Há uma pesquisadora, Lucélia Luiz Pereira, que realiza o mestrado em Serviço Social e que até o momento, continua também trabalhando comigo junto ao NEPeM, mas não sou sua orientadora. Eu a orientei na graduação na bolsa PIBIC, quando participou da pesquisa que eu coordenava no NEPeM sobre o Programa de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato infracional sob o Regime de Semiliberdade e sobre o Programa de Atenção Integral à Saúde dos Jovens.

Juntas organizamos a coleta de dados e a análise dos problemas principais dos jovens que se relacionam com sexualidade, drogas e violência, a partir destes dois programas. Lucélia escreveu artigo, pronto para ser publicado sobre a configuração de valores institucionais no atendimento do Programa de Atenção Integral à Saúde dos jovens. Eu escrevi um artigo sobre a relação entre masculinidade e violência²³ onde casos encontrados nestes dois programas puderam ser analisados. Juntas pretendemos ainda escrever um artigo sobre juventude e violência. O tema é interessante, pois a questão da violência apareceu tanto entre os jovens nesses programas integrais de saúde quanto nos jovens que ficam em programas de semi-liberdade, que são infratores, permanecem mais ou menos vigiados numa casa durante a semana e no final de semana podem sair e voltar para casa. Nas entrevistas, os jovens infratores revelaram uma noção de juventude e violência de extrema dureza, um enfoque da valorização do ethos do guerreiro,

²³ MACHADO, Lia Z. *Masculinidade e Violência. Gênero e Mal-estar na sociedade contemporânea*. In: SCHPUN, Mônica (org.) *Masculinidades*. São Paulo e Santa Cruz do Sul: Boitempo Editorial e EDUNISC, 2004, p. 35-78.

do cara que desafia, uma idéia de que o conflito é resolvido através da violência, da coerção. Uma das formas de mostrar sua masculinidade nos regimes de semi-liberdade era fazerem se queimar com o cigarro aceso. Em um jovem entrevistado junto ao Programa de Saúde Integral, este mesmo "ethos guerreiro" era valorizado: a busca incessante de situações de desafio como o roubo de uma padaria, e os risos sobre a humilhação infligida e a busca de situações de desafio, onde a namorada era usada para criar a possibilidade de conflito entre jovens em bares. Do mesmo modo, a exigência de que os jovens de sua rua e de seu bairro baixassem o olhar quando ele passasse para garantir o reconhecimento de sua bravura. O "ethos de guerreiro" parece se tornar um estilo a ser seguido em todos os aspectos de sua vida, nas relações com conhecidos e desconhecidos e com a namorada.

Uma diferente modalidade de atribuir valor e sentido vem assim se sobrepôr ao entendimento do que é a violência interpessoal, categoria que engloba tanto a violência contra as mulheres conhecidas como a violência entre homens conhecidos. A violência interpessoal é uma categoria com que trabalhamos muito na observação dos atendimentos nas delegacias. Permite colocar em evidência que a violência contra a mulher se dá no interior de uma modalidade de violência interpessoal. Este tipo de violência é o que mais se distancia do paradigma da idéia de crime e de violência para o ponto de vista policial e judicial. Isso porque quando a violência se faz entre pessoas que se conhecem, o senso comum manda que não se acredite, que se ache que é mentira, que a agressão teve uma razão de ser e que eles se resolvam... Ao contrário, diante de uma violência entre desconhecidos, a vítima que denuncia tende a ser acreditada, pois não se encontra em geral motivo pessoal, e, assim se desvela mais facilmente o ato gratuito ou instrumental da violência. O paradigma do conceito de violência e da punibilidade do agressor parece

ser o da violência inscrita num crime contra o patrimônio, onde desconhecidos (e geralmente desiguais na escala social) entram em relação pelo interesse do agressor. Até mesmo no caso da violência sexual, é na violência sexual entre desconhecidos, que o ato da violência se torna mais visível e mais fácil de ser considerado delituoso. O estuprador desconhecido que realiza o ato contra uma mulher parece ser o "filé mignon" das atividades policiais de investigação. É percebido como um ato criminoso que merece ser investigado. O abuso sexual nas relações entre familiares parece se colocar sempre sob o signo da dúvida. Portanto, creio que há um nó de interpretações de sentido que se dá na caracterização desse tipo de crime envolvendo pessoas conhecidas que não é fácil. É como no caso de terem roubado o seu carro, você dissesse desconfiar de amigo. É mais fácil acreditar se o feito fosse de um desconhecido. Se for alguém que você conhece, se for um amigo teu, que você desconfia porque você estava devendo um pouco para ele, então tudo se complica. Ele pode vir a dizer que você emprestou... e ele pode vir a ser acreditado e você desacreditada. Imagine-se quando a agressão não parece ter nenhum sentido instrumental como o roubo de um carro. Tudo não passa de relações motivadas e pessoais, onde réus e vítimas podem trocar de posição. Na cultura ocidental de modo geral, e na brasileira em particular, as relações entre conhecidos são fortíssimas, e, em nome delas, chega-se a colocar o agressor como possível vítima, a denunciante como possível agressora, se estabelece uma troca de posições... Essa é uma questão forte e difícil de ser resolvida nos órgãos de segurança pública e de justiça.

RP: Qual que é o maior objetivo da pesquisa do Nepem junto às delegacias, ouvir as vítimas?

Lia: Há várias coisas, mas o maior objetivo era a especificidade dos lugares de fala, de ponto de vista, dos agentes policiais,

das mulheres vítimas, dos agressores, então era uma idéia de olhar a cena pelos diversos lados e focar tanto os olhares sobre a violência sexual quanto a violência física. Partimos da perspectiva dos lugares de fala, das posições que são fundamentais para perceber o multiperspectivismo implicado na questão da violência. As diferentes pesquisadoras deram ênfases diferentes em suas pesquisas e em suas análises. Pessoalmente, primeiro escrevi sobre as posições dos agressores e das agredidas²⁴. Recentemente fiz um artigo sobre o atendimento das vítimas pelos agentes policiais²⁵.

RP: Tentei trabalhar assim na minha dissertação, pesquisei sobre a violência contra as mulheres grávidas, portanto uma coisa mais específica ainda, mais intensa, conversando nas delegacias policiais com as mulheres, com alguns dos companheiros delas, apesar de ser bastante difícil conseguir conversar nesses contextos²⁶...

Lia: Os contextos institucionais como as delegacias e os hospitais públicos onde estou pesquisando agora são contextos difíceis de realizar as entrevistas. A escuta que se pretende é tanto dos profissionais de saúde como dos usuários/pacientes e, em todas estas temáticas introduzo as posições diferenciais de gênero. Criar as condições de confiabilidade e de interesse na escuta que motivem a entrevista varia muito se-

²⁴ MACHADO, Lia Z. *Masculinidade, Sexualidade e Estupro. Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp p. 231-273, 1998; MACHADO, Lia Z. *Sexo, Estupro e Purificação*. In: SUAREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.), op.cit. 1999, p.297-352; MACHADO, Lia Z. e MAGALHÃES, M.T. *Violência Conjugal: os espelhos e as marcas*. In: SUAREZ, M. e BANDEIRA, L., op. cit, 1999, pp.173-238.

²⁵ MACHADO, Lia Z. *Atender Vítimas, Criminalizar Violências. Dilemas das Delegacias Especializadas da Mulher*. In: AMORIM, Maria Stella de LIMA, Roberto Kant de e BURGOS, Marcelo Baumann (orgs.) *Juizados Especiais Criminais. Sistema Judicial e Sociedade no Brasil*. Niterói, 2003, e MACHADO, Lia Z. *Eficácia e Desafios das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Boletim CNDM*, Brasília, v.1, pp.33-53, 2001.

²⁶ PORTO, Rozeli Maria. *Gravidez e Relações Violentas: representações da violência doméstica no município de Lages/SC*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, 2002.

gundo as circunstâncias e o tempo disponível. Muitas vezes, se torna e se tornou necessário, quando possível, marcar entrevistas fora do âmbito hospitalar ou fora do âmbito da delegacia... Uma das temáticas que meu grupo de pesquisa atualmente investiga é o atendimento hospitalar ao parto e as relações entre as parturientes e os profissionais de saúde e as representações do parto pelas parturientes. Outra é sobre as relações entre médicos e usuários no Pronto Socorro. Outra é a das percepções sobre doenças crônicas dos usuários/pacientes que recebem o tratamento da hemodiálise. Outra ainda é a das percepções das vítimas de traumas sobre os traumas e sobre o atendimento hospitalar, sejam vítimas de atos de violência ou de acidentes de trânsito.

RP: Dá para adotar uma perspectiva de gênero também em relação a esses acidentes de trânsito, não?

Lia: Sim, estou tentando adotá-la observando as concepções culturais diferentes que existem sobre a explicação centrada em porque foram vítimas daquele acidente. Os pacientes e os acompanhantes tendem a atribuir o acontecimento traumático a uma característica interna da vítima. Meninas medrosas, meninos estouvados, mulheres desatentas, homens destemorosos. O acidente se realiza contra suas vítimas, em função de suas características, muito embora a descrição dos acidentes na maioria das vezes se faça sem a inclusão da vítima como sujeito.

São várias as questões sobre os traumas e sobre as doenças: quais as leituras que os usuários/pacientes fazem, quais as leituras que os profissionais de saúde fazem, quando é que atribuem responsabilidade social para o sujeito pelo trauma, pelo acidente, ou pela doença, quando é que eles admitem uma responsabilidade biológica, quando uma responsabilidade social do usuário por algum descuido de prevenção e onde, quando e com quem, os profissionais de saúde se sensibilizam mais

ou menos. Como as relações de gênero aí incidem?

Por que eu escolhi espaços públicos? Porque acho que são lugares onde as questões da cidadania se encontram fortemente em jogo; lugares onde as concepções culturais diferenciadas e, às vezes, vagas, se enfrentam com as concepções públicas mais oficiais. Estes são lugares que tenho sistematicamente usado como centro da pesquisa, porque aí tanto se pode produzir o diálogo como se impor o silêncio. Essa talvez tenha sido a minha mudança em relação aos anos 80, quando trabalhava mais com a questão de gênero no âmbito familiar e vicinal, comparando as classes populares com as classes médias. Comecei depois a privilegiar a observação das instituições públicas como as delegacias e hospitais e o modo como efetivam as diretrizes das políticas públicas, confrontando-as com as concepções populares sobre as instituições públicas: delegacias e hospitais e suas percepções sobre as formas de serem atendidos e exercerem a cidadania.

Mas, você me pergunta quem são os meus autores. Sempre trabalho com uma idéia de construção cultural de longa duração segundo a escola teórica da História Nova, e tal como o conceito é empregado por Marc Bloch, Lucien Febvre e Jacques Le Goff, Georges Duby e Michelle Perrot, entre outros. A construção de categorias de longa duração especifica a preocupação em apontar o que muda lentamente, ao mesmo tempo que permite fixar atenção naquilo que muda rapidamente e nas novas formas de mentalidades ou de relações sociais emergentes. Há formas de violência que temos no Brasil que são ultramodernas. Outras que parecem responder a valores de longa duração e muito mais antigos. Para mim, os valores em torno do código relacional da honra presentes nas culturas ibéricas mediterrâneas são ainda responsáveis pelas formas de violência interpessoal em torno da honra. Diria que trabalho buscando as configurações culturais das representações e dos valores onde se inserem os sujeitos sociais,

mas não deixo de trabalhar com a noção de experiência, de uma fenomenologia do dia-a-dia dos investimentos subjetivos. A partir deles, busco perceber de que contornos culturais se trata: se aquela representação ou narrativa é alguma coisa nova que está sendo construída nesse momento da modernidade e que não existia antes, ou se apresenta contornos de valores de longa duração. Ou seja, ao privilegiar o encontrar e distinguir no presente cultural, as construções culturais de longa duração, e as transformações culturais recentes e novas estou dentro de uma linhagem bastante francesa na antropologia e na história, semelhante à importância dada às estruturas e considero que tenho afinidades com as posições de Luiz Fernando Duarte. Mas definidas as fronteiras destes horizontes culturais, procuro dar atenção ao caráter processual e experiencial dos sujeitos sociais, dando importância à configuração dos dramas sociais em torno dos eventos e das relações. Mas o faço tendo como pano de fundo essa leitura sobre as construções culturais de valores de mais longa duração. Ângela Mendes de Almeida é uma das historiadoras brasileiras que me facilitou o encontrar no presente, valores configurados desde a época colonial, embora ressignificados parcialmente, no confronto com os valores modernos recentes.

RP: Como os médicos reagem ao contexto da pesquisa?

Lia: É muito mais difícil que a reação policial. Muito embora o sistema policial seja altamente autoritário, nesse momento da sociedade brasileira, onde a violência é altamente problematizada e onde a violência policial é altamente questionada, e se insiste na necessidade de mudanças nas formas de relações policiais com a comunidade, o sistema policial já se colocou a necessidade da reflexão. Eles estão mais abertos, estão num processo de buscar novas fórmulas, não todos, é claro, mas o sistema já admitiu que é preciso mudar alguma coisa. No caso dos médicos, entra-se num sistema que parece pre-

tender mudar, especialmente em torno das formas de atendimento. Nas propostas das políticas públicas tem muito fôlego a proposta da humanização do atendimento. Um dos seus propósitos claros é humanizar o atendimento no parto. Mas no âmbito hospitalar das maternidades, por exemplo, joga-se com a divisão entre os “humanizados e os” não humanizados. Há uma fala de médico que diz: “esses aí são os humanizados, lá vão os não humanizados”. O hospital como instituição leva a emergência de posições mais defensoras de que a humanização deve seguir e não antecipar a melhora das condições hospitalares, assim, como a ênfase no olhar médico sobre o corpo, parece continuar andar na contramão da idéia de humanização no atendimento. Dizem-nos que o sistema público de saúde não tem condições e que está deficiente.

RP: Atualmente quantas bolsistas atuam nas suas pesquisas?

Lia: Fernanda Lamego, Anna Lúcia Cunha, Silvia Sevilla, Mariana Lima, Marta Magalhães, são cinco pesquisadoras.

RP: Elas são bolsistas do CNPq?

Lia: Três delas são bolsistas do CNPq e duas do PIBIC. Ainda tenho três bolsistas do CNPq em função de estarmos ainda no período final do formato de Projeto Integrado.

RP: Quais são os hospitais que vocês estão pesquisando?

Lia: O Hospital de Taguatinga e o Hospital Regional da Asa Sul, também conhecido como o Hospital Materno-Infantil (HMIB), pois os seus principais setores são a maternidade e a pediatria infantil.

RP: E sobre as orientações na graduação?

Lia: Entre 1995 e 2000, tive orientandas que analisaram violência sexual (Thania Arruda, 1995 e Danielli Jatobá França, 1996), violência doméstica (Andréia Luiza Leandro Barbosa,

1997), violência contra crianças (Karenina Vieira Andrade, 2000) e a relação entre violência e espaço urbano (Luciana Saraiva de Castro, 1997) na graduação. Recentemente, tenho orientado pesquisador@s na graduação sobre a idéia de “natureza humana” na disciplina da psicologia evolucionista comparada com as concepções antropológicas (Lucas Henrique de Paula); as representações da maternidade e do parto no contexto do parto medicalizado hospitalar (Mariana de Lima Silva); sobre as relações entre saúde, doença e gênero (Marta Magalhães Clemente); sobre gênero, corpo e magreza (Gabriela Chagas Dorneles); sobre juventude, corpo e a “cena techno” (modalidade de música e dança) (Luciana Parado Massarotto); sobre erotismo e pornografia (Anna Lucia Santos da Cunha); sobre a movimentação homossexual (Julia Conde Rocha Campello); sobre o mundo dos meninos e meninas de rua (Priscila Calaf) e sobre o mundo dos flanelinhas nos estacionamentos de Brasília (Rafael Henrique de Fernandes Matos). Na pesquisa de graduação que está sendo realizada por Priscilla Calaf sobre meninos e meninas de rua, também foi encontrado entre eles, com idades variando entre 9 e 12 anos, os valores do “ethos guerreiro” que encontrei entre infratores e entre jovens vinculados ao Programa de Saúde Integral do Adolescente e ao Programa de Semi-Liberdade.

RP: São jovens adolescentes em situação de violência.

Lia: Os jovens saem para desafiar, não é um grupo grande, é algo em torno de 40 pessoas, que vão fazer desafios em bailes, nos bares, nas festas, e levam a garota para que outros a olhem, a fim de começar uma briga.

RP: Vão intencionados mesmo?

Lia: Vão. É um exibicionismo. Há uma estética da violência. Montam um cenário. É impressionante, é algo fortíssimo: eles investem, levam garotas para certos lugares, para que possam desafiar; de vez em quando assaltam e ganham pouquís-

simo dinheiro nos assaltos... O que mais dizem gostar é de se vangloriarem entre eles, depois do assalto, o quanto "o cara quase se urinou nas calças", o outro que "morreu de medo", e assim, eles passam a ser reconhecidos como "os maiores". Talvez seja uma novidade de curta duração, mas são muitas coisas acontecendo, dá para pensar em vários trabalhos. Há o estudo de Gilles Lipovetsky, a "Era do Vazio" que mostra que estamos vivendo numa sociedade de narcisismo e numa sociedade de espetáculos²⁷, onde a violência toma a forma "hard". Há o trabalho clássico de Pierre Clastres²⁸ que trata da violência das sociedades tribais e do seu "ethos guerreiro". Se a violência moderna que se pretende teatralizada, performática e exibicionista é muito distante das formas tribais de violência, a constituição de um estilo e de um "ethos guerreiro" entre jovens na modernidade, pode ajudar a pensar que identidades guerreiras estão se constituindo em torno de novos valores da masculinidade e do exibicionismo do poder. Essa é uma das leituras que estou fazendo sobre a articulação da violência com a construção moderna do masculino. Por mais que eu afirme que a psicanálise, é construída historicamente, ela permite ver a construção do masculino de uma forma antropológicamente relevante, não naturalizando o masculino, mas desvendando o modo como é construído na contemporaneidade, e o quanto ele está presente. Os jovens adolescentes nos dizem: "mas tia, se você pensa que eu quero matar alguém, eu não sou psicopata, não. Mas se você está no jogo, o jogo é esse, se você vai lá assaltar, eu vou para fazer aquilo dar certo. Se ele me entregar tudo porque que eu disse que vou matar, muito bom. Imagine se eu quero matar, eu quero não. Mas se tiver, eu mato, porque aí eu sei: ou é ele ou eu". Por outro lado, afirmam: "mais aí a

²⁷ LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio*, Lisboa, Ed. Relógio d'Água, 1989.

²⁸ CLASTRES, Pierre. *A Arqueologia da Violência*. São Paulo, Ed. Cosac&Naif, 2004.

minha namorada teve um filho. Aí eu parei, saí dessa vida, parei um pouco, fiquei mais sossegado". Como se eles pudessem facilmente mudar de um mundo a outro, como se não houvesse uma subjetividade profundamente construída. Pergunto: dá para sair de um mundo e entrar num outro? Se a regra aqui é outra, então é sempre possível jogar esta outra regra? Dá para eles escolherem com qual desses mundos cosmológicos vão ficar? Essa forma de colocar a questão sobre as escolhas individuais como se fossem entre tipos de mundo, desresponsabiliza-os diante de "cada mundo" que vivem. Esta é uma narrativa que considero extraordinariamente moderna, nova, sobre a violência: a violência cínica. Esta forma de violência aparece combinada no Brasil com uma violência de longuíssima duração que é a violência interpessoal posta como instrumento de resolução de conflitos. Diante dela não se espera um sistema de justiça. O conflito interpessoal é resolvido através da violência.

RP: O que falta nas políticas que você acha que deveria ser pesquisado?

Lia: Entendo que nós entramos pouco na análise do sistema judicial, não só como aquele que fiscaliza a sociedade, criminaliza os atos e institui as punições, mas como ordenador da sociedade. Logo, penso que esse é um dos lugares que temos que analisar, um lugar muito forte no qual a ordenação jurídica da sociedade é feita em torno da família e, em nome da família. Há trabalhos importantes, por exemplo, o da Mariza Côrrea²⁹ que pesquisou através dos processos judiciais de homicídio entre familiares, mas não existe uma constância de trabalhos, assim como poucos sobre as práticas judiciais em ato e as representações de seus operadores. Existem poucos trabalhos nessa área, talvez porque muito mais que

²⁹ CORREA, Mariza. *Morte Em Família: Representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio, Graal, 1983.

os policiais e que os médicos, os juízes sejam os mais refratários, o lugar de mais difícil intervenção. Inclusive esse não é um lugar fácil de se fazer pesquisa, mas temos que tentar, especialmente com a proposta de criação de varas especializadas sobre violência doméstica contra as mulheres.

A justiça brasileira é uma justiça latino americana extremamente ordenadora, pois ela privilegia a idéia da estabilidade da sociedade sobre a idéia de justiça. Portanto, não se trata de uma justiça de confronto, de conflito, de que nós vamos resolver o conflito. Trata-se muito mais de saber quem está na posição e representa a estabilidade da sociedade, ela é pacificadora em nome da família nas relações conflituosas. Há também o estudo já citado de Sérgio Carrara, Vianna e Enne, sobre os processos judiciais de violência doméstica. Mostra-se aí muito bem a eficácia do valor da família. A justiça se pergunta por que vai punir "fulano de tal" se o casal já está separado? Por que vai punir "fulano de tal" se o casal está junto? Por que vai punir "fulano de tal" por causa de discussões se a punição vai ser pior e eles não vão mais se juntar?

Outra coisa que se poderia investigar sobre violência é a montagem das novas redes entre os serviços públicos e de organizações não governamentais e como vão se acomodar ou conflitar distintas formas de atender vítimas e agressores envolvidos. Como lidar com mulheres que, se não estão buscando homens controladores, buscam, no entanto, homens protetores? Depois de encontrarem muitas vezes homens protetores, descobrem serem controladores... Elas tem uma noção e uma crença no direito de não apanharem, mas muitas vezes não sabem como fazerem que os companheiros interrompam a violência. Temos um problema aqui que muit@s consideram tornar perfeitamente viável e necessária a escuta dos agressores como forma de interromper a violência. Foram realizados estudos na Nova Zelândia, na Austrália, nos Estados Unidos,

no México. No Brasil, Malvina Muzkat fez uma pesquisa interessante³⁰. Há elementos para pensar, portanto. Também tem as psicoterapias de abuso sexual nas quais todos são vistos como sujeitos da situação de violência e que não conseguem combinar essa idéia com o fato de que um tem mais poder que o outro. A linha limítrofe de como é que vai funcionar essa rede, para mim, é uma questão em aberto, porque muitas linhagens da psicologia acabam culpabilizando a mulher. Nessa nova montagem de redes, como serão as maneiras de lidar com as vítimas, os serviços serão informados por que saberes, psicológicos ou de serviço social ou sociológico, ou por quais visões feministas ou contra elas? A criação das redes parece e é uma solução de peso, mas as formas de lidar com os atendimentos precisam ser pensadas e pesquisadas. Como sabemos, apesar dos grandes ganhos com as delegacias especializadas de atendimento, muitas delas não primam pela capacidade de escuta, como se delas esperava nos anos oitenta. Vejo que a grande questão é realmente pensar que na cultura brasileira, há uma idolatria em torno da idéia de família e da função judicial, policial e dos serviços sociais de atendimento de manterem a idéia da família e a idéia de *estabilidade* da sociedade, muito mais do que pensar nas conflitualidades e nas formas possíveis de resgatar os direitos individuais no interior das famílias. Avalio, portanto, que o sistema judicial é um lugar que as pesquisas deveriam ser feitas, é um lugar de preferência a ser pesquisado.

RP: Você já observou alguma coisa sobre violência contra homossexuais nas delegacias, nos hospitais?

Lia: Estão aparecendo aqui na delegacia especializada da mulher de Brasília, casos de violência de mulheres contra mulheres, realizadas no interior de relações homossexuais. Na pesquisa nacional sobre o funcionamento das delegacias

³⁰ MUZKAT, Malvina. *Violência e Intervenção*. In: CORREA, Mariza (org), op. cit., 2002.

especializadas feita nacionalmente pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, e da qual participei³¹, várias delegacias especializadas da mulher declararam abrir espaço para receber denúncias de violências contra homossexuais, fossem eles homens ou mulheres. Na lógica classificatória, a violência contra a mulher é algo que pode remeter a várias situações, dependendo de seu entendimento. Em algumas delegacias, independentemente do sujeito da ação, todos os atos de violência contra a mulher devem ser ouvidos. Essa é uma leitura. A outra vai dizer que violência contra a mulher remete à violência doméstica e assim, independentemente do gênero dos sujeitos e das vítimas dos atos, a escuta deve ser feita. Assim, entendo que a tendência é a de um aumento da recorrência de casos de violência sexual serem levados às delegacias, quer sejam ou não especializadas no atendimento à mulheres. As campanhas contra a violência fizeram efeitos também entre as diferentes comunidades homossexuais e entre suas diversas formas identitárias, de tal modo que as novas tendências apontam que tais violências serão mais denunciadas.

A violência sexual e física entre homossexuais recebe leituras diferentes conforme haja ou não desigualdade de classe e diferença de idade. Por isso a violência entre homossexuais tem que ser observada atentamente, porque a justiça acaba sempre privilegiando as posições superiores de classe. A visão de classe pesa muito.

Há leituras de classe, de gênero e de família que não estão suficientemente visibilizadas, mas que estão presentes e atuantes nas formas de como a justiça, a polícia e o senso comum operam. Talvez dando maior visibilidade aos atos de violência interpessoal, seja possível contribuir para uma compreensão dos direitos individuais. Mas, para isso, a tendência de privilegiar a entidade abstrata da família e da estabilidade moral, contra a idéia de direitos individuais precisa ser, ela sim, desestabilizada.

³¹ Ver MACHADO, Lia Z. op.cit., 2001.

LOURDES BANDEIRA

[Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]¹

*Distinguir duas memórias...
memória pessoal, a outra memória social. ...
memória autobiográfica e memória histórica.
A primeira se apoiaria na segunda...
Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do
que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria
o passado senão sob uma forma resumida e esquemática,
enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria
um quadro bem mais contínuo e mais denso ...
(M. Halbwachs: A Memória Coletiva, 1999).*

AB: *Você poderia nos falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica, institucional, profissional?*

Lourdes Bandeira: Concluído o clássico no Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre-RS, fiz vestibular, em dezembro de 1969 e em março de 1970, ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no curso de Ciências Sociais. Na mesma ocasião prestei vestibular na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) e ingressei no curso de Letras, com opção para literatura francesa. Ao escolher, no segundo grau o curso clássico, reafirmava minha predileção pela área das Ciências Humanas, a qual foi se construindo ao longo de minha juventude, bastante reforçada pela professora de história e pelo professor de literatura francesa que tive durante o segundo grau.

¹ Entrevista realizada com a Profa. Dra Lourdes Bandeira por Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira na Universidade Federal de Santa Catarina em 12 de agosto de 2004.

Acabei, depois de dois semestres optando por Ciências Sociais. Estudei, durante o regime militar capitaneado pelo general E.G. Médici, e à época pouco sabia do que significava estarmos vivendo uma ditadura militar tão intensa, sobretudo do medo causado pelas notícias sobre as torturas de estudantes e de trabalhadores. Aquele período histórico foi caracterizado pelo engajamento político compulsório, o que se constituiu na marca da convivência estudantil e universitária. O curso de graduação em Ciências Sociais transcorreu como uma espécie de simbiose entre a atividade acadêmica e a participação política compulsiva, marcada por diversas manifestações promovidas pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, contra a ditadura militar. Por um lado, os efeitos e as conseqüências do Ato Institucional nº 5 ainda se faziam bem presentes na dinâmica universitária. Por outro, foi um período em que muitos professores eram expulsos da Universidade, em que muitos colegas foram presos, cuja sensação de controle, de repressão e de medo passaram a ser incorporados como parte da vida cotidiana.

Foi durante a graduação que se iniciou minha longa aventura sociológica, inicialmente fui apresentada aos autores clássicos da Sociologia - Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, e logo assumi o encargo de monitora na disciplina de sociologia, cujo professor titular era João Guilherme de Souza. Foi com este, que participei de um pioneiro projeto de pesquisa intitulado "As origens históricas do desenvolvimento da industrialização no Rio Grande do Sul" realizando as primeiras entrevistas. Tratava-se de um estudo sobre o processo de formação da indústria gaúcha, em três setores industriais - a indústria metalúrgica - Eberle (Caxias do Sul), uma fábrica de tecidos, que manteve uma pequena vila operária (Rio Grande), e a fábrica de cofres Berta (Porto Alegre). Desta experiência tomei gosto pela pesquisa e a partir de então segui trabalhando como pesquisadora em outros projetos, mas

também continuei sendo monitora de sociologia até o final do curso de graduação.

À época tive uma formação marcadamente marxista, com uma perspectiva de um marxismo mais economicista, cujas questões discutidas e levantadas, eram parcamente associadas a uma perspectiva sociológica mais ampla e mais crítica frente a outras correntes do pensamento sociológico.

Nos anos de estudos da graduação, a questão das mulheres e do feminismo não se colocou para mim, pois as questões teóricas e empíricas eram outras. Este campo de estudos e de pesquisas veio a se constituir, na universidade brasileira, somente uma década mais tarde. Vale dizer que foi muito devido à pressão do movimento social - feminismo e das mulheres, que apontou os primeiros sinais desse futuro campo de estudos. Assim, a graduação transcorreu tendo por base alguns dos autores clássicos da sociedade e da cultura brasileira e latina americana identificada e, predominantemente, oriundos da Escola da USP, tida como o núcleo fundador e propulsor do moderno conhecimento científico e do perfil disciplinar que as ciências sociais acabaram por assumir no país, influenciadas pela escola cepalina da latinoamérica. Dentre os autores principais estudados destaco: Florestan Fernandes, Marialice Foracchi, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Enzo Falleto, Gunder Frank, entre outros.

Em 1969, tinha sido publicado o livro da professora Heleieth Saffioti - *A Mulher na Sociedade de Classes* - cuja repercussão ficou ofuscada, pela conjuntura política da época. Sua importância vai desdobrar-se pelos anos seguintes. Foi somente no final da graduação (1973) que tive a oportunidade de ler alguns extratos da obra de Saffioti. Essa leitura incompleta e apressada ficou, em alguma medida guardada no meu subconsciente, pois fui retomá-la com todo o vigor, somente uma década depois. Não posso esquecer de mencionar que, em

1949, havia sido publicado o livro de Simone de Beauvoir "*Le Deuxième Sexe*", Éditions Gallimard, que foi traduzido pela Editora Nova Fronteira, no final dos anos setenta. Esse livro tornou-se uma leitura obrigatória, embora nos idos dos anos sessenta, no Brasil, ainda não se usasse a expressão *feminismo*. Mas, um grupo cada vez maior de universitárias acabava lendo. No "*Segundo Sexo*", a autora discutia a condição da mulher sob diversas perspectivas: sexual, política, cultural e histórica, enfatizando uma questão que sempre me pareceu fundamental: "... que chaque femme devienne un être humain libre... les femmes ont d'abord de se penser en vérité". Penso que, em grande parte, o pensamento feminista que vem se configurar, no Brasil, lá pela década de oitenta, deveu-se à influência da obra de Simone de Beauvoir, no qual me incluo. Vale lembrar que em 1972, uma das raras mulheres autodenominada de militante feminista Rose Marie Muraro lançava o livro *A Libertação da Mulher*,² divulgando muitas das idéias de Betty Friedan.³

Desde a graduação procurei estar aberta a todas as orientações, escolas e abordagens, embora fosse muito forte a presença dos estudos marxistas, porém, as escolhas e a identificação por alguns autores, temáticas de estudo e de pesquisa vieram a ocorrer, bem mais tarde, em função de uma série de episódios pessoais e profissionais. Foi a partir do segundo ano do doutorado, em meados de 1981, fazendo o doutorado em Paris, que centralizei meu interesse de militância e de pesquisa na temática das mulheres e do feminismo. À época, a discussão centralizava-se no tema da divisão sexual do trabalho. Como instrumento de trabalho eficaz, servi-me do método estruturalista para tratar da trama dos conceitos que envolviam as questões relativas à divisão sexual do trabalho.

² Além do já polêmico livro de MURARO, Rose Marie. *A Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

³ Friedan, Betty. *The Second Stage*. New York: Summert Books, 1976.

Já circulavam as informações de que, em 1975, realizara-se, na cidade do México, a *Primeira Conferência Internacional da Mulher*, quando a ONU instaurara o *Ano Internacional da Mulher*, iniciando-se, então, o que se convencionou chamar de *A primeira Década da Mulher* (1975-1985). Naquele evento, haviam participado representantes de vários países do mundo ocidental, com o objetivo de sensibilizar os governos em relação à situação das mulheres. Celebrou-se o dado de que 50.0% da humanidade, as mulheres, passavam a existir com visibilidade política e social, pois eram também sujeitas da história. Paralelo à Conferência, os Movimentos de Mulheres europeu e norte-americano realizaram um *Fórum das Organizações Não-Governamentais*, aberto à participação de todas as pessoas interessadas na questão da mulher. A Conferência do México teve repercussão muito grande na América Latina, em geral, e no Brasil, em especial.⁴

Retomando, no final da graduação ganhei uma bolsa de estudos para fazer o mestrado na Universidad Nacional Autónoma do México/UNAM, da Fundação Alemã Evangelischer Entwicklungsdienst. Infelizmente, sofri um acidente e acabei não indo. Durante o ano de 1974 dei aulas de História e Geografia no Colégio Anchieta, e no final do ano prestei seleção para o mestrado, na Universidade de Brasília – UnB. Comecei em 1975 a cursar o mestrado em sociologia. Durante o curso não trabalhei com a questão específica das mulheres, fiz uma dissertação sobre a qualificação dos trabalhadores urbanos, pelo ensino profissional, analisando o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -SENAC, como referência empírica, embora já observasse as especificidades profissionais em relação à qualificação por sexo. Em

⁴ Data do mesmo ano (1975) da realização do *Ano Internacional da Mulher*, a concretização do 1º. *Encontro de Mulheres*, no Rio de Janeiro, a partir do qual do qual surgiu um dos pioneiros grupos feministas, o *Centro da Mulher Brasileira*, além de dois jornais: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

30 de novembro de 1978, defendia a dissertação: *SENAC: Uma tentativa de abordagem crítica*.

Em setembro de 1977 havia saído de Brasília, apenas com a qualificação, pois a UnB, vivia um de seus piores momentos com a intensa repressão contra os estudantes, efetivada pela presença do General Azevedo, que exercia a função de reitor, nomeado pelo governo militar. Foi em agosto de 1977 que ocorreu uma greve geral, na UnB, e que houve um longo e duro enfrentamento entre os estudantes e a Reitoria. O campus da UnB foi invadido pela Polícia Militar-DF. Lembro que alguns colegas muito próximos foram presos naquele dia, pois os ônibus da PM-DF invadiram o campus, lotando mais de dois deles com estudantes que eram levados pela polícia. Foi um momento de autoritarismo acadêmico-administrativo muito exacerbado, pois, como era tempo de muitas imaginações, dizia-se que o capitão de mar e guerra tinha uma memória fantástica, além de uma máquina fotográfica e uma luneta extremamente potente, que era capaz de identificar pelo nome e a matrícula de quem com ele cruzasse...que possuía um terminal de computador escondido na gaveta para controlar os estudantes... equipamento pouco usual naquela época...

Após a invasão da UnB e da perda do emprego que tinha no Ministério da Educação e Cultura - MEC, acabei indo para João Pessoa, na Paraíba. O convite havia sido feito um ano antes pelo então vice-diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC), Professor Lynaldo Cavalcanti, nomeado pelo ministro da Educação como reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1976. Em setembro de 1977 fui para João Pessoa, trabalhar no Departamento de Ciências Sociais dessa Universidade contratada como professora colaboradora. Nunca tinha ido à Paraíba, mas sempre me sentia atraída para viver na Região Nordeste. Naquele momento, a UFPB vivenciava uma experiência de crescimento institucional e de expansão acadêmica ímpar com a gestão do Prof. Lynaldo.

Representava, na UFPB, uma figura inovadora, moderna, que re-desenhou a importância da universidade, não só para a Paraíba, mas com expressivas conseqüências para o conjunto da Região Nordeste. Re-significou a relevância do acesso ao ensino superior com qualidade. Trabalhou no sentido de desfazer a idéia de que o ingresso à universidade seria destinado apenas ao grupo de estudantes, membros das elites locais. Expandiu os quadros docentes, trazendo professores(as), qualificados(as) e com mais titulação, de regiões do centro do país, sobretudo do "sul maravilha", como eram designados(as) pejorativamente pelos nativos.

A expansão da universidade, na UFPB, privilegiou uma abertura *multicampi*, isto é, interiorizou a expansão da universidade pelo agreste e sertão paraibanos. Com isso possibilitou não só desenvolver as vocações locais como incorporar os(as) estudantes da região e do interior, fortalecendo a visibilidade do papel da extensão universitária. Não privilegiou uma área específica de conhecimento, no processo de expansão, mas criou, durante sua gestão, de 1976-1979, 33 cursos de mestrado, nas áreas tecnológicas, científicas e humanas. Naquele momento, a UFPB, representou um espaço de maior abertura política, por ter possibilitado receber intelectuais que, na época estavam proibidos de regressar ao Brasil, como o antropólogo Darci Ribeiro que participou de um Seminário sobre Educação Brasileira, na UFPB, em junho de 1978.

Na UFPB, tive a oportunidade de assistir a conferências de Gilberto Freire, Câmara Cascudo, Ariano Suassuna, espetáculos de João Cabral de Melo Neto, no teatro Santa Rosa. Lá conheci um dos braços da colonização e do colonizador, deixados na beleza da arquitetura colonial, imortalizada nas belas igrejas, sobretudo, a de São Francisco, mas também no caráter servil, sofrido e resignado da população paraibana, em parte extensiva ao povo nordestino. Conheci a arte popular, nos folguedos juninos, em Campina Grande, nas alegrias das

charqueadas, no interior na cidade de Santa Luzia e nas festas populares espalhadas pelo interior do estado, cujas crenças religiosas animam e alimentam a vida e a alma dos nordestinos. Fui à terra e ao monumento em homenagem ao Padrinho Cícero, no interior do Ceará.

Para mim, foi um momento de grande aprendizagem e de mudança pessoal. Por um lado, me fez conhecer uma parte grande e desconhecida do Brasil, que sempre me pareceu tão distante, de lá das terras do sul. Por outro, fiquei bem mais sensível e tolerante em relação à diversidade e o multiculturalismo da população brasileira, fonte de tantas desigualdades. Minha sensibilidade, de imediato se antenou para as profundas diferenças que demarcavam os espaços e os papéis dos homens e das mulheres, mesmo no caso dos segmentos tidos como "superiores". A soberba do sexismo e do machismo paraibano estava presente em todos os espaços e em todas as relações sociais públicas e privadas. No próprio Departamento de Ciências Sociais, entre os colegas da terra, como gostavam de se auto-nominar, as piadinhas machistas eram ditas, sem nenhum mistério. Todas dirigidas indiretamente às colegas vindas de fora, pois, naquele momento, foram, em maioria, as mulheres que chegaram e que demarcaram a diferença nesse Departamento. Essa presença causou muito constrangimento em alguns colegas homens, que acabavam se referindo a nós como "as potrancas".

Por sua vez, a internalização pela maioria das mulheres locais, de sua explícita condição de "inferioridade" e de subordinação se fazia sentir, de imediato, entre as colegas nativas e mesmo dentro das salas de aula com as estudantes. No geral, eram somente os rapazes que colocam questões e quando uma estudante o fazia, logo ela parecia-lhes saliente demais, usavam a expressão local: *enxerida*. Mesmo assim algumas se arriscavam. Lembro que fiquei muito impressionada com tais comportamentos. Meu primeiro contacto com os(as)

alunos(as) foi no curso de graduação em Serviço Social, classe com presença maciça de estudantes do sexo feminino. Em cada classe não havia mais do que dois ou três estudantes homens, em um total médio de 40 estudantes por classe. Pois, embora o Departamento fosse de Ciências Sociais, o único curso de graduação que existia era para graduar assistentes sociais. Situação esdrúxula, mas compreensível para o contexto da região, na qual o valor da mulher passava, necessariamente, pelo bom desempenho das funções tradicionais que lhes eram atribuídas – da maternagem, de cuidar, acolher, escutar, procriar e da assistência social.

Na época o Departamento praticamente dobrou seu número de docentes com "os(as) vindos(as) de fora", como éramos chamadas. A marca desse ingresso alterou muitas das relações de tipo clientelistas e de compadrio, dominantes, para seguir critérios mais qualitativos e isentos, tanto nos concursos de ingresso aos programas de pós-graduação quanto nos afins. Nos primeiros anos vividos na UFPB a dedicação era total, ensinava quatro disciplinas por semestre, além de estar, permanentemente, envolvida em outras atividades acadêmicas, tais como participar de grupos de pesquisa e da vida acadêmica para além do ensino, como da organização de grupos de estudos, seminários, debates, etc, sempre acompanhando a movimentação política que caracteriza aquele momento. Nós, os "de fora", isto é, *os outsiders* no dizer de Elias (2000),⁵ rompemos, em boa medida, com os padrões hierárquicos de relacionamentos estabelecidos pela elite acadêmica local dentro e fora da Universidade. Dentro porque foram introduzidas novas questões para o debate, novas perspectivas teóricas, além de estabelecer um outro padrão de relação social com os estudantes; fora, porque foram criados grupos

⁵ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

de estudos vinculados aos movimentos sociais (movimento contra a carestia, clube de mães, movimento pela terra, etc).

Em 1977, o divórcio no país havia sido institucionalizado, depois de anos de intensas polêmicas, sobretudo com segmentos da Igreja Católica. Nesse mesmo ano, foi eleita a primeira mulher para a Academia Brasileira de Letras, Raquel de Queiroz. Com a entrada em vigor da Lei da Anistia (1979), foram muitas as mulheres que voltaram do exílio, plenas de vigor feminista. Ainda em 1979, em Valinhos, São Paulo, foi realizada a primeira reunião das feministas brasileiras.⁶

AB: Durante sua permanência na Paraíba, v. fez parte de algum Núcleo de estudos?

Lourdes Bandeira: Em meados de 1978, recebemos em João Pessoa a Sra. Terezinha Zerbini, que havia organizado o Movimento Feminino pela Anistia, que discutia com os familiares de pessoas que haviam sido exiladas. Ela encontrou-se com um grupo de mulheres, algumas das quais, saídas da prisão em função do golpe de 1964. Em João Pessoa, os movimentos de mulheres e feministas já davam mostras de organização, com a militância da colega Eleonora Menecucci de Oliveira, que ingressou no Departamento de Ciências Sociais, em 1979, recém saída da prisão por motivos políticos. Eleonora trouxe uma significativa contribuição para a organização do primeiro grupo do movimento feminista da Paraíba, o *Maria Mulher*,⁷ em 1979. No dia oficial da criação,

⁶ Por sua vez, a *mídia* não deixou de estar presente neste 'clima' de feminismo. Assim, em 1981, a TV Globo lançou o programa *Malu Mulher*, voltado para a temática feminina. Depois surgiu ainda neste canal de TV, o programa *TV Mulher* e a então chamada TV Manchete lança *Mulher anos 80*. Além de discutir questões relacionadas às mulheres, os programas, de modo geral, se propunham a prestar serviços e informações à mulher de segmentos médios e populares.

⁷ Vários grupos feministas foram criados nesse período, em âmbito nacional. Na região Nordeste, dois merecem destaque: o grupo *Maria Mulher*, em João Pessoa (1979) e a *Ação Mulher*, em Recife (1978). No início dos anos oitenta, também em Campina Grande foi criado o grupo "Mulheres do Sertão". É necessário tam-

em outubro, já havia viajado à Paris, para realizar o doutorado. Participei de todo o processo anterior de discussão desse grupo da Paraíba, um dos primeiros da região nordeste. Este fato teve desdobramentos importantes dentro do espaço acadêmico da UFPB, assim como repercussões na sociedade local. Houve muitas resistências locais à aceitação do grupo feminista e das temáticas de estudo e das ações militantes propostas, seja por parte de docentes e pesquisadores, o que, de resto, não foi uma particularidade da UFPB, seja de outras pessoas que atuavam na organização dos movimentos sociais. Nós do grupo fomos muitas vezes apontadas e agredidas na rua, como sendo "as feministas". Uma colega teve sua casa incendiada, em João Pessoa.

Com a oficialização do Grupo, foi possível mapear muitas das questões sociais regionais relativas às mulheres, inserindo-as no debate político, além de começar a visibilizá-las, associando-as às questões da terra, da sindicalização, do trabalho, mas, sobretudo da violência, onde se concentrou, desde cedo, meu interesse. Isto porque, além do regime autoritário vigente no plano nacional, havia os regimes autoritários privados e as especificidades locais que se colocavam contra as mulheres.

Vale destacar que a composição social do Movimento de Mulheres era marcada pela forte presença de suas participantes pertencentes às classes médias, a maioria era de professoras da UFPB. Ou seja, o movimento feminista, apesar das resistências, acabou tendo, mais tarde, um significativo ingresso em muitas universidades, vinculando-se, aos poucos, à produção acadêmica. Esta recebia, por um lado, a in-

bém mencionar que as primeiras Organizações Não-Governamentais/ONGs de Mulheres começam a se fazer presente, já no final dos anos de 1970. Uma das pioneiras foi o *SOS Corpo* (Recife, 1978/80), que se dedicava às questões da saúde e da sexualidade. No Rio de Janeiro, surgiu o *Centro da Mulher Brasileira* (1978/79); em São Paulo, o *SOS Violência*. O *CFEMEA*, que faz o assessoramento no Congresso, em Brasília/DF, foi criado em 1989, dentre outros.

fluência francesa e, por outro, a norte-americana. Mas era quase obrigatória a passagem destas mulheres por organizações de esquerda, na militância política de movimentos sociais e nas incipientes Organizações Não Governamentais/ONGs. O contexto era da emergência da luta pela abertura democrática, demarcado pelo Governo Geisel.

De fato, o movimento de resistência ao regime militar agregou forças sociais, antes, distantes e dispersas: grupos populares das periferias urbanas, classes médias (profissionais e universitárias), lideranças sindicais, donas de casas, empresários, o movimento estudantil secundarista, padres e pastores.

Uma das conseqüências que esse processo trouxe para o movimento feminista foi uma maior sensibilidade às questões das desigualdades sociais, pois, a agenda feminista priorizou, sobretudo as precárias condições de vida das mulheres dos segmentos populares mais desfavorecidas, embora a autodenominação de feminista contemplasse as mulheres das classes médias.⁸

Fui para a França em 1980, e fiz o doutorado. Nessa fase, em função de meu tema de tese, comecei a me interessar pela questão da divisão sexual no trabalho, pois tomei conhecimento dos seminários que eram realizados pelo Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail (GEDISST), vinculado ao Institut de Recherches sur les

⁸ Vale lembrar que no início dos anos oitenta, dá-se uma crescente re-organização e visibilidade do movimento social de direitos humanos no país, capitaneado, no Estado da Paraíba, pela Igreja local (arcebispo Dom Pelé), que envolvia, por um lado, questões relativas à posse da terra, à reforma agrária, retomando, em parte, as lutas do movimento das Ligas Camponesas. Por outro lado, visibilizou-se um fenômeno rural-urbano significativo, os saques, isto é, a invasão de armazéns e de mercearias, por parte de populações em busca de comida e água, nos períodos de seca na região. No geral, não eram movimentos violentos e tinham, ainda que não explicitamente, várias formas de apoio de outros movimentos sociais e da Igreja. Decorrentes destes movimentos, no interior da Paraíba, organizaram-se dezenas de grupos de mulheres, que não tinham centralidade nas questões especificamente feministas, mas que lutavam, organizadamente, contra a carestia e a pobreza.

Sociétés Contemporaines (IRESCO) do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). O grupo, que havia sido criado em 1978, era coordenado por Danièle Kergoat, Hélène Le Doaré e Chantal Rogerat. Participei das discussões irregularmente, porque fiquei grávida e não tinha muito tempo. Por este grupo passaram muitas colegas brasileiras, também realizando doutorado. O grupo reunia professoras, pesquisadoras e estudantes das diversas áreas das Ciências Sociais. A discussão principal girava em torno da seguinte questão teórica: "*de la division sexuelle du travail aux rapports sociaux de sexe; ça veut dire, comment situer l'un par rapport à l'autre les concepts de division sexuelle du travail et de rapports sociaux de sexe, il nous a semblé intéressant de poser le problème sous l'angle de la continuité ou la discontinuité*".⁹

Ou seja, a discussão se direcionava para os novos paradigmas produtivo-reprodutivos, as novas formas de organização do trabalho e a necessidade de reconceitualizar a categoria *trabalho*, uma vez que a sua apreensão apenas nas dimensões econômicas e políticas já não respondia mais e se impunha uma exigência de se mobilizar a questão decisiva da subjetividade e das relações subjetivas nas relações de trabalho. Em grande parte destas reflexões, a divisão sexual do trabalho era tratada como uma categoria analítica e as relações sociais de sexo como referencial de um quadro teórico. A primeira, a divisão sexual do trabalho, remetia, necessariamente, às dimensões empíricas mais evidentes, podendo ser usada tanto como metodologia, como uma problemática, ou, ainda, como categoria descritiva. Segundo Hirata (1991), a divisão sexual do trabalho era ancorada em um quadro de análise empírica, remetida a categorias sociais concretas (trabalho doméstico, trabalho assalariado). Este aspecto plurisemântico do conceito de divisão

⁹ Consultar a propósito *Cahiers du GEDISST*, no. 02, Mouvement social et Division sexuelle du travail. Paris: Iresco/CNRS, 1991.

sexual do trabalho colocava também um problema, qual seja, como explicar, ao mesmo tempo, sua permanência e sua variabilidade. Kergoat argumentava “*il y a une oscillation entre division sexuelle de travail comprise comme catégorie descriptive et comprise comme rapports sociaux, ce qui m’a évoqué le double statut de la qualification comme rapport social – travail/capital, hommes/femmes – et la classification*”.¹⁰

Uma das possibilidades era tomar a categoria para se pensar a partir de uma situação concreta, como, por exemplo, o lugar das mulheres num contexto específico da divisão sexual do trabalho. Neste sentido se podia levantar a questão de que o lugar das mulheres, na divisão sexual do trabalho, remete, necessariamente, ao questionamento do estatuto que a mulher ocupa nas relações sociais de sexo, havendo, pois, uma disjunção tendencial entre a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo.

Portanto, a situação dos homens e das mulheres não seria um “produto” ou um “resultado” de um destino biológico, mas seria, sobretudo, o resultado de construções socioculturais. Esta premissa me foi fundamental, pois a incorporei na tese, ainda que descritivamente. Diga-se de passagem, que minha orientadora, Viviane Isambert-Jamati, foi uma das pioneiras a dar visibilidade à questão da mulher e ao trabalho feminino integrando-os na análise da Sociologia do Trabalho.¹¹

Assim, durante o ano escolar de 1982/3, freqüentei o seminário no GEDISST, onde se processaram muitas discussões. Ainda que nenhuma delas tivesse sido conclusiva, forneceram inúmeras pistas interessantes à reflexão. O debate envolvia a nós todas. Éramos um grupo aproximado de 15 mulheres,

¹⁰ KERGOAT, Daniele. Mouvement social et Division sexuelle du travail. In : *Cahiers du GEDISST*, no. 02 Paris: Iresco/CNRS, p. 04, 1991.

¹¹ ISAMBERT-JAMATI, Viviane e GUILBERT, Madeleine. *Travail Féminin et travail à domicile*. Paris: CNRS, 1956. E das mesmas autoras, *La répartition par sexe*. In: FRIEDMAN, Georges et NAVILLE, Pierre (orgs.) *Traité de Sociologie du Travail, Vol.II*. Paris: Armand Colin, 1962.

constituído por pesquisadoras, estudantes e professoras. Uma presença marcante foi da Professora Helena Hirata. Regressei da França em março de 1983, e em maio de 1984, retornei para defender a tese de doutorado: *Force de Travail et scolarité. Le cas du Nord-Est Brésilien (1975-1979)*, cujo capítulo V, foi sobre a divisão sexual do trabalho: *L’absorption de la force de travail par sexe dans les secteurs de l’économie de la région Nord-Est du Brésil*.

A experiência francesa foi muito rica em todos os sentidos. Esta me deixou algumas heranças, as quais acabaram por reestruturar minha atividade acadêmica e pessoal. Encontrei, definitivamente, a temática e o campo de estudo ao qual venho me dedicando deste então, nestes últimos vinte anos, pois, estava contaminada pela questão das mulheres: a Sociologia das Relações Sociais de Gênero.

Fui alimentada, teoricamente, por muitas leituras, a partir da experiência vivenciada nos seminários no GEDISST, além de outras autoras francesas que militavam tanto no movimento como algumas acadêmicas voltadas aos estudos da antropologia e da psicanálise.

De regresso, em 1983 criamos um grupo de estudos sistemático vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da UFPB, com duplo objetivo: pesquisar academicamente, mas também participar no movimento feminista e social das mulheres. Em 1984, criamos uma linha de pesquisa no mestrado, contemplando as temáticas da divisão sexual do trabalho e do movimento social das mulheres em uma perspectiva feminista. Ofereci a primeira disciplina no mestrado: *Processo de produção industrial e a divisão sexual do trabalho*. Boa parte da bibliografia que havia trazido era completamente nova para o contexto da Paraíba, servindo de apoio às discussões. Daí em diante até o momento me engajei em diferentes espaços e militâncias feministas. Fui militante fazendo inclusive piquete na frente

do Tribunal de Justiça no julgamento de mulheres assassinadas, sobretudo quando se tratou de duas estudantes da UFPB: Violeta Formiga, aluna de filosofia e outra estudante de engenharia, que não lembro o nome.

Dois projetos de pesquisa foram iniciados na UFPB: o primeiro sobre a "*Participação política das mulheres na Paraíba*". Foi mais um apelo para realizá-la do que propriamente um desejo. Como estava vinculada ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), fui solicitada a recuperar a participação das mulheres na política paraibana, pois os registros manuais em enormes livros dos (as) candidatos (as) existentes no Tribunal Regional Eleitoral seriam queimados por falta de espaço para guarda. De imediato, me interessei, pois a perda seria irreversível e o grupo se colocou de acordo para desenvolver o projeto. Participaram mais duas colegas do Departamento de Ciências Sociais – Sânia Bezerra e Joselita Rodrigues. Foi elaborado um projeto de pesquisa, contando com escassos recursos do NDHIR/UFPB, e, com base nos registros, foi traçada a participação das mulheres na política paraibana, de 1945 a 1984, nos planos municipais, estaduais e federais; o segundo sobre "*As Relações de Gênero no Processo de Trabalho no Setor Têxtil Paraibano: estudo das trajetórias femininas – da artesã à operária*", foi apoiado pelo CNPq, pois discutia a presença das mulheres na indústria paraibana. Estendeu-se por dois anos e teve como consultora do CNPq a Profa. Elisabeth Sousa Lobo.

Fora da Paraíba, ainda em 1984, participei no GT *Mulher e Política*, coordenado pela Professora Fanny Tabak, no VII Encontro da ANPOCS, realizado em Águas de São Pedro, em outubro de 1984, quando apresentei, em co-autoria, os primeiros resultados do projeto. O título do trabalho foi *A participação da mulher na política paraibana*. No ano seguinte (1985), no encontro da ANPOCS, no mesmo GT, foi apresentada a versão final do trabalho, *A participação da Mulher na*

Política paraibana: o resgate de uma ausência (1945-1984). Na medida em que membros da Assembléia Legislativa da Paraíba foram tomando conhecimento do trabalho, este gerou muita polêmica, e como consequência, muitos dissabores pessoais. Em meados dos anos oitenta criamos o Fórum Feminista com o objetivo de mobilizar as militantes para enfrentar alguns grandes embates, na Paraíba. Vale dizer que já havia muitos pequenos grupos de mulheres organizados e representantes de vários segmentos da sociedade civil, nem sempre portadores de uma "ideologia feminista" stricto sensu, mas que todas mobilizadas, apesar das múltiplas tensões, lutávamos juntas para avançar. Em 1986 ocorreu a luta política pela criação da Delegacia de Atendimento à Mulher, em João Pessoa. Depois de muitas resistências, conseguimos formular a proposta, estatutos e, sobretudo levar a bom termo o embate político com o governador Wilson Braga, que em 1987 acabou autorizando a criação da DEAM. O outro embate foi com a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), uma organização que, em nome do Estado, disseminava uma política de controle da natalidade junto às mulheres e que era apoiada por interesses de empresas farmacológicas assim como de alguns profissionais da área da saúde. Daí derivaram muitas discussões sobre a questão do aborto, que culminaram com a mobilização para a constituinte, em 1988.

Vale dizer que em João Pessoa, a *violência contra a mulher*, no espaço doméstico ou no local de trabalho – alçou o estatuto de categoria social e conceitual visível, podendo se estender para vários segmentos de mulheres (jovens, adolescentes, grávidas, mulheres adultas, de todas as idades, classes, cores de pele), e que acabou sendo incorporada pelo sistema jurídico e de saúde. Surgem estudos sobre as condições de saúde da mulher em geral e de categorias específicas (trabalhadoras qualificadas, não qualificadas). Em 1983/84, foi criado o Programa de Aten-

ção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), extensivo a todas as mulheres e que deveria lhes garantir saúde plena. Na França, em 1974, as mulheres conseguem a legalização do aborto, sendo o primeiro país católico a admitir a interrupção da gravidez. Nos países de origem protestante como os EUA, a Inglaterra, Holanda e outros, o aborto já era permitido.

Nesta mesma época iniciou-se a criação dos Conselhos da Mulher, da Associação das Mulheres de Negócios, da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, além de toda a sorte de grupos e de mobilizações populares. Houve muita fragmentação do pensamento feminista, diria que houve maior concentração em se pensar a condição específica da mulher, seja no seu segmento profissional, seja pelas condições de sobrevivência, entre outras. Foi nesta época que também conheci a sindicalista Maria da Penha da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, vinculada ao movimento das mulheres camponesas, cuja liderança era exercida pelos sindicatos da região de Campina Grande, com a qual trabalhei durante alguns anos.

Em 1990, coordenei um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq: *“Violência contra a mulher: da mente ao corpo”*, que desenvolvemos com o grupo de pesquisadoras do NDHIR/UFPB. A pesquisa, cuja fonte empírica foram os jornais paraibanos *O Norte* e o *Correio da Paraíba*, que publicavam as notícias relativas à violência sofrida pelas mulheres. Fizemos, em parte a análise das representações de gênero presentes nas notícias sobre violência contra a mulher, no período de 01/01/1970 a 31/12/1990, no estado.

O trabalho foi denso, pois foram recolhidas aproximadamente quinze mil notícias, que eram transcritas em uma ficha padronizada, a qual também incluía um resumo das mais significativas. Somente o trabalho de coleta dos dados estendeu-se durante todo o ano de 1990, ultrapassando, em muito, o tempo previsto.

Ao nível nacional, continuei participando dos Encontros Nacionais da ANPOCS e foi durante os anos de 1989 e 1990, que coordenei o GT *Mulher e Política*, quando no XIII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, se iniciaram os diálogos com o GT *Mulher na Força de Trabalho*, coordenado pela colega Lena Lavinias, objetivando a integração desses dois grupos, em um GT de Relações de Gênero. As negociações levaram dois anos, pois havia que se considerar a participação das respectivas fundadoras dos grupos. Do GT *Mulher e Política*, havia sido Fanny Tabak e do outro, a Professora Heleieth Saffioti. Reunidas no Rio de Janeiro, pelo GT *Mulher e Política*, eu e Eleonora Menicucci de Oliveira e pelo GT *Divisão Sexual do Trabalho*, Lena Lavinias e Mary Castro, conseguimos chegar a um entendimento e, então, aqueles dois Grupos de Trabalho foram “transformados” no GT *Relações de Gênero*.

Em relação às repercussões do ponto de vista acadêmico, na UFPB, orientei muitas dissertações de mestrado sobre a descoberta do sujeito social – mulher e do ser feminino histórico, indicando que a história das mulheres não é só delas, mas pode ser extensiva à da família, à da criança, à do trabalho, à da literatura. Significou a possibilidade de se recuperar a memória, a cultura, o poder das mulheres, a história do corpo, da sexualidade, das emoções, das marcas da violência (Perrot, 1984).¹² Fui co-orientadora da dissertação da Maura Penna, professora da UFPB, sobre a *“Erundina e a identidade de ser nordestina”*, que acabou recebendo a premiação de mérito pela ANPOCS, em 1991.

Outra consequência do pensamento feminista que se afirmava, foi por um lado a incorporação da perspectiva de gênero, que embora não se remetesse, ainda, a um novo paradigma ou a uma nova teoria, possibilitou uma visão de mundo di-

¹² PERROT, Michelle (Dir.) *Une histoire des Femmes est-elle possible?* Paris: Rivages, 1984.

versa. Por outro, emergem os estudos sobre a mulher, deslocando-a da centralidade dos espaços privados tradicionais, a partir de vários recortes e olhares: mulher trabalhadora, trabalho doméstico, uso do tempo, filhos-educação, trabalhadoras e sindicalistas, professoras, prostitutas. Os novos estudos e as reconceitualizações a partir da categoria mulher e do feminino repercutiram sobre a categoria trabalho: trabalhos domésticos, familiares, rural, condições do trabalho feminino; trabalho formal e informal.

Com novas atoras surgiram novas questões: da identidade, do corpo, da sexualidade, da liberdade, do amor. Descobre-se que ser homem e ser mulher implica em diferentes campos: do trabalho, da educação, das relações de poder, da sexualidade. No âmbito acadêmico, processos similares ocorreram na maioria dos países latino-americanos. Um dos pontos comuns que caracterizou este momento do feminismo foi uma afirmação de que "o privado é também político". Hoje talvez tivesse mais sentido a expressão de que "o político é também privado".

AB: Por que você resolveu deixar a Paraíba?

Lourdes Bandeira: Participava de um trabalho com Maria da Penha há muito tempo. Penha sempre me solicitava uma espécie de assessoria para o grupo ligado ao Sindicato Rural de Alagoa Grande, localizado no caminho entre João Pessoa e Campina Grande. Havia de sua parte um empenho especial em relação à presença das mulheres no sindicato, uma vez que a história sobre as Ligas Camponesas havia deixado uma memória de luta, na região.¹³ Também inspirada pelo livro

¹³ Ainda que as Ligas Camponesas tenham tido suas primeiras experiências em outros estados, tais como Goiás, Minas Gerais, foram significativas no Nordeste, sobretudo na região de Alagoa Grande, onde se expandiram rapidamente e começaram a se articular com outros movimentos sociais urbanos. Representavam a explosiva situação dos trabalhadores do campo brasileiro e, sobretudo, nordestino. Por sua vez, a revolução cubana, então recém - concretizada (1959), servia de "modelo" de transformação social contra as classes proprietárias agrárias.

da Moema Viezzer – *"Se Me deixam falar..."* sobre a história da mineira boliviana Domitilia Barrios de Chungara (Ed. Símbolo, 1978), e devido à insistência da Penha, querendo recompor a história de Elisabeth Teixeira, que foi mulher do Pedro Teixeira, líder das ligas camponesas, na cidade de Sapé, decidimos conjuntamente com a colega Rosa Maria Godoy Silveira, Professora do Departamento de História da UFPB, e a sindicalista Maria da Penha do Nascimento, recuperar a trajetória de vida da Elisabeth Teixeira.

Fizemos muitas horas de entrevista com a Sra. Elisabeth Teixeira sendo a última na quinta-feira (14/03/1991). No dia seguinte, pela manhã, entre João Pessoa e Campina Grande ocorreu o acidente, próximo ao município de Lagoa Grande. Foi todo aquele desespero, Elisabeth Lobo morreu imediatamente, Penha veio a falecer um dia depois. Socorro não sofreu nada. Fiquei em estado de choque, de inconsciência no hospital por alguns dias. O acidente provocou uma mobilização social e política muito forte, pois se tratava de duas mortes, e, sobretudo da morte da sindicalista Maria da Penha que seria a testemunha, na semana seguinte, no processo de outra sindicalista – Margarida Maria Alves. Maria da Penha vinha sofrendo ameaças há algum tempo. Foi levantada a hipótese de que o acidente teria sido um atentado contra a Maria da Penha, sei que é uma história muito complicada, mas sem dúvida foi uma profunda fatalidade. Foi um momento de muita dor e muito sofrimento para todas nós, familiares, amigos e colegas. A professora Elisabeth Lobo, da USP havia demonstrado interesse em participar da entrevista com Elisabeth Teixeira, porque ela e o marido tinham, em algum momento anterior, assessorado o cineasta Eduardo Coutinho que escreveu o roteiro do filme: "Um cabra marcado para morrer". Na verdade o livro sobre a Elisabeth Teixeira seria publicado com o nome parafraseando: "*Uma mulher marcada para viver*". Foi publicado um livro, mas com muitas reservas. Penso em

retomá-lo, em um futuro próximo, após uma conversa com Dona Elisabeth Teixeira. Então foi esse o motivo imediato que me fez sair da Paraíba, devido às pressões e ameaças que recebi, enquanto respondia processo na justiça pelo acidente.

Já queria ter saído antes, mas ao mesmo tempo tinha tantos vínculos profissionais, militantes e afetivos que acabava sempre adiando minha partida. Portanto, o acidente acabou sendo a gota d'água. Uma das brigas foi que os militantes petistas quiseram apropriar-se das fitas gravadas com a Elisabeth Teixeira, o que me causou vários outros problemas.

RP: O seu envolvimento acadêmico com a questão da violência contra as mulheres se iniciou juntamente com a militância?

Lourdes Bandeira: Além do interesse acadêmico já evidenciado acima, fiquei muito chocada por um episódio que presenciei: participava de um trabalho, juntamente com Eleonora Menicucci de Oliveira, na Favela Beira-Rio, sobre as condições de saúde das mulheres, envolvendo a sexualidade, práticas reprodutivas, entre outros temas. Ao mesmo tempo orientava uma estudante de mestrado, Heliana Maria de Lima E. Silva, professora da UFAL na área de enfermagem, que fazia uma dissertação sobre aleitamento materno. A dissertação¹⁴ era exatamente para evidenciar a não naturalização do processo de aleitamento materno, mas de exercê-lo como parte do bem-estar e do prazer de mãe e filho(a). Enfatizava que a mãe-mulher não tem a obrigação de amamentar a criança, pois ela deve dar o leite, ela se quiser. Foi próximo ao lançamento do livro de Elisabeth Badinter,¹⁵ o qual discutia em parte essa questão também. Mas na dissertação da aluna, que teve

¹⁴ Título da dissertação: *O estudo do aleitamento materno a partir do olhar da mulher: a (des) mistificação da mãe biológica*. UFPB, João Pessoa, 1989.

¹⁵ BADINTER, Elisabeth. *L'amour en plus*. Paris: Flammarion, 1982. No Brasil foi publicado pela Editora Nova Fronteira em 1985 com o título: *Um amor conquistado - o mito do amor materno*.

uma antecedência de meses já havia o registro, em torno de 1987 ou 1988, acho que já estava com a dissertação pronta.

RP: E a Badinter ficou famosa...

Lourdes Bandeira: Pois não foi! Continuando... o que me chamou a atenção foi o seguinte: um dia fui com ela até a favela para entrevistar uma mulher. Presenciei então, uma das cenas mais cruéis e sofridas de minha vida, foi muito pior que esse acidente que tive. Essa mulher tinha duas crianças, um menino de seis ou sete anos e um bebê. O filho de sete anos era completamente perturbado, devido ao medo que tinha do pai. Quando o pai ia chegar, ele se escondia num canto, embaixo de uma porta de armário. O pai era super agressivo, e essa mulher contava as histórias da violência que ela sofria, achava até o seu relato meio exagerado, duvidava que o menino fosse doente por conta daquilo. Mas, nesse dia o marido-pai chegou, quando ela viu que ele ia chegar, nos pediu que saíssemos. Parecia com medo, então nós não acreditamos e por isso, ficamos meio escondidas, num canto da casa, que ela talvez não tenha visto. Embora não tenhamos presenciado tudo até o final, eu e Eliana reconstruímos a história. Ele chegou no momento em que ela estava na mesa sentada dando mamá para o bebê e ele perguntou, falando alto: "Onde está o meu comer?" "Você já esquentou o meu comer?" Ela respondeu: "Vou terminar de dar de mamá pro neném e vou esquentar o seu comer". Passaram-se uns cinco ou dez minutos, quando já estávamos saindo do esconderijo, ele voltou e gritou: "Onde está o meu comer?". A casa era uma espécie de puxado que tinha uma área, e do lado uma mesa de bilhar, ele veio, o tom já era bem mais forte, não deu para perceber bem o que ele fez, mas foi um gesto com o braço. Não deu para perceber se ele atingiu o menino ou a mulher, mas ele começou a gritar de tal maneira, que o neném deu um espirro e a mulher se levantou. Nesse momento nós ficamos com medo, ficamos por ali, porque poderíamos

pedir ajuda, então ela literalmente apanhou dele, e segundo ela nos contou porque, nós já tínhamos saído, ela colocou o neném na cama, foi esquentar a comida, ele comeu e saiu. Quando ele saiu, nós voltamos a entrar, e ela ficou surpresa, “ah, vocês estão aí?” Então vem a cena que é mais dolorosa: ela disse, “vou pegar meu neném”. Quando ela fez isso, percebeu que ele estava morto. Então ela afirmou: “o meu neném está no céu”. Arrepiamo-me só de me lembrar dessa história.

RP: Deve ter sido difícil para vocês, ter vivido tudo isso, fazendo ao mesmo tempo, uma espécie de observação participante.

Lourdes Bandeira: A situação causou um desespero total, nós saímos, eu queria chamar um médico, vieram às vizinhas, foi horrível, claro nós entendemos que o menino faleceu por causa da violência. Depois mantivemos contato com essa mulher durante muito tempo, ajudamos do jeito que foi possível. Segundo as vizinhas, depois ela foi embora de lá, dizem que ela foi morar com alguns parentes. Não se sabe se ela foi com ele, essa é uma hipótese possível. Certamente ela nunca chegou a ser acusado pela morte do menino. Nunca foi esclarecido, mas Heliana se refere a esse episódio na sua dissertação.

AB: Você ainda está vinculada à investigação sobre violência do ponto de vista acadêmico e à militância contra a violência?

Lourdes Bandeira: Continuo trabalhando no tema ou em suas derivações. Até o momento já orientei 22 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, quase todas na temática de gênero, há apenas uma ou duas que estão fora dessa temática e grande parte centradas na questão da violência. Além disso, orientei outras monografias de graduação. Morando em Brasília me vinculei ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), que já existia desde 1986. Dele participavam principalmente, as colegas Lia Zanotta Machado, Mireya Suárez, Rita Segato, Doris Lima e Ana Maria Vicentini de Azevedo. As três primeiras também esta-

vam interessadas no tema então iniciamos uma longa pesquisa, por volta de 1994/5 que resultou no livro: *Violência, Gênero e Criminalidade no Distrito Federal*, organizado por Mireya Suárez e por mim, publicado em 1999, com uma vintena de artigos resultantes todos da pesquisa.

Depois dessa continuei com desdobramentos da mesma temática – violência de gênero, desenvolvendo um outro projeto juntamente com as colegas Mireya, Lia e mais Anália Soria Batista, sobre resolução de conflitos interpessoais. Todas as atividades de pesquisa e de militância, vinculadas ao NEPEM. Em 1998/99 participei da criação de uma ONG: AGENDE-Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento atualmente presidido pela Marlene Libardoni, sendo uma das áreas de atuação a violência e administração de conflitos.

Sempre que posso, participo de algumas atividades pela AGENDE, sobretudo, relativas à questão da violência de gênero. Além disso, continuo em uma participação militante mais discreta: debates em escolas, seminários e outras atividades acadêmicas. Tenho estado com certa frequência também na mídia, assim como em outros grupos que apoio com palestras junto ao Hospital Universitário de Brasília- HUB. Além dessas atividades, há outros eventos mais e menos acadêmicos; tenho participado de cursos de qualificação e de sensibilização para agentes policiais, de capacitação para os(as) agentes das DEAMs da região Centro-Oeste. Recentemente estruturamos um curso de especialização para agentes penitenciários, solicitado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Neste momento, como parte do grupo, estou engajada na pesquisa sobre a trajetória dos(as) agentes prisionais, no Distrito Federal e Goiás, financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), assim como com um trabalho com as presidiárias da penitenciária feminina – Colméia. Tenho algumas orientações nesta temática. Concluí recentemente, junto com o colega Nívio Caixeta do

Nascimento a pesquisa intitulada *Mulheres Policiais: Impactos da participação feminina no quadro da Polícia Militar do Distrito Federal*, coordenada, nacionalmente, pela Professora Bárbara Soares, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC, da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. Conseguiremos concluir o livro até o início do próximo ano.

AB: *Você também já foi convidada várias vezes pela Associação de Mulheres Brasileiras (AMB) para capacitação?*

Lourdes Bandeira: Participei de capacitações, em vários lugares, de vários segmentos profissionais que nem lembro bem, inclusive em Recife a convite da AMB. Além desta, mais recentemente, foi realizada a capacitação das delegadas, das agentes policiais da região centro-oeste, junto com a Tânia Mara de Almeida e Andréa Mesquita, registramos a experiência e acaba de ser publica pela AGENDE.¹⁶

RP: *Você já fez pesquisa sob encomenda de grupos militantes ou de agências?*

AB: *Você elaborou um texto que me serviu muito na minha dissertação, Primavera já partiu.*¹⁷

Lourdes Bandeira: Escrevi dois, talvez três textos para o movimento nacional dos direitos humanos, depois publicaram o livro sobre tolerância zero, sobre policiais.¹⁸ Realizei

¹⁶ BANDEIRA, Lourdes e ALMEIDA, Tânia Mara C. Almeida. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. In: BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara C. de e MENEZES, Andréa (orgs.) *Violência contra as Mulheres: A experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Caderno AGENDE 5*, Brasília, Dez. 2004.

¹⁷ BANDEIRA, Lourdes. *O Que Faz da Vítima, Vítima?* In: *Primavera já Partiu: Retratos dos Homicídios Femininos No Brasil*. 1 Ed. Brasília: Vozes, 1999, p. 53-93.

¹⁸ Bandeira, Lourdes e Suarez, Mireya. Ordem Pública, Discriminação e Repressão In: *Violência Policial: Tolerância Zero?* Ed. Goiânia - GO: Editora da UFG, 2001, v.1, p. 129-150.

Bandeira, Lourdes e Suarez, Mireya. É Possível Melhorar a Polícia? In: *Violência Policial: Tolerância Zero?* Ed. Goiânia - GO: Editora da UFG, 2001, v.1, p. 217-242.

pesquisa por encomenda: há um mês atrás, por exemplo, eu terminei um relatório que fiz com uma orientanda, a doutoranda Fernanda Bittencourt que consiste na incorporação da categoria de gênero no Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Foi uma consultoria realizada para a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPM) em convênio com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL): *Transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras*. Analisamos os 375 programas de ação do PPA 2004-2007 verificando se havia a incorporação da perspectiva de gênero, de como havia sido realizada, a partir de que perspectiva conceitual. Há outros trabalhos que estou concluindo na área de gênero seja como pesquisa, seja como produção de material, textos de apoio a eventos, seminários, e similares.

RP: *Como você reconstituiria a história do campo de estudos sobre violência no Brasil? Na sua opinião, quais os principais marcos, (obras, eventos) na história da violência no Brasil?*

Lourdes Bandeira: Não vou saber dizer tudo de memória, mas há elementos que são importantes de serem considerados. A atuação da militância feminista e mais as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais cujas conseqüências e resultados foram imediatos, sobre a mobilização que se efetivou em torno da violência contra a mulher. Primeiro, destaca-se a criação de grupos de atendimento às mulheres vítimas de violência, cujos pioneiros foram o SOS Corpo de Recife (1978) e o SOS Mulher de São Paulo (1980), que caracteriza por um novo agir político diante das instâncias e das instituições públicas, contribuindo para a politização das violências cotidianas contra a mulher, demandando uma atuação como resposta do Estado.

Assim, nos anos oitenta, evidencia-se a construção demarcada deste novo campo de saber, que institucionaliza tam-

bém algumas disciplinas sobre as reflexões nessa área, com alguns destaques já na produção acadêmica. Lembro de um livro que me impressionou muito foi o de Mariza Côrrea, *Morte em Família*. Algum tempo depois li a tese de doutorado de Miriam Grossi, textos de Maria Luiza Heilborn, Lia Z. Machado, Mireya Suárez, Rita Segato na antropologia, assim como na sociologia, destacavam-se os de Heleieth Saffioti e Anette Goldberg.

A denúncia contra a violência marcou o início do movimento feminista e contribuiu em parte, pela repercussão positiva que teve, junto a alguns segmentos da sociedade e as próprias feministas. A partir do momento que houve a denúncia, deu-se visibilidade ao problema, e concomitantemente evidenciou-se que esse não era um problema que deveria ser tratado na esfera do privado, mas na esfera pública. Portanto, além da legitimidade, politizou-se a questão, e ela ainda mobiliza porque praticamente metade das mulheres de uma forma ou de outra, acabaram percebendo como tem sido “objetos” dessa violência, seja física ou simbólica exercida em diferentes espaços sociais. No espaço doméstico, laboral, nas imagens produzidas pela mídia, nos espaços institucionais, nas instituições jurídicas, toda a parafernália do direito que tem uma visão completamente distorcida da mulher, então acho que esse foi um momento importante.

Neste cenário, o Estado respondeu com políticas públicas, isto é, com a criação das *Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres* (DEAM's). A instalação da primeira delegacia na cidade de São Paulo ocorreu em 1985 e hoje existem cerca de 400 espalhadas pelo território nacional. O impacto real e simbólico causado pela criação das DEAM's é indiscutível não apenas pela importância para mulheres excluídas social e economicamente, principais vítimas de denúncias da violência sexual, mas também pelo ganho político de conscien-

tização destas em torno da busca de cidadania¹⁹. Outro aspecto a destacar é referente aos conceitos de violência – doméstica, familiar, no espaço privado, de gênero. Não há consenso em relação às definições. Por um certo olhar acho bom, pois, pode sempre dinamizar o conceito, mas há também certos riscos de formulação e de conceitualização da categoria primitiva – violência contra a mulher.

Recentemente, o trabalho *Bibliografia Estudos de Gênero Sobre Violência Sexual Contra a Mulher: 1984-2003*, elaborado e publicado pela ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) oferece uma contribuição ímpar no sentido de atualizar e sistematizar uma extensa produção bibliográfica, acadêmica e social sobre a temática da violência sexual. Surpreendendo uma lacuna existente há décadas, o trabalho de pesquisa classificou cerca de 1.180 referências incluindo livros, dissertações, teses, periódicos, artigos, filmes e legislação, entre outras, sobre o assunto.

RP: Acho essa discussão relevante porque é uma coisa que cria muito problema, muita dúvida, essas categorias que você acaba de enunciar. Afinal, qual a categoria que se deve usar? Violência contra a mulher? Violência doméstica? Acho que está na hora de fazermos uma discussão mais profunda...

Lourdes Bandeira: De certa forma a categoria “violência contra a mulher” já foi tipificada como: violência física, violência sexual e violência psicológica. Na verdade essa classificação já se tornou paradigmática, porque grande parte dos estudos empíricos se fundamenta nesta perspectiva. Ela é problemática porque não possibilita pensar fora de dicotomias. Quando se diz: “a mulher é mais agredida do que as

¹⁹ Na década seguinte, foram criadas Casas Abrigo para mulheres vitimadas pela violência, sobretudo, pela violência sexual. Atualmente, existem aproximadamente 80 Casas Abrigo em funcionamento no país.

crianças, ou do que os idosos", efetivamente, não há como provar isso empiricamente. Então ela está encurralada dentro de um sistema classificatório, e hoje temos uma série de outras formas e outros contextos, outros lugares de violência, que não se explicam necessariamente por conta da violência contra a mulher. Por exemplo, os estupros que são cometidos na guerra, o caso da Bósnia, de Ruanda, que tem história desde a guerra civil espanhola de 1937 onde é usado o corpo feminino para atingir o inimigo-homem, onde através do corpo da mulher se realiza a depuração racial como foi o caso dos países citados. Nesse caso, trata-se de uma violência que os beligerantes cometem contra aquele corpo feminino territorializado por uma ideologia e não contra aquela pessoa, mas com o intuito de atingir ao homem-inimigo; portanto, essa violência está em um contexto completamente diverso daquela relação que nós fazemos com a violência interpessoal, doméstica que é centrada no paradigma explicativo, sobretudo do patriarcado. Então não é essa a explicação que pode servir, que pode ser deslocada para explicar outras situações.

RP: Você poderia falar um pouco sobre as suas linhagens, autor@ que sempre lê, que inspiram suas reflexões?

Lourdes Bandeira: Comecei a estudar a violência pelos autores mais clássicos da sociologia, desde Max Weber, George Simmel, passando por Hannah Arendt, Chesnais, René Girard, H. Lagrange, entre outros. Uma outra vertente foi via a literatura feminista, sobretudo a francófona: Françoise Héritier, Christine Delphy, Maryse Jaspard. Mas os(as) autores variam muito, isso vai depender de qual perspectiva vai se trabalhar, certamente, relacionada ao recorte empírico, pois a reflexão feminista, caminhou em várias direções, na tenta-

tiva de explicar a violência sofrida pelas mulheres, defrontou-se com variadas explicações, nenhuma conclusiva.²⁰

As pesquisas que acabamos de realizar, com a equipe do NEPEM/UnB, no Distrito Federal nas áreas de segurança pública, trabalho e saúde, tiveram como objetivo analisar a administração de conflitos sugerindo que as violências dirigidas às mulheres apresentam elementos comuns, capazes de agrupá-las na categoria ampla de *conflitualidade interpessoal*, um conceito que aponta fortemente para a natureza inerente do conflito entre mulheres e homens como, de resto, entre indivíduos de qualquer gênero.²¹ O conceito também permite aprofundar a idéia de que essas violências se perpetuam porque firmam imagens e representações tradicionais de homem e de mulher, bem como dos papéis que lhes são atribuídos, que são, no geral, discriminatórios.

RP: Quem foi o seu orientador no mestrado?

Lourdes Bandeira: Foi o Prof. Fernando Correia Dias (UnB) e no doutorado foi a Dra. Viviane Izambert (Paris

²⁰ ARDAILON, Danielle e DEBERT, Guíta. *Quando a vítima é mulher*. Brasília: CNDM; São Paulo, 1987;

SAFFIOTI, Heleieth e Almeida Suely. *Violência de gênero. Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995;

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: SUAREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, 1999; GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1992; CÔRREA, Marisa. *Morte em Família*. São Paulo, 1983; GROSSI, Miriam Pillar. *Novas-velhas violências contra a mulher no Brasil*. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro [CIEC-ECO-UFRJ], n. especial, p. 473-483, 1994; SO-

ARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança pública*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; AZEVEDO, Maria A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985;

HEILBORN, Maria. Luiza. *Cidadania para as Mulheres - Encarte especial de Ciência Hoje*, Rio de Janeiro [SBPC], v.5-28, 1987; SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Série Antropológica, No. 334. Depto de Antropologia. UnB, Brasília, 2003.

²¹ A instituição onde se realizam as pesquisas são as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, a Delegacia Regional do Trabalho e a Justiça do Trabalho.

V-René Descartes). No pós-doutorado foi o professor Michel Wieviorka, da EHESS.

RP: Você poderia falar um pouco mais sobre as suas parcerias?

Lourdes Bandeira: Gosto de escrever com outra colega, pois considero que a discussão é sempre mais rica. Quando comecei a trabalhar com a questão do feminismo, da violência contra a mulher e temas similares, ainda morando em João Pessoa, era muito restrita esta discussão, por um lado; por outro, a marcação era muito forte, então procurava aliadas. Desde então tenho escrito muito em co-autoria. Acho que dividi textos com uma dezena de colegas e também continuo fazendo isto com os(as) bolsistas que trabalham na pesquisa. Já participei da organização de cinco livros e ainda não fiz um de minha autoria exclusiva, mas já está a caminho para o próximo ano.

RP: No livro Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal²², você trata de dados estatísticos sobre a violência sexual no Distrito Federal...

Lourdes Bandeira: Nesse caso fiz um recorrido sobre as estatísticas da DEAM-DF. Foi difícil porque os dados estavam muito desorganizados. O que mais me impressionou na época eram os enormes Boletins descritivos que usavam na DEAM nos anos 1980. Desses boletins se retiravam as informações. A tipificação das violências girava em torno de oito ou dez nomeações segundo o Código Penal. Já nos anos noventa estas categorias foram ampliadas com expressões e significados nativos para mais de 20 nomeações. Hoje já passam de 30 categorias nomeações. Ainda quero fazer esse levantamento em Brasília, na delegacia e postos sobre essas categorias nativas: como se constroem? Será que elas emergem

²² SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

a partir do momento em que as mulheres tomam conhecimento de que agora elas podem denunciar? Entendo que as próprias mulheres, de uma forma ou de outra "forçam" a tipificação institucional a se ampliar. Há poucas semanas andei consultando as estatísticas da DEAM-DF e já ultrapassam as trinta nomeações. Dentre essas se tem, por exemplo, o aborto provocado por maus tratos; seqüestro violento com cárcere privado; seqüestro doméstico, além de algumas denúncias sobre o estupro na relação marital. Isso indica que: 1) há novos conteúdos e perfis da violência de gênero e da criminalidade que atingem as mulheres; 2) as demandas postas pelas mulheres e por uma sociedade mais consciente dos seus direitos e mais exigente em relação ao tratamento humanizado e cidadão, acabam por transgredir a tipificação característica dos códigos.

RP: Elas estão começando a nomear isso, mas não nomeavam anteriormente.

Lourdes Bandeira: Exatamente, por isso estou chamando de categorias nativas. Antes havia um enquadramento, tinha que caber nos artigos do Código Civil. Porque a lei não assegura tantas nomeações? O que estaria acontecendo com as mulheres, neste sentido? Do meu ponto de vista, acho que as delegacias cumpriram um papel muito importante, ainda cumprem, mas já há necessidade de mudanças nas delegacias...

AB: Dizem que agora vai ocorrer uma mudança depois dessa reunião do Fórum, que as delegacias vão ter apenas policiais, não mais assistentes sociais, nem psicólogas, vai ter somente o registro! Nesse caso os centros de referência, (como se todos os lugares tivessem centros de referência) é que vão fazer o acolhimento. Soube que trata-se de uma reivindicação das delegadas. Elas acham que não é mais para ter outros tipos de profissionais. É uma pena porque lutamos muito para colocar uma psicóloga e uma assistente social na delegacia.

Lourdes Bandeira: Há que se mencionar as dificuldades que muitas (os) das (os) agentes policiais têm para compreender a dinâmica da violência contra a mulher. Isso ocorre porque estão inseridas(os) na mesma estrutura cultural das relações de gênero predominante na sociedade em geral, cujas dificuldades em compreender a complexidade de um problema que apresenta características tão distintas das demais situações de violência para os quais foram treinados como policiais, fica ainda evidente. O fato de ser uma mulher-policia e trabalhar na delegacia não garante que tenha elaborado o distanciamento necessário para compreender as lógicas produtoras das relações violentas nos espaços domésticos, da interpessoalidade ou da intersubjetividade. Diversas pesquisas²³ evidenciam o índice elevado de arquivamento dos Boletins de Ocorrência, cujo percentual pode chegar a 50%, seja por solicitação da vítima, seja pelos promotores que, influenciados pela própria naturalização do fenômeno, tratam as circunstâncias como “discussão rotineira” ou “incidente doméstico”. Portanto, as DEAMs devem adotar plenamente a idéia do *relacional* e da *alteridade*, categorias fundamentais da perspectiva de gênero no desempenho de suas atividades, as quais podem ser disseminadas em constantes cursos de formação e capacitação para os recursos humanos das DEAMs.

RP: Na sua opinião, o que está faltando pesquisar hoje sobre esse assunto, quais são as lacunas existentes em relação ao tema *violências contra as mulheres*?

²³ SAFFIOTI, Heleieth I.B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 13, No. 4, p. 82-91, 1999; SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (orgs.) *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo, FCC: Ed. 34, 2002, p. 321-338.

Lourdes Bandeira: Do meu ponto de vista falta muito ainda, aliás, sempre faltará. A primeira é pensar em uma inovação teórico-conceitual: outras reflexões, principalmente sobre essas categorias que estão emergindo, no cenário internacional, com os fundamentalismos, no contexto do terrorismo, o uso de novas territorialidades como a do corpo feminino, nas guerras, etc. Pensar mais sobre a vítima, a condição de vitimização...

Há que se questionar mais duramente, no mau uso ou no uso “inadequado” da noção de gênero nos estudos sobre a violência, assim como de Direitos Humanos. Duas categorias praticamente imobilizadas. Há que se procurar as categorias insurgentes que começam ter visibilidade no contexto da mundialização...

Há que se romper com todas binaridades, do tipo homossexual e heterossexual, uma acaba sempre referenciando no/a outra. Há muitas questões novas a serem refletidas, mas é necessário tempo, tempo, tempo, além de boa vontade....

AB: *Eu que trabalho há anos com a questão da violência contra a mulher, cada vez mais reflito, que essa é uma questão de mudança de mentalidade. Sobre a realidade de Natal, Rio Grande do Norte, me pergunto o que está acontecendo, principalmente quanto aos homicídios, porque o número aumenta principalmente no caso dos homicídios contra as mulheres, e às vezes fico me perguntando, o que é que nós fizemos até agora?*

Lourdes Bandeira: É incrível esta situação, veja Ciudad Juarez, na fronteira do México, mais de 350 moças assassinadas em alguns anos...Nós não nos demos conta porque estudamos apenas um lado da relação. Embora a questão da violência seja relacional, estudamos apenas uma linha da relação. Só mais recentemente é que passamos a analisar os homens, em suas diversidades inclusive aqueles que não são enquadrados em nossos sistemas classificatórios tradicionais.

Os homens da classe média ascendente estão em crise, se sentem sozinhos, tem suas angústias, não querem mais ser dominadores, e refletem sobre essa condição de socialização, conscientes da existência de uma cultura que é internalizada a partir de características tradicionais conservadoras, uma boa parte busca salvação na psicanálise, e outros, mesmo sendo de países ditos desenvolvidos como a França, não quer dizer nada, pois lá morrem 6 mulheres por mês assassinadas por seus maridos e companheiros.

LUCILA SCAVONE

[Rozeli Porto]¹

RP: Como se deu a sua entrada no campo de estudos da Violência contra a mulher? Se possível demarque datas e instituições, especificando a situação acadêmica (mestrado, doutorado, orientação, pesquisa) e/ou militante (participante de algum grupo feminista ou mais de um). A militância aqui não se refere apenas e tão somente aos grupos feministas ou movimentos sociais, mas também pode ser entendida como militância em torno de um determinado tópico (por exemplo, em relação ao aborto).

Lucila Scavone: Entrei neste campo (se podemos chamá-lo assim) indiretamente. Primeiramente, pela demanda de palestras e orientações acadêmicas sobre a questão, dado o recrudescimento da violência de gênero - ou de sua visibilidade - na sociedade brasileira. Então passei a articular a questão da saúde, o campo que estava trabalhando, com a questão da violência, já que nas minhas pesquisas sobre saúde, a violência sempre aparecia. Isto foi no início da década de 1990. Como minhas pesquisas estavam mais voltadas para a problemática da saúde das mulheres, aborto, maternidade, tecnologias reprodutivas, inicialmente eu não analisava os

¹ Entrevista realizada por Rozeli Porto em março de 2005, através da Internet.

dados sobre violência contra as mulheres, os quais apareciam inesperadamente. Mas, com o tempo comecei a enfatizá-los e relacioná-los. Por exemplo, orientei uma tese sobre violência nos serviços de saúde² e aí trabalhávamos com o conceito de violência simbólica de Bourdieu, aquela violência não explícita, mas que está marcada no mais profundo de nossos corpos, pelos *habitus*, tanto dos dominantes como dos dominados. Esta violência que aparece tanto nas condições físicas de um serviço de saúde precário, como na maneira que tratam suas usuárias. Isto é muito comum em situações de seqüelas de aborto, quando enfermeiras, ou atendentes culpabilizam as mulheres pela situação em que se encontram. Ou ainda, quando os médicos buscam interferir, com seus princípios, na decisão das mulheres de abortar, conforme trabalho de Mestrado que orientei recentemente³ de Gisele Rocha Côrtes. Em minhas pesquisas sobre aborto, um outro dado inesperado, que apareceu nos depoimentos, foi a violência dos companheiros, ou em períodos de gestação - o que já foi pesquisado pioneiramente por Oliveira e Vianna⁴ - ou no espaço cotidiano da família. Interessante observar que estes dois campos saúde/violência (reitero a observação, podemos mesmo chamá-los de campos?) sempre se desenvolveram paralelamente às lutas feministas dos anos 70 na Europa e dos anos 80 no Brasil, embora compusessem juntos a pauta do movimento feminista. E na academia também: temos os núcleos sobre violência de um lado e de outro, núcleos sobre saúde, estes em geral, nas fa-

² A entrevistada refere-se à tese de PEREIRA, Wilza Rocha. *Poder, violência e dominação simbólicas em um serviço público de saúde que atende mulheres em situação de gestação, parto e puerpério*. Programa de Pós-Graduação de Enfermagem. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (USP/Interunidades), 2000.

³ CÔRTEZ, Gisele Rocha. *Aborto e Maternidade: representações do/as profissionais de saúde*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP/Ar), 2003.

⁴ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de e VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Violência Conjugal na Gravidez. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 1, n. 1, 1993, p. 162-165.

culdades da área. Mas, podemos dizer que são duas problemáticas candentes do movimento feminista latino-americano e que se pensarmos em termos de campo, no sentido de Bourdieu, estão em constante relação.

RP: Como você explica sua relação com o crescimento do campo de estudos sobre violências contra as mulheres no plano acadêmico?

Lucila Scavone: Como já falei acima: em palestras e orientações em todos níveis - Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado - e nas minhas pesquisas. Nem sempre a violência foi tratada diretamente, não aparecendo no título, mas sempre merecendo reflexão e análise. Das orientações mais diretas sobre o tema foram os doutorados de Wilza, acima citado, e o mestrado e doutorado de Andréa de Souza Túbero⁵ Estes trabalhos foram apresentados em vários fóruns e cidades e publicados em artigos, que evidentemente sempre tem um efeito multiplicador e instigante. De uma certa forma há uma *militância* muito importante contra a violência às mulheres no campo acadêmico, à medida que podemos sensibilizar, sob uma abordagem feminista e em diálogo com outros autores/as das ciências sociais e correlatas, um público muito amplo (no sentido de gênero, classe, raça/etnia) e, às vezes, avesso ao Feminismo. Um público que, em geral, é formado por professores/as de escolas primárias, secundárias e universitárias, ou que trabalha em serviços públicos ou privados dos mais diferentes ramos. Na verdade, falamos de um lugar de *poder científico* que, de antemão é tido como legítimo e verdadeiro.

⁵ TÚBERO, Andréa de Souza. *As múltiplas faces de Chapeuzinho e do Lobo: as relações de gênero no conto Chapeuzinho Vermelho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, (UNESP/Ar), 1996; TÚBERO, Andréa de Souza. *Violência Sexual: do conto à notícia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP/Ar), 2001.

RP: Como você reconstituiria a história desse campo de estudos no Brasil? Quais os momentos, discussões, obras e eventos que são "marcos" dessa história?

Lucila Scavone: Eu lembro mais do início dos 80, quando voltei da França. Havia então no Movimento Feminista, entre aquelas que trabalhavam com violência, o SOS Violência em SP e com saúde e sexualidade, o SOS Corpo de Recife são bons exemplos. A idéia é de SOS para as duas questões. Participei logo que cheguei da França, ainda no Rio de Janeiro, de manifestações contra a violência às mulheres (casos de assassinatos, estupros.). Nesse período a discussão da criação das delegacias corria solta no movimento. Eu estava entrando na universidade na época, e também, militando no movimento, estava entre as que trabalhavam com saúde reprodutiva. Naquela ocasião utilizávamos uma bibliografia de origem francesa, pois muitas de nós tínhamos militado no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.⁶ Na França, nos meados dos anos 70, as Casas Abrigo já eram bem difundidas; a discussão sobre violência contra as mulheres era muito forte no feminismo francês. Em 1976 *Les Cahiers du Griffon* lançou um número especial sobre violência, enfim, a maioria das revistas feministas francesas da época sempre faziam referência à questão.⁷ Estou, atualmente, fazendo uma pesquisa sobre o Feminismo pós-68, dos anos 70, é apaixonante. Na academia brasileira, os trabalhos de Heleieth Saffioti são uma das referências mais constantes, especialmente na Sociologia, com a busca de articulação de gênero, classe e raça. Há uma vertente mais ligada à Antropologia com trabalhos como os de Miriam Pillar Grossi e Lia Zanotta Machado, por exem-

⁶ O Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris foi um grupo feminista criado em 1976 por mulheres brasileiras exiladas e estudantes de pós-graduação sob influência do movimento feminista francês. Se reunia na Maison du Brésil na Cité Internationale Universitaire de Paris.

⁷ *Les Cahiers du GRIF, VIOLENCE*, 14/15, decembre 1976, Bruxelles, Belgique.

plo. Outra mais ligada às políticas sociais, como Mireya Suarez e Lourdes Bandeira. Esse é um campo em expansão, mas nem sempre as/os pesquisadoras/es dialogam entre si.

RP: Você já fez pesquisas sob encomenda de grupos militantes e/ou agências públicas em programas voltados para a temática?

Lucila Scavone: Não.

RP: Você identifica linhagens acadêmicas nesse campo? Quais? Quem você identifica como seus referenciais nesse campo? (Orientadores, predecessores, colaboradores, equipes de núcleos de pesquisa, etc.)

Lucila Scavone: Gosto muito da abordagem de Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica. Acho que ela já aparece na própria dominação masculina e nas relações de gênero. Não sou uma bourdieusiana (se assim podemos chamar) no sentido de seguir sua teoria à risca. Tampouco considero, como algumas críticas que lhe foram feitas, que sua teoria levaria a um certo determinismo da dominação masculina. O que gosto nessa teoria é como ela consegue mostrar que a violência está incrustada nos nossos corpos por meio dos *habitus primários e secundários* e como ela é produzida em uma relação. Eu vivencio isto todos os dias como docente e pesquisadora. Mesmo considerando todos os avanços do movimento feminista, há ainda um longo caminho a ser feito. Acho, também, que a teoria foucaultina ao tratar as tecnologias de poder e seus efeitos sobre os corpos disciplinados pode contribuir para a compreensão da violência de gênero. Evidentemente, que as teorias mais elaboradas sobre a violência de gênero estão com as filósofas, historiadoras, cientistas sociais feministas - cuja relação com Foucault e o pós-estruturalismo francês não pode ser negligenciada - às quais estabelecem um diálogo permanente com suas fontes de conhecimento. Mesmo não tratando o problema da violência de gênero diretamente, algumas delas proporcionaram as matrizes teóricas, com distintas orientações, para o entendimento da ques-

tão de gênero - como Joan Scott, Carole Pateman, Judith Butler, Nancy Fraser, Françoise Collin, Michelle Perrot, entre outras - que está no cerne desta violência.

RP: Quem são suas/seus principais parceiros intelectuais e/ou militantes no campo de estudos da violência/ou áreas afins?

Lucila Scavone: Em nível acadêmico já fizemos com a Universidade Federal de São Paulo, a Universidade de São Paulo e Ribeirão Preto (Eleonora Menicucci de Oliveira, Lucila Amaral, Rosa Godoy) uma pesquisa sobre aborto. Essa foi uma experiência de parceria muito interessante e a questão da violência sempre surgia nos diversos campos pesquisados. Atualmente o Grupo de Pesquisa do CNPq *Gênero e Cidadania*, que coordeno, está fazendo um trabalho com o Centro de Referência da Mulher e da Casa Abrigo de Araraquara ligados à Prefeitura, por meio de palestras, reuniões e elaborando uma proposta de pesquisa conjunta. Temos também parcerias com a Universidade Federal de São Carlos (Grupo de Pesquisa do CNPq, *Corpo, Identidade Social e Estética da Existência*, coordenador por Richard Miskolci), o Núcleo de Estudos de Violência/USP (na figura de Marcos César Alvarez) e a Universidade Estadual de Campinas no que se refere à obra de Foucault (na figura de Margareth Rago). Ano passado realizamos um Seminário sobre Foucault, nos 20 anos de sua morte. Deste Seminário estamos organizando um livro, que deverá ser publicado ano que vem: como fui a coordenadora do evento compus uma mesa sobre Foucault, Feminismo e História, com Margareth Rago (UNICAMP), tania swain (UNB) e eu. Neste Seminário houve uma mesa sobre Violência e Justiça que trouxe elementos interessantes para uma reflexão da violência. A parceria com estes grupos continua sob forma de palestras, eventos, cursos e seminários, que ocorrem nas diferentes localidades. Mais recentemente, iniciei uma nova parceria com Elizabeth Meloni da Faculdade de Medicina na USP/Ribeirão Preto, pois ambas estamos trabalhando com uma pesquisa sobre esterilização.

RP: No início pontuamos os possíveis efeitos da militância e dos movimentos sociais sobre a produção acadêmica. Como você avalia os efeitos da produção acadêmica no campo político e social?

Lucila Scavone: Além dos aspectos que já levantei acima, considerando a academia uma importante caixa de ressonância das questões feministas, acho muito importante o avanço que ela pode propiciar à questão teórica da violência (e do feminismo em geral), contribuindo para o enfrentamento político e social dos problemas reais que afligem as mulheres. Digamos que um dos papéis da academia é oferecer instrumentos teóricos para a análise e conhecimento destes problemas, embora nem sempre isto aconteça, é possível dizer que a produção acadêmica, no caso do feminismo, não passa despercebida pelo movimento social, servindo-lhe muitas vezes de referência e apoio. Isto implica que o campo científico está em constante relação com o campo político e social.

MARIA FILOMENA GREGORI

[Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira]¹



RP: Você poderia sintetizar sua trajetória acadêmica, enfatizando as relações com o feminismo e com o tema da violência contra a mulher?

Maria Filomena Gregori: Fiz a graduação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre 79 e 81. Nesse período morei em Campinas e me aproximei muito de um grupo do coletivo feminista. Militei nesse grupo que era formado por estudantes e professoras como Mariza Corrêa e Jeanne Marie Gagnebin, uma filósofa especialista em Walter Benjamin.

Elas eram umas mulheres muito generosas, e nós estudantes estávamos começando, lendo Michel Foucault pela primeira vez, fascinadas pela questão do feminismo tanto em termos teóricos como em termos mais políticos. Desse grupo também participavam Heloísa Pontes, Iara Belelli, Ana Fonseca, Ângela Araújo e Lilia Guedes que é historiadora e professora no Mato Grosso. Esse era um grupo grande com uma variedade de gerações de mulheres muito interessantes. Foi muito bom, foi um aprendizado. Acho que para a minha formação foi fundamental ter feito parte desse grupo.

¹ Entrevista realizada por Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira em 13 de agosto de 2004 em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Nós organizávamos Semanas da Mulher, seminários, discussões mais teóricas e acadêmicas, mas também tínhamos uma certa interface com os movimentos sociais, e mais especificamente, com os movimentos de Campinas. Quando terminei a graduação, fiz um projeto de pesquisa sobre violência e, em particular, sobre a atuação feminista no combate à violência contra a mulher. Naquele momento, a entidade que prestava atendimento às mulheres vítimas de violência era o SOS-Mulher. Eu queria pesquisar o seguinte: o que caracterizava o relacionamento entre as feministas que eram de classe média, esclarecidas, muitas vindas do exílio, com uma participação política intensa na esquerda e as mulheres, oriundas em sua maioria das camadas populares, e que eram atendidas pelo SOS-Mulher? Essa questão me interessava porque, no grupo que eu militei em Campinas várias mulheres tiveram uma participação expressiva nos movimentos estudantis e nos movimentos em geral da década de sessenta no Brasil. Algumas até foram presas, por exemplo, Ana Fonseca e a Lilia Guedes. Havia, portanto, algo em comum entre essas mulheres que passava pela intervenção política e por terem feito parte de uma organização política leninista, de terem saído desse tipo de organização e estarem tentando desenvolver um novo fazer político.

A convivência com essas mulheres foi uma experiência fantástica e penso que, em função dela, elaborei esse projeto de investigação. Eu indagava sobre o relacionamento entre mulheres de diferentes estratos, formações e trajetórias e as implicações dele no sentido da formação de uma política emancipadora. Fui fazer o mestrado e optei por uma experiência interinstitucional, não quis ficar no mesmo local onde cursei a graduação e fui para a Universidade de São Paulo (USP). Quem se interessou pelo meu projeto foi Ruth Cardoso. Ela leu meu projeto, achou que era bom, que tinha futuro. Por ser uma discussão que a interessava, ela aceitou me orien-

tar e fui trabalhar com ela. Fui sua orientanda por treze anos. Ela foi minha orientadora de mestrado e de doutorado. No mestrado comecei a fazer a pesquisa junto ao SOS Mulher de São Paulo, primeiro porque era uma entidade formada por mulheres que vinham dos vários grupos feministas, logo, bastante representativa do movimento. Em segundo lugar, porque era um dos únicos centros feministas que organizou um serviço de apoio às vítimas de violência. Foi lá que conheci Schuma (Maria Aparecida Schumaker), Raquel Moreno, Teca (Maria Tereza Aarão) e Jacira Melo. Todas elas faziam parte dessa entidade, e nós - eu e Heloísa Pontes - nos integramos também.

AB: Nesse caso, vocês já entraram como pesquisadoras?

Maria Filomena Gregori: Sim, porque naquela época tudo era um pouco ambíguo. Na verdade, eu vinha de um grupo de acadêmicas, um grupo político, mas que realizava estudos, pesquisas etc. formado por pessoas de dentro da universidade. Esse grupo tinha uma experiência basicamente acadêmica. E então, para mim, ser acadêmica ou não, fazia sentido para a reflexão sobre as diferenças e foi justamente sobre essas diferenças que construí o meu objeto para o meu projeto de dissertação de mestrado. Mas ser da universidade e ter uma pesquisa sobre a atuação feminista não era um impeditivo. Ao ingressar no mestrado, deixei claro que eu exercia uma atividade militante porque integrava o Coletivo. Esclareci que pretendia adotar a observação participante exercendo as funções de militante do SOS porque considerava isso muito importante. Houve uma aceitação dessa proposta por ambas as instâncias. Durante a realização da pesquisa de campo, fui plantonista, fui militante do SOS e, ao mesmo tempo, escrevia o meu diário de campo. Mas, quando eu e Heloísa colocamos alguns textos em discussão, percebemos que havia uma fissura, uma distância entre o que pensáva-

mos, sobretudo como elaborávamos nossas indagações. Elas eram formuladas de um jeito muito singular e muito distinto das expectativas das pessoas lá de dentro do SOS.

Mas, eu me dava bem com todo mundo, até quando o SOS fechou. Nós acompanhamos esse processo que foi muito doloroso. O SOS foi o lugar onde fiz a pesquisa e pude conhecer por dentro a intervenção, o serviço que era prestado. Mas fiz também um pouco de pesquisa comparativa na primeira delegacia da mulher, que foi criada em 1985. Em 1983 o SOS fechou suas portas, em 1985 a delegacia foi criada, quando eu ainda fazia a pesquisa. Nesse momento, acompanhei o processo de implantação e entrevistei muitas mulheres através dos contatos que fiz nessa delegacia. A segunda parte do estudo implicou localizar algumas mulheres e realizar as entrevistas em profundidade, material que analisei posteriormente no livro.² Quando defendi a dissertação, estava preocupada com o problema da violência e quis fazer um exame crítico das propostas existentes. Eu achava que tinha o que dizer a respeito das relações de violência, naquele momento não havia essa definição de gênero claramente configurada. A reação ao meu trabalho foi enorme, no começo as pessoas estavam fascinadas, então me convidavam para debater... De repente, os convites pararam e ninguém discutiu comigo publicamente.

AB: No movimento, essa reação teria sido mais pesada...

Maria Filomena Gregori: Do movimento me afastei totalmente, porque acabei ficando constrangida. Não sofri nenhuma crítica direta, mas sabia por outras pessoas que as referências feitas sobre mim, inclusive em reuniões mais amplas, eram bem agressivas. Ouvi até que teriam questionado a minha conduta ética. Essa é uma acusação muito complicada

² GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Mulheres e Relações Violentas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

porque todo mundo no SOS sabia desde o início o que eu estava fazendo. Em nenhum momento, eu fui anti-ética. Acho que no final, não gostaram da interpretação que fiz.

RP: Mas sua orientadora lhe dava apoio?

Maria Filomena Gregori: Sim, ela me deu muito apoio! Recebi muitos apoios. Até porque acho que as pessoas não deixaram de gostar de mim. Era uma briga de outra natureza: eu era muito jovem, tinha 27, 28 anos quando defendi a tese. Na verdade, avalio que optei por fazer o doutorado em violência urbana, sobre meninos de ruas, porque a barra estava pesada, então achei que era melhor dar uma recuada, ir para outro campo. Também porque estava atrás de questões teóricas mais gerais sobre a violência, estava querendo estudar um pouco mais fundo. Mas, se eu tivesse resolvido continuar a pesquisar esse campo naquele momento, acho que ia sofrer muito mais. Até onde acompanhei, apenas Miriam Grossi me defendeu, ela me contou que argumentou em favor do meu ponto de vista num congresso. Como eu não tinha que conviver com isso cotidianamente, devo confessar que achava até graça da reação que o trabalho causou, porque não tive a menor intenção de causar polêmica. Essa reação me surpreendeu imensamente

RP e AB: Você defendeu um argumento revolucionário para a época, ao assinalar que as mulheres fazem parte das relações violentas tanto quanto os homens. Boa parte da crítica enfatizava que você estaria culpabilizando as mulheres.

Maria Filomena Gregori: Essa é uma idéia absolutamente equivocada do que escrevi. É um equívoco reduzir aquela interpretação à noção de que as mulheres são cúmplices da violência. Trata-se de um reducionismo atroz! Só consigo entender essa crítica dentro de uma configuração política. Ou seja: existe claramente uma dimensão política por trás

dela porque, em si, ela não se sustenta. Depois de anos, aprendi a defender teoricamente os meus argumentos.

AB: Mas, você percorreu um longo caminho até chegar nessa atitude...

Maria Filomena Gregori: Um longo caminho porque não é fácil ter um contencioso, por exemplo, com uma pesquisadora como a Heleieth Saffioti. Primeiro, porque tenho muito respeito por ela, que foi a primeira no campo, uma mulher extraordinária, de quem eu gosto muito e tenho o maior respeito, mas de fato temos uma profunda discordância teórica, que não é uma discordância qualquer. Ela defende e acredita numa série de pressupostos que estou pondo em questão. Não vou afirmar que o meu ponto de vista é o mais consistente, mas eu questiono, levanto, problematizo e não tinha noção de que estava "cutucando" essa ferida. Ainda mais quando escrevi a tese, porque defendi em 88, mas a escrevi desde 85, quando era muito jovem. Lia Marquês de Sade, Luis Ferdinand Céline, Georges Bataille e achava que tinha encontrado um novo caminho de interpretação. Penso que o artigo que escrevi sobre as cenas e as queixas apresenta uma série de questões interessantes, mas há problemas teóricos, que acho que só consigo enfrentar hoje. Por exemplo, ali há um problema de não ter dissecado a fundo os efeitos da dissimetria do poder numa relação que envolve gênero e violência. Como é que me situo teoricamente hoje? Me situo muito nessa linhagem mais pós-estruturalista, tenho mais afinidade com esses referenciais. Gosto por exemplo, de Judith Butler, embora não considere suas teorias facilmente aplicáveis do ponto de vista das investigações mais empíricas, e gosto de Teresa de Lauretis, especialmente de um artigo dela sobre violência.³ O que me surpreende é esse reavivamento do

³ DE LAURETIS, Teresa. The Violence of Rethoric. In: DI LEONARDO, Micaela and LANCASTER, Roger (eds.) *The Gender/Sexuality Reader – Culture, History, Political Economy*. New York, Routledge, 1997.

patriarcalismo, que achei que era uma discussão superada. Penso que ainda existem discussões que estão para ser feitas com mais sofisticação, uma delas é como você pensa hoje a dimensão do poder e da política, de um modo mais articulado, ou seja, a grande questão e o desafio é como combinar trabalhar com gênero e adotar uma perspectiva mais foucaultiana, sem que essa perspectiva possa levar a uma despolitização do campo de atuação.

Hoje coloquei uma questão no seminário⁴ em que penso ser necessário aprimorar e sofisticar um pouco mais a discussão sobre o consentimento entre parceiros, para entender o problema desde o crime sexual até a pornografia e a liberdade sexual. É necessário entender direito todas as implicações envolvidas nessa questão do consentimento. Não tenho a menor afinidade com a abordagem ultra-moralista do movimento anti-pornografia, apoiado pelo que se chama de feminismo radical. Acho que ela traz uma retórica incrivelmente semelhante ao discurso da igreja. Gayle Rubin afirma em *Thinking Sex* que essa vertente representa o que o feminismo tem produzido de mais conservador do lado de cá do Vaticano.⁵ E é isso mesmo, não é uma excelente definição? Porque tem um lado profundamente conservador nessa retórica teórica sobre a objetificação.

Mas, por outro lado, também não dá para abandonar os problemas advindos da relação entre sexualidade, violência e relações de gênero. Existe uma gramática, não só de gênero, mas uma gramática da assimetria que é posta na questão do gênero, da classe, da etnia. Tem uma série de clivagens de diferenciação que estão postas num sistema que produz desigualdades de poder.

⁴ A entrevistada se refere ao evento Fazendo Gênero VI, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2004.

⁵ RUBIN, Gayle. *Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality*. In: VANCE, Carol. *Pleasure and Danger. Exploring Female Sexuality*. New York, Routledge, 1984.

Não se trata de clivagens diferenciais, neutras, e isso vai se interpondo nas relações sociais, investindo diferentes posições de poder e que podem resultar na emergência de relações e de situações de violência. Acho que precisamos entender esses processos um pouco mais, pois eles estão longe de serem suficientemente decifrados. Logo, não me satisfaz nem um pouco um discurso que chamo de essencialista, que apresenta a retórica que toma o patriarcalismo em uma perspectiva universalista como categoria analítica. Acho que o patriarcalismo não é uma categoria analítica, e como categoria política penso que também é problemática, mas por outro lado também sinto que é preciso discutir com mais calma esses temas.

AB: Na mesa sobre migrações⁶ essa discussão foi retomada através de Sonia Alvarez, uma pesquisadora muito provocadora... Ela considerou que é bom voltar a discutir sobre o patriarcalismo, pois percebeu na Conferência das Mulheres que existe uma vertente dentro do movimento feminista, representada pela Marcha Mundial que adota enfaticamente a perspectiva do patriarcalismo. Numa grande briga com a Articulação de Mulheres Brasileiras...

Maria Filomena Gregori: Estão operando com o patriarcalismo como uma categoria política, e como uma categoria analítica, e considero que elas estão duplamente equivocadas. Não consigo encontrar vantagem, sinceramente, vou ler o artigo de Lia Zanotta Machado,⁷ quero ler também o artigo de Lourdes Bandeira para ver se elas estão fazendo essa recuperação. Sonia Alvarez é formada em Ciência Política, quero entender um pouco mais a respeito das fontes que ela utilizou, porque nem nos Estados Unidos quando fui há dois anos atrás, tomei conhecimento dessa discussão e eu discor-

⁶ A entrevistada se refere ao mesmo evento mencionado na nota 4.

⁷ MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas en Conflicto: Género y Patriarcado. *Revista de História Social y de las Mentalidades*, Santiago-Chile, v. VIII, n. 8, p. 25-40, 2004.

do totalmente. Quero saber, portanto, sobre as fontes que indicam "o retorno do reprimido".

Minha dissertação focalizou uma série de clivagens que iam enlaçando aquelas mulheres nas relações violentas. Me perguntava quais eram os elementos, os fatores, qual era a dinâmica interna, como é que a violência opera. Estava mais interessada não com as causas gerais, (que eu acho que são muito gerais), nem com as motivações, (porque eu também acredito que os motivos se perdem), mas em como é que se cria essa relação que é perpassada pela violência, o que a violência está "dialogando", o que a violência está querendo dizer quando é empregada nessas relações que são mais permanentes.

Por isso eu não tinha nenhuma pretensão de dar uma explicação geral, não fiz do meu estudo uma busca por uma meta narrativa. Queria apenas situar aqueles casos que selecionei, que achava estratégicos para se pensar, e que traziam questões importantes. Mas, é evidente que ainda poderá dizer-se assim: "a Gregori acha que a violência de gênero, a violência contra a mulher, só é a violência que se liga ao prazer ou que se liga ao erotismo", o que seria também uma imensa deturpação. Na verdade, atualmente quero estudar um aspecto dessa dinâmica da violência que acho que está relacionada na sociedade ocidental contemporânea, com o prazer. E considero que isso não está presente apenas nas relações interpessoais. Quando eu estudei a violência em outros contextos, em outras situações, e aprendi muito com isso, eu observei que muito da gestualidade da violência em jovens apresenta um elemento de fruição ou de uma certa dosagem do erotismo que tem a ver com a forma como se lida com o corpo, com a dor, com a premência pelo espetacular. É lógico que são dinâmicas de violência muito distintas, mas há algo que é capaz de contaminar esses vários campos. É isso que eu estou estudando. Não estou investigando esses temas para criar uma meta-narrativa sobre a violência. Mas para pensar as articulações entre corpo, dor, prazer, erotismo, violência e gênero.

RP: *Quais são os momentos e discussões na sua opinião, que constituíram marcos sobre os estudos da violência no Brasil?*

Maria Filomena Gregori: Penso que há estudos muito ricos, o primeiro deles é o da Mariza Corrêa, sobre o judiciário,⁸ seguido pelo estudo feito pela Guita Debert e pela Danielle Ardaillon.⁹ Essa dimensão de *deciframento*, do como é que esses crimes são atendidos pela justiça, isso foi um campo muito importante que se desenvolveu imensamente no Brasil. E aí, tem linhagens bastante diversificadas, me identifico, por exemplo, com o estudo de Elaine Brandão.¹⁰ É muito na linha da Bárbara Musumeci Soares, com quem tenho muita afinidade. Há outra linha que eu aprecio muito que é da Adriana Vianna e do Sérgio Carrara¹¹ quando tratam da violência contra homossexuais. Tem também um trabalho muito importante, e uma autora que nunca é lembrada, porque não é muito da seara da discussão de gênero, mas tem um livro muito bom, que é Joana Vargas.¹² Ela foi aluna de Alba Zaluar na Unicamp. Depois ela foi para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

⁸ CORRÊA, Mariza. *“Os Atos e os Autos”: representações jurídicas de papéis sexuais*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1975.

⁹ DEBERT, Guita G. e ARDAILLON, Danielle. *Quando a vítima é mulher*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

¹⁰ BRANDÃO, Elaine Reis. “Violência conjugal e o recurso feminino à polícia”. In: BRUSCHINI, C. e BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.) *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Ed. 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

¹¹ CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In: CÁCERES, Carlos F.; FRASCA, Tim; PECHENY, Mario e TERTO Jr., Veriano.(orgs.) *Ciudadania Sexual in América Latina: abrindo el debate*. 1ª. ed., Lima, 2004. p. 47-64; B) CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 80. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (orgs) *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, 2004, V. 1, p. 365-383.

¹² VARGAS, Joana D. *Fluxo do sistema de justiça criminal para crimes sexuais: a organização policial*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

(IUPERJ). Ela tem formação em Antropologia, escreveu o seu livro sobre estupro. Através daquilo que chama de *análise de fluxo institucional*, ela abordou o estupro desde o instante em que é registrado nas delegacias, até o momento em que é denunciado pelo ministério público. A tese dela de doutorado também vai nessa mesma linha e analisa o estupro, a partir de um ângulo mais quantitativo, muito refinado.¹³ Conheci o trabalho de Edmundo Coelho e do Luiz Antonio Paixão, um pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, que criou esse conceito de “fluxo institucional” que é muito interessante, para nós que somos antropólogos e estudamos as esferas institucionais.

No caso dos estudos que estão aproximando violência de sexualidade, (e isso é muito recente), pensando um pouco a questão dos direitos sexuais, acho que tem núcleos importantes que vem da militância, um deles é a THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, no Rio Grande do Sul. Carmem Campos e Denise Dora organizaram um dos cadernos que é sobre direitos sexuais. Sônia Correa também atua nessa interface. Nós até combinamos fazer um seminário para discutir isso um pouco mais a fundo, e também tenho discutido esse tema com a equipe do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Esses são interlocutores importantes, porém, o meu diálogo mais constante e, sem dúvida, o que mais tem me ajudado a refinar as categorias com as quais trabalho é a convivência intelectual com o Pagu e com Adriana Piscitelli, Mariza Corrêa, Guita Debert, Heloísa Pontes e Julio Assis Simões. Temos um projeto temático coordenado pela Mariza (Corporalidades e Gênero) que alimenta sistematicamente essa interlocução.

RP: *E sobre algumas referências internacionais...*

¹³ VARGAS, Joana D. *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo, IBCCRIM, 2000.

Maria Filomena Gregori: As referências internacionais são muitas. Fiz meu doutorado em violência urbana. Não fiquei apenas no campo das manifestações de violência nas relações interpessoais, o que foi muito importante na minha trajetória, porque me proporcionou uma formação mais ampla para trabalhar o tema da violência. Quando fui para os Estados Unidos fazer o meu pós-doutorado, fiquei encantada com as novas teorias sobre violência e subjetividade. Do ponto de vista de gênero, tem textos fundamentais: o de Linda Gordon, que é uma espécie de balanço do tratamento dado ao tema violência na década de 80 pelas teóricas norte americanas;¹⁴ gosto do texto de Henrietta Moore¹⁵ que é sobre violência e sexo, que se encontra num livro que se chama *Sex and Violence* e um de Teresa de Lauretis,¹⁶ que é muito bom, aquele no qual ela se aproxima um pouco da discussão do Derrida, do Pierce, que são textos teoricamente mais arejados.

E tem ainda uma vasta bibliografia da qual gosto muito, que associa fenômenos de violência com questões relativas à subjetividade. Me identifico com as abordagens de Veena Das, uma autora que estuda o *sadi*, a prática das viúvas indianas que se matam quando perdem os maridos.¹⁷ E tenho acompanhado a discussão sobre como é que se pode representar a violência. Como discutir a violência sem cair nas categorias que a alimentam? Beatrice Hanssen é uma autora que coloca tal discussão de uma maneira bem interessante¹⁸. Mas, há vários outros autores, um deles é um antropólogo, Michael

¹⁴ GORDON, Linda. *Heroes of Their Own Lives: The Politics and History of Family Violence*. New York, Viking Penguin Inc., 1988.

¹⁵ MOORE, Henrietta L. The Problem of Explaining Violence in the Social Sciences. In: HARVEY, Penelope and GOW, Peter. *Sex and Violence – Issues in Representation and Experience*. New York, Routledge, 1994. p. 138-155.

¹⁶ DE LAURETIS, Teresa. *The Violence of Rethoric*. Op. cit.

¹⁷ DAS, VEENA. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi, Oxford University Press, 1995.

¹⁸ HANSSSEN, Beatrice. *Critique of Violence*. New York, Routledge, 2000.

Taussig, o outro é Allan Feldman, tem ainda uma pesquisadora que se chama Elaine Scarry que escreveu um livro intitulado *The Body in Pain...*¹⁹ Enfim, são essas as questões e as vertentes, os/as teóricos/as que eu tenho lido mais frequentemente, nesses últimos anos.

AB: *Você já fez pesquisa sob encomenda de grupos militantes, ou agências públicas em programas voltados para a temática da violência?*

Maria Filomena Gregori: Atualmente coordeno uma pesquisa do Núcleo Pagu, junto com Guita Debert, apoiada pela Fundação Ford. Na área de militância feminista, fui plantonista no SOS Corpo de São Paulo e participei do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

RP: *Na sua opinião, o que está faltando pesquisar nessa área?*

Maria Filomena Gregori: Observei que hoje mesmo no *Fazendo Gênero* apareceram certas lacunas. Por exemplo, tenho muita curiosidade por uma delas, pois queria entender um pouco mais, até porque tenho acompanhado a pesquisa de Érica Renata Souza²⁰ sobre as relações de violência entre homossexuais. Penso que é completamente diferente, no caso dos gays e no das gays, porque no caso das relações que ela está analisando, a violência passa pela maternidade em situações em que a maternidade não é um projeto do casal homossexual. Talvez para os gays masculinos seja distinto, mas eu não conheço nenhum estudo, conheço apenas o de Sérgio Carrara, já citado, enfocando o gay que é vítima de assassinato.

RP: *E sobre violência conjugal entre homossexuais?*

Maria Filomena Gregori: Esse é um campo empírico importante a ser desvendado. Acho também importante continuar

¹⁹ SCARRY, Elaine. *The Body in Pain*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

²⁰ SOUZA, Érica Renata de. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo) sexualidade*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

mos a problematizar teoricamente violência e gênero. Sou provocadora, gosto de pensar, então, fico desconfiando das minhas certezas o tempo inteiro. Volto a enfatizar que existem essas clivagens de diferenciação que mencionei e que são clivagens às vezes bastante significativas na manifestação da violência. Então não dá para tratarmos a violência, nem as relações de violência apenas pelo crivo do gênero. Flávia Motta estava falando um pouco sobre isso também. É necessário pensar também na etnia, na classe, pois constituem clivagens de diferenciação que implicam diferentes posições de poder. E essas diferentes posições de poder, de alguma maneira colocam os sujeitos em posições diferenciadas e em determinadas circunstâncias, isso leva a conflitos que induzem à violência, não em todos os casos evidentemente. É preciso considerar múltiplos aspectos quando se analisa esses casos. Por isso é que sou contra uma definição holística. Acho que todas as definições holísticas são precárias. Tive uma discussão em Brasília com Lia Zanotta Machado porque ela acha que tem que haver na lei uma figura que defina a violência doméstica. Acho isso complicado... existem figuras penais, essas figuras penais exigem que você interprete, elas já são problemáticas em si.

RP: Justamente, nunca uma definição vai abarcar tudo...

Maria Filomena Gregori: Não tem que ter a pretensão que abarque, é complicada essa equação. Não é uma equação simples, são necessárias leis muito claras para estabelecer uma punição, é preciso ter uma definição muito clara. No universo das leis e do judiciário, é necessário constituir a figura da vítima e a do agressor mesmo porque não tem como se operar numa outra dimensão. Isso não significa, porém, que essa normatividade jurídica deva ser hegemônica sobre a vida social. Então são coisas de universos de abstração que são distintos, e de universos práticos que são distintos também. Existem manifestações de força, de violência, que incidem

sobre posições assimétricas ocupadas pelas pessoas. Existe o homem violentado, mas quando ele é violentado acaba sendo feminizado. Se nós levarmos em consideração, essa soldado que faz parte das forças norte-americanas no Iraque, chegamos à conclusão que ela estava feminizando todos aqueles homens, animalizando aqueles homens. Nem era feminizar, era animalizar, ela estava humilhando no patamar da animalidade. Esses são casos em que se torna necessário problematizar o uso estrito da noção de violência contra a mulher. Nesse caso, gênero passa a ser mais rentável para descrever esse campo de relações e de manifestações. Sou de fato uma estudiosa, não tenho a menor pretensão de me colocar como uma espécie de formuladora de leis, ou de formuladora de políticas públicas. Acho absolutamente fundamental que elas existam, sempre estou lá para defender, e acho que tem que ter justiça tem que ter processo. Inclusive, estamos fazendo uma pesquisa para dizer que os Juizados Especiais Criminais (JECRIMS) ou mesmo os Juizados Especiais Criminais da Família (JECRIMFAMS) acabaram por incorrer na banalização da violência do pior jeito possível.

AB: Atualmente já existe essa instituição em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, mas é voltada para a mulher e não para a família.

Maria Filomena Gregori: É, em São Paulo tem, estamos estudando. É voltada para a família, mas tem a ver também com a questão da mulher.

AB: Na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, passou também agora, a criação de JECRIMS, eu não sei se isso é complicado...

Maria Filomena Gregori: É muito complicado. Eu sou crítica em relação aos JECRIMS por conta do modo como eles banalizam a punição desses crimes de lesão corporal e ameaça.

RP: Quem são suas parceiras de trabalho, escrita, reflexão?

Bibia: De escrita, a equipe do Pagu: Mariza Corrêa, Guita Debert e Adriana Piscitelli, são as pessoas com quem mais aprendo. Aprendo muitíssimo sobre gênero, sobretudo, com Mariza e Adriana. E retornei aos meus estudos sobre gênero pela mão delas. Fui para os Estados Unidos, sozinha, ganhei asas próprias. Mas fiquei muitos anos sem ler sobre violência de gênero. Fui ler outras coisas importantes sobre violência, mas saí um pouco do campo. Quando voltei, elas foram guias maravilhosas! Adoro Pagu. Acho que não é somente um grande centro de pesquisas, super importante, mas penso que tem uma coisa feminista que gosto, que já gostava no Coletivo Feminista de Campinas.

AB: Parece quase o mesmo grupo...

Maria Filomena Gregori: É, tem muito a ver. Tem uma generosidade entre mulheres, tem uma coisa afetiva, prazerosa, que está muito presente. Parceiros, tenho muitos, Miriam Grossi é uma super parceira, de vários momentos, eventos, até que saem do campo do gênero; o CLAM é um grande parceiro também, através de Maria Luiza Heilborn, Sérgio Carrara, e das novas pesquisadoras com quem também me identifiquei muito: Anna Paula Uziel, Laura Moutinho, Fabíola Rohden, Eliane Brandão. Tem ainda Claudia Fonseca que é uma super parceira, uma graça de pessoa, e sempre está presente em tudo o que fazemos. São @s interlocutor@s. São parceir@s que ligam e falam: "estou fazendo tal coisa", "vamos fazer juntas..." "ah, pensei em você", e "está nas bancas".

RP: Essa pesquisa atual é para a livre docência?

Maria Filomena Gregori: Essa pesquisa que apresentei hoje²¹ inclui uma parte do pós-doutorado que fiz nos Estado Uni-

dos e já estou preparando minha livre docência. Agora vou começar uma pesquisa comparativa com o Brasil. Vou fazer o inverso. Conseguimos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para desenvolver um projeto temático intitulado *Corporalidades e Gênero*, com Mariza Corrêa, Guita Debert, Margareth Lopes, Adriana Piscitelli, Heloísa Pontes, Julio Assis Simões da USP e eu. Esse projeto é muito de antropólogos e tem a Margaret Lopes que é do Instituto de Geociências.

²¹ GREGORI, Maria Filomena. Prazer e Perigo: Notas sobre Feminismo, Sex-Shops e S/M. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (orgs.) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Op. cit., p. 235-255.

NORMÉLIA MARIA FREIRE DINIZ
REGINA LÚCIA MENDONÇA LOPES
CLIMENE LAURA DE CAMARGO
MARIA DO ROSÁRIO DE MENEZES

[Karla Galvão Adrião]¹

KGA: V. poderia falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e sobre o desenvolvimento do seu interesse pelo tema da violência?

Normélia: Minha trajetória acadêmica teve início na Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, posteriormente, na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desde o início, atuei nas áreas de Enfermagem Obstétrica e de Enfermagem de Saúde Pública sempre em atividades na área de saúde da mulher. À época, nos anos 70-80, a ênfase nas Instituições de Ensino Superior era a atuação em projetos de extensão e nesse

¹ Entrevista realizada em 03 de agosto de 2004, por Karla Galvão Adrião, na sala de Reuniões do Departamento de Enfermagem Comunitária, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Participaram as Profas: Dr^a Normélia Maria Freire Diniz (pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher – GEM/EEUFBA e 1^a líder do Grupo de Estudos Violência, Saúde e Qualidade de Vida – EEUFBA); Dr^a Regina Lúcia Mendonça Lopes (pesquisadora do Grupo Violência, Saúde e Qualidade de Vida); Dr^a Climene Laura de Camargo (pesquisadora do Grupo de Estudos Violência, Saúde e Qualidade de Vida e líder do Grupo CRESCER) e Dr^a Maria do Rosário de Menezes (2^a líder do Grupo de Estudos Violência, Saúde e Qualidade de Vida – EEUFBA).

contexto engajei-me nestes projetos, tendo experiência individual e grupal com mulheres. Tais projetos eram interdepartamentais e multiprofissionais, sendo aprovados pelas Pró-Reitorias de Extensão, alguns financiados pela Fundação Kellog. Como exemplo, cito o projeto " Vasco da Gama" realizado na UFPE, que tinha como objetos as Ações Integradas de Saúde (AIS), visando a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na assistência integral à saúde da mulher. Esse projeto contou com a participação de discentes de graduação de várias áreas do conhecimento, como Enfermagem, Medicina, Farmácia, Odontologia, e o alunado tinha sua participação financiada através de bolsas com duração de 12 meses.

KGA: Na sua tese de doutorado você pesquisou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)?

Normélia: Sim. Exatamente, minha experiência foi com assistência integral à saúde da mulher e no Doutorado elaborei a tese intitulada *O programa de assistência integral à saúde da mulher: enfoque sistêmico da sua organização e desenvolvimento numa Unidade Básica de Saúde*, defendida em fevereiro 1994, na Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

No mestrado, apresentei em 1986, na mesma Instituição já referida, a Dissertação *Gravidez indesejada: fatores determinantes e motivos de sua não interrupção – gestantes presentes em dois ambulatórios de pré-natal*.

KGA: Você fez algum trabalho para ONGs, para os movimentos de mulheres?

Normélia: No período de 1990 a 1994, comecei a trabalhar com a ONG SOS Corpo – Recife, com a qual obtive toda uma formação na área de gênero.

Um marco importante foi o contato com a socióloga Eleonora Menicucci, Prof^a Dr^a da EPM que integrou mi-

nha banca de doutorado. Através dela, a minha introdução no SOS - Corpo se fez possível.

Ao me aposentar, em 1995, integrei, por concurso, o corpo docente da Escola de Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Enfermagem Obstétrica. Permaneci nesta IES por dois anos, desenvolvendo atividades docente-assistenciais no Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (CAISM), o que me proporcionou a aproximação com o Centro de Referência de Violência de Campinas. Neste momento, o CAISM já discutia o aborto legal e atendia mulheres com diagnóstico de fetos malformados, mas não era ainda um serviço estruturado.

Nesta época foi lançado o Edital para o Concurso da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA) para professor, no qual obtive aprovação, assumindo em 1997. As experiências anteriores me levaram a refletir sobre a situação da violência. Assim, nesta instituição coordenei o primeiro Projeto de Pesquisa sobre o tema que se intitulou "A mulher sob o signo da violência doméstica institucional nos programas de saúde", sob o financiamento da Fundação Ford, o qual integrava um projeto mais amplo coordenado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher (NEIM), Órgão Suplementar da UFBA e pela Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). De ampla extensão, o projeto sob minha responsabilidade se estendeu por dois anos - 1999 e 2000 -envolvendo as seguintes capitais: Salvador, Recife, Maceió e Aracajú.

KGA: Esse projeto, portanto, envolvia tanto a academia como a militância?

Normélia: Sim. No âmbito acadêmico, envolvia em Salvador, docentes da área de enfermagem em saúde da mulher, discentes do Mestrado da EEUFBA, da área de concentração Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher e bolsistas de enfermagem financiadas pela Fundação Ford. Esse projeto

deu origem à quatro Trabalhos de Conclusão do 1º Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica desta escola, coordenado pela Profª Drª Regina Lúcia Mendonça Lopes.

KGA: *Até então, a questão da violência não era tratada?*

Normélia: Não. Começou com a introdução de Oficinas de Sensibilização sobre o tema Violência contra a Mulher, na disciplina de Graduação Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher, ao tempo em que também envolviam as alunas do referido Curso de Especialização e as bolsistas do Projeto "A mulher sob o signo da violência doméstica institucional nos programas de saúde". O tema era desenvolvido tal como ocorre até hoje, através do método sociodramático moreniano, no qual tenho formação.

Regina: O tema da violência não tinha muita representatividade em termos acadêmicos, se considerarmos as grades curriculares dos Cursos de Graduação, das Especializações e do Mestrado em Enfermagem, embora, formalmente, a Profª Drª Clímene Laura de Camargo, em 1996, tenha defendido a Tese de Doutorado em Saúde Pública *Violência Familiar contra Crianças e Adolescentes - um Recorte Localizado*, na Universidade de São Paulo. Com sua experiência na área da violência contra a criança e o adolescente, veio a somar esforços ao grupo que trabalhava o tema em saúde da mulher.

Normélia: Ressalto que estudos foram sendo apresentados em eventos científicos locais, nacionais, e internacionais, bem como incrementou-se o interesse pela execução de projetos de extensão.

Dentre esses projetos, cabe destaque para o intitulado "Abordando a violência doméstica e institucional incidida sobre a mulher no espaço da saúde", desenvolvido em 1999, numa maternidade pública de médio porte (SSA). Esse projeto objetivava sensibilizar a equipe de saúde que atua no atendimento à mulher sobre os agravos da saúde decorrentes

da violência doméstica e institucional. Todas as enfermeiras passaram por um treinamento.

Creio oportuno dizer que a clientela era formada por auxiliares de enfermagem do serviço de pronto-atendimento e do centro-obstétrico. Com o projeto, nós percebemos o quanto as funcionárias sofrem violência, estão em situação de violência, e não compreendem o caminho da violência. Também percebemos que elas identificavam e atendiam a violência, mas não pensavam sobre esse assunto. Foi muito importante esse trabalho, pois, teve mulheres que foram atendidas na maternidade e que dias depois ligaram para o meu celular, dizendo: "Normélia, eu quero ir para delegacia". Uma delas deu parte e depois, quando a encontrei novamente, vi o quanto ela estava diferente da época das agressões, quando os olhos dela, que eram verdes, estavam cinzentos. Disse para ela: "Não estou te reconhecendo!". Os olhos dela estavam brilhando e eu perguntei: "O que aconteceu?". Ela afirmou que a vida dela era outra, graças ao curso... Até hoje ainda há mulheres que pedem que as oficinas sejam ofertadas. Foram oficinas muito pesadas. Pesadas mesmo, pois, elas começaram a perceber a violência contra a mulher. E começaram a identificar casos, dizendo: "Profª, tem uma mulher que está internada, porque ela apANHOU e está em trabalho de parto. Vai lá e dá uma olhada".

Esse trabalho teve seu resumo publicado nas Anais do IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado em Salvador, em 2000.

Também grupos de mulheres em situação de abortamento eram desenvolvidos no ambulatório da citada maternidade, com a participação de discentes do 2º Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e da Profª Mestre Solange Maria dos Anjos Gesteira, docente da EEUFBA na área da mulher e pesquisadora do GEM.

A participação da supra-citada professora, despertou-a para elaborar seu ante-projeto de pesquisa, que foi apresen-

tado na seleção do Curso de Doutorado em Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, tendo como problemática a situação das mulheres negras em abortamento e a violência institucional.

KGA: *No Mestrado em Enfermagem?*

Normélia: Como resultado do somatório de todas essas experiências até aqui relatadas, bem como da divulgação do tema no âmbito da Escola de Enfermagem, ocorreu o interesse de mestrandas em terem suas dissertações abordando tal problemática. Foram, então, seis alunas a desenvolverem as primeiras dissertações sobre violência, sendo três na área da mulher e três na área da criança.

Posteriormente, além de outras dissertações, foi oferecido pelo Curso uma disciplina, Tópicos Especiais em Violência e Saúde, sob a responsabilidade das Profas. Dras. Climene Laura de Camargo, Maria do Rosário de Menezes e eu, incluindo uma parte teórica e outra prática. A parte prática é desenvolvida através de oficinas, e tem um espaço garantido junto ao Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), ONG localizada na periferia de Salvador, criada em 1992, por iniciativa de mulheres da comunidade, motivadas pela questão da violência.

Regina: O nosso primeiro contato com o CMC foi através do GEM, por solicitação da ONG para que participássemos da 1ª Campanha Nacional de Prevenção de Câncer de Colo do Útero. Enquanto eu me responsabilizava pelos aspectos da Campanha, tendo a colaboração de discentes do Mestrado e da Graduação, Normélia junto com outras professoras do GEM e com alunos de graduação, formavam grupos e posteriormente aplicavam um instrumento, para as mulheres que faziam prevenção, estabelecendo relações entre o Exame de Papanicolau e a questão da violência. Tal experiência possi-

bilitou-nos o envio de trabalho que foi publicado na revista *Texto & Contexto Enfermagem*².

KGA: *Elas perceberam que a saúde é uma porta de entrada.*

Normélia: Sim, as alunas estão compreendendo melhor a situação das mulheres que chegam no hospital e se encontram em situação de violência.

KGA: *E nas disciplinas da graduação da enfermagem, vocês conseguiram inserir a questão da violência?*

Normélia: Sim. Introduzimos a questão mais recentemente na graduação, mas, a cada dia, precisamos melhorar. Mas, percebemos o crescente interesse e uma sensibilização por parte do alunado, que, inclusive, nas oficinas, coloca histórias pessoais e/ou familiares de violência.

KGA: *Trata-se de disciplina específica?*

Regina: É um enfoque quantitativamente pequeno, se for comparado ao conteúdo programático da Disciplina Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher, oferecida na Graduação. @s alun@s da graduação valorizam mais ainda esse aspecto, quando iniciam as atividades práticas. Talvez, por desconhecimento do processo grupal, no momento inicial da disciplina, o alunado acha que é simplesmente uma atividade teórica.

Normélia: Temos algumas dificuldades, pelo fato da enfermagem, como área de conhecimento, não contemplar nos currículos de graduação o trabalho grupal e a violência na perspectiva de gênero como prática pedagógica. Nesse sentido, tudo é novo para discentes e docentes. Sendo assim, a prática com mulheres com a temática violência torna-se defi-

² DINIZ, Normélia Maria Freire; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; ALMEIDA, Mariza Silva; ALVES, Sandra Lúcia Belo; MATOS, Márcia Edméia Costa de; COUTO, Telmara Menezes. Saúde da Mulher: violência intra-familiar e suas repercussões no auto-cuidado. In: *Revista Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, Vol. 8, n. 2, p. 436-439, maio/ago 1999.

ciente, como também o tempo que é disponibilizado para o tema, qual seja, apenas duas horas.

Tento superar essa deficiência na prática de enfermagem obstétrica, já que recebemos @s alun@a em pequenos grupos de 5 ou 6, o que nesse caso facilita trabalhar o tema. Refletimos sobre o que significa para as mulheres estar ali, o medo que elas sentem, como @s alun@s vêm essas mulheres, porque o momento do parto tem a sua singularidade. Mas, quem está ali? Aí, eu começo o trabalho. Identificamos se há violência, a dor pela morte, pelo abortamento, evitando julgar, para não reforçar a violência institucional já instalada.

Regina: A questão da violência não é só da mulher, é também d@s alun@s, porque no final passam por uma catarse e também se identificam com a situação.

KGA: *Li alguns trabalhos de Normélia a respeito do ponto de vista do homem.*

Normélia: Os trabalhos incluindo o masculino surgiram a partir de uma oficina realizada com homens por solicitação da coordenadora do CMC.

A solicitação inicial para trabalhos com os homens teve como tema as DSTs/HIV. Nas oficinas, eles falavam da violência conjugal, não só por parte do masculino, mas, também, relatando a participação das mulheres nos atos violentos, embora, reconhecessem que tal participação era em menor frequência. Eles destacavam a influência da violência na prevenção das DST/HIV e também da gravidez.

Nas oficinas com as mulheres, estas solicitavam para que conversássemos com os homens sobre a violência. Essa demanda levou a bolsista do então projeto integrado a pensar e elaborar o seu Projeto de Dissertação "*Violência Conjugal: representações masculinas*", defendida em 2001.³

³ ALVES, Sandra Lúcia Belo. *Violência conjugal: representações masculinas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal

Concomitante ao projeto acima foi desenvolvida uma pesquisa de iniciação científica, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia (PIBIC/UFBA), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (1999-2000). Teve como o objeto de estudo a violência conjugal, e esse estudo posteriormente foi publicado na Revista de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP)⁴.

Após este estudo, a aluna bolsista ingressou no mestrado, tendo como Projeto de Dissertação "*Violência Conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina*", defendida em 2003. Estes resultados despertaram uma maior preocupação e interesse das integrantes do CMC, em integrar trabalhos de intervenção, trazendo a participação dos homens da comunidade⁵.

KGA: *Todos os trabalhos eram mais relacionados à área de saúde. Mas foi feito algum na Delegacia da Mulher?*

Normélia: Sim. Na Delegacia Especial de Assistência à Mulher (DEAM) foi realizado um Projeto de Iniciação Científica, correlacionado violência e saúde da mulher, intitulado "*O ciclo da violência conjugal: mulheres na busca por atendimento na saúde e na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher*", 2002/2003, PIBIC/CNPq.

KGA: *Como se dá a relação do GEM com o crescimento do campo no plano acadêmico, aqui em Salvador e no Brasil?*

Normélia: O grupo de estudos ocupa uma posição de destaque na comunidade acadêmica local e regional decorrente

da Bahia.

⁴ DINIZ, Normélia Maria Freire; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; ALVES, Sandra Lúcia Belo; GOMES, Nadirlene Pereira. *Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 37, n. 2, p. 81-88, jun 2003.

⁵ GOMES, Nadirlene Pereira. *Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina*. 2002. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)

da sua atuação social, tanto no desenvolvimento de pesquisas na área de saúde da mulher, como em projetos assistenciais em serviços de saúde. As pesquisadoras têm se destacado participando de eventos científicos da área de saúde, em particular da enfermagem, e articulando mudanças no ensino, na pesquisa e na assistência. O Grupo desenvolve projetos integrados de pesquisa, articulado à outras IES, através da REDOR, rede que congrega núcleos interdisciplinares de pesquisas sobre a mulher destas regiões do país. A atuação das pesquisadoras não se limita ao Grupo, já que a atuação dele é marcante nos movimentos da sociedade civil que lutam em defesa dos direitos das mulheres, a exemplo do Conselho Municipal de Saúde, Comitê de Mortalidade Materna, Comitê de Aleitamento, Fórum de Combate à Violência e Fórum de Mulheres de Salvador.

KGA: Você tem atuado com a equipe de Maria de Fátima de Souza Santos, da Universidade Federal de Pernambuco?

Normélia: Sim. A Prof^a Dr^a Maria de Fátima de Souza Santos, psicóloga lotada no Departamento de Psicologia da UFPE, tem tido participação como membro de Bancas de Qualificação de Projetos de Mestrado, bem como de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da EE. Tal participação não tem se limitado à questão temática da violência, mas, também, às questões metodológicas da Teoria das Representações Sociais.

Com isso, também colaborou dando um curso sobre essa teoria, cuja clientela era formada por discentes do mestrado, mas que contou, também, com docentes da EE-UFBA e pessoas da comunidade.

KGA: Como você reconstituiria a história do campo de estudos da violência no Brasil? Quais os momentos e discussões que são marcantes nessa história, quais são as obras que você acha importantes?

Normélia: É inegável o papel dos movimentos organizados de mulheres e do movimento feminista na reconstituição histórica do tema da violência contra as mulheres. Mas gostaria de correlacionar o tema às questões de saúde e, na defesa dessa opção, cito o nome da Prof^a Dr^a Maria Cecília de Souza Minayo, que destacou, em 1990, violência e saúde na produção intelectual brasileira, não deixando de já apontar a violência como um sério problema de saúde pública.

A partir dos anos 90, ampliam-se as publicações de artigos científicos sobre violência na área da saúde, e um maior destaque do movimento social organizado, este último refletindo em mudanças nas políticas públicas.

Não vou destacar obras, mas, sim autoras que têm nos servido de referência, como: Simone de Beauvoir, Heleith Iara Bongiovani Saffioti, Miriam Pillar Grossi, Sandra Azeredo, Simone Diniz, Karen Mary Giffin, Eleonora Menicucci de Oliveira e Suely Ferreira Deslandes, dentre outras.

KGA: Há uma relação entre as teorias e as práticas, ou seja, aquilo que vocês aprendem nos grupos, retro-alimenta a pesquisa, não?

Normélia: Sem dúvida. Atualmente, na Dissertação de Mestrado *Violência sexual e quimioprofilaxia do HIV: percepção de mulheres*, defendida em 2004⁶, surge nos depoimentos a Teoria do Stress Pós-Traumático (TSPT), que se soma aos estudos sobre violência sexual e violência de gênero, na compreensão do fenômeno estudado. Já na análise do Projeto que resultou na Dissertação acima referida, foi a Prof^a Dr^a Maria de Fátima de Souza Santos que nos sugeriu a inclusão da TSPT. Dando continuidade a aplicação da TSPT, está sendo desenvolvida outra dissertação cujo enfoque recai sobre a queima-

– Universidade Federal da Bahia.

⁶ ALMEIDA, Lilian Conceição Guimarães de. *Violência sexual e quimioprofilaxia do HIV: percepção de mulheres*. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia.

dura em mulheres por violência conjugal. A frequência de queimaduras em mulheres tem nos chamado a atenção e este estudo teve como local de coleta um Serviço de Pronto-Atendimento, localizado em Salvador.

Os dados quantitativos sobre o referido estudo foram apresentados por bolsista PIBIC/Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado a Bahia (FAPESB) e tem como título *Queimaduras em mulheres violentadas no domicílio*.

Como vê, sempre que possível os projetos PIBIC são articulados as dissertações. .

KGA: *No início da entrevista, nós exploramos os possíveis efeitos da militância nos movimentos sociais sobre a produção acadêmica, você falou das experiências com o SOS Corpo e com o Calafate. Como é que vocês avaliam os efeitos da produção acadêmica no campo político e social? Você já falou um pouco sobre isso, mas poderia comentar um pouco mais?*

Normélia: Não acredito que seja possível desenvolver trabalhos acadêmicos e de pesquisa, sem a consideração das políticas públicas e, tampouco, sem o envolvimento com grupos sociais, a exemplo das Casas Abrigo e da Rede de Combate à Violência (SSA). Cabe destacar a necessidade de manutenção de convênios com a Secretaria do Estado da Bahia (SESAB).

Climene: Nós tivemos uma experiência de trabalho nas escolas públicas, bem como com militares, para discutir a questão da violência. Existe uma intenção política de treinamento desses policiais. Outro trabalho interessante foi com a rede estadual de ensino, com pais, professores e os próprios alunos, durante 4 anos.

KGA: *É um espaço do feminino, há mais professoras nas escolas do que professores. É um espaço de cuidado. Como vocês estão vendo o desenvolvimento atual do campo da violência contra a mulher? Os limites e as possibilidades desse campo? Nas pesquisas atuais vocês contemplam essa temática?*

Climene: Eu, particularmente, trabalho com violência contra crianças e adolescentes, tanto meninos quanto meninas, e percebo que a violência sexual ocorre muito mais com as meninas, mas também com os meninos. Há uma questão de violência de gênero.

Maria do Rosário: Apesar de todo movimento contra violência, eu vejo que essa situação é difícil, principalmente, para quem faz pesquisa de rua. Para chegar na violência contra o velho, tive que passar por quase todas as etapas, entender a violência em quase todas as gerações.

KGA: *Vocês identificam uma diferença de gênero?*

Maria do Rosário: Quando iniciei o trabalho com violência contra idosos, comecei a ver quem estava nas ruas. São crianças, adolescentes, mulheres adultas, idosas, porque o espaço da rua hoje é disputado por todos. As pessoas que vivem na rua convivem com a violência e o crime e são explorados entre eles mesmos, são estuprados, roubados... @s idosos e as crianças, segmentos mais vulneráveis, buscam espaços na rua para se esconder daqueles que tem mais força, inclusive daqueles que se envolvem com as drogas e vivem com medo da polícia também.

Atualmente, estou trabalhando com a população das ruas de Salvador. Já na minha Tese de Doutorado *Da violência revelada à violência silenciada: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra o idoso*, defendida em 2000, na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP, pesquisei a população de idosos de Ribeirão Preto, observando as relações entre as violências de rua, institucional e doméstica.

Regina: Eu atuo na área de prevenção do câncer, e lido não só com a violência física, mas com a violência institucional. Além disso, há as situações que envolvem a aceitação das camisinhas masculina e feminina, as DSTs/HIV, as endovaginites, que necessitam ser analisadas sob o ângulo das violências conjugal e de gênero.

KGA: Normélia, você gostaria de fazer mais algum comentário sobre o desenvolvimento atual do campo da violência contra a mulher?

Normélia: Vejo que os campos estudos, de pesquisas e de intervenção estão se expandindo, os dois primeiros com maior ênfase. Há muitos artigos, livros e estudos sobre a violência contra a mulher.

A área da saúde tem sua peculiaridade, porque é a que recebe primeiro o sujeito que sofre a violência, antes de qualquer outro lugar. No meu espaço comunitário dá para perceber isso. Já na área assistencial não percebo evolução, pois, não há a escuta e o acolhimento da pessoa e, sim, a prevalência do interesse dos profissionais nos aspectos clínicos e curativos.

KGA: Vocês continuam recebendo financiamento da Fundação Ford?

Normélia: O financiamento da Fundação Ford encerrou com a pesquisa. O financiamento atual é através de bolsas PIBIC e contempla apenas os discentes.

RUSSEL PARRY SCOTT

[Karla Galvão Adrião]¹

KGA: Iniciando esta entrevista, você poderia falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica, identificando o surgimento do seu interesse pelos temas violência e masculinidades e sua opção pela abordagem de gênero?

Parry Scott: Até então, não havia parado para pensar mais ou menos sistematicamente o quanto as questões de violência estão e estiveram presentes em minhas pesquisas e orientações. Esta entrevista me faz rever minha trajetória e enxergar a presença forte deste campo em toda ela.

Minha formação acadêmica foi na área de Línguas Modernas, Espanhol e Francês, na Hamilton College, no estado de New York. Em 1971, me formei e fui fazer mestrado na Universidade do Texas, em Estudos Latino-Americanos. Terminei em 1973, estudando Antropologia, Literatura Hispano-americana e Ciência Política. Em 1981, terminei o Doutorado em Antropologia, com uma tese sobre a relação entre organização familiar, migração e poder nos engenhos da Zona

¹ Essa entrevista foi realizada por Karla Galvão Adrião em três momentos: primeiro, na residência do entrevistado no bairro da Boa Vista em Recife, Pernambuco, no dia 20 de julho de 2004; segundo através de e-mail e terceiro no dia 12 de julho de 2005, no bairro de Sambaqui, em Florianópolis, Santa Catarina.

da Mata, tentando entender como o trabalho, as migrações e a vivência familiar do meio rural são influenciadas por diferentes sistemas de poder, o que me levou a trabalhar com a esfera doméstica desde o início das minhas pesquisas.

Ou seja, o que me interessou desde o começo de meus trabalhos foi a questão das relações inter geracionais familiares, não através da perspectiva dos estudos sobre a relação entre marido e mulher especificamente. Inclusive, no meu mestrado um dos meus trabalhos foi sobre as relações entre pais e filhos em Juan Rulfo, que é um autor de contos curtos, mexicano, muito conhecido. Eu vi uma frieza nessas relações, há alguma coisa que cria um ambiente muito hostil dentro dos contos dele. Era muito mais uma hostilidade feita de medo e contatos precários e problemáticos, do que uma violência aberta. Eu tentei mostrar como uma técnica narrativa de uma pessoa que escrevia sobre as relações familiares de uma forma que enfatizava a hostilidade podia trazer à tona as questões das relações domésticas e familiares. Então, há muito tempo que estudo relações entre pais e filhos e organização doméstica.

Realçando mais explicitamente como as minhas pesquisas sobre organização social me levaram a enfocar a esfera doméstica, sempre pensei o espaço doméstico como algo composto de uma articulação entre o público e o privado. Em primeiro lugar meus interesses giraram em torno da tentativa de entender vidas domésticas de trabalhadores rurais, o que me levou a empregar o conceito de Chayanov² sobre produção

² Economista que discutia economia agrária, na Rússia, no fim do século XIX e que tentava explicar porque havia oscilações nas relações camponesas, dado que os camponeses viviam de acordo com os ciclos domésticos, ou seja, se possuíam mais filhos, tinham mais terra e trabalhavam mais nela. Para esse autor, não se trata de discutir sobre acúmulo de terra, mas sobre a fadiga criada pelo trabalho. Ele trabalhava a noção de acesso a terra na Rússia, em uma lógica camponesa e não através da lógica de acúmulo da terra. Seus escritos começaram a ser lidos antes da revolução russa, na virada do século XIX para o XX, e foram relegados ao segundo plano após a revolução. Esse enfoque passa a fundamentar toda a teoria sobre campesinato, nos EUA, Indonésia e América Latina a partir dos anos sessenta.

doméstica, que engloba uma noção de uma família toda organizada na lógica familiar, com diferenças entre papéis masculinos e femininos bem definidos, mas não conflituosos. Assim, comecei a me interessar sobre produção doméstica através da lógica camponesa, e terminei enfatizando a noção de mais solidariedade intrafamiliar. Justamente o contrário do que aparece em estudos posteriores sobre violência, mas comecei a partir daí. Depois, tentando entender como se organizavam as famílias de trabalhadores rurais da forma como o campo etnográfico me mostrava, vi que elas eram famílias desfeitas com frequência. Havia mulheres que trabalhavam sozinhas em suas famílias, que precisavam migrar e ocupar espaços na periferia urbana, sendo expulsas dos engenhos num padrão de migração que já identificava algumas das formas da desigualdade visíveis entre homens e mulheres em espaços familiares em locais diferentes. Este trabalho ocupou a minha atenção nos anos setenta, e depois voltei com frequência a temas correlatos em outras produções acadêmicas e na definição das prioridades em ações e temas de pesquisas.

Então, voltando no tempo, eu percebo que já havia a discussão destes dados ao se tratar das famílias rurais, onde a violência contra mulheres estava presente. O foco central era as questões da produção familiar, mas a violência aparecia bastante. Eu percebia que os homens eram violentos e exerciam um forte controle sobre as mulheres e meninas nas suas casas. Isto me levou a produzir uma série de pesquisas sobretudo nos anos 80, permeada por uma comparação entre como as mulheres e os homens percebiam e formavam suas relações familiares, algo que descreverei mais detalhadamente abaixo.

Voltando à questão da minha formação acadêmica, quando concluí o doutorado, já tinha dado aulas como professor de espanhol e instrutor de antropologia, na Universidade do Texas, e vim fazer uma pesquisa em Pernambuco, na Zona da Mata, quando me foi oferecido um posto como professor

visitante na Universidade Federal de Pernambuco. Desde 1978 eu trabalho nessa Universidade tendo sido efetivado através de concurso em 1981. Temos um grupo de pesquisa que atualmente é chamado de FAGES - Família, Gênero e Sexualidade – e que em 1993 assumiu o nome de Família e Gênero, tendo começado em 1983 ou 1984 como Grupo “A Família no Nordeste”. Historicamente, tal iniciativa evoluiu dos estudos de família para os estudos de gênero, e, posteriormente, sexualidade. Atualmente reúne um total de 50 pesquisador@s incluindo orientand@s de nível de graduação e pós-graduação d@s divers@s professor@s que participam no grupo. Essa equipe inicialmente incluiu Heraldo Souto-Maior, Maria do Carmo Brandão, Sônia Barbosa e Cristina Figueiredo, agregando uns e substituindo outros, hoje incluindo Judith Hoffnagel, Conceição Lafayette, Lady Selma Albermaz, Rosineide Cordeiro, Roberta Uchoa, Marion Quadros, Mônica Franch, Márcia Longhi e Salete Cavalcanti.

Violência contra a mulher nunca foi efetivamente o que eu enfatizava, embora fosse um dos temas uma vez que estudávamos a família, tínhamos que lidar com ele. Eu percebia questões de violência contra a mulher em quase todas as pesquisas que fazia sobre a esfera doméstica das famílias pobres. As famílias pobres, seja no caso dos trabalhadores rurais, ou de moradores da periferia urbana, que comecei a estudar a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, sempre apresentavam vivências desta realidade.

Fui chamado para falar sobre violência doméstica nos anos 80, não lembro exatamente quando, pelo Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP),³ onde apresentei um traba-

³ O IMIP funciona também como hospital referência no direito à criança, título dado pela UNICEF. Neste hospital existem vários cursos de pós-graduação e residência médica nas especialidades referentes. A discussão à qual Parry Scott se refere foi organizada pelos médicos acadêmicos do estado, em parceria com a militância feminista.

lho, até hoje inédito, sobre as bases sociais da reciprocidade e da violência, usando as teorias de Marcel Mauss.

Não lembro em que ano exato, mas recordo bem que foi a primeira vez em que percebi que as pessoas me viam como alguém que trabalhava com violência doméstica. Tive a felicidade de dialogar com uma debatedora muito competente do Grupo de Mulheres do Cabo e de contar com uma presença notável de ativistas feministas na platéia. O estudo que apresentei tratava de um dos princípios básicos que norteariam a idéia de violência doméstica, discutia reciprocidade, apoio e pactos de reciprocidade pensando no Levi Strauss, no Mauss e nas noções que baseiam uma lógica doméstica que vem também das idéias de reciprocidade de Chayanov e de Marshall Sahlins, os quais partem da noção de família.

Em outra pesquisa sobre *Estratégias (femininas) de formação de grupos domésticos* lancei mão da literatura sobre a nova economia doméstica, corrente nos EUA na década de 70. Nesse período, eu estudava o que as mulheres decidiam fazer para formar uma casa, em três contextos diferentes: como moradoras urbanas, como trabalhadoras rurais morando na ponta da rua, e como camponesas – agricultoras familiares por definição. Juntei a isso outra pesquisa sobre fontes de renda e estratégias familiares. Com estas duas pesquisas é possível dizer que iniciei uma ênfase nos estudos de gênero, ou seja, passando a abordar algo mais do que família. Ou seja, estudei as relações familiares das mulheres que foram trabalhar naquilo que chamavam na comunidade de “ponta de rua”. Estas mulheres que moravam nas ruas tinham sido expulsas de suas casas. Não era permitido que elas morassem nos engenhos onde trabalhavam, isso tinha a ver com o preconceito contra mulheres que estavam separadas.

Nessa época, minha abordagem sobre a questão de gênero usava como inspiração parcial as discussões com uma colega minha de doutorado que era Marianne Schmink, atualmen-

te na Universidade da Flórida. Ela me instigava, fazíamos estudos sobre mulheres, ninguém falava sobre gênero ainda. E víamos que meu trabalho sobre o campesinato tinha muito a ver com aquilo que ela fazia, ao refletir sobre as mulheres, trabalhando inicialmente numa comunidade urbana e somente depois pesquisando o trabalho rural.

Em meus estudos, sempre tentava entender o que homens e mulheres faziam em casa. E cada vez mais cresciam trabalhos sobre mulheres e desigualdade. E, quem diria, que os estudos sobre economia doméstica seria um dos aspectos que me levaria a estudar as relações de gênero!? Novamente não era violência doméstica o foco dos meus estudos, era a questão da família trabalhadora, integrada ou não, que devia ser vista com interesse. Então aprendi que nunca devemos tratar a casa como apenas uma unidade, mas diferenciá-la por gênero e geração. Estas colocações estão presentes numa versão preliminar do livro intitulado *Sobrevivência e Fontes de Renda: Estratégias de famílias de baixa renda no Recife*, escrito em co-autoria com Roberto Motta, professor de antropologia da UFPE.⁴ Um dos elementos que imprimiram fortemente em mim como era polêmica a discussão sobre as relações de poder no âmbito da família, era a negociação sobre a versão final do nosso trabalho que trata muito mais suavemente do que eu trataria sozinho, esta divisão de poder entre homens e mulheres, e pais e filhos na organização das atividades econômicas da casa...

Na outra pesquisa sobre as estratégias femininas para formar uma casa, apareceram questões relacionadas ao controle das mulheres jovens pelos padrastos, pois estes controlavam o tempo e as atividades delas de uma forma que as incomodava muito. Inclusive as mães as obrigavam a trabalhar em demasia, a mando dele, investindo mais nas relações conjugais e

preterindo as relações com as filhas. Então elas decidiam sair de casa, e, também, muitas vezes, casar seguindo moldes românticos, achando que o casamento seria uma maravilha, de acordo com as linhas bem tradicionais de argumentação. Depois estas mulheres se separavam, pois os maridos não correspondiam ao modelo esperado do casamento romântico. Frustravam-se e casavam de novo, muitas vezes. Mas da segunda vez mudavam o que procuravam. Passavam a buscar um pai para os filhos, um companheiro. Queriam saber se os pretendentes prestavam ou não, se eram violentos, desempregados, etc. A idéia de um bom partido passava a se fundamentar em outros critérios. Então, elas levavam em conta a violência desde quando se preocupavam em proteger os filhos. Portanto, o segundo critério de escolha do marido não era mais romântico. Era ser um bom provedor, sério e trabalhador.

Toda esta temática está no meu texto sobre homens e matrifocalidade, onde incorporei os resultados de outra pesquisa paralela, que foi sobre as estratégias masculinas de formar famílias. A primeira pesquisa que fiz, sobre as mulheres, comparava o bairro Coelhos, situado na periferia de Recife, o bairro urbano Tiúma, de trabalhadores rurais da região metropolitana do Recife e trabalhadores rurais da cidade de Camocim, São Félix, no agreste pernambucano. As mulheres rurais eram totalmente controladas por homens, não conseguiam falar sobre as suas casas com as pesquisadoras. Comecei a repensar essa relação de mulheres camponesas que eram controladas, então a idéia de Chayanov não era mais tão ideal, não procedia tanto na realidade que eu estudava. As mulheres separadas das áreas rurais daquela época tinham que ir para a rua, não tinham acesso à terra. Não dava para elas trabalharem a terra. Elas iam para a rua e os homens diziam que elas gostavam da rua e do movimento, mas não era bem assim.

Isso me interessou e enviei o projeto de pesquisa sobre o homem e a matrifocalidade para a Fundação Carlos Cha-

⁴ SCOTT, R. Parry; MOTTA, Roberto (Orgs.) *Sobrevivência e Fontes de Renda: estratégias de famílias de baixa renda no Recife*. SUDENE/Mossangana, 1983.

gas. Esse projeto abordava as estratégias masculinas de formação de famílias, mas somente no caso das famílias urbanas. Encontrei nestes homens a busca do controle do espaço doméstico e da sexualidade das mulheres, algo próximo aos estudos sobre honra latina.

Então esse estudo foi ótimo porque comecei a ver diferenças nas estratégias de homens e de mulheres e comecei a procurar construir uma literatura sobre espaço doméstico e homens, pois não tinha quase nada disponível sobre esse assunto nos meados dos anos 80. Isso terminou me levando a continuar identificado como um adepto dos estudos de masculinidade, embora tal identificação não tenha sido consciente e explícita da minha parte. O homem não se pensa junto à casa, se pensa junto à rua. Além disso, estes homens não falavam sobre violência, falavam sobre controle. Em contrapartida, as mulheres falavam sobre violência. E eram histórias sobre os mesmos homens, do mesmo bairro.

Continuo pensando sobre a questão de violência através de vários outros meios, por exemplo, nos estudos sobre as questões de saúde dos moradores das cidades. Foi no livro *Saúde e Pobreza no Recife*⁵ que escrevi os primeiros artigos explicitamente sobre violência, saúde e camadas populares nos bairros do Recife – tanto como coordenador da pesquisa quanto como co-autor de um capítulo que aborda diretamente a questão de violência doméstica. Neste último recebi uma colaboração muito grande de Sônia Barbosa, professora da UFPE, na forma de dados e de algumas das interpretações, bem como de mais dois pesquisadores. Verificamos também os estudos de organizações como o SOS Criança, que trabalhou com a questão da violência contra crianças, denunciando as

⁵ SCOTT, R. Parry. *Saúde e Pobreza no Recife: Gênero, Gerações e Representações das Doenças no Bairro do Iburá*. Recife, Ed. da UFPE, 1996.

práticas de violação e acho que esta contribuição chamou a minha atenção para o problema.

Atualmente continuo analisando a questão nas minhas pesquisas sobre o Programa de Saúde da Família feitas com o apoio do CNPq, desde 1996, e mais recentemente desemboçando numa pesquisa feita para a Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Recife em 2003 e 2004 através de parceria estabelecida entre o FAGES, o Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP) e o SOS Corpo. Estes foram os momentos em que as questões de violência foram mais evidentes porque as instituições de saúde têm que lidar com os problemas enfrentados pelas mulheres que foram pesquisadas. Além disso, venho acompanhando há muito tempo equipes que atuam no campo da violência, como é o caso do Núcleo de Saúde Pública e do Programa de Saúde Coletiva de Pernambuco (PIPASC), através de Madge Porto, que trabalhou sobre violência doméstica e a incorporação do olhar de gênero nos gestores de programas de saúde numa pesquisa cujos resultados estão disponíveis nos Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz.⁶

KGA: Como as suas pesquisas se relacionam e dialogam com os estudos e ações de grupos feministas no Brasil?

Parry Scott: O nosso Núcleo de pesquisa se define como um grupo de orientação feminista, mas não unicamente, isso porque há pesquisador@s que não são feministas, mas muitas das nossas parcerias são estabelecidas com instituições que são feministas. Falo de ONGs como a GESTOS - Soropositividade, Comunicação & Gênero, SOS Corpo, Instituto Papai, e o Centro de Mulheres do Cabo. Assim, eu terminei sem-

⁶ PORTO, Madge; McCallum, Cecília; SCOTT, R. Parry; MORAIS, Heloísa M. Mendonça de. A saúde da mulher em situação de violência: representações e decisões de gestores/as municipais do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, V. 19, n. 2, p. 243-252, 2003.

pre acompanhando as pesquisas sobre o tema, orientando trabalhos, dialogando às vezes com orientand@s de outr@s professor@s que realizam estudos sobre a violência. Houve um estudo recente na área de Serviço Social, feito por Fernanda Marques, uma orientanda de Fátima Santos, professora do departamento de psicologia da UFPE, que analisou a violência doméstica. Fiz parte das bancas examinadoras, tanto do projeto quanto do trabalho final.

KGA: Parece haver uma articulação crescente entre as temáticas da violência, gênero e saúde em sua trajetória. Como você analisa essa articulação?

Parry Scott: Recuperando a história do meu interesse sobre violência, gênero e saúde, observo que me parece que este campo de estudos foi crescendo no Brasil, e para mim foram bastante importantes as influências dos trabalhos de outr@s autor@s ligad@s aquilo que eu andava fazendo. Quando estava realizando a pesquisa sobre as fontes de renda no Recife, verifiquei que a questão de saúde é fundamental para entender o que está acontecendo com o empobrecimento das famílias. Dentro disso, percebi que a violência contra as mulheres era um dos fatores que evidenciava a péssima qualidade de vida das populações mais pobres. Percebi isso através das falas das entrevistadas e dos questionários, embora não fossem dirigidos a essa questão, e depois nas leituras. Eu diria que Mariza Côrrea foi quem primeiro me chamou a atenção para esse aspecto, com a sua dissertação a respeito dos processos sobre violência na Justiça.⁷ Acredito que esses estudos feitos pelo pessoal da UNICAMP, bem como outros, realizados posteriormente tanto em ONGs quanto em insti-

⁷ CÔRREA, Mariza. "Os Atos e os Autos": representações jurídicas de papéis sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1975.

tuições de pesquisa acadêmica, foram importantes. Observamos hoje que o tema se expandiu e que não há universidade que não faça algum estudo sobre violência. Chamo a atenção também para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Essa questão está sendo vista também na Bahia, Piauí, Ceará, ou seja, essa é uma área que tem se expandido tanto que é impossível citar lugares sem omitir algum deles.

KGA: Como aparece a questão da violência na sua pesquisa sobre o Programa de Saúde Familiar (PSF), cujos dados você apresentou aqui em Florianópolis, no Congresso da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)?⁸

Parry Scott: Na pesquisa feita para a Prefeitura de Recife sobre as relações de gênero no PSF, vimos várias esferas de atuação e não temos dúvida de que a violência nas comunidades pobres tem sido um dos elementos mais importantes. Percebemos a fragilidade das redes de apoio às vítimas de violência e as dificuldades dos profissionais de saúde que agem junto aos casos de violência dado que eles sentem o problema ocasionado pela sua dupla responsabilidade com a comunidade - uma enquanto profissional outra enquanto pessoa tentando ver como agir.

Apareceram situações de violência em vários momentos. Uma delas era a violência contra crianças e adolescentes. A comunidade tinha meninos e meninas que se refugiavam nos postos de saúde, pois apanhavam muito dos pais, muito violentos. Como apóia-los, denunciá-los ou não, eram as perguntas dos agentes comunitários e dos profissionais de saúde. Esse era um problema muito grave porque se denunciassem não teriam a chance

⁸ III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, realizado entre 10 e 15 de julho de 2005, na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

do anonimato, pois todos achariam que eram eles que denunciavam ou incentivavam a denúncia. Então a cumplicidade com a comunidade (ou pelo menos uma parte mais perigosa dela) terminaria se perdendo dentro desse contexto.

Outra questão com a qual nos deparamos foi a da violência contra a mulher. Caminhando pelas ruas da comunidade os membros da equipe viram mulheres apanhando do marido. Numa ocasião onde se presenciou uma facada a agente comunitária comentou que não iria se envolver. A violência é vista como uma ocorrência interna aos grupos domésticos e se a pessoa é de fora tem que trabalhar com os códigos da comunidade que são de virar a cabeça quando a violência ocorre. Ou seja, em briga de marido, mulher, pai e filho, etc., não se mete a colher.

Ainda sobre esta mesma pesquisa, pensando nas redes de apoio, denunciar passa pela questão de ter ou não a confiança da comunidade. Então *o que fazer* é a questão. Se alguém denuncia uma pessoa, vai ser descoberto pelo agressor, e vai ter que mudar de bairro, provavelmente vai ganhar um inimigo mortal que é violento. Então esses problemas que ocorrem na comunidade terminam dificultando a efetividade do Programa de Saúde da Família. Os trabalhos das feministas sugerem que as mulheres criem redes de ajuda na comunidade. Logo, embora não tenha estudado diretamente a violência de gênero, há muita coisa relacionada com esse tema que trabalhei indiretamente.

Impressionado com a importância da formação destas redes de apoio, e vindo de uma experiência de colaboração com o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco que defende agricultores do Sertão de Pernambuco e da Bahia, elaborei um projeto para tentar atuar junto ao Conselho de Direitos Humanos de Petrolândia, cidade dessa região. Esta possibilidade foi estimulada a partir da experiência de uma oficina sobre violência doméstica, realizada junto aos índios pankararú

e de outra com os trabalhadores rurais. Especialmente nesta última, concluímos que era preciso documentar e trabalhar mais esta questão na região. Como atuar em Petrolândia, um município de tamanho médio para o interior, com 20 mil habitantes mais ou menos? Não é possível agir do mesmo modo como se atua nas regiões metropolitanas. Quando alguém vai construir uma casa abrigo todos irão saber, acaba-se o sigilo. Como fazer para trabalhar e proporcionar às mulheres do interior o acesso aos direitos?

Esse é um desafio que poucas têm coragem de enfrentar. Quase não existe quem se preocupe com a questão da violência contra a mulher no interior. Dada a força da ênfase na violência dos grandes centros urbanos, esta pesquisa e ação não receberam financiamento, e não conseguimos ir adiante com ela, mas ficou a semente de um trabalho potencial em andamento. O contraste com o que já se criou de conhecimento sobre violência de gênero me chamou muito a atenção porque violência doméstica parece ser tratada como uma questão da região urbana, onde coincidentemente, se localizam os melhores serviços e as sedes das ONGs que trabalham sobre isso. Quando vamos para o interior é difícil trabalhar com questões de direito. Então, que tipo de redes de apoio poderíamos montar em situações em que as pessoas se conhecem muito e sabem também muito sobre a situação uns dos outros? A alternativa é uma rede melhor organizada de serviços que atenda as pessoas que estão sendo vítimas de algum tipo de maltrato. É necessário montar uma rede que não se organize de forma a prestar proteção completa, mas que funcione como um apoio para redirecionar os tipos de relações que ocorrem nos domicílios e abrir terrenos de discussão. Esse pensamento não encontra ressonância nos estudos de acesso a direitos e violência, porque encontramos estudos em sua maioria, sobre as áreas urbanas. Repetindo, nestas há programas como delegacias da mulher, os abrigos

são boas alternativas, enquanto que nas áreas rurais isso não ocorre. Esta realidade do campo me deixa perturbado porque um assunto que é da ordem do privado, termina não permitindo que você se desprenda da questão limitante sobre como abordar a violência. Mais uma vez, as relações conjugais não podem ser questionadas por outrem. Então, criar redes de apoio que se organizem em áreas em que as pessoas se conhecem muito me parece realmente uma boa alternativa. Nas cidades há maior proteção devido ao maior número de pessoas e das possibilidades de anonimato. Tenho acompanhado estudos sobre abrigos por causa da colega Cristina Figueiredo, que trabalha nessa área, tem um disque denúncia para violência contra a mulher, em Olinda-PE e orientou um estudo jornalístico da minha filha Amanda, sobre o assunto. Outra tentativa de buscar colaboração para uma pesquisa e que também redundaria em ação foi a de montar um esquema no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco para atender as vítimas de violência doméstica de uma forma mais ampla, com apoio de diversas áreas. Essa foi uma tentativa junto ao Núcleo de Saúde Pública, com a administração do Hospital das Clínicas e do Hospital da Restauração. Esta iniciativa ainda não teve apoio e continua incipiente. Ou seja, estamos sempre trabalhando esta temática, seja através de pesquisa, seja militando no sentido de fortalecer o acesso aos direitos.

O tema da violência termina levantando um problema que é o de teorizar e ao mesmo tempo se sentir na condição de ter que fazer proposições a favor de vítimas de violência, pensando o direito como um dos elementos necessários nos estudos sobre violência contra a mulher. Refletindo sobre os meus estudos a respeito de violência, sinto-me militante. Penso em práticas junto ao trabalho com o NUSP e no bairro do Ibura, onde desenvolvemos ações de intervenção junto à comunidade com feiras de saúde e oficinas sobre gênero, violência e juventude.

KGA: Você considera que existem linhagens no campo da violência contra a mulher? Em caso afirmativo, como você se situa?

Parry Scott: Primeiramente não dá para negar a importância dos estudos de Heleieth Safiotti que são abertamente denunciadores do machismo, feitos numa linguagem muito forte e que tem influenciado as pesquisas sobre violência de todas as formas, com especial atenção para as Delegacias da Mulher. Esta é uma marca importante em toda a história do tema violência doméstica. Quem tem estudado esse tema toma como leitura obrigatória a obra dela. Além disso, temos o pessoal da Unicamp, começando com Mariza Corrêa e as pessoas que trabalham junto com ela, especialmente Maria Filomena Gregori. E em Santa Catarina, na UFSC, com Miriam Grossi e com Theóphilos Rifiotis, continuam os estudos. Então vemos que há uma tradição de pesquisa em vários lugares que precisa sempre ser bem seguida. Eu encontro também pessoas que pesquisam essas questões no Rio Grande do Norte e aqui mesmo no Recife temos a equipe do SOS Corpo, e o Coletivo Mulher Vida que sempre tem a violência como uma das áreas principais de estudos.

Podemos ampliar muito mais o leque, porque tem ainda o grupo de César Barreira no Ceará. Também destaco as pesquisas sobre violência dos estudiosos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, Alba Zalar; de Gilberto Velho, do Museu Nacional e de Luiz Eduardo Soares da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E é interessante que os estudos sobre violência às vezes terminam ofuscando a violência doméstica, colocando a violência urbana pública como merecedora de mais atenção. Eu acho que é importante juntar os dois. A maior parte dos pesquisadores tem plena consciência dessa questão, mas na hora de realizar as pesquisas é difícil terminar não dando prioridade a um lado ou outro. Isso muitas vezes resulta numa diminuição da importância das questões da violência doméstica nos trabalhos que vem sendo feitos.

Além disto, há um discurso recorrente sobre a relação entre morbidade e mortalidade. Ou seja, o que se enfatiza e tem visibilidade é a discussão sobre os altos índices de mortalidade masculina e jovem, por causas externas. Do outro lado estão as mulheres que morrem muito menos e que apresentam muito mais morbidade. Então o que se comenta é que as mulheres não morrem tanto, apenas apanham. Esse tipo de discurso termina diminuindo a importância do problema da violência contra a mulher, já que estas têm muito mais ferimentos que mortes, quando são comparadas aos homens. Estes discursos sobre violência enfatizam a mortalidade mais que a morbidade, então se fortalecem em torno dos estudos sobre homens sem levar em conta que as relações domésticas produzem estas situações.

Um fato importante a ser relatado é o trabalho realizado pelo grupo Família e Sociedade da ANPOCS. Sou fundador deste grupo e acredito que nele as questões sobre violência doméstica sempre estiveram presentes, mesmo que não fossem realçadas. O grupo convidou Lia Fukui, Cristina Bruschini, Mariza Corrêa, Maria Lygia Quartim de Moraes e Elizabete Bilac como organizadoras durante pelo menos dois anos cada uma. Sentia-me super identificado com esse GT, estas coisas se passaram no início dos anos 80, o grupo foi fundado por Reginaldo Prandi, Heraldo Souto Maior, Eva Blay e eu dentre outras pessoas. Três homens e uma ou duas mulheres formaram o GT. Heraldo Souto Maior gostava de estudar família, mas brincava muito com a noção de gênero e sua real importância enquanto categoria. Então, quando nosso grupo passou a se chamar Família, Gênero e Sociedade, ele resolveu se ausentar e deixou de participar das reuniões. Já para mim, o acréscimo da noção de gênero trazia enriquecimento às nossas reflexões, um novo alento aos nossos estudos. Eu trabalhava com demografia, com as relações e processos familiares, na família e na sociedade nordestina e fui percebendo que a dis-

cussão ia cada vez mais para as questões de gênero e considerava que este rumo só vinha a acrescentar qualidade às discussões. A temática da violência aparecia eventualmente em muitos trabalhos, mesmo que o foco fosse outro. Efetivamente esse tema nunca se ausentou. Quanto às referências internacionais, por não ser uma pessoa que estuda principalmente essa questão, não teria indicações específicas a enfatizar.

KGA: Como você analisa as relações entre a militância e os avanços observados no campo de estudos sobre violência contra a mulher?

Parry Scott: Acredito que a militância é uma área absolutamente fundamental para incentivar a realização desse trabalho. Sem a militância, acho que o campo não teria ido pra frente. Ao mesmo tempo avalio que a militância às vezes leva à dificuldade de enxergar sobre determinadas questões, sobre o que está ocorrendo nas relações e as contradições das relações, devido ao fato de insistir muito numa espécie de ênfase maior na liberdade individual e menor sobre a solidariedade familiar. Às vezes é difícil entender os dilemas que aparecem quando surge uma situação concreta de violência e, portanto, se apresenta a questão do como lidar com ela. Ao mesmo tempo acho que as próprias redes que têm sido montadas pelas pessoas relacionadas não apenas à violência, mas à própria administração pública, como a construção de abrigos, etc., tem mostrado que há, sim, uma sensibilidade muito grande com as suas implicações e ramificações sociais, com o modo de olhar para esta questão, há elementos que são entendidos em profundidade especialmente quando precisam ser tratados através de intervenções diretas. Conseguir montar esquemas que no meio de um problema muito delicado ainda proporcionam proteção para pessoas que a merecem é uma ação humana louvável, e contribui para uma compreensão mais plena do problema. Sei que ao falar sobre violência doméstica, tenho uma tendência a pensar na violência de homens contra mulheres e levo mais tem-

po para lembrar que existem as relações entre pais e filhos, mães e filhos. O que também é esquisito porque foi justamente uma determinada questão, a frieza entre pais e filhos, que me interessou desde o mestrado. Mas, observo que tais relações têm recebido muito menos atenção do que as relações entre homens e mulheres, evidentemente porque o feminismo tem levado adiante o debate, destacando esse aspecto, porque há uma ênfase na desigualdade feminina/masculina, e secundariamente nas gerações.

KGA: De que modo a violência doméstica tem se manifestado no contexto pernambucano e no contexto de suas pesquisas atuais?

Parry Scott: Através da equipe da Casa de Passagem, uma ONG de Pernambuco, podemos perceber uma situação que é designada de "pedagogia da violência" (Cristina Vasconcelos trabalha essa questão), ou seja, observamos que algumas mulheres são extremamente violentas na sua forma de ensinar aos filhos, seguindo uma noção que é patriarcal sobre como tratá-los. Elas reproduzem muito uma noção que não reforça a criação de relações solidárias e enfatiza a necessidade de alguma violência na relação com os filhos. Atualmente, desenvolvemos dois projetos sobre saúde reprodutiva com apoio do CNPq e da Fundação Ford: "*Reprodução, sexualidade e Programas de Saúde*", e "*Enfrentando diferenças de gênero*", realizados com três grupos diferentes: um grupo de indígenas, um de agricultores e um na periferia urbana, realizando grupos focais e oficinas. A violência entra fortemente como um elemento importante, sendo necessário entender a forma específica para lidar com ela em cada contexto. Ela é reforçada pelos contextos sociais, fazendo com que apareça de forma diferente de grupo para grupo, de modo tal que reforça certos laços das relações e enfraquece outros.

A violência generalizada nas áreas urbanas é uma violência à qual o Estado tem dado grande importância. Ou seja, aparece a violência de classe e de geração e é reforçada também a vio-

lência de gênero. No caso dos agricultores reassentados, ocorrem situações de conflito entre as esposas e seus maridos, percebendo-se que o poder e o mando estão nas mãos deles ainda. No caso indígena onde há uma forte linhagem, não se fala, não se pensa muito em violência, mas também há uma forte rede de proteção dos grupos que fazem parte dessa associação. O resultado é que se nega a questão da violência, dado o reforço à solidariedade étnica através da qual se desenvolvem formas rituais de expressar a violência inerente nas relações. Mesmo assim, há problemas de maus tratos e de estupros em todos os três lugares. Além disso, respeitando as particularidades de cada grupo, enfrenta-se a mesma questão: a quem recorrer quando o ciclo da violência se instala. Não se tem efetivamente, em nenhum local, um apoio eficaz às pessoas que são vítimas da violência e isso termina entrando nas discussões que fazemos com os grupos que representam as mulheres.

Antes de finalizar, lembrei de mais duas pesquisas que realizei onde a presença da violência era uma questão de fundo muito importante. Uma delas, feita em equipe, foi sobre mulheres não alfabetizadas da cidade do Recife, encomendada pela Coordenadoria da Mulher, e realizada entre 2002 e 2004. Estudando situações em que as mulheres não conseguiram se alfabetizar, encontramos histórias permeadas por violência e maus tratos. Estas mulheres foram submetidas em suas vidas a um imenso controle paterno, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais de onde algumas se originaram. Grande parte delas passava do mando dos pais para o dos maridos, que usavam da força física para construir as relações domésticas. Morar sozinha, virar chefe da sua própria casa virou uma opção que não reflete apenas a tão badalada maior longevidade feminina. Também reflete uma avaliação acumulada sobre a violência contida nas relações de gênero vivenciadas ao longo da existência. Estas conclusões seguiram de perto as preocupações de um estu-

do estimulado pelo GT "*Mulheres Chefes de Domicílio*" por mim coordenado no âmbito da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

A outra pesquisa que lembrei, foi feita na década de 80, juntamente com o professor Roberto Faustino da UFPE e mais tarde foi publicada no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Refletimos sobre o atendimento psiquiátrico de mulheres de classes populares. Encontramos que estas se sentiam duplamente condenadas, presas por um duplo vínculo. Por um lado, por precisarem trabalhar fora e, assim, tornarem-se mulheres suspeitas de traição a seus maridos, já que conquistavam o espaço da rua e não podiam exercer da mesma maneira seus afazeres domésticos. E por outro, se não buscassem trabalho fora de casa, sentiam-se culpadas por não tentarem aumentar a renda familiar. Tal situação as levava a terem doenças de nervos (diagnosticadas costumeiramente como esquizofrenia), e procurarem os serviços psiquiátricos. Ou seja, encontramos formas de violência de gênero que se instalavam nas relações e se manifestavam em índices de morbidade, de saúde mental.

KGA: Finalizando, quais são os aspectos que você considera que são pouco explorados nos estudos sobre violência contra a mulher?

Parry Scott: De certa forma já falei dos pontos que acho mais problemáticos nos estudos e de quais são pouco explorados. Ainda continuo pensando que a própria questão da violência contra crianças é muito pouco explorada, é muito difícil de pesquisar. Penso também que, no caso da violência fora das áreas metropolitanas, o próprio meio social não favorece uma atuação mais coerente. Acredito que a interiorização da violência mereceria mais estudos. Alguns têm mostrado que tem aumentado a violência nas áreas do interior do país. Pergunto: até que ponto isso tem a ver com o despertar da consciência sobre o tema e até que ponto isso reflete o fato de que a violência precisa ser vista em geral?

É preciso dar continuidade a questões relativas à apresentação de problemas de saúde mental e física; à construção de redes de apoios; à formação de redes de reciprocidade; às estratégias de formação de grupos domésticos; à inserção de formas específicas de violência em diferentes contextos sociais; às percepções masculinas e femininas diferenciadas, e ainda aos trabalhos de oficinas e diálogo com a população. Todos esses aspectos merecem continuar a ser investigados. Tenho a convicção que basicamente a questão de violência não deve ser isolada de uma compreensão da vivência cotidiana e que ela está sujeita à variedade das percepções e ações dos muitos atores nela envolvidos.



SILVIA RAMOS E BÁRBARA MUSUMECI SOARES

[Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker]¹



JC: Silvia, gostaríamos de saber primeiramente sobre sua trajetória acadêmica.

Silvia Ramos: Fiz a graduação nos anos 70 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em psicologia. Depois fiz o mestrado em psicologia clínica, na mesma instituição, defendendo uma dissertação com um forte viés sociológico, intitulada “*A psicologia sobe o morro: psicólogos trabalhando em favelas do Rio de Janeiro*”. Esse era o período do primeiro governo Brizola, surgia a palavra comunidade, a favela era valorizada e havia uma explosão de trabalhos sociais. Isto me levou a fazer o doutorado em ciência política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Fiz o doutorado, mas não defendi a tese nesta ocasião. Estou defendendo a tese agora na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Durante esse período, entre 1985 e 1990, interrompi minha trajetória acadêmica e tive uma militância intensa no campo da AIDS. Fui fundadora da Associação Brasileira Interdisci-

¹ Entrevista realizada por Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker no dia 26 de julho de 2004 nas dependências do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

plinar de AIDS (ABIA), juntamente com Betinho, Herbert Daniel, Walter Almeida e um time da primeira hora da AIDS no Brasil. A experiência na ABIA com projetos-piloto voltados para grupos específicos influenciou a minha perspectiva e me aproximou da temática da violência. Em 1993, coordenei a realização de um seminário internacional, no Rio de Janeiro, intitulado "Mídia e violência", como assessora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).² Nessa ocasião conheci Luiz Eduardo Soares, que liderava o Núcleo de Violência no Instituto Superior de Estudos de Religião (ISER). O núcleo reunia, entre outros pesquisadores, Bárbara Musumeci Soares, Leonarda Musumeci, João Trajano Sento-Sé, José Rodrigues, Patrick Larvie e Jaqueline Muniz. Em 1998, fui convidada por Luiz Eduardo para compor a equipe que elaborou o programa de governo sobre violência, segurança e cidadania para a campanha eleitoral. Esse programa seria implementado em parte no governo Anthony Garotinho no Rio de Janeiro. Esta equipe foi a matriz da Sub-Secretaria de Segurança e Cidadania que existiu entre janeiro de 1999 e março de 2000 quando o governador Garotinho demitiu Luiz Eduardo e toda a equipe pediu demissão. Na Secretaria de Segurança, tínhamos formado a Sub-Secretaria de Pesquisa e Cidadania que implantou projetos pilotos e inéditos na história da segurança pública, envolvendo diretamente a sociedade civil. Eu coordenei o desenvolvimento dos programas com minorias – ou seja, com grupos vulneráveis às violências específicas e permanentes: homossexuais, negros, crianças e adolescentes, idosos - e também na área de meio ambiente. Quando saímos da Secretaria quase toda a equipe veio para a Universidade Candido Mendes, a convite do reitor. Assim foi criado o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), em abril de 2000, um centro de pes-

² Veja RAMOS, Sílvia (Org.). *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

quisa e de estudos ligado à essa universidade, mas que tem um forte compromisso com pesquisas aplicadas, ou seja, capazes de informar políticas públicas.

JC: Bárbara, você poderia também sintetizar sua trajetória acadêmica?

Bárbara Musumeci Soares: Fiz a graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), em ciências sociais. Depois realizei o mestrado em antropologia e pretendia trabalhar com mitologia indígena, mas, por uma série de razões, acabei fazendo uma tese sobre homeopatia. Na época, eu dava aulas no Instituto de Medicina Social da UERJ e trabalhava em uma pesquisa sobre esse tema, coordenada pelas professoras Madel Luz e Andréa Loyola. Me desviei, então, da etnologia e fui me concentrar nesse trabalho na área de saúde. Me voltei para a antropologia da saúde. Depois fui fazer o doutorado no IUPERJ, já com essa nova perspectiva. Eu tinha participado de uma pesquisa, coordenada por Sérgio Carrara, sobre a sífilis e comecei a ler muitos documentos históricos sobre alcoolismo, degeneração, sífilis, etc. Foi quando entrei para o doutorado e surgiu a idéia de fazer a tese sobre o alcoolismo, que comecei a desenvolver. Eu estava com 70% da tese pronta. Defendi o projeto, fiz o teste de qualificação e fui para os EUA, pensando em escrever a tese enquanto estivesse por lá. Só que tive um bloqueio e pensei: não vou mais fazer tese nenhuma. Eu não conseguia avançar e estava muito desanimada, até que conheci por acaso e li, vorazmente, um livro sobre crimes sexuais, que meu então marido me trouxe de presente. Além desse fato, eu queria aprender inglês, que mal falava. Para isso, resolvi ser voluntária e tive que passar por um curso para a formação de voluntários que queriam trabalhar no abrigo para vítimas de violência doméstica, em Charlottesville, na Virgínia, EUA. Por conta disto não consegui mais parar de ler coisas sobre violência contra a mulher. Estava fascinada com o trabalho no abrigo e tive aquele

estalo, assim de repente: é por aqui que tenho que ir! É aqui que alguma coisa que me mobiliza. A literatura sobre alcoolismo é muito pesada, sobretudo norte-americana. Eu não conseguia atravessá-la. Sobre esse tema, já tinha pensado o que eu queria pensar, já tinha dito o que queria dizer.

Em relação à violência contra a mulher, já tinha vivido uma experiência, justamente quando Silvia estava na FAPERJ e solicitou para o núcleo de pesquisa do ISER, onde eu trabalhava na época, um projeto que envolvia vários temas e, entre eles, o das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres, que na época (1993), no Rio de Janeiro, eram apenas seis. E, junto com a Jaqueline Muniz, fiz esta pesquisa, digamos assim, em tempo recorde. Em um mês, virando noites fizemos o trabalho de campo, um levantamento amostral de todos os RO's (registros de ocorrência, também conhecidos como BO's) de todas as delegacias, levantamos e tabulamos os dados, processamos, escrevemos, e fizemos o relatório. Foi um investimento rápido em uma área na qual eu não tinha nenhuma experiência anterior. Já existiam ONGs no início dos anos 90 que focalizavam o problema, mas ninguém tinha se debruçado sobre os registros de ocorrência. Até então, as informações disponíveis eram muito genéricas. E aquele trabalho foi um primeiro esforço de tentar analisá-los, realizando os primeiros cruzamentos básicos dos dados, para saber quem bate em quem, qual é a ligação da violência com o álcool e com as drogas, onde e quando ocorriam as agressões. Foi também uma oportunidade para fazer uma crítica do próprio RO, que como fonte de informação era muito precária. Mas quando fui trabalhar no abrigo e comecei ler um pouco sobre o tema, voltou o interesse pelo assunto, achei que tinha um campo interessante e percebi que existia uma vinculação muito grande entre o alcoolismo e a violência doméstica. Não porque as mulheres apanham de bêbados, mas sobretudo porque percebi nos EUA, que o lugar que o alcoolismo teve no

início do século XX estava representado pelos movimentos contra a violência no final desse mesmo século. O sentido social desses fenômenos e a maneira de tratá-los tinha muitas semelhanças. Eu percebi que existia uma vinculação entre as duas problemáticas. Tanto que a tese preservou tudo o que de interessante já estava feito na antiga tese sobre o alcoolismo. No final, a tese abordou a forma como a sociedade brasileira e a americana enfrentaram pelo menos até 95, quando fiz a pesquisa, este problema da violência contra a mulher, da violência doméstica – em que a própria definição do problema era alvo de debates, com perspectivas diferentes, de sociólogos, de feministas. Era este, em parte, o mapeamento que estava querendo fazer.

Depois quando fui para os Estados Unidos em 1995, Sérgio Carrara (antropólogo, professor do Instituto de Medicina Social da UERJ, atualmente coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) continuou a pesquisa, porque até então tínhamos verificado apenas os dados provenientes dos Registros de Ocorrência das delegacias. Sérgio continuou com a equipe dele, acompanhando o que acontecia a partir dali: como os registros eram distribuídos para as centrais de inquéritos e quais eram os encaminhamentos dados por essas centrais. Ele trabalhou com os arzoados dos juizes e dos promotores que definiam para onde os processos deveriam ir e concluiu que na maior parte das vezes, eram arquivados com o velho argumento de que o casal já se restabelecera e que o mais importante era a harmonia familiar. Ele analisa estes discursos.³

O trabalho que foi origem de tudo é o de Mariza Corrêa,⁴ que

³ CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana B.R. e ENNE, A L. Crimes de Bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, Mariza (Org.) *Gênero e Cidadania*. 1ª. edição., Campinas: Pagu; Unicamp, 2002. P. 71-106.

⁴ CORRÊA, Mariza. *“Os Atos e os Autos”*: representações jurídicas de papéis sexuais. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1975.

estudou os processos de homicídio e evidenciou toda esse *gap* que ficou, entre o momento do registro e a distribuição para a justiça. A justiça aceitando, recusando, a delegacia arquivando, então isto foi o que se tentou explorar.

SB: Como vocês vêem a relação entre militância e academia? Me refiro à militância lato sensu, seja no movimento feminista, seja em outros movimentos sociais.

Bárbara Musemeci Soares: Eu não tenho nenhuma experiência de militância em movimento de mulheres, nunca fui de movimento feminista e considero que este é o meu trunfo de alguma forma, porque estou trabalhando com um tema que é típico do movimento feminista, tendo um distanciamento que me permite ver algumas coisas que acho que os movimentos não conseguem ver. Estou num lugar no qual tenho algumas liberdades que aquelas estão engajadas no movimento não podem ter. Então, avalio que isto cria um diálogo, e ao mesmo tempo algumas tensões, com uma grande riqueza porque com todo o reconhecimento da produção que advém da militância feminista tem algumas diferenças que enriquecem o campo. Então, o que eu chamaria de militância é o trabalho que tivemos na Secretaria de Segurança. Que é muito próximo de uma militância...

JC: Como é que foi esta sua experiência?

Bárbara Musemeci Soares: Na nossa primeira experiência, na Secretaria de Segurança, em 1999, foi a primeira vez em que se trouxe para a Segurança Pública alguns temas que eram completamente estrangeiros ali. A idéia de que os movimentos de mulheres, o movimento negro, fossem chamados para a Secretaria para pensar, coletivamente, uma política de segurança era nova.

Trazer para o interior da Secretaria de Segurança a preocupação com estes temas já foi uma primeira revolução ali dentro! Porque a partir de um certo momento, se pensou a vio-

lência contra a mulher no âmbito da saúde. De outro lado, pensava-se na criminalização, na denúncia, na punição. Mas nunca se refletiu sobre a violência doméstica como um tema de Segurança Pública, no sentido de que há muito o que se fazer desse ponto de vista. Que muita coisa pode e deve ser feita pelas polícias – civil e militar -, que têm um papel importante a desempenhar, da mesma forma que a justiça e a sociedade civil que também têm seu papel no enfrentamento da violência contra a mulher. Então o trabalho foi esse: tentar implantar uma política de segurança, visando a prevenção e a redução da violência. Pensávamos o tema gênero não somente da perspectiva da mulher vítima, mas também da mulher presa, da mulher policial, da relação da mulher com o homem, da mulher que bate e que mata, do homem que apanha, do homem que bate.

Não é uma agenda do feminismo, tanto que estamos concluindo uma pesquisa agora sobre mulheres policiais e uma de nossas percepções é que o movimento feminista foi muito atento para criminalizar a violência contra a mulher, mas deixou de lado temas muito importantes, como o papel da mulher nos órgãos de segurança. As delegacias da mulher aparecem no mesmo momento em que as mulheres entram para a PM. Elas passam por uma trajetória muito complicada e isso tem impactos para dentro e para fora da polícia. Se não tem, deveria ter, porque a presença feminina nas PMs contém um potencial de mudança e o movimento feminista nunca se apropriou deste tema. Então é a isso que me refiro, quando falo em estar em um lugar de onde posso ver algumas coisas, pois estou fora da agenda definida pelo feminismo. Tanto que, por exemplo, agora acabou a Conferência da Mulher e eu tive a tristeza de ver que uma das definições na área da violência foi endurecer as penas contra os agressores. A conferência é um processo democrático, muito legal. Mas é pena ver todo o esforço de conferências municipais, estaduais e, finalmente, a conferên-

cia nacional, para chegar a uma conclusão de 30 anos atrás.
SB: Me parece às vezes que há uma ausência de compreensão destes discursos, tanto por parte daqueles agentes que estão no Poder Executivo [dos policiais e das policiais], quanto pelos diversos operadores jurídicos que temos no Judiciário. Por vezes, a sensação que me traz a militância, seja o movimento gay e lésbico, seja o movimento feminista é essa, que ficamos emperradas, e talvez por isto se retroceda quando se pensa num aumento das penas. Quer dizer, mal se pensa na efetiva compreensão daquele discurso, qual é mesmo a forma como ele opera, qual é a sua lógica de atuação. Talvez seja preciso pensar nas policiais, nas presas, naquelas mulheres que estão por detrás das grades e não apenas naquelas que são vítimas. Considero que o trabalho que vocês desenvolvem aqui é muito um trazer à tona, é um outro lado que não se pensa. Não basta se refletir sobre a reformulação da pena de estupro, de atentado violento ao pudor, por exemplo, se não se pensa em outras articulações que acho que o movimento não dá conta.

Bárbara Musemeci Soares: Também quando falamos de movimento, estamos falando de muitas coisas, não? Porque a elite do movimento agora está com um projeto, elaborado por seis ou sete organizações, que fizeram um consórcio propondo uma lei de violência contra a mulher. Uma lei específica. O projeto tem avanços muito grandes. Ao mesmo tempo, o movimento é esse: o Brasil inteiro. Aquelas mulheres todas se organizando e se organizando, mas longe desta discussão. Observo que falta uma ponte entre a elite que vai para as conferências, para os congressos, que é a que tem acesso aos financiamentos, que está lendo, pensando, discutindo, e a massa das mulheres que quer participar dos movimentos, mas que não tem acesso a esta discussão.

JC: Vocês não acham que o movimento feminista ainda considera a mulher como vítima nesta relação?

Bárbara Musemeci Soares: Eu acho que boa parte sim.

Silvia Ramos: Acho que isto é uma característica dos movimentos, discuto um pouco esse assunto no artigo que escrevi a pedido do Núcleo de vocês na UFSC.⁵ Ou seja, a idéia de que se cria uma identidade ao redor da noção de vítima, de quem sofre mais... O movimento homossexual por muito tempo manteve o discurso "as dez razões pelas quais os homossexuais são mais vítimas do que todas as vítimas". Esse movimento, se não tomar cuidado, vai perder o bonde para o mercado. Por que se alguém é homossexual e não é a vítima das vítimas, pode não se sentir representado pelo "movimento". Se uma determinada pessoa é o homossexual das boates, das Paradas GLBTs, do orgulho, da afirmação, então pode não se identificar com aquela figura da vítima indefesa. Avalio que isto foi muito forte entre as mulheres em torno dos anos 70, e que de certa forma fez a formação do movimento de mulheres no Brasil. Acho que isto é uma característica no movimento de mulheres, por que não é só na área da violência, na área da saúde também, a mulher é vista como vítima. No caso do movimento negro também, quando você considera o discurso militante sobre a anemia falciforme, de novo há uma insistência na idéia da vitimização e não na idéia de afirmação que é um conceito que chega com mais força nos anos 90, e, de certa, forma, com um certo atraso em relação a uma boa parcela da comunidade militante.

Bárbara Musemeci Soares: Na relação entre duas mulheres se você admite a violência, você está desvitimizando a mulher de alguma forma. Então para preservar o ícone da mulher vítima, é preciso não ver algumas coisas como, por exemplo, a capacidade da mulher de ser agressora, de ser amea-

⁵ RAMOS, Silvia. Violência e Homossexualidade no Brasil: as Políticas Públicas e o Movimento Social. In: GROSSI, Miriam et alii (Orgs.) *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

çadora. Mas observo que agora tudo isto caminha junto, como você estava falando: tem o orgulho, tem a vitimização que é um pouco envergonhada, tanto que quando você dialoga com uma feminista tipicamente defensora desta idéia, ela vai dizer, "nós estamos falando de empoderamento", tudo isto para superar a vitimização. Mas estas coisas vêm ao mesmo tempo, por exemplo, aqui no Rio, na Conferência Estadual foi proibida a entrada de homens. Foi proibida literalmente, não podia ter homens. Isso revela um sentido de preservação do gueto. Sempre tem aquele dilema: quero atingir a sociedade, mas no que abro as comportas, perco um pouco o controle da minha visão que me define enquanto grupo. Então se fecha de novo. Acho que fica o tempo todo esta tensão.

JC: Vocês também não percebem que as ONGs estão cada vez mais se compartimentalizando? São as ONGs de mulheres lésbicas, de mulheres negras, de gays, etc.

Silvia Ramos: Exatamente. Chegou-se agora ao GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Ou seja, a "sopa de letrinhas" da qual fala Regina Facchini.⁶ Ela trata da formação destas identidades hiper especializadas, que surgem e se multiplicam no movimento homossexual. Acho que o surgimento do movimento de mulheres negras nos anos 90, auxiliou a oxigenar o movimento de mulheres e o feminista mudando a história desses movimentos, porque incluiu no debate os aspectos não só de cor, mas de classe social, valorizando a mulher negra, pobre, favelada, as religiosidades afro-brasileiras e tudo mais. O movimento de mulheres negras também mudou profundamente o movimento negro apontando o machismo como um dos seus traços marcantes. Ou seja, mexeu sociologicamente com identidades que já esta-

⁶ Facchini, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

vam cristalizadas nos dois movimentos, abordando questões de raça e classe e no movimento de mulheres e questões de gênero no movimento negro.

Outro aspecto é o que Sônia Alvarez chama de "onguização" do feminismo,⁷ Temos uma elite no movimento de mulheres altamente especializada, globalizada e profissionalizada naqueles temas de interesse do movimento, que frequenta conferências internacionais; e depois tem as mulheres da base, às vezes muito separadas do pensamento dessas lideranças que pertencem a ONGs muito sofisticadas. Na minha opinião, esse processo de "onguização" também se dá de certa forma no movimento homossexual e, em menor escala, no movimento negro. E tal processo, se por um lado fortalece, cria canais de diálogos poderosos, por outro lado pode ser muito perigoso para a trajetória dos movimentos sociais, porque eles se descolam da realidade e das prioridades dos que estão na base.

JC: Apenas mais recentemente é que o movimento de mulheres começou a dialogar com o movimento lésbico, estabelecendo uma relação ainda muito tensa.

SB: no XIV Encontro Nacional Feminista foi muito interessante observar essa tensão.

Silvia Ramos: Isso é um mistério: por que o movimento de mulheres com uma presença tão expressiva de mulheres lésbicas? Não vou fazer a análise freudiana clássica, dizendo que o movimento denegou, mas é impressionante a escassez do debate sobre orientação sexual no movimento de mulheres.

SB: Quais foram ou qual foi o projeto piloto que mais marcou sua trajetória, nas duas gestões de governo, do Garotinho e

⁷ Álvarez, Sonia. A "globalização" dos feminismos Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2000.

depois da Benedita.

Bárbara Musemeci Soares: No governo Benedita criamos a primeira Subsecretaria de Segurança da Mulher. Foi o único momento em que existiu isto, pelo menos no Rio de Janeiro, que eu saiba, nunca tinha havido esta chance, mas depois do governo Benedita tal iniciativa foi extinta. Aquilo que mais me marcou positivamente acho que foi o projeto do Instituto Médico Legal (IML) que era um piloto como tudo, porque tínhamos apenas nove meses de exercício, então não dava para elaborar projetos a longo prazo. Tínhamos que experimentar e fazer pilotos.

JC: Vocês foram convidadas, tinham uma estrutura, toda uma equipe?

Bárbara Musemeci Soares: Da segunda vez, na gestão da Benedita eu tinha uma equipe bem maior do que da primeira vez, quando éramos apenas quatro pessoas. Havia uma equipe que foi construída a duras penas. Aquelas loucuras de começo de governo. Demorou dois meses para montar uma equipe, com bolsista daqui, estagiário dali. Mas nós fizemos uma boa equipe, tinha o programa dos homens, que nós chamamos de "Homens de bem", que visava a parceria com os Juizados Especiais, para que os autores de violência fossem encaminhados para grupos de reflexão. Chegamos a realizar a qualificação de uma equipe de profissionais, que está rendendo frutos até hoje. Há profissionais nas centrais de penas alternativas em São Gonçalo, trabalhando com isso. No momento atuo como consultora num projeto em Resende e lá também tem profissionais que foram qualificadas por nós naquela época. Mas para mim o que seria a menina dos olhos foi o IML, porque ali a idéia era sair do inferno. O IML era indescritível. Na inauguração mostrávamos as fotos de como era e de como tinha ficado. Era uma salinha de 2 por 3, o espaço era suficiente apenas para uma cama ginecológica e uma pessoa em pé. Não havia nem como ter acompanhante,

porque não tinha como entrar. Uma sala sem janela, com as paredes todas infiltradas, verdes, descascadas. A aparelhagem era de última qualidade, toda enferrujada, só para resumir, a lâmpada ginecológica era um ferro com uma lâmpada destas comuns assim, caindo, pendurada.

Você imagina chegar num local como esse e encontrar um médico que é chamado de outros setores, pois não havia médicos treinados para isto. Era um cenário de horrores. Conseguimos doações dali, apoio daqui, e "invadimos" uma sala do IML no 3º andar. Invadimos, porque o IML fazia de tudo para boicotar o projeto. Primeiro nós treinamos as equipes dos médicos legistas, a diretora não queria, colocava empecilhos e mais empecilhos e, finalmente, cedeu aquela sala. O cenário era dantesco: uma sala imensa, os arquivos todos enferrujados, cheios de processos e de laudos caindo pelo chão, amarrados com barbantes, tudo apodrecendo. Diziam que não era possível remover, não havia quem pudesse tirar. Ligamos para o quartel general pedindo não sei quantos soldados. Chegaram lá fizeram uma faxina e tiraram. Nós íamos fazendo, ela colocava empecilhos e nós resolvíamos.

Conseguimos apoio do Grupo Executivo da Delegacia Legal que fez uma pequena obra. Aquela masmorra foi substituída por duas salas enormes, claras, com grandes janelas, todas pintadas. Conseguimos uma doação de equipamento de primeira geração, e montamos o espaço. A Secretaria de Saúde fez uma parceria conosco e foi possível integrar psicólogas e estagiárias do serviço social. Não tínhamos a pretensão de fazer um centro de atendimento, mas sim um centro de acolhida, mas, quando as mulheres chegavam, ao invés de encontrarem um funcionário qualquer, eram recebidas por uma psicóloga. Imagina o que é estar saindo de um estupro! Então aquilo para mim fazia uma tremenda diferença. No dia da inauguração, lembro que a cidade tinha sido tomada pela bandidagem. Tudo fechou. Por causa disso, a inauguração

foi super precária, super complicada e quase ninguém pôde vir, foi uma cerimônia feita com, no máximo, vinte pessoas. Era para ser um grande evento, com a presença da governadora e outras autoridades. Mas teve uma coisa que me mobilizou demais, porque a mãe de uma menina que tinha sido estuprada chegou lá e chorou, dizendo que a filha não havia dado queixa do estupro porque ela não teve coragem de vir ao IML, nas condições em que se fazia o atendimento. Ela ficou tão comovida que doou dois quadros lindos que devem estar lá na parede até hoje.

SB: E você Silvia, qual foi o projeto piloto que mais chamou a sua atenção?

Silvia Ramos: O projeto piloto do qual eu participei e que mais me marcou foi a criação do Disque Defesa Homossexual (DDH).⁸ Embora o projeto não tivesse a ver diretamente com violência de gênero, vários aspectos de alguma forma se relacionavam com a temática de gênero: primeiro, foi aí que eu despertei para a ausência de articulação entre movimento negro, movimento de mulheres e movimento homossexual no que se refere à violência. Posteriormente, essa idéia foi o fio condutor do Seminário "Sexualidade, violência e justiça". Uma das coisas importantes da experiência de criação do DDH, na Secretaria de Segurança Pública, em 1999, em parceria com entidades do movimento homossexual, foi descobrir como esse movimento estava não só despreparado, mas de certa forma também alheio à idéia

⁸ O DDH consistiu na criação de uma equipe de voluntários de entidades do movimento homossexual que faziam atendimento telefônico, através de uma linha exclusiva - que foi divulgada em bares, boates e ONGs - na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Os voluntários atendiam as vítimas de homofobia. Nos primeiros seis meses, esse Programa atendeu 500 homossexuais que ligaram pedindo ajuda da polícia e foi desestruturado após março de 2000. Veja RAMOS, Silvia. *Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa*. Rio de Janeiro: ISER, 2001.

de lidar com os temas de violência interativa que diariamente chegavam aos atendentes do DDH.

O movimento homossexual tinha se fixado na imagem de violência homossexual clássica, o gay assassinado pelo *michê*, ou o travesti espancado, crimes de ódio e homofobia praticada por pessoas desconhecidas ou em relações com fins lucrativos. Quando foram abertos os telefones, a torneira abriu e despejou que um terço, ou seja, mais de 30% das violências eram puramente interativas, se davam entre pais e filhos, ex-companheiros, parceiros homens e parceiras mulheres, havendo muitos casos de violência conjugal entre lésbicas. Além de muitos conflitos em torno da casa, e da vizinhança. A estrutura nuclear conjugal urbana clássica é muito predominante na classe média, mas quando você vai para a Baixada Fluminense e para as áreas mais pobres, as relações misturam vizinhos, parentes distantes, a mãe que não é a mãe, o pai que não é o pai. Então a surpresa: nunca ninguém tinha lidado com isto, porque a violência homossexual era por definição a violência dos dossiês do Luiz Mott: os crimes bárbaros contra homossexuais, vítimas de homicídios, assassinatos, crimes de ódio. Logo, aquelas informações caíram no colo, não só da Secretaria de Segurança e do nosso programa, mas do movimento homossexual, porque o projeto consistia na presença desse movimento dentro da Secretaria de Segurança para fazer a primeira triagem das vítimas de violência.

O que se viu é que não só o voluntário que atendia ao telefone estava despreparado para isto, mas também as entidades estavam despreparadas para dar continuidade ao atendimento. Ou seja, havia toda a idéia de rede que o movimento feminista já tinha desenvolvido ao longo dos anos 80 inteiros e de parte dos anos 90 - nós estamos falando de um projeto realizado em 1999 -, há quase duas décadas aí, e o movimento homossexual agia como se estivesse começando do zero. Quando o movimento de mulheres começou com a experiên-

cia das Deams, percebeu que tinha que mobilizar estas redes de apoio. Não é que fizesse isso espetacularmente, mas percebeu a sua missão, de mobilizar advogadas, médicas e dentistas do movimento de mulheres, além de religiosas, psicólogas, agentes jurídicos, etc.

O movimento homossexual estava totalmente despreparado para enfrentar tal situação, é quase como se surgisse uma perplexidade: "mas isto não é nosso problema; o nosso problema é de homofobia, e não de violência entre as pessoas..." Então, aquele menino que ligava todo dia dizendo: "o meu companheiro vai me matar" ou a moça dizendo que o ex-marido ameaçava tirar os filhos, causava perplexidade. Esse movimento não apenas desconhecia a literatura criada pelo movimento feminista, mas havia um desconhecimento das "representações" da violência. Até hoje há grupos gays que rejeitam essas representações. Como se dissessem: esses problemas de gays nervosos, desequilibrados, das lésbicas desordeiras, não são nossos. Travestis são um outro problema. As pesquisas de vitimização que realizamos depois indicam que cerca de 15% dos homens homossexuais são vítimas de violência física. Na média, quando se considera as mulheres homossexuais, apenas 3% são vítimas de violência física. Mas 40% dos travestis são vítimas da mesma violência! E, na verdade, os travestis estão fora deste movimento homossexual. Então, existe esta contradição. Não é só a falta de canais de comunicação do movimento homossexual com o movimento de mulheres: a representação tem um poder monumental. Ela impede respostas.

Bárbara Musumeci Soares: Não sei se vocês estão investigando, se alguém está estudando como é que o movimento de mulheres se estruturou mantendo uma certa independência em relação ao Estado, mas cumprindo o lugar do Estado. Esta relação é sempre muito problemática, tensa e ao mesmo tempo cheia de coisas interessantes.

Silvia Ramos: Tensa e desigual, por um lado, mas por outro lado ela é muito criativa. O movimento encontra mil soluções. No caso das experiências de programas de violência contra a mulher e políticas públicas, pensando em projetos pilotos, a coisa que me chama a atenção é a relação entre políticas públicas e sociedade civil. São arranjos que produzem atendimentos de mulheres vítimas de violências, em centros de apoio, de orientação, que se organizam ligados às delegacias da mulher e aos juizados especiais. No movimento de mulheres, há uma contradição atualmente entre uma presença super precoce do tema da violência e uma relativa omissão. Esse movimento teve no Brasil uma trajetória totalmente diferente da América Latina, uma trajetória afirmativa dizendo, já no início dos anos 80: "nós queremos políticas públicas na área de segurança" e criou as Delegacias da Mulher. Como disse Bárbara, as mulheres "primeiro foram à luta", propondo, exigindo uma coisa que hoje, nessa década deste século, ainda seria revolucionário, imagine nos anos 70! Conquistaram um espaço dentro das políticas de segurança, no fim da ditadura militar, surpreendentemente vencerem a barreira das negociações e relações com a polícia, exigiram delegacia de polícia da mulher e conseguiram. As delegacias foram implantadas, isso foi um milagre, surpreendente para o caso brasileiro, e depois elas foram abandonadas. Há pouquíssimas avaliações de fundo, raras pesquisas e há pouco monitoramento e cobrança. Também é surpreendente como o movimento de mulheres tem uma trajetória, uma opinião formada sobre violência e sobre políticas de segurança para mulheres, e não tem nada formulado sobre políticas de segurança em geral. Embora, a violência letal seja 95% masculina e 5% feminina, é como se tal movimento que é da sociedade civil organizada, não tivesse nada a falar sobre as políticas públicas de segurança, sobre violência. O Brasil está

se “desmilingüindo” em termos de indicadores de segurança e o movimento de mulheres se recusa a discutir outros assuntos que não seja violência contra a mulher. Não utiliza toda a sua experiência, sua trajetória para exigir políticas de segurança eficazes e civilizadas.

Na verdade, acho que são dois enigmas: como é que as mulheres deixaram o que conquistaram, essas delegacias da mulher sem nenhum indicador de eficiência, sem estudos de satisfação, ao léu. O segundo enigma: por que não criaram, por exemplo, uma política de orgulho da mulher policial! Qualquer movimento teria criado um prêmio, uma vez por ano, para eleger uma delegada, uma policial, há mil mecanismos para fazer isto. Eleger uma policial, dar prêmios, premiar a delegacia mais bonitinha, a mais eficiente, a que atendeu melhor... O movimento abandonou estas mulheres policiais e não sei se, inclusive, não as vê como inimigas. Isso é enigmático.

Bárbara Musemeci Soares: Avalio que aconteceram muitas coisas para as delegacias terem perdido toda a carga, todo o impacto que tiveram no início. As delegacias esperavam que as vítimas se preocupassem com a violência do modo como o movimento de mulheres desejava, e não foi isso que aconteceu. A idéia era de fazer projetos questionando por que as mulheres estão sofrendo violência, era prender os maridos que estão batendo, só que não era isso que as mulheres queriam, 90% das mulheres que chegam nas delegacias querem outra coisa. Então abriram um canal, para receber uma demanda reprimida, que não era aquela imaginada. Penso que isto causou uma enorme decepção não percebida, tanto pelo movimento quanto pelas policiais. Aquilo que eu mais ouvi ao longo destes anos, quando atuava na Secretaria era: “mas as mulheres vêm aqui dão queixa e depois retiram!”. A dedução era clara: se elas fazem isso, é porque gostam.

SB: Será que a lei 9.099 de 1995 dos juizados de tornar estas

lesões corporais que são mais leves em crimes de pequeno porte, não acaba convergindo para isso que você está falando?

Bárbara Musemeci Soares: De certa forma sim, porque no Juizado abriu-se a possibilidade da mulher dizer o que quer, coisa que na delegacia não existia. Ela tinha que dizer aquilo que as feministas imaginavam e que os policiais desejavam, então as policiais ficavam frustradas. No período em que eu estava na Secretaria e fiz vários treinamentos, dizia para as policiais o seguinte: “a mulher não se comporta como você quer; se ela chega, faz a queixa, retira a queixa, você tem que resolver este problema, isto é o que caracteriza a violência doméstica”. “Você não quer que ela se comporte como alguém que foi assaltada, você não pode querer isto, a dinâmica da violência é esta: leva anos para que se instaure uma situação de violência e depois o processo de sair da situação de violência é também demorado, é um processo de ensaio e erro. Logo, por que você vai exigir que esta mulher se comporte da forma idealizada, tal como foi planejado?”.

JC: É quase uma imposição de valores. As mulheres estão falando de um determinado lugar, da classe popular, que interpreta a sua situação de outra maneira, então elas vêm à delegacia como um lugar para solucionar os seus problemas.

Bárbara Musemeci Soares: Pois é, mas não da forma como a delegacia se propôs. Não quer dizer que a delegacia tenha que se adaptar à demanda da mulher. A demanda muitas vezes é: “doutor, dá um susto nele”. Isso seria ilegal, mas não pode ficar dizendo: “tá vendo? Ela vem pedir a coisa errada, então o problema é dela”. Considero que isto é devolver o problema, é não conseguir escutar para ver como se pode dar resposta a este problema, ou de que forma, se o meu objetivo é ajudar as mulheres a sair desta situação de violência, eu posso ouvir esta demanda e tentar transformá-la em solu-

ção. Não posso esperar que esta mulher chegue na delegacia, desejando se separar do marido e botar o marido na cadeia. Eu tenho que ser capaz de escutar o desejo dela. Então considero que isto criou uma surdez entre as pessoas que estavam interagindo ali. Acho que o trabalho de Maria Filomena Gregori⁹ é muito interessante porque ela procura trabalhar a demanda, a expectativa, a situação, o discurso em que a demanda está inscrita.

JC: E o Estado, alguém oferece um local, uma casa abrigo, por exemplo, existe uma estrutura aqui no Rio de Janeiro?

Bárbara Musemeci Soares: Você tinha perguntado qual era o piloto de maior impacto positivo, respondi que é o IML e o negativo é exatamente este, porque quando nós fomos em 1999 para o governo, na posse da presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), Garotinho falou em público: “vou fazer o abrigo, estou me comprometendo com Bárbara, que vamos fazer uma casa abrigo”. Começamos entre março e abril de 1999 e até hoje esta casa não está pronta. Mas conseguimos o dinheiro do Banco Interamericano do Desenvolvimento para construir uma na Baixada. Foi uma guerra, mas nós conseguimos, foram meses e meses para conseguir um terreno, para legalizar, para efetivar as doações, as transferências de títulos. Conseguimos também em São Gonçalo, havia então dois abrigos muito bem encaminhados. Um com verba já destinada para a construção e o outro com terreno e também com a verba que seria do próprio Governo, da própria Delegacia Legal porque o projeto foi embutido no programa da Delegacia Legal.

Saímos do governo, mas achamos que seria importante que a pessoa que me assessorava – Marisa Gasparry-continuasse tra-

balhando nesta área. Politicamente seria muito ruim se ela saísse. Embora o movimento da equipe fosse de demissão coletiva, nós avaliamos que alguém teria que levar aquela tarefa adiante, não importava mais qual era o governo, o projeto já estava “nas bocas” e as mulheres que estavam ameaçadas não podiam depender de injunções políticas. Ela ficou dois anos trabalhando e quase conseguiu concluir. A casa-abrigo de S. Gonçalo estava 70% pronta e aí veio o governo Benedita e eu voltei para a Secretaria. Pensei: agora vamos finalmente terminar esta casa! Mas não teve jeito. São aquelas coisas da máquina do Estado, aquele elefante branco que deixa todo mundo louco. Primeiro porque você pensa que tem poder, e não tem poder nenhum. Segundo, porque existem redes de corrupção que estão ali embaixo e impedem as obras de andar para frente. Essa é uma coisa infernal. Mas por quê é que não sai? Nos perguntávamos. E as respostas da burocracia estatal eram: porque não sei o que, falta um telefonema para não sei quem. Sabe quando tem uma muralha e você não consegue saber ao certo o que está acontecendo? Fui conversar com a governadora: “Bené, você se elegeu com o slogan de mulher, negra, favelada e a gente vai dar um tiro no pé! Estamos com o projeto quase pronto! Será o primeiro abrigo do Estado. Desse jeito, a Rosinha é que vai inaugurar!” Mas, nada. O governo acabou e nunca se falou nada, nunca se deu o menor valor para o abrigo. Quando acabou o governo foi inaugurado um projeto que teve um custo semelhante, embora tivessem afirmado que não havia recursos, quando se tratava do abrigo. Então você vê que não é falta de verba, é uma falta de visão e de percepção de que aquilo é muito importante, até politicamente. Mesmo que fosse pelos piores motivos, mesmo que fosse apenas para faturar politicamente. Nem isso! Foi uma enorme frustração. E até hoje não saiu, porque ninguém dá valor para aqui-

⁹ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

lo. A premissa é: as mulheres se arreentem! Elas são poucas e a violência doméstica não causa medo coletivo, não gera manchete de jornal, não mobiliza.

Então eu senti uma frustração brutal, por ver que nem ali carregando piano não consegui. Eram reuniões e reuniões, com secretário de segurança, secretário de administração, secretário de fazenda. Nós dizíamos: está acabando! Está quase pronto! E era um projeto lindo, lindo. Fizemos uma planta do abrigo, todo para dentro com pátio interno, com jardim interno.

A idéia era a seguinte: não podíamos criar uma coisa de luxo porque tinha que ser algo próximo da realidade das pessoas que iriam freqüentá-lo. Mas era necessário proporcionar um mínimo de privacidade, porque quando a mulher agredida sai de casa não pode ser jogada numa instituição, não queremos institucionalizar as mulheres. Para cada dois quartos havia um banheiro, e as crianças podiam ficar soltas. Tínhamos previsto salas para oficinas, cursos, tudo planejado no desenho. Havia espaço para deficientes físicas. Tudo pensado de uma forma muito delicada, considerando as necessidades individuais, evitando ser irrealista, mas ao mesmo tempo criando um ambiente que fosse seguro e confortável. Também planejamos para que fosse bonito, porque existe sempre essa idéia de que você vai depositar mulheres e o importante é a segurança. Queríamos criar um espaço visualmente agradável, no qual as pessoas se sentissem bem.

Quando fui visitar a obra, tempos depois, tive vontade de chorar. O mato crescendo por todo lado, parte do material que havia sido largado por lá já tinha sido roubado, nas paredes se viam inscrições do Comando Vermelho, uma tristeza. E só faltava a rede elétrica, a rede hidráulica, o teto e o acabamento, para que fosse concluído! Isso dá uma dor no peito, porque a demanda existe desde os anos 70, essa é uma demanda do movimento de mulheres que elas não tinham ainda conseguido realizar. Eu pensei: é agora a

chance que temos, a possibilidade de batalhar juntas para viabilizar a idéia. Já tínhamos definido toda a equipe que seria necessária, e o projeto de funcionamento do abrigo estava pronto também! Já tínhamos recebido os currículos de várias pessoas para montar a equipe e quando acabasse o treinamento, que deveria coincidir com o fim das obras, começaríamos o trabalho. Não teve jeito, isto foi uma frustração muito grande.

JC: Falando em parcerias, o governo não foi uma boa parceria para os movimentos de mulheres? Quem são os principais parceiros do CESeC, em termos de movimentos sociais?

Bárbara Musumeci Soares: Quando estávamos dentro do governo, privilegiamos as parcerias fora do governo, assim como Sílvia, por exemplo, construiu projetos junto com o movimento negro e com o movimento homossexual. Logo no começo do primeiro ano ela apresentou projetos para os movimentos. Convidamos todo mundo, fizemos várias reuniões com os movimentos de mulheres, apresentamos as idéias e projetos, para ouvir críticas e ouvir sugestões. Criamos uma rede de parceiros, no primeiro governo. Quando saímos do governo, tínhamos acabado de montar uma rede com 150 profissionais e instituições. E mesmo de pessoas de fora dos movimentos de mulheres. Criamos uma equipe com várias voluntárias, para gerenciar esta rede, mas daí, tudo acabou. Agora é claro que sabíamos que era tudo precário, não dá para fazer um trabalho estatal com voluntárias, é possível até considerá-los como apoio, mas não dá para depender apenas delas, mas, era assim que estávamos construindo as coisas. Na base da parceria e de criar o fato para depois consolidá-lo. Essa era a idéia. Eram essas as condições de possibilidade.

SB: E quais são as pesquisas que você está fazendo agora?

Bárbara Musemeci Soares: Quando entrei para a Secretaria, abandonei um pouco todo o meu vínculo acadêmico e comecei então a fazer esta espécie de militância. Mas também já estava bastante cansada de trabalhar com esse tema. Comecei a pensar um pouco mais e fiquei com uma visão um pouco mais refinada do problema. Quando lidamos com a polícia, com voluntários, com vítimas, temos que abrir mão das relativizações e ficar naquela coisa bruta. Temos que dizer para a polícia que a mulher é vítima mesmo, não tem jeito, porque nesse caso, estamos muitas vezes diante de uma pessoa que pensa que a mulher apanha porque é safada, ou porque gosta. Temos que radicalizar. Então, a situação vai nos obrigando a dizer a mesma coisa 1500 vezes. Aqueles treinamentos foram me dando um esgotamento.

A vinda para o CESeC teve também um outro aspecto interessante, porque vi a necessidade de sair deste mundo de mulheres apanhando e homens batendo, e pensar mais em outras áreas em que o tema gênero, no âmbito da segurança, poderia ter importância. Um exemplo é a pesquisa que fiz com a Iara Ilgenfritz, sobre as mulheres encarceradas no Rio de Janeiro¹⁰. É claro que a gente acaba voltando para as situações de violência. A coisa que mais nos chocou foi ver que 95% das presas do Estado tinham sofrido violência antes da prisão, na infância, no casamento ou nas mãos da polícia. 74% haviam sido vítimas de violência conjugal. O que se percebe é que a violência doméstica vai se desdobrando. Isso não quer dizer que uma mulher vai presa por que apanhou, mas significa que a prisão é mais um elo numa cadeia das violências. Logo, você começa a ver que as instituições vão favorecendo essa linguagem da violência. É isso que me fez apostar em mecanismos que fossem de transformação, e não

¹⁰ SOARES, Bárbara e ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

apenas de punição dos autores de violência doméstica. Essa, aliás, é uma das diferenças que eu tenho em relação ao movimento de mulheres, porque sentia que a linguagem do feminismo, nesta área, estava muito presa à própria violência. Continuava a fazer parte desse universo.

Quando fomos estudar as presas e também quando acompanhei os grupos de mulheres vítimas percebi que tem uma linguagem que é a do ódio, do rancor, da vingança, que aprisiona a pessoa no processo de violência. Senti, então, que mensagens do tipo "denuncie", ou "quem cala consente" acabam reproduzindo a mesma linguagem. Por isso, fizemos uma parceria com o Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais (NOOS), preocupada com o que fazer com estes homens autores de violência, para eles pararem de bater e ameaçar suas parceiras. Sabia, de antemão, que não adiantava colocá-los na cadeia porque outros homens nascem e se formam na mesma sociedade que produz uma associação entre masculinidade e violência. A preocupação era: como romper com isto, como frear esse padrão? Depois desta, fiz uma outra pesquisa, junto com Leonarda Musumeci, que é minha irmã, sobre as mulheres policiais. Durou um ano e meio e nós acabamos de terminá-la. No momento, estamos planejando um seminário junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ligada ao Ministério da Justiça, com o propósito de apresentar os resultados para mulheres policiais de todos os estados brasileiros. Será um workshop, no qual apresentaremos também sugestões, que serão discutidas com as policiais.¹¹ Através dessa parceria com a SENASP, enviamos um questionário padrão para todas as polícias. Queríamos conhecer o perfil dos policiais e das policiais militares: onde estão as

¹¹ O seminário foi realizado em novembro de 2004.

mulheres e o que elas estão fazendo, quantas são, quais as patentes, etc. Mas queríamos também induzir as polícias a produzirem dados com o recorte de gênero, o que pouquíssimas fazem. Vinte e três estados responderam à pesquisa. Há anos as mulheres estão na PM e até hoje não foi elaborado nenhum instrumento para medir o que está acontecendo, porque simplesmente as planilhas não incorporam a diferença de sexo. Não há informações sobre cor, idade, patente, escolaridade, por exemplo, desagregadas por sexo. Parece que os policiais nunca pensaram que para poder monitorar a experiência de incorporação do contingente feminino, precisavam acumular e sistematizar dados sobre estas mulheres. Alguns estados nos mandaram o questionário completo. Outros enviaram incompleto, o Rio de Janeiro, por exemplo, é um horror, não tinha nada praticamente. Ainda assim deu para elaborar um perfil nacional e, ao mesmo tempo, fizemos, com o apoio da FORD, três estudos de caso - no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Entrevistamos homens e mulheres e criamos grupos focais, já no contexto de um trabalho qualitativo.

SB: Somente com polícia militar ou também civil?

Bárbara Musemeci Soares: Só militar. Porque são dinâmicas muito diferentes e não tínhamos orçamento para fazer o levantamento nas duas polícias.

JC: Quais são as sugestões que vocês estão dando?

Bárbara Musemeci Soares: A primeira delas é que a SENASP, a cada três anos, faça esse mesmo levantamento para garantir um acompanhamento da presença feminina nas PMs. É claro que como leva muito tempo para que se forme uma coronel e como a maioria das polícias incorporou mulheres em torno dos anos 80, ainda não há mulheres suficientes em postos de comando. O impacto da entrada

das mulheres ainda não se fez sentir completamente. Somente temos 3 mulheres coronéis no Brasil, uma delas é comandante geral da polícia militar de Rondônia. É a primeira mulher comandante de uma polícia. Outra sugestão é o seguinte: percebemos que as mulheres ingressam nas polícias para atuar em unidades específicas. As Companhias Femininas foram criadas inicialmente na maior parte dos estados. A idéia era que a mulher iria cuidar de velhinhos e de menores abandonados, ou ficaria em aeroportos, rodoviárias, etc. para dar visibilidade à corporação.

Temos que lembrar que a entrada das mulheres corresponde ao período do fim da ditadura quando se tentava passar uma outra imagem das polícias. Prevalcia, então, a idéia de que a mulher iria "humanizar" a PM. Até hoje, homens e mulheres usam muito a palavra humanização. Tinha o problema da corrupção, que no Rio de Janeiro era violentíssimo. E a imagem da corrupção estava associada ao trânsito, ao Departamento de Trânsito (DETRAN) e aos guardas nas ruas. Então as mulheres foram trabalhar na rua e essa medida teve um impacto excelente. Mas também aconteceu que elas começaram a reivindicar a unificação dos quadros, porque numa Companhia à parte elas só evoluíam até capitão. A carreira delas era, portanto, limitada. Hoje, a maior parte dos estados já unificou os quadros femininos e masculinos. Só que com isso, as mulheres perdem um pouco da identidade porque elas se diluem na tropa, e começam a competir com os homens na mesma linguagem, na mesma proporção. E aí, a idéia de um corpo feminino se perde. Por isso, outra das nossas sugestões é de que as polícias femininas comecem a criar uma história das mulheres na PM resgatando as trajetórias das policiais. Dá até fazer um *site* específico, por exemplo.

JC: Já existem associações de mulheres nas PMs?

Bárbara Musemeci Soares: Que eu saiba não. Perguntei para todas elas e não consegui saber de nenhuma associação de mulheres na PM. Sei que elas já se organizaram, que fizeram alguns congressos, mas uma entidade que as congregue não conheço. Tem também uma limitação da própria hierarquia. Nós percebemos, por exemplo, que entre 100% das policiais que entrevistamos (claro que é uma amostra não aleatória e, portanto, não necessariamente representativa), não havia nenhuma que participasse de alguma associação política, religiosa ou de qualquer outro tipo. Elas não tinham nenhum tipo de associativismo em suas vidas privadas. Avalio que a polícia tolhe muito essa possibilidade de competição com outra organização. Ela absorve, é muito voraz no sentido de gerar quase uma conversão, quando uma pessoa se torna policial. Parece que se torna muito difícil se criar uma organização que pode ameaçar a espinha dorsal da polícia constituída pela obediência à cadeia de comando e controle, que é basicamente vertical. Mas, existe a associação de cabos e soldados.

É interessante ver que quanto mais baixa a patente, mais o discurso masculino é resistente, às mulheres. Há um depoimento muito interessante de um policial que diz que as mulheres “com seus hormônios borbulhantes não deveriam ficar nas ruas, pois elas têm crises, elas menstruam...”. Eles têm medo e sentem a presença feminina como ameaça, mesmo porque existe um mito de que a mulher desempenha melhor suas funções do que os homens, porque ela é mais concentrada, mais batalhadora. Por outro lado, observamos que quanto mais alta a patente, mais o discurso se torna oficial e, portanto, mais favorável às mulheres. Observamos que os dois lados convivem: há um acolhimento, um respeito e uma admiração pelas mulheres, mas, ao mesmo tempo, persistem as velhas idéias, as velhas resistências.

Muitas delas se queixam: desde o assédio sexual, até a idéia expressada por muitos policiais, de que “mulher só serve para

servir cafezinho”. Se ressentem por terem treinado embaixo da lama, carregado uma arma debaixo de 40 graus para depois ficarem no escritório carimbando papel, como secretárias do comandante. Quanto ao lugar da mulher e o impacto que ela causou nas PMs, não se tem ainda uma visão conclusiva, mesmo porque isto é um processo, está ainda em seu momento inicial, não dá para ver para onde vai desembocar. Não há nada explícito no sentido de que “os homens estão resistindo bravamente e as mulheres não passarão”. Com o tempo, haverá cada vez mais mulheres coronéis e isto pode trazer mudanças, como também pode acontecer o contrário, vindo a prevalecer a hierarquia, junto com algumas formas de resistência que acabam fazendo com que as mulheres sejam preteridas. A média da participação de mulheres nas PMs brasileiras é de apenas 7%. Quando a policial está no círculo das praças, a promoção se dá por tempo de serviço. Quando ela se torna oficial, contam o tempo e o merecimento. Aí ela entra num espaço onde ocorre todo o tipo de boicote.

JC: Quais são os principais agentes financiadores desses projetos?

Bárbara Musemeci Soares e Silvia Ramos: A Fundação Ford tem apoiado vários dos nossos projetos. Também temos uma verba institucional da Fundação Hewlett (The William and Flora Hewlett Foundation). Temos projetos com o Ministério da Justiça e parcerias com o Grupo Cultural Afro Reggae, para desenvolver o projeto *Juventude e Polícia*, e com o CLAM, para o projeto das *Pesquisas nas Paradas GLBT* de várias cidades. Com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a FASE (ONG voltada para a promoção dos direitos humanos, da gestão democrática e da economia solidária), e um grupo grande de entidades temos uma parceria chamada *Diálogos Contra o Racismo*.

JC: A equipe do CESeC contrata profissionais de fora para atuar

nos projetos?

Bárbara Musemeci Soares: Sim, como aconteceu neste projeto das mulheres policiais. Queríamos que a pesquisa tivesse uma perspectiva comparativa, que a abordagem qualitativa estivesse ancorada em mais de um caso, além do Rio de Janeiro. Então, fizemos parcerias, convênios de cooperação com os núcleos de estudos de segurança e gênero de Lourdes Bandeira, na Universidade de Brasília (UNB), e de Márcia Calazans na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tinha acabado de fazer uma tese sobre mulheres na Brigada Militar.¹² Contratamos estagiárias, assistentes de pesquisa, entrevistadoras e pessoas para transcrever as fitas das entrevistas. Tivemos, nesse período de um ano e dois meses, uma equipe formada e recursos para pagar essas pessoas, além de gastos com viagens e workshops.

¹² CALAZANS, Márcia. *Polícia Militar e Gênero: Impactos da Participação Feminina no Círculo de Oficiais*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SIMONE DINIZ

[Karla Galvão Adrião & Simone Becker]¹

KGA: *Iniciando essa entrevista, você poderia nos falar um pouco sobre sua trajetória como militante?*

Simone Diniz: Fiz escola técnica, no final do meu segundo grau, em 1978, era a efervescência do fim da ditadura militar. Me envolvi com o Comitê de Anistia que era um grupo de resistência.

KGA: *Isso ocorreu em Natal?*

Simone Diniz: Sim, visitava presos políticos em Itamaracá que na época era área de influência do Partido Comunista Brasileiro. Os anistiados ainda não tinham voltado ao país, a situação era meio dramática, havia muita repressão. Nessa onda me integrei também a um outro grupo, que era o Cine Clube Tirol onde se juntava essa turma comunista.

KGA: *Você já estudava medicina nessa época?*

Simone Diniz: Não, eu estava no segundo grau. Fiz a graduação porque tinha uma fantasia de trabalhar com medicina

¹ Entrevista realizada por Karla Galvão Adrião, com a participação de Simone Becker, no dia 02 de setembro de 2004, em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina.

comunitária. Quando terminei o segundo grau, gostei muito de fazer edificações. Então, eu construía mesmo, trabalhava de fiscal de obras. Mas, observei que minhas colegas tinham um prognóstico muito rico sobre a profissão. Naquela ocasião houve um concurso para o escritório de obras da escola, que era muito grande, uma escola técnica com três mil alunos, muito bem equipada, sempre havia verba para a educação técnica. Eu e uma colega fizemos esse concurso e passamos em primeiro e segundo lugares, éramos duas meninas numa escola majoritariamente masculina.

Fomos da primeira turma na qual ingressaram mulheres e numa certa altura, mas, apesar de que obtivemos as melhores notas nas provas, fomos preteridas e não participamos de nenhuma obra muito bacana. Isso foi decisivo, era época de inscrição para o vestibular e me inscrevi em medicina porque achava que iria sofrer menos discriminação do que numa área mais masculina. Ia me inscrever em Arquitetura ou Engenharia, mas comecei a fazer medicina. Já militava no Comitê de Anistia naquela ocasião, era dramático, inclusive algumas cartas que um preso escreveu para mim, foram lidas no Congresso Nacional.

KGA: Você chegou a sofrer alguma retaliação?

Simone Diniz: Não, eu fui presa nessa ocasião, mas foram prisões sem importância. Certa vez fui presa em 1979 no congresso de reconstrução, em Salvador, indo para um congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Eu era menor de idade, então minha mãe tinha que autorizar, fui praticamente escondida do meu pai. Ele foi atingido pelo Ato Institucional 5,² ficou preso por muito tempo e não re-

² O Ato Institucional n. 5, editado em 13 de dezembro de 1968, ampliou os poderes do governo militar, estabelecendo, dentre outras medidas de segurança, a suspensão dos direitos políticos e a proibição de manifestações políticas como prerrogativa do Estado.

cebeu nenhum tipo de compensação até agora. Meu pai era militar, foi uma grande tragédia na vida familiar. Durante a ditadura, fui detida algumas vezes.

KGA: E era uma militância de esquerda.

Simone Diniz: Sim, era uma militância de esquerda, de partido clandestino, mas com todo o processo de constituição do PT, fui participando deste grupo e militei ativamente durante os seis anos de curso numa organização clandestina, essa experiência foi muito importante para a minha militância feminista. Na verdade comecei a militância feminista em 1979 no Comitê de Anistia, dentro dele havia um grupo chamado Centro da Mulher Natalense (ligado ao PCB) que era muito mais um grupo de discussão que "rachou" em dois lados, um mais anarquista e outro que era mais comunista mesmo. Esse grupo debatia obras como "O Capital" e "O Manifesto Comunista", esse tipo de leitura fez parte da minha formação...

KGA: Nessa fase você já era feminista?

Simone Diniz: Em 1979 entrei para o movimento estudantil, tinha muitos amigos dos dois lados, mas o lado anarquista era muito mais forte, me influenciou muito. Conheci muito o feminismo, no entanto, militei muito mais no movimento estudantil nessa ocasião. Em 1981, apareceram também os *Cadernos da Fundação Carlos Chagas*, maravilhosos.

KGA: Nesse período você já promovia oficinas com as mulheres?

Simone Diniz: Não, isso passou a ocorrer mais adiante. Militei no movimento estudantil e essa experiência foi muito importante na minha militância feminista porque havia documentos clandestinos sobre mulheres, e quem os escrevia era Tereza Verardo, uma grande amiga minha. Em 1982, fundamos um grupo anarquista de estudantes, que fazia muita bagunça. Inclusive recentemente houve uma mostra fotográfica sobre os vinte anos de ocupação da Reitoria, e

nós ocupamos esse espaço há vinte anos. Foi muito legal porque eu tinha recém passado no concurso para docente da Universidade de São Paulo (USP), e vinte anos depois a Reitoria dessa Universidade estava ocupada e alguém perguntou: “por que vocês ocuparam a reitoria?”. Eu respondi: “naquele tempo tínhamos um grupo que usava uma camiseta na qual havia dois Ets em uma nave espacial. Eles olhavam para baixo na Terra, e um deles dizia” Existe vida inteligente “, enquanto o outro afirmava: “É, mas não há verbas”. Estávamos na mesma situação vinte anos depois. Naquela ocasião o nosso grupo se chamava “Desobedeça”, coisa de anarquista mesmo! Esse grupo tinha um braço feminista muito interessante, que era inspirado principalmente da tradição espanhola, ligado à revista *El Viejo Topo*, que foi muito importante. Era um grupo basicamente de gays, na minha turma na Medicina lá em Natal um terço era de gays e lésbicas e todo mundo namorava todo mundo.

Minha formação foi muito voltada para gineco-obstetrícia, e mais uma vez militei e fui voluntária em casas de partos. Quando cursava medicina, achava o parto feito por parteiras muito impressionante. Quando vi o primeiro parto hospitalar foi um choque muito grande, porque não tinha mais aquele senso de milagre, hierofania,³ o que se via era apenas uma mulher amarrada com as pernas abertas e para cima, toda cortada e costurada. Passei dois anos tentando superar o meu mal estar com aquela situação e um dia no auge da minha aflição, entro na biblioteca e dou de cara, no estande de revistas, com um boletim do Centro Latino-americano de Perinatologia (CLAP) intitulado *Las bases fisiológicas y psicológicas para el manejo humanizado del parto natural*, de Roberto Caldeyro-Bacia. Foi um choque completo,

³ Manifestação do sagrado.

uma revelação, novos olhos se abriram sob as minhas pálpebras e fiquei muito motivada pela área de medicina preventiva e saúde pública. Passei para a residência médica na USP e fui fazer Medicina Preventiva. Meu trabalho de conclusão de curso na residência se intitulava *As pacientes mulheres* e nele eu caracterizava a demanda das mulheres no Centro de Saúde Escola do Butantã da USP.

Havia muitos relatos de violência, aliás, todos os casos que eu estudava – eu pedia para as mulheres que atendia para elas contarem casos marcantes – eram de violência. Eu comparei os diagnósticos, porque tinha uma preocupação em classificar o que era biológico, psicológico e social e comparei os registros com os relatos das pessoas. Geralmente os diagnósticos referiam ansiedade e depressão, mal eram registrados os relatos de agravos físicos, hematomas, etc. Aquilo já me chamava muito a atenção, sentia uma vontade de fazer uma abordagem psicossocial, mas ainda não tinha desenvolvido conceitos para chegar lá.

KGa: *Você já trabalhava com Lilia Schraiber?*

Simone Diniz: Sim, Lilia foi minha orientadora na residência, mas ela ainda não focalizava as mulheres, nem a violência nos seus estudos. Esses temas eram muito estigmatizados, eram vistos como menores, frente ao problema importante, que era o de classe. Ana Flávia Oliveira entrou na residência da USP em 1987, e eu em 1985. Moramos juntas por muito tempo. Quando abrimos a Casa do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde em 1985, o foco do trabalho era uma redescritção da ginecologia. Fizemos uma formação, éramos um grupo de dez pessoas, das quais três atuavam como “facilitadoras”: eu e Maria José Araújo (médicas) e Melodie Radler Venturi que era uma para-médica americana. E veio também uma pessoa da Suíça muito bacana, que era Rosangela Gramoni, que nos ensinou muitas coisas.

KGA: E mais tarde, quando Maria José Araújo, médica feminista foi para a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e participou daquele processo, você também se inseriu?

Simone Diniz: Vou chegar lá... Havia muitos casos de violência, que eram encaminhados para a Casa do Coletivo, eu atendi vários deles. O caso que mais me marcou e que ocorreu logo quando abrimos a Casa, foi o de uma menina de dez anos, violentada pelo próprio pai, que estava completamente catatônico depois que a mãe o flagrou. Ela já desconfiava, tinha deixado de trabalhar e denunciou o marido na Delegacia de Mulheres. Ele foi morto na cadeia pelos outros presos no mesmo dia. A menina estava em choque pós-traumático e a mãe completamente desesperada. Trabalhei com muitos casos semelhantes. Na verdade, eu tinha uma grande motivação: arranjar para onde referir os casos, pois eu me sentia tremendamente despreparada e sofria muito a cada atendimento. Não tinha qualquer interlocução, falar no tema era ser algo meio "troublemaker". Em 1988, a candidata do Partido dos Trabalhadores, Luíza Erundina, ganhou a eleição para a Prefeitura de São Paulo, daí foi iniciado um processo de construção de um organismo de política para as mulheres. Fui convidada para compor esse organismo e acabei sendo eleita (por voto direto e tudo) a coordenadora geral da Coordenadoria Especial da Mulher. Eu era militante do partido, mas vários anos atrás, tinha saído da organização clandestina. Em 1989 fui trabalhar nessa Coordenadoria que foi a primeira de todas, em seguida foram montando outras, em outros Estados.

KGA: V. continuou no Coletivo?

Simone Diniz: Sim, mas com menos envolvimento porque a Coordenadoria era uma coisa que absorvia muito, colaborava muito com a Prefeitura, com a saúde da mulher e desenvolveu muitas políticas importantes na área de violência. Uma delas foi o atendimento aos casos de violência em centros de

saúde, fizemos uma primeira experiência em 1989 dando suporte. As profissionais que estavam na Secretaria de Saúde, Maria José Araújo, que coordenava a equipe, Margareth Arilha, Edna Roland e Sara Sorrentino, entre outras, tocaram a parte da implantação. Houve nessa ocasião, uma longa batalha pela implementação das políticas de aborto legal. Tínhamos um foco muito importante na violência, tanto é que no final de 1989 já dispúnhamos de um diagnóstico do limite de atendimento, bem como de um diagnóstico da dificuldade do diálogo interdisciplinar e das limitações do atendimento jurídico. Já havia também um abrigo com o qual tínhamos relações institucionais, que era muito bacana. Tereza Verardo foi uma das pessoas que trabalhou conosco nessa Coordenadoria, ela vinha do SOS Mulher. Outra pessoa que também veio do SOS foi Raquel Moreno. Resolvemos montar o primeiro centro de referência em violência contra a mulher, a Casa Eliane de Grammont, que foi inaugurada no dia 9 de março de 1990, acho que essa foi a primeira Casa no Brasil com atendimento integral para a mulher.

KGA: Essa é uma iniciativa que se busca repetir até hoje não?

Simone Diniz: Sim, havia psicólogas, muitas profissionais que trabalhavam com isso. Essa Casa foi referência para muita gente, todos os outros serviços passaram por lá, houve um processo de formação e capacitação das pessoas. Nessa ocasião, discutíamos como organizar as políticas, qual é o papel delas e uma das primeiras coisas que fizemos foi transmitir informações sobre os direitos humanos, das mulheres, dos negros, dos portadores de deficiências, etc. Havia um Centro Municipal de Voluntários, e as demais Coordenadorias (do Negro, dos Portadores de Deficiências, dos Idosos, da Criança e Adolescência) que ficavam ligadas ao gabinete da prefeita. O nosso chefe, Ladislau Dowbor, não entendia nada de feminismo, mas era simpático à causa, então ajudou muito, nos ouvia muito, achava importante aquilo que fazíamos. Organizamos um

grupo em 1990, para trabalhar com direitos humanos das mulheres. Realizamos vários seminários sobre políticas municipais para as mulheres, um deles se chamou “Violência, é possível viver sem ela?”. Articulamos todas as políticas de violência, elaboramos um *Plano Municipal de Trabalho sobre Violência contra a Mulher*, uma parte desse Plano era a assistência à saúde. Essa foi uma experiência muito importante.

Uma das coisas que aconteceu nessa ocasião foi uma pesquisa etnográfica, extensa, super bacana, coordenada por Paulo Michalizsyn, um antropólogo da saúde já falecido. Essa pesquisa se chamou *Violência: um olhar sobre a cidade*, e descortinou muitos aspectos sobre o tema nas instituições de saúde, as questões de acesso, etc.⁴ A Casa Eliane de Grammont virou um centro de formação. Nesse processo, fizemos o primeiro projeto gráfico que inclusive foi premiado internacionalmente, tirou o primeiro lugar, ficou super bonito.

Nesse mesmo ano, em 1990, ocorreu o V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe em São Bernardo, nele conheci as pessoas que organizaram uma oficina sobre Violência contra a Mulher, redes de trabalho em violência, e violência e Direitos Humanos. Nesse Encontro trabalhamos com direitos da mulher, mas sem aprofundamento e conhecemos as pessoas que estavam organizando o primeiro Instituto (Curso) Internacional Mulher e Direitos Humanos.

Concorri a uma vaga nesse Instituto, tinha 20 vagas e fui aprovada. Em 1991 fiquei três semanas nos EUA, duas no curso em New Jersey, Women’s Global Leadership Rutgers University, Douglass College, mais uma semana visitando grupos, estudando sobre direitos humanos das mulheres, essa foi uma experiência super rica. Éramos ativistas e profissionais oriund@s de 20 países diferentes, todas trabalhando com

⁴ SOUZA, E.M. Por detrás da violência: um olhar sobre a cidade. *Cadernos CEFOR*, Série Textos 7, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

violência contra a mulher, uma pessoa por país praticamente, então conheci todo mundo. Isso aconteceu antes da experiência de Viena, quando houve a Conferência Internacional dos Direitos Humanos em 1993. No Instituto, nessa experiência com várias ativistas nos Estados Unidos, havia algumas pessoas trabalhando ou interessadas no tema da saúde também, um dos braços era a saúde. Mas, na ocasião, uma das questões que se colocava era como situar a violência contra a mulher na perspectiva dos direitos humanos. Quando chegamos de volta ao Brasil, fizemos a primeira campanha de direitos humanos das mulheres, uma série de cartazes super bonitos, enviamos para todo mundo, todas as pessoas que fizeram o Instituto, as pessoas que se identificavam, etc. Fizemos também outras coisas semelhantes. Quando terminou a gestão da Luísa Erundina no início de 1993, eu era médica concursada da Prefeitura e fui para o Conselho da Condição Feminina. Nessa oportunidade, havia nascido a minha filha mais velha e dei toda importância à minha vida privada. Resolvi “puxar o freio”, porque tinha um monte de coisas para fazer e voltei para ficar mais tempo no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde. Uma das coisas que fizemos nesse ano foi organizar o primeiro Programa de Treinamento de Violência contra a Mulher, no Coletivo inicialmente, em parceria com o Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo. O primeiro Programa aconteceu no Coletivo em 1993, formou mulheres de várias ONGs paulistas e a equipe do Centro de Saúde de Medicina dessa Universidade (Butantã) em violência contra a mulher. Em seguida elaboramos um projeto que foi apoiado entusiasticamente pela Fundação Ford por uns dez anos.

KGA: Esse mesmo Programa depois foi para o MUSA (Núcleo de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Saúde, ISC/UFBA) em Salvador?

Simone Diniz: Esse foi um dos desdobramentos do projeto. Criamos uma linha de treinamento, uma linha de pesquisa,

com três eixos: um era a pesquisa para desenvolver isso que chamamos de tecnologia assistencial, como atender, como escutar, como se referir...

KGA: Qualidade de atenção...

Simone Diniz: Não é isso, qualidade de atenção se pensa quando já se tem um modelo desenvolvido e não tínhamos nem o objeto bem definido. Para construir uma ação de saúde, é preciso um objeto definido, sobre o qual trabalhar, mas naquela ocasião, esse campo da violência contra a mulher como questão de saúde não tinha muita legitimidade, se é que tinha alguma, era um assunto suspeito, algo como enfiar a militância, a parcialidade, no trabalho "sério" da saúde pública. Era vista como uma questão irrelevante. Essa é a época pré-evidências, que começaram a surgir a partir de 94, 95. Depois disso, de ter um objetivo mais definido, fundamentado, legitimado, é preciso definir os instrumentos, além de ter clareza sobre o produto final. Os cursos tinham um foco, eles se chamavam "Violência e Direitos Humanos: novas questões para saúde", realizamos um treinamento, havia um curso básico e um avançado. Foram feitos muitos treinamentos. Um eixo era o treinamento, o outro era a pesquisa: fizemos um levantamento de todos os serviços que havia na cidade de São Paulo, publicamos várias edições do *Guia de Serviços: Instituições que atendem violência em São Paulo* a fim de encaminhar para as pessoas, delegados, escrivãos, atendentes, etc. Naquela altura já estava há dez anos trabalhando com violência, e fui cada vez mais guinando para outro lado, porque achava que naquele momento deveria trabalhar com o fortalecimento das mulheres. Até o momento interpretamos a saúde como ausência de doenças, trabalhamos com a doença, com a sua prevenção, o seu tratamento. Estamos ainda desenvolvendo a constituição do objeto "violência como questão de saúde", os instrumentos, objetivos, indicadores.

Estava muito a fim de trabalhar com esse tipo de coisa e outra questão que penso que seja uma contribuição original é o seguinte: não há política que não tenha o conteúdo de gênero, todas as políticas são políticas de gênero. E na área da saúde, como em qualquer outro tipo de política, é possível contribuir para incorporar mais ainda a equidade/igualdade de gênero ou para reforçar a desigualdade de gênero. É possível ainda, eventualmente, teoricamente pelo menos, ser neutro em relação ao gênero. Normalmente as políticas são todas altamente degradantes no ponto de vista do gênero, considero que o gênero está inscrito na técnica, no núcleo duro mesmo, nesse núcleo é o que mais me interessa. Nesse projeto, trabalhei com a violência institucional de gênero, principalmente com a violência na assistência ao parto, mas com outras formas de violência na assistência. São dois esforços: um é conseguir identificar a violência de gênero, diminuir essa violência que está inscrita na técnica, ou seja, observar como os procedimentos, as rotinas, reforçam os estereótipos e as desigualdades, por reconhecer o que reforça tais estereótipos e desigualdades, e sem enxergar (cegueira de gênero) o que contradiz o estereótipo. Outro esforço é coibir a violência praticada pelas próprias instituições e seus agentes. Penso que caminhamos muito no sentido de que as pessoas escutem os relatos sobre violência, mas elas conseguem escutar porque quem cometeu a violência foram os outros. É mais fácil para as pessoas pensarem que estão ajudando, que estão salvando, do que pensar na violência que elas próprias podem estar cometendo.

Construir um diálogo produtivo nesta perspectiva é um desafio grande, e é uma das coisas que mais gosto de trabalhar. Tanto que quando fiz o mestrado e o doutorado, trabalhei com violência institucional de gênero, não fui pesquisar violência nas relações conjugais, ou violência doméstica. Nessa ocasião, o tema da violência já tinha entrado na Universida-

de, já havia políticas públicas, mas este aspecto é muito menos desenvolvido. Esse projeto foi evoluindo, terminou em 2002, depois de uma trajetória super gloriosa, o maior mérito dele foi contribuir para dar legitimidade ao tema. Quando comecei a trabalhar na Universidade, ao ingressar no Departamento de Medicina da USP, falar sobre mulheres não era muito bem visto a menos que revelasse um certo maternoinfantilismo. Mas o discurso feminista na saúde coletiva há muito tempo é contaminado pelo feminismo, desde os primórdios do Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, mesmo que a violência não fosse vista ainda como tema da saúde.

KGA: Como se deu, na sua trajetória, a relação entre militância e academia?

Simone Diniz: Sempre houve conflito... tinha essa vantagem, a organização clandestina DS, grupo de trabalho do PT, sempre problematizava, mas não ia muito além. O anarquismo ia melhor. No PT havia uma receptividade ao tema, de certa forma meio "aparelhada", mas deixou de ser uma heresia falar de mulher além das questões de classe. Depois, com o surgimento de políticas nesse campo e com a necessidade de ter programas de governo que incluíssem as questões que tivessem apelo social além da classe, começaram a falar sobre violência. Durante muito tempo falar sobre esse assunto era uma coisa horrível, uma heresia, uma distração do único problema legítimo, que era a opressão de classe, mas apesar de todo o ativismo daquela época, vai deixando de ser, e aí vão falar sobre outras coisas porque a discussão sobre violência vai se institucionalizando.

Quando começamos o projeto *Violência e Direitos Humanos: novas questões para saúde*, Lilia Schraiber tinha muitas restrições ao tema do gênero, dizia que não era a praia dela, mas foi aos poucos se aprofundando e se tornou uma importante referência no tema. Ela era uma pessoa super engajada. Eu

conversava muito com Sarah Hawker Costa que atuava na Ford, e ela dava muito crédito para a equipe do Coletivo, porque conseguimos colocar a questão da violência na agenda da Faculdade de Medicina da USP. Maria José Araújo, que atua agora no Ministério da Saúde, coordenando a área técnica de Saúde da Mulher sempre foi uma pessoa muito envolvida com isso. Quando terminou esse projeto, Denise Dora (da Fundação Ford) me propôs outro.

Durante os dez anos do projeto nos envolvemos com uma grande pesquisa da Organização Mundial de Saúde, intitulada *Mulher, Saúde e Direitos Humanos*, que representou um grande reforço institucional que ajudou muito Ana Flávia; Lilia constituía uma linha de pesquisa em Gênero e Violência nas Práticas de Saúde. A parceria era o Coletivo, o SOS Corpo e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma das coisas que fizemos foi entrar com a violência nos campos da Medicina, um deles foi o campo que trabalha com trauma físico, acidente, violência interpessoal, etc. Houve em 1994 um evento sobre trauma e violência, a International Conference on Injury Control and Prevention. Minha colega de Rutgers, Lori Heise, me escreveu, me convidando para participar desse seminário. Convidei Ana Flávia, ela compareceu e foi super bacana, depois teve outros eventos. Quando eles me convidaram para esse projeto da OMS eu tinha engravidado de novo, e decidi dar prioridade à minha família, queria ter um segundo filho e não podia ficar nessa disponibilidade toda. Ana Flávia e Lilia assumiram a coordenação desse projeto,⁵ acho que elas tinham mais envergadura, havia a estrutura da Faculdade de Medicina, era um financiamento pesado, meio milhão de dólares...

⁵ Projeto Internacional sobre Violência contra a Mulher e Saúde, desenvolvido em sete países. No Brasil o projeto foi coordenado pelo Departamento de Medicina Preventiva da USP e co-coordenado pelo SOS Corpo.

KGA: *Era um grande projeto, quantos países estavam envolvidos?*

SD: Eram sete países, depois entrou mais uma segunda leva de mais três turmas. Era uma pesquisa para avaliar a prevalência da violência, as repercussões da violência sobre a saúde, e onde e como as pessoas buscavam ajuda. Eram essas três questões, abrangendo zonas urbanas, semi-urbanas e rurais, os questionários incluíam muitas perguntas, foi montado um banco de dados riquíssimo. O ritmo de publicação dos resultados é um pouco mais lento é verdade, mas esse é o ritmo da universidade. Fizemos uma primeira apresentação dos resultados em São Paulo, em dezembro de 2002, depois disso para divulgar, teríamos que publicar. Então como publicar implica em fechar a agenda e ficar escrevendo por muito tempo, para publicar um artigo que leva seis meses, um ano, para ser aceito, existe essa demora.

A pesquisa inclui dois tipos de abordagens: uma qualitativa e uma quantitativa. Avalio que nesse processo o núcleo, o grupo de pesquisa cresceu bastante, havia um monte de pessoas, a pesquisa teve vários outros desdobramentos. Houve depois da pesquisa da OMS uma outra também grande da USP sobre violência e políticas públicas, muitos mestrados e doutorados se desdobraram disso, havia pesquisas de professores, pesquisas de Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), foi muito importante participar dessa experiência dentro de uma infraestrutura acadêmica. Considero que o trabalho anterior, apoiado pela Fundação Ford, e essa pesquisa deram uma super visibilidade ao Núcleo, uma das conseqüências foi o engajamento de Lilia e de Ana Flávia. Elas viraram referência, eram pessoas que vinham das metodologias qualitativas e tiveram que lidar com um mega banco de dados, é um grande aprendizado.

KGA: *Nesse período você já tinha terminado o doutorado?*

Simone Diniz: Eu terminei o mestrado em 1997 e o doutorado em 2001, os dois foram orientados por José Ricardo Ayres.

Na minha dissertação de mestrado⁶ investigo a maneira como o masculino e o feminino são construídos no plano da técnica, comparando diferentes momentos históricos. Encaminhei essa dissertação para uma editora que se interessou em publicá-la, deveria ter enviado o texto final há um ano e meio atrás. Mas, ela está publicada na Internet.⁷ Atualmente estou elaborando uma outra versão eletrônica dela, com ilustrações e quero fazer um site apenas para o Mestrado da Faculdade de Medicina. Nessa versão vou inclusive incorporar mais um capítulo, que ficou fora da edição final da dissertação. Minha tese de doutorado, na área de violência institucional de gênero, analisa os limites e possibilidades da mudança institucional na assistência ao parto, defendendo a inclusão dos direitos humanos das mulheres. Essa tese será publicada em livro brevemente.⁸ Já publiquei como artigo uma parte dela. Também tenho um site, recebo muita correspondência, já apresentei os resultados dela em muitos lugares no Brasil, dei aulas sobre o tema nos Estados Unidos, na Escola de Saúde Pública em Harvard, e na Inglaterra, no Colégio de Parteiras na Universidade de Thames Valley, foram experiências muito interessantes, porque são realidades e culturas acadêmicas muito distintas.⁹

No ano passado submetemos outro projeto sobre violência institucional no parto, especificamente sobre episiotomia (corde da vulva e vagina, desnecessário em 90% dos casos, feitos sem nenhuma indicação médica, aos milhões por ano) para

⁶ DINIZ, C. S. G. *Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1997.

⁷ <http://www.mulheres.org.br/parto>

⁸ DINIZ, C. S. G. *Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites das propostas de humanização do parto*. Tese de doutorado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2001.

⁹ VER DINIZ, S.G., CHACHAM, A. S. The Cut Above and the Cut Below: The Abuse of Caesareans and Episiotomy in São Paulo, Brazil. *Reproductive Health Matters*. Vol 12, No 23, p. 100-110, May 2004.

apreciação, por parte de uma instituição que financia um Programa de saúde reprodutiva, cujo tema era violência sexual, neste ano encaminhamos outro que aborda as relações entre cultura e sexualidade. Não foram aprovados, acredito que há muito mais invisibilidade, pouca sensibilidade ao tema. Como toda violência de gênero, é invisível, é tolerada como natural, para o próprio bem da mulher. Esse tema não conseguia entrar na agenda dos direitos sexuais e reprodutivos. Penso que devemos evoluir um pouco mais nesse diálogo, caminhar em campos diferentes. O grande avanço na visibilidade da violência de gênero dentro das instituições de saúde é a idéia de humanização da assistência ao parto, que tem sido completamente desumana. No começo da década de noventa, optamos por usar o termo "humanização" ao invés de violência institucional, pois era menos intimidante, menos acusatório, é menos difícil a mudança, o reconhecimento de que estamos cometendo violência de baixo da nossa "neutralidade" científica ou técnica. Por isso, no meu doutorado trabalhei com a idéia da promoção de direitos humanos na assistência, porque as pessoas ainda têm uma visão essencialista da técnica.

Na verdade, são dois essencialismos, um é achar que a mãe natureza é essencialmente perfeita, que o corpo feminino é perfeito, e o outro é achar que o corpo é essencialmente imperfeito, que o parto é uma patologia, que a dor do parto é insuportável, e não ver que a técnica produz dor extrema, produz drama extremo, o qual denomino de "dano social da natureza". Há muita gente que diz: "minha experiência de parto foi um pesadelo, doeu muito, me senti destroçada etc." Mas, pergunto: o que é que aconteceu? Colocaram a mulher no soro, ela ficou deitada sozinha, não pôde gritar, ficou paralisada, fez uma força medonha, destruiu-se a musculatura dessa pessoa, e em seguida, tiraram a criança. Isso não é "o parto", mas uma certa construção social dessa experiência.

A experiência reprodutiva, como a sexual, é sempre um construto social. Há um vídeo lindo sobre o parto no domicílio, intitulado "O Dia do Nascimento", que foi feito pelo Museu de Ciência e Tecnologia de Boston, que aborda um parto feito por uma parteira mexicana. É a coisa mais linda que já vi, e mostra uma construção social do parto oposta à hospitalar. Pelo menos como possibilidade de viver o parto, é uma redefinição radical da experiência de parir. Ao invés de uma experiência de vitimização, parece uma festa.

KGA: Você foi desenvolvendo uma carreira acadêmica, entrou para a Academia e ao mesmo tempo, continuou participando do movimento?

Simone Diniz: Sim, eu sentia que tinha que ir para a academia, pois trabalhava com pesquisa e ensino, tinha várias orientandas informais, era convidada para muitas bancas, já era doutora, aliás, já fazia o pós-doutorado e trabalhava em uma ONG. De fato, não é fácil estar em uma ONG e estudar, fazer pós-graduação, acho que isso exige um esforço muito grande em termos de disciplina, de relações pessoais dentro das equipes, de resolução dos inevitáveis conflitos com a sua ausência relativa, e de organização do trabalho. Além disso, a prioridade no ativismo muitas vezes pode dificultar a reflexão crítica - sem falar no enorme problema de arrumar o tempo adequado para fazer um trabalho acadêmico que nos deixe satisfeitas. Quem tem filhos pequenos então...

Mas são vinte anos de movimento social. Isso foi e vai continuar sendo muito útil. E o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde há uns três anos tem um convênio, um "Termo de Cooperação Técnica" com a Faculdade de Saúde Pública da USP (onde agora eu sou docente) para realização de estágio, cursos, etc.

Nessa Faculdade elaborei uma proposta de três cursos, um deles trata da violência de gênero, e se chama "Violência de Gênero, Saúde Sexual e Reprodutiva" cujo foco é avaliação em violência e saúde. Estamos estudando muito mais as pro-

postas vindas do movimento social, como isso foi traduzido em políticas públicas, o que está sendo avaliado nessas políticas, o que as pessoas avaliam, quem tem propostas de avaliação, e de monitoramento, etc. Vamos convidar muitas pessoas, já convidei uma pesquisadora, Cris Sullivan que investiga as interfaces entre desenvolvimento social e a academia na área de violência, e que trabalha especificamente com a avaliação na perspectiva de gênero. Ela atua na área há trinta anos, e é professora da Michigan State University.

A outra turma é o pessoal da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Uma das coisas que fizemos nesse projeto foi um levantamento identificando quem pesquisa, quem monitora, criamos um banco de dados sobre os serviços, relacionando delegacias, centros de referências, serviços ofertados pelas ONGs, abrigos, etc. Descrevendo quem atende, quais as modalidades dos atendimentos, qual o público, quem treina, quem supervisiona e quem avalia. Esse instrumento vai ser uma espécie de menu de serviços do Brasil, por região, por modalidade, com várias entradas. Foi um trabalho muito bom, realizado juntamente com nossa consultora para serviços desse tipo que é Ana Cristina Duarte. Então, esse é um curso que vai abordar o desenvolvimento de indicadores e os tipos de política. A primeira pergunta é o que é a vivência, mas há um outro eixo além desse, que é juntar tudo que está disperso e tentar sintetizar, inclusive, o que há no âmbito da pesquisa, e o outro é a transmissão de conhecimentos. Nessa parte de avaliação de práticas de saúde já avançamos muito, desenvolvemos mais ou menos o objeto.

O outro curso se chama "Direitos Sexuais e Reprodutivos na Agenda da Saúde Pública", nesse entra tudo que está na agenda da atualidade, no campo da sexualidade e da reprodução, inclusive os direitos de gays e lésbicas. Convidei Ivan França Júnior para ser meu parceiro. O outro curso vai se chamar "Gênero e Saúde Materno-Infantil Baseada em Evi-

dências" e tem uma parte sobre gravidez e parto, outra sobre fertilidade. Elaborei os três planos de cursos, o fundamento dos três é direitos humanos, vamos observar as práticas à luz desses direitos, investigar a violência institucional, etc.

KGA: *Vão ser cursos de extensão?*

Simone Diniz: Não, vão ser cursos de pós-graduação.

SB: *Você considera mais difícil coordenar uma pesquisa que tem como objetivo apontar os "tiros no pé" dados pelas próprias políticas públicas, ou sistematizar os resultados e expô-los na militância?*

Simone Diniz: Penso que devemos tentar a política de boa vizinhança, o principal interessado é o movimento social. Vai ser um grande desafio trabalhar com isso. Alguns dos abrigos que temos encontrado são medonhos, outros são bem bacanas. Há experiências e experiências, há delegacias que são muito boas e existem outras que são péssimas, são uma violência, existem esses paradoxos. Considero que o nosso papel é mapear essas contradições, não faria nenhum sentido fazermos essa pesquisa se não identificássemos essas contradições, tentando evitar que elas sejam passadas adiante, contornando algum tipo de consequência política negativa. Cris Sullivan fala dos riscos da avaliação, ela pesquisou esse tema, mostrando que existem péssimos indicadores. No livro *Evaluating the Outcomes of Domestic Violence Services Programs: Some Practical Considerations and Strategies* ela afirma que em algumas situações do tipo "estar fora de uma relação de violência", se tomamos como indicador o fato de que a mulher se separa, vamos ficar presos na contradição de que a mulher volta para a relação.¹⁰ Conheci uma pesquisadora ontem que fez um estudo sobre a

¹⁰ SULLIVAN, Cris. *Evaluating the Outcomes of Domestic Violence Services Programs: Some Practical Considerations and Strategies*. National Electronic Network on Violence Against Women, 2001. Disponível em: www.vawnet.org/DomesticViolence/Research/VAWnetDocs/AR_evaldv.pdf

permanência das mulheres nas relações de violência, explorando os motivos a partir de suas perspectivas.

Esse manejo da contradição exige uma delicadeza de interpretação tremenda. Tem alguns núcleos de contradição muito interessantes. Um deles é a idéia de fortalecimento financeiro. Há um capítulo inteiro sobre essa parte, o que as pessoas entendem por fortalecimento, "tem que fortalecer", mas o que quer dizer isso? Onde estão as iniciativas de fortalecimento financeiro? Há dois níveis de fortalecimento, um é o coletivo, é a infraestrutura, os serviços. O outro nível é como isso funciona em termos do indivíduo, o que isso significa. Essa é uma das contradições mais interessantes. Outra contradição é a questão da necessidade e da visibilidade e seus paradoxos. Estava lendo uma avaliação de dez anos de políticas na América Latina do Caribe, nessa avaliação, as autoras afirmam que a notificação compulsória tem diminuído a capacidade dos profissionais de saúde para identificar os casos. Encontramos a mesma coisa em São Paulo.

Estamos tentando mostrar a justiça de gênero, declarando esse viés. No próximo ano vamos fazer um encontro que se chama "Vinte Anos de Respostas Brasileiras em Violência contra a Mulher", abordando o conjunto das respostas.

KGA: *Vai ter uma parte só sobre os homens?*

Simone Diniz: Sim, haverá uma parte sobre eles.

KGA: *Esse encontro vai se dar mais no âmbito da militância ou da academia?*

Simone Diniz: Serão dois eventos, um menor, no âmbito da militância e da academia para debater as contradições, outro mais amplo, incluindo uma militância maior e formuladoras de políticas. Com relação à parte acadêmica, temos que fazer uma distribuição de trabalho bem feita. Fico muito tranquila que vocês estejam envolvidas nesse projeto. Penso que a nossa divisão de trabalho seria o seguinte: nós vamos estu-

dar o movimento social e o desenvolvimento de políticas públicas. Até certo ponto, vamos pensar sobre a efetividade dessas políticas. Do ângulo da saúde, efetividade é um conceito que aponta para o resultado da vida real. É possível estudar a eficácia e constatar, por exemplo, que a delegacia fez tantos atendimentos, o centro de referências fez tantos atendimentos, o abrigo atendeu tantas pessoas. Mas, em termos de efetividade, perguntaria se mudou a vida das mulheres a partir daí. As mulheres estão mais satisfeitas e mais seguras? Porque segurança e satisfação são dois parâmetros de efetividade. De que adianta a mulher estar presa, privada de todos os direitos civis e políticos, de renda, etc., cheia de restrições?

KGA: *Ela está sendo retirada do próprio lugar.*

Simone Diniz: Até certo ponto, pois o direito à vida é o mais essencial de todos, é o fundamento de todos os outros, sem ele não existe mais nenhum...Mas por que o direito à vida tem que ser preservado, retirando-se os demais direitos das mulheres? Por que não conseguimos avançar em algum tipo de restrição da violência do outro, e não dos direitos delas? Essa é uma das muitas perguntas que temos que nos fazer e não existe resposta fácil para ela. É preciso fazer esse tipo de questionamento, saber qual é o lugar do abrigo, e como fazer dele algo menos danoso, porque o dano existe.

Essa é uma idéia baseada na vivência que também é fortemente incorporada pelas forças conservadoras e autoritárias. Agora estou vendo com muita clareza esse aspecto. Para alguns serviços, o procedimento "certo" é impor o abrigo para todo mundo que seja identificado como correndo risco de vida, como se não existissem valores, como se não existisse escolha. Em outras formas de assistência, como na assistência ao parto também existe esta transposição entre a escolha e a obrigação. Sabe-se que a água é ótima para aliviar a dor na assistência ao parto. Em um serviço que eu estudei, alguém cismou que a mulher tinha que ficar meia hora na água,

e uma mulher não queria ficar na água, mas aquilo passava a ser obrigatório, mesmo que ela não quisesse, era obrigada a ficar, e por longa meia hora, quer gostasse ou odiasse. Não tem mais nada a ver com um recurso que pode ou não ser utilizado, quando no diálogo entre a mulher e quem atende, se chega a essa conclusão. Deveria tratar-se de um diálogo e não de uma prescrição autoritária. O abrigo, por exemplo, pode ser uma saída autoritária para as mulheres. Nele se tira qualquer forma de agenciamento da mulher como indivíduo, ela deixa de ser indivíduo para ser a pessoa tutelada dentro de uma instituição. Qualquer idéia, por mais revolucionária que seja, pode ser reduzida a uma prescrição autoritária na medida em que é institucionalizada.

A parte dos homens é de mapeamento das contradições. Senti pena porque recentemente fizemos um mapeamento do material e vimos que no questionário perguntamos para as mulheres sobre os homens e agora estamos tentando sintetizar tudo. O meu plano é contrastar isso com aquilo que os homens disseram. Nas minhas duas entrevistas mais longas a pergunta que fizemos é o que elas acham dos autores de agressão. As respostas são bem contraditórias, estamos até contrastando o que as pessoas falaram com aquilo o que o pessoal da Campanha do Laço Branco- Homens pelo fim da Violência contra a Mulher afirmou.¹¹ Eu desisti de terminar minhas duas entrevistas mais longas. Gravei cinco horas de entrevista com Silvia Pimentel, mais duas apresentações que encomendamos para ela. Mas ela não fez o dever de casa e falou sobre outra coisa. Fiz outra grande entrevista com Fernando Acosta, gravei cerca de quatro horas. Assisti reuniões, conversei muito com as pessoas, etc., mas tem contradições, algumas, por exem-

¹¹ <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=55>. Para maiores informações ver <http://www.campanhadolacobranco.org.br> ou <http://www.papai.org.br>.

plo, dizem que esse tipo de iniciativa diminuiria os recursos que poderiam ser destinados para as mulheres.

Há uma questão que acho central, que é o que fazer com o autor da agressão, a questão da pena alternativa, da ajuda. Penso que um grande assunto é esse do centro de referência.

KGA: Você poderia falar um pouco sobre a pesquisa do IRRRAG?

S: A pesquisa do International Reproductive Rights Research and Action Group (IRRRAG) incluiu sete países, teve uma base etnográfica, e na coordenação da primeira e da segunda etapas, uma grande pensadora na área de direitos sexuais e reprodutivos, que é Rosalind Petchesky, uma pessoa muito importante nessa trajetória toda.¹² Essa pesquisa representou, sobretudo, um processo de informação muito importante para nós. Em São Paulo participaram cinco grupos, o Coletivo, a ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade), a Fundação Carlos Chagas, o SOF (Sempreviva Organização Feminista) e o Geledés, Instituto de Mulher Negra. No Rio de Janeiro, a equipe do CEPIA-Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Em Recife entrou o SOS Corpo, Ana Paula Portella ingressou no SOS por ocasião dessa pesquisa, porque inicialmente, na primeira configuração participaram Maria José Araújo, Jaqueline Pitanguy, Margareth Arilha e Albertina Costa. Tivemos como consultora Rayna Rapp, que segundo Maria Luiza Heilborn, é do primeiro time da antropologia mundial. A pergunta da pesquisa era: o que as pessoas percebem como direito (delas) com relação à sexualidade e à reprodução. Analisamos as trabalhadoras domésticas no Rio,

¹² DINIZ, Simone G.; MELLO e SOUZA, Cecília de e PORTELLA, Ana Paula. "Nunca como nossas mães!": Brasil - escolhas reprodutivas e a emergência da cidadania entre trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas e donas-de-casa. In: PETCHESKY, Rosalind e JUDD, Karen (orgs.). Tradução de Jones de Freitas e Marcelo Amoy. *Negociando Direitos Reprodutivos: perspectivas das mulheres em diferentes países e culturas*. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005. p.53-92. (Edições SOS Corpo - Série Pesquisas).

as mulheres do movimento de saúde da zona leste em São Paulo e as trabalhadoras rurais em Pernambuco. Entrevistamos mulheres organizadas e não organizadas, jovens e velhas, dessas regiões e a violência apareceu muito nas respostas.

KGA: Num segundo momento entraram os homens, não?

Simone Diniz: No segundo momento, no pós Cairo, porque essa pesquisa foi pensada para ser apresentada na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994. A pesquisa se chamava "Homens, Sexualidade e a Construção da Pessoa". Recentemente foi publicada em português, aliás, a etapa das mulheres também.¹³ Quanto à pesquisa "25 anos..." um dos objetivos era saber por que a rede de violência não andou, enquanto a rede de saúde floresceu.

KGA: A Articulação de Mulheres Brasileira retomou esse aspecto no monitoramento das Conferências.

Simone Diniz: Houve toda uma preparação internacional para Viena. Cairo, Pequim e Viena foram momentos super importantes política e conceitualmente.

KGA: Você participou dessas Conferências?

Simone Diniz: Fui delegada do Coletivo no do Fórum de ONGs da Conferência de Viena. Houve uma preparação nacional, um tribunal internacional de direitos humanos das mulheres. Eu e Denise Dora queríamos propor um caso sobre tortura numa experiência de aborto desassistido, sem anestesia, enfim, sobre a tortura das mulheres que chegam nos serviços por causa de abortos. Teve um caso super relevante, na Penha, Rio de Janeiro, de uma moça que foi quei-

¹³ PORTELLA, Ana Paula; MELLO e SOUZA, Cecília de; NASCIMENTO, Pedro; DINIZ, Simone G. Investigating Men's Involvement in Women's Sexual and Reproductive Health. In: AGNEW, Vijay (ed.) *Women's Health, Women's Rights: Perspectives on Global Health Issues*. Toronto: Center for Feminist Research/ York University, 2003. p. 55-68.

mada pelo marido. Ela já tinha recorrido à várias instâncias, tinha perdido a causa, foi um caso bem dramático. Antes de Viena, fomos para Haia onde ocorreu uma grande reunião sobre violência contra a mulher. Nós nos articulamos para essa reunião em Viena, existem encontros dos quais participam os delegados oficiais do Brasil, eu participava da delegação de ONGs, esse foi um momento super marcante.

Havia várias polarizações sobre a questão dos direitos das mulheres, houve também o lado folclórico. Como o Fórum de ONGs é um fórum geral tínhamos um espaço enorme que era das mulheres, havia aquela bandeira arco-íris, referente ao direito das lésbicas e do nosso lado, ficava a turma da igreja, então ficávamos as feministas e as lésbicas, e o pessoal da igreja ficou revoltado conosco, foi muito divertido. A Conferência trouxe para o panorama internacional a questão dos direitos humanos, foi um grande marco, o encontro, o processo preparatório, etc. No Cairo no ano seguinte, isso foi retomado. A Conferência do Cairo deu uma boa empurrada no tema da violência e no tema dos direitos reprodutivos como direitos humanos. Outra coisa importante foi defender a equidade de gênero no campo da reprodução. O esforço para institucionalizar esses direitos é uma coisa muito marcante. Nos estudos demográficos os homens e a responsabilidade masculina estão muito ausentes, então os homens entraram na agenda.

A segunda etapa do projeto foi iniciada no Cairo e era sobre como os homens percebem a questão dos direitos de sexualidade e reprodução. Apareceu muito a violência, foi muito interessante. Estamos publicando em português os estudos do IRRRAG sobre mulheres e homens, nos quais a violência apareceu muito no primeiro (com mulheres) e no segundo (com homens). Fizemos uma pesquisa para o Ministério da Saúde, no ano passado, sobre masculinidades na qual a questão da violência é freqüente, inclusive, uma delas é muito sub-explorada, que é a questão da violência sexual entre os

homens, principalmente na infância. Apareceu mais nessa pesquisa do que nas anteriores.¹⁴

KGA: Incluindo a violência na iniciação sexual?

Simone Diniz: Na iniciação sexual também. Como esse tipo de coisa é altamente traumática para as pessoas, ela é mais velada do que no caso das mulheres, porque a desonra de ser penetrado por homens é maior do que o fato de ser penetrada por homens para as mulheres.

SB: Nós centramos tanto nessa questão da violência sexual contra a mulher, que de certa forma desmerecemos essa questão traumática, e também desmerecemos a questão da honra feminina. Não li até hoje estudos que centrem na violência infantil, sobretudo em relação a meninos, nos casos de atentado violento ao pudor. É difícil trabalhar com essa coisa velada e traumática, porque expor acarreta desonra...

Simone Diniz: Como arma de guerra, tenho certeza absoluta que isso ocorre. No Iraque deve ter muitos relatórios. Mas, os homens iraquianos não vão dizer que foram abusados por soldados americanos, para eles é preferível a morte. A violência sexual entre adultos, por exemplo, nas prisões é também um tema subestimado. Você disse que assistiu a apresentação de um estudo sobre isso?

KGA: Faz uns dois anos na Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO), esse estudo falava justamente sobre a violência sexual do ponto de vista dos meninos, houve muita dificuldade na coleta de informações.

SB: Há uma negação do problema...

Simone Diniz: O esforço emocional da narrativa de quem se pode entrevistar é muito grande. Isso é uma das coisas que

¹⁴ Gênero, Sexualidade e Auto-cuidado: o que acontece quando ela leva para ele uma receita de tratamento de DST? <http://www.mulheres.org.br/fiqueamigadela/genero.html>

temos investigado: como a narrativa sobre violência pode ser uma coisa muito curadora e ao mesmo tempo terrível, muito terrível, pois na hora que em que se narra, se elabora a experiência. Ontem participei de uma mesa sobre violência, e lá pelas tantas uma moça, que fez o trabalho sobre permanência na relação, mostrou o trecho de um filme, e depois falou sobre o assunto, mas o filme era muito violento, o agressor rasgava a roupa da mulher... Depois disso ela começou a contar histórias horrendas e eu fiquei pensando se não é um gozo ficar repetindo aquelas histórias...

KGA: Apareceu a temática da violência entre mulheres?

Simone Diniz: Tem um trabalho lá em São Paulo, de violência entre lésbicas, que foi a única coisa que vimos. Temos que considerar também o estigma...

SB: Esses atos podem ser invisibilizados justamente para não estigmatizar, não fazer um gol contra numa perspectiva de avanço de políticas públicas...

Simone Diniz: Mas não adianta invisibilizar, temos que descobrir qual é a estratégia mais acertada para não fazer gol contra. Entre mães e filhos aparece muito espancamento, violência física. Há uma característica muito interessante: violência física e violência sexual abaixo de 14 anos ocorre na família, basicamente, enquanto a agressão física ocorre tanto com homens quanto com mulheres, é meio a meio. E se pensarmos em termos geracionais, a violência tem a mesma finalidade, que é disciplinar, no caso de uma cultura na qual espancar seja para os pais, seja para as mães, é praticamente uma manifestação de cuidado e talvez percebida mesmo como uma expressão, distorcida de amor.

SB: Há uma pesquisa que analisa essa questão, chamada de violência interativa. Essa pesquisa trata de desmistificar estes crimes, que são praticados contra homossexuais e travestis, de gran-

de repercussão na imprensa, "boa noite Cinderela", assassinatos, e mostra que existe uma violência interativa, que é aquela cotidiana, praticada pelos familiares e que extrapola, muitas vezes, o espaço do doméstico, indo até o espaço de trabalho. Há uma invisibilidade forçada desse tipo de violência.

Simone Diniz: Outro debate interessante que temos é sobre a questão da criminalização. Afinal, qual é o papel da pena alternativa? Considero que esse é um assunto que temos que enfrentar, existem pessoas que representam perigo se ficarem em liberdade, há outras que apresentam quadros de saúde mental, como depressão. A depressão não se manifesta em homens como apatia, se manifesta como agressividade. O homem espanca também como uma expressão da sua tristeza, esse é recuperável, mas lidar com isso, não reforçando a impunidade, representa sem dúvida um grande desafio...

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira (afolive@usp.br) é médica e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), atua junto ao Departamento de Medicina Preventiva e ao Centro de Saúde Escola B. Pessoa, na qual é responsável pela área de atenção integral à saúde da mulher, tendo implantado um atendimento específico a mulheres em situação de violência, o qual coordena atualmente e que é referência para uma sub-região da cidade de São Paulo. É especialista em Saúde Pública, mestre e doutora pela Faculdade de Medicina da USP. Participa da linha de pesquisa e intervenção Violência e Gênero nas Práticas de Saúde. É autora de várias publicações sobre violência contra a mulher, dentre as mais recentes destacam-se as seguintes: a) em parceria com vários/as autores/as: *Violência contra a Mulher: Estudo em Unidade de Atenção Primária à Saúde*. (Rev Saúde Pública 36 (4):470-7, 2002); b) em parceria com Lilia Blima Schraiber. *Violence against women and Brazilian health care policies: a proposal for integrated care in primary care services*. (International Journal of Gynecology and Obstetrics, 78 Suppl.1 S21-S25, 2002); c) em parceria com Lilia Blima Schraiber e Carmen Simone Diniz. *Violence against women perpetrated within health care institutions: an emerging problem*. (Lancet, 359:1681-85, 2002).

Analba Brazão Teixeira (coletivoleiladiniz@ig.com.br) é graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com a dissertação *Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais*. É pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Base de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Sociais da UFRN. Integra o Grupo de Estudos de Gênero da mesma Universidade. Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (2002), foi Coordenadora da pesquisa *Diagnóstico da Violência Física e Sexual contra o Sexo Feminino* na cidade de Natal (1995 a 1999). É coordenadora geral do Coletivo Leila Diniz. Organizou com Miriam Pillar Grossi o livro *Histórias para Contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal* (Natal: Casa Renascer; Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, 2000).

Bárbara Musumeci Soares (Bsoares@candidomendes.edu.br) é mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional, doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), autora dos livros *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança* (Civilização Brasileira, 1999) e *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades* (em co-autoria com Iara Ilgenfritz, Garamond, 2000) e de diversos trabalhos sobre violência doméstica e de gênero. Foi subsecretária de segurança da mulher e defesa da cidadania no Governo do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente coordena a Área de Segurança e Gênero do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes.

Carmen Simone Grilo Diniz (sidiniz@uol.com.br) é graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Gran-

de do Norte (UFRN), mestra e doutora em Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), e professora de Saúde Materno-Infantil na Faculdade de Saúde Pública (USP). É responsável pelo site www.mulheres.org.br/parto. Integra a coordenação estadual da REHUNA de São Paulo. Coordenou a Coordenação Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo e foi uma das fundadoras de Casa Eliane de Grammont. Trabalha desde 1985 no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, como médica, pesquisadora e formadora de recursos humanos em temas como contracepção, saúde e direitos reprodutivos, e violência. Coordenou no Brasil o International Reproductive Rights Research and Action Group (IRRRAG). Co-coordenou o Projeto de Capacitação e pesquisa "Gênero, Saúde e Direitos Humanos" (1994-2001), em parceria com o Depto de Medicina Preventiva (USP), apoiado pela Fundação Ford. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Saúde, Violência e Gênero (FM-USP), e coordena o projeto "25 anos de luta contra a violência contra as mulheres no Brasil - Alcances e limites". Atualmente organiza uma pesquisa colaborativa de vários serviços sobre segurança e satisfação das mulheres, comparando hospitais e casas de parto, e participa de uma pesquisa-intervenção sobre saúde sexual e reprodutiva de profissionais do sexo. É autora, com Ana Cris Duarte, do livro "Parto Normal ou cesárea: o que toda mulher deve saber, e todo homem também" (Ed. Unesp, 2005)

Claudia Fonseca (claudiaf2@uol.com.br) é doutora em Etnologia pela Universidade de Nanterre, França (1993) e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS) onde desenvolve pesquisas sobre antropologia legal, parentesco em sociedades complexas, políticas públicas voltadas para famílias e crianças "em

risco" e novas tecnologias reprodutivas. Suas publicações recentes incluem os livros *Família, Fofoca e Honra* (Ed. da UFRGS, 2000) e *Caminhos da Adoção* (Cortez, 1995), além de organização da coletânea – junto com Veriano Terto Júnior e Caleb Farias Alves - *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares* (Editora da UFRGS, 2004).

Climene Laura de Camargo (camargo@ufba.br) é mestre em Enfermagem e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), tendo defendido a tese *Violência familiar contra crianças e adolescentes. Um recorte localizado* (1996). Atua no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolvendo várias atividades nas linhas de pesquisa Violência na Infância e na Adolescência e História da Saúde da Criança. Publicou vários artigos em periódicos científicos e em capítulos de livros. É co-organizadora do livro *Violência contra crianças e adolescentes* (Salvador: GRAPH, 1998). Coordena atualmente o projeto de pesquisa *Práticas de saúde na atenção à criança desenvolvidas no período de 1832 a 1889 em Salvador/Bahia*.

Débora Diniz (d.diniz@anis.org.br) é doutora em Antropologia, professora da Universidade de Brasília e uma das coordenadoras da ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Atualmente integra os Conselhos Diretores da International Network on Feminist Approaches to Bioethics e da International Association of Bioethics. É autora de artigos, livros e vídeos sobre os temas ética feminista, bioética e direitos reprodutivos. Dentre os livros mais recentes destacam-se *Bibliografia Estudos sobre Violência Sexual contra a Mulher: 1984-2003* (em parceria com Kátia Soares Braga e Elise Nascimento, Letras Livres, Ed. da UnB, 2004); *Aborto por Anomalia Fetal* (em parceria com Diaulas

Costa Ribeiro, Letras Livres, 2003); *Bioética. Ensaios* (em parceria com Sérgio I.F. Costa, Letras Livres, 2001).

Estela Aquino (estela@ufba.br) é doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atualmente é professora adjunta. Trabalhando com a temática de Saúde da Mulher e posteriormente Gênero e Saúde, participou da constituição do MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde, em 1990 e da criação do Grupo de Trabalho Gênero e Saúde da Associação Brasileira em Saúde Coletiva (ABRASCO) em 1995, onde exerceu a coordenação até 2000, representando esta entidade na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU) do Conselho Nacional de Saúde, de 1997 a 2001. Atua também no CISMU/CNS, no Grupo Assessor para Elaboração de Proposta de Trabalho para Mulheres do Programa Nacional de DST/AIDS, Ministério da Saúde (1997/98) e na Comissão para a elaboração de Normas Técnicas para o Atendimento ao Aborto. Integrou o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Bahia), representando a comunidade acadêmica, entre 2001 e 2003. Integra ainda a equipe do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, coordenando a capacitação de pesquisadores/as nas regiões Norte e Nordeste.

Eva Blay (eblay@usp.br) é professora titular da Universidade de São Paulo, foi senadora da República (1992-94 e janeiro de 1995) e Interregional Adviser da Division for the Advancement of Women do Centre for Social Development and Humanitarian Affairs (CSDHA/DAW) - United Nations Office at Vienna - UNOV, de junho a outubro de 1992. Foi Diretora Científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo - USP (1998-2002). Realiz

zou o Pós Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (1996). Tutora pela Rede Europeia Interuniversitaria de Estudios Sociales Aplicados para Formação de Agentes de Igualdade de Oportunidades para Mulheres. Publicou vários livros e artigos em revistas científicas. Seu último livro se intitula *Mulheres na USP: horizontes que se abrem* (Gordo Lang., Ed. Humanitas, 2004).

Flávia de Mattos Motta (mottaflavia@bol.com.br) é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990). Realizou o doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tendo defendido a tese *Gênero e Reciprocidade: uma ilha no Sul do Brasil* (2002). Atuou como docente e pesquisadora da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). É autora do livro *Velha é vovozinha: identidade feminina na velhice* (Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998). Atualmente é professora colaboradora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Guita Grin Debert (ggdebert@uol.com.br) é professora titular do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. É autora dos livros *Ideologia e Populismo* (TA Queirós, 1979); *Quando a Vítima é Mulher* (CNDM, 1987) e *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento* (Edusp-FAPESP, 1999) e de vários artigos sobre temas relacionados com gênero, violência contra a mulher e velhice. É pesquisadora do CNPq no projeto "Idoso, Violência Doméstica e Direitos da Cidadania" e membro do Conselho Científico do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP. Coordena a pesquisa "Gênero e Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça", desenvolvida no PAGU com apoio da Fundação FORD.

Heleieth Saffioti (heleieth@uol.com.br) atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é professora titular aposentada de Sociologia no Campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Autora de mais de uma centena de obras publicadas no Brasil e no exterior, sobre mulher e trabalho, violência contra a mulher, gênero nas interseções com classe e etnia, etc. Dentre elas se destacam desde a obra pioneira intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (Petrópolis: Vozes, 1969) até publicações mais recentes, por exemplo, *Gênero, patriarcado e violência* (organizada junto com Suely Almeida, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004) e *Violência e Gênero: Poder e Impotência* (Rio de Janeiro: Revinter, 1995).

Juliana Cavilha Mendes (jcavilha@yahoo.com.br) é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a dissertação *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. É doutoranda em Antropologia Social na UFSC e integra a equipe de pesquisadoras do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da mesma universidade.

Karla Galvão Adrião (karla_galvão@hotmail.com) realiza atualmente o doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de concentração em Estudos de Gênero. Concluiu o mestrado em Letras em 2000 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É especialista em Gênero, Saúde e Direitos Reprodutivos pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP), integra a equipe de pesquisadoras do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades e do Núcleo Margens – Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, ambos da UFSC. Atua no Instituto PAPAÍ da UFPE.

Lia Zanotta Machado (liazm@unb.br) é Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília(UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM). Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo, 1980, é autora de vários artigos e capítulos de livros sobre Gênero, Violência, Saúde e Feminismo. É autora do livro *Estado, Escola e Ideologia*, Ed. Brasiliense, 2ª ed., 1994. Atualmente é Membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres como representante da Rede Feminista de Saúde, Chefe do Departamento de Antropologia e Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia.

Lilia Blima Schraiber (liliabli@usp.br) é médica e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), onde fez mestrado, doutorado e livre-docência. Atua junto ao departamento de Medicina Preventiva e ao Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa. É também especialista em Saúde Pública e Planejamento para o setor Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Coordena a linha de pesquisa e intervenção Violência e Gênero nas Práticas de Saúde, que desenvolve desde 1994 incluindo cursos/treinamentos, protocolos e redes de assistência e projetos de pesquisa, os quais totalizam, hoje, 16, entre concluídos ou em curso. Tem publicado estudos de Violência contra a Mulher e Violência e Masculinidades, ambos da perspectiva de gênero. É autora de várias publicações. Dentre as principais publicações mais recentes, destacam-se os seguintes artigos: a) em parceria com Ana Flávia D'Oliveira. *Violence against women and Brazilian health care policies: a proposal for integrated care in primary care services* (International Journal of Gynecology and Obstetrics, 78 Suppl.1 S21-S25, 2002); b) em parceria com Ana Flávia D'Oliveira e Carmen Simone Diniz. *Violence*

against women perpetrated within health care institutions: an emerging problem (Lancet, 359:1681-85, 2002).

Lourdes Bandeira (lourdesmbandeira@yahoo.com.br) é doutora em Sociologia pela Universidade René Descartes - Paris V, Sorbonne e professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Núcleo de Estudos e de Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UnB). Recentemente um pós-doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris. Tem atuado nas seguintes áreas de pesquisa: violência de gênero, violência nas relações de trabalho, violência policial, conflitualidades interpessoais nos contextos institucionais urbanos. Tem vários artigos publicados nessas temáticas e participou da organização de quatro livros, dentre os quais: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*, em colaboração com Mireya Suárez (1999); *Violência contra as mulheres. A experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste*, em colaboração com Tânia Mara C. de Almeida e Andréa M. de Menezes (2004). Orientou várias dissertações e teses sobre as temáticas citadas. Atualmente participa de dois projetos de pesquisa que abordam os seguintes temas: 1) as práticas de perseguições nos espaços de trabalho, destacando as especificidades da violência de gênero; 2) a trajetória sócio-profissional das agentes penitenciárias do Distrito Federal e de Goiás.

Lucila Scavone (lucisca@uol.com.br) é professora livre-docente de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Ar) e pesquisadora do CNPq. Editou os livros *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência* (Edunesp, 1996) e *Gênero y Salud Reproductiva em América Latina* (LUR, Cartago, 1999). Publicou o livro *Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais* (Edunesp, 2004) entre outros trabalhos na área de feminismo e gênero.

Maria Filomena Gregori (bibiagregori@uol.com.br) é antropóloga formada pela Universidade de São Paulo (1997), com pós-doutorado junto à Universidade da Califórnia, Berkeley. Atua como docente e pesquisadora em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas, onde coordena a área de Estudos de Gênero do Doutorado de Ciências Sociais e integra a equipe do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero. É autora, co-autora, editora e co-editora das seguintes publicações: GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (Paz e Terra e ANPOCS, 1993); GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Cátia Aída. *Meninos de Rua e Instituições: tramas, disputas e desmanche* (Contexto/UNESCO); GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas* (Companhia das Letras, 2000, no prelo); GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana (eds.) *Corporificando o Gênero* (Cadernos Pagu, n. 14, 2000); GREGORI, Maria Filomena (ed.). *Erotismo, Prazer e Perigo* (Cadernos Pagu, n. 20, 2003); GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana e CARRARA, Sérgio (eds.) *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras* (Garamond, 2004).

Maria do Rosário de Menezes (menezes@ufba.br) realizou o doutorado em Interunidades Saúde do Adulto Idoso com a tese *Da violência revelada à violência silenciada: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra o idoso* (Universidade de São Paulo, 2000). Atua no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolvendo várias atividades nas linhas de pesquisa Saúde do Adulto e do Idoso e Violência do Idoso, Saúde e Qualidade de Vida. Tem publicado artigos em periódicos científicos e capítulos de livros. Coordena atualmente o projeto de pesquisa *Enve-*

lhecendo e vivendo nas ruas: exclusão familiar e social na velhice na Cidade do Salvador/Bahia.

Normélia Maria Freire Diniz (normelia@lognet.com.br) é doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo, especialista em Enfermagem Obstétrica e Obstetrícia Social. Integra a linha de pesquisa Mulher, Gênero e Saúde do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É autora de vários artigos sobre violência sexual, violência doméstica e institucional, violência conjugal e prevenção de DSTs/HIV, etc. publicados em distintas revistas científicas. Coordenou vários projetos de pesquisa e orientou inúmeros trabalhos acadêmicos no âmbito das relações entre mulher, saúde e violência.

Regina Lúcia Mendonça Lopes (reginalm@cpunet.com.br) é mestre em Educação e doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Atua no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolvendo várias atividades nas linhas de pesquisa Mulher, Gênero e Saúde; Mulher, Saúde e Violência; Cotidiano de Saúde da Mulher. Publicou inúmeros artigos em revistas científicas, tem organizado livros, o último deles em parceria: *Nós, a enfermagem e a academia* (Salvador:Étera, 2002). Coordena atualmente projeto de pesquisa sobre conjugalidade e afecções ginecológicas.

Russell Parry Scott (scott@hotlink.com.br) é professor de Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco, atuando nos programas de pós-graduação de Antropologia e de Sociologia e coordena o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES - Grupo de Pesquisa do CNPQ). Recebeu o MA em Estudos Latinoamericanos (1973) e o PhD em Antropologia Social (1981), ambas na University of

Texas at Austin. Ensina e pesquisa em Teoria Antropológica, Métodos de Pesquisa Social, família e gênero, antropologia da saúde, e etnologia brasileira. É membro da Associação Brasileira de Antropologia, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Pesquisador do CNPQ e integrante da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento e da Comissão de Assesores do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq). Pesquisa nas áreas relações entre processos domésticos e relações de poder, sobre gênero e sobre família em contextos sociais diferentes, sobre migrações, sobre agricultura e trabalho rural, sobre a periferia urbana, sobre reassentamentos e barragens, sobre saúde pública e saúde reprodutiva e sobre teoria, ensino

Silvia Ramos (sramos@candidomendes.edu.br) é cientista social e atualmente faz o doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Foi subsecretária adjunta de segurança e cidadania no governo do Estado do Rio de Janeiro de 1999 a março de 2000 e coordenou a criação dos programas de segurança de minorias e de meio ambiente. Coordena a área de minorias, movimentos sociais e cidadania do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes. Organizou as coletâneas *Mídia e Violência* (FAPERJ, 1994) e *Mídia e Racismo* (Pallas, 2003). Além de diversos artigos, publicou, em parceria com Sérgio Carrara *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: pesquisa na 9ª. Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004* (Cepesc, 2005).

Simone Becker (simonebk@yahoo.com.br) é graduada em Direito e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPr), onde defendeu a dissertação intitulada *Honras e estratégias: formas de ser mulher no bairro das Flores*. Realiza o doutorado em Antropologia

Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio do CNPq, investigando as relações entre maternidade e homossexualidade no âmbito dos discursos jurídicos brasileiros. É pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC).





Esta obra foi composta em Book Antiqua, formato 160X230mm, por Studio S Diagramação & Arte Visual. A Impressão se fez em papel Pólen Bold 80gr na Gráfica Nova Letra, no verão de 2006, para a Editora Mulheres

ORGANIZADORAS

Luzinete Simões Minella (luzinete@matrix.com.br) é professora adjunta aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, onde coordenou entre 1992 e 2000 a linha de Pesquisa Saúde e Sociedade no Brasil. Atua também na área de concentração em Estudos de Gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989), publicou vários artigos em diversas revistas científicas. É autora do livro *Gênero e Contracepção: uma perspectiva sociológica* (Editora da UFSC, 2005) e foi Coordenadora Editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004.

Miriam Pillar Grossi (miriam@cfh.ufsc.br) é doutora em Antropologia pela Universidade de Paris V, coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e na área de concentração em Estudos de Gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da mesma Universidade. Atual presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004-2006), foi representante da área de Antropologia na CAPES (2001-2004). É autora de vários artigos e organizou várias publicações. Recentemente organizou, junto com Mara C. de Souza Lago et alii, a coletânea *Interdisciplinaridade em Diálogos de Gênero* (Editora Mulheres, 2004) e com Simone Becker et alii *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades* (Coleção CLAM – Sexualidade, Gênero e Sociedade), Editora Garamond, 2005.

Rozeli Porto (rozeliporto@ig.com.br) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi bolsista do Programa Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como uma das coordenadoras do projeto “Mapeamento nacional de pesquisas e publicações sobre violências contra mulheres” financiado pela Fundação Ford. Foi uma das responsáveis pelo Consórcio de Publicações Feministas (2002-2004), projeto desenvolvido pela Revista Estudos Feministas, com apoio da Fundação Ford. Publicou nos Cadernos NIGS – Série Teses *Gravidez e relações violentas: Representações da Violência Doméstica no Município de Lages –SC* e organizou com Grossi, Miriam et alii *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades* (Coleção CLAM – Sexualidade, Gênero e Sociedade), Editora Garamond, 2005.



Ana Flávia d'Oliveira
Bárbara Musumeci Soares
Claudia Fonseca
Débora Diniz
Estela Aquino
Eva Alterman Blay
Guita Grin Debert
Heleieth Saffioti
Lia Zanotta Machado
Lília Blima Schraiber
Lourdes Maria Bandeira
Lucila Scavone
Maria Filomena Gregori
Normélia Maria Freire Diniz
Russell Parry Scott
Silvia Ramos
Simone Diniz

